

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ONDE REPOUSA O REPÚDIO.**

Mobilização laboral e experimentação subjetiva em uma cidade  
da Região Metropolitana de Porto Alegre.

**Juliana Mesomo**

Porto Alegre

2021

**JULIANA MESOMO**

**ONDE REPOUSA O REPÚDIO.**

Mobilização laboral e experimentação subjetiva em uma cidade  
da região metropolitana de Porto Alegre.

Tese apresentada junto ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia Social  
da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul para a obtenção do Título de  
Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre  
Junho de 2021

Juliana Mesomo

**ONDE REPOUSA O REPÚDIO.**

Mobilização laboral e experimentação subjetiva em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Pieter De Vries (Wageningen University)

---

Mariana Cavalcanti (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

---

Patrice Schuch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Porto Alegre  
2021

#### CIP - Catalogação na Publicação

Feronatto Mesomo, Juliana

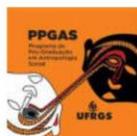
Onde repousa o repúdio. Mobilização laboral e experimentação subjetiva em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre. / Juliana Feronatto Mesomo. -- 2021.

315 f.

Orientador: Arlei Sander Damo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. subjetivação. 2. trabalho. 3. consumo. 4. juventude. 5. violência. I. Sander Damo, Arlei, orient. II. Título.



**ATA PARA ASSINATURA Nº \_\_\_\_\_**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
ANTROPOLOGIA SOCIAL - Doutorado  
Ata de defesa de Tese

Aluno: Juliana Feronatto Mesomo, com ingresso em 12/01/2016  
Título: **ONDE REPOUSA O REPÚDIO - Mobilização laboral e experimentação subjetiva em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre**  
Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Data: 08/07/2021

Horário: 09:00

Local: IFCH

<u>Banca Examinadora</u>	<u>Origem</u>
Patrice Schuch	UFRGS
Pieter Adriaan de Vries	WUR
Mariana Cavalcanti Rocha Dos Santos	CPDOC

Porto Alegre, 08 de julho de 2021

<u>Membros</u>	<u>Assinatura</u>	<u>Avaliação</u>	<u>Indicação de Voto de Louvor</u>
Patrice Schuch	_____	<u>APROVADA</u>	<u>SIM</u>
Pieter Adriaan de Vries	_____	<u>APROVADA</u>	<u>SIM</u>
Mariana Cavalcanti Rocha Dos Santos	_____	<u>APROVADA</u>	<u>SIM</u>

Conceito Geral da Banca: (APROVADA) Correções solicitadas: ( ) Sim (x) Não

Indicação de Voto de Louvor: (X) Sim ( ) Não

**Observação:** Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

\_\_\_\_\_  
Aluno

\_\_\_\_\_  
Orientador

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220  
Porto Alegre - RS

## AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria sido possível sem a contribuição de muitas pessoas que me acompanharam ao longo do processo de escrita, de pesquisa e, antes disso, durante minha formação.

Agradeço à CAPES pela bolsa de doutorado recebida entre 2016 e 2019, cujos recursos me permitiram desenvolver o trabalho de campo e me dedicar aos estudos que subsidiaram o marco teórico das minhas reflexões. Agradeço à interlocução instigante proporcionada por professores e estudantes no espaço do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, transcorrida em debates dentro e fora das salas de aula. Agradeço em especial ao meu orientador, Arlei Sander Damo, por ter me acompanhado de maneira generosa e atenta desde as primeiras formulações do problema de pesquisa, passando pela criação das estratégias de entrada em campo até chegar no texto final que agora apresento. Agradeço a ele o estímulo à busca por uma abordagem autônoma dos problemas que foram aparecendo na pesquisa e as sugestões sensíveis e precisas que ofereceu ao trabalho.

É importante mencionar a relevância das críticas e sugestões de Patrice Schuch e Eugênia Motta durante a banca de qualificação do doutorado, em 2018. As observações foram fundamentais para definir melhor o problema e me animar ao engajamento com o trabalho de campo.

Aos membros da banca avaliadora que se dispuseram a ler o trabalho.

Aos meus colegas e companheiros de doutorado pelos diálogos e leituras que compartilhamos. Quando enfrentamos o período final de escrita, em meio às condições da pandemia de Covid-19, o apoio dos colegas foi fundamental. Agradeço à Aline, Tati, Herbert, Helena Fietz, Helena Lancelotti, Juliana, Izabella, Marco Antonio, Helisa, Clementine e a todos da turma. Aos meus amigos do mestrado que acompanho até hoje, alguns já morando longe: Sara, Eduardo, Miguel Muhale, Marcela, Segone, David, Laís e Gabrielle. Quero felicitar também o trabalho dos funcionários administrativos do programa, sempre atentos e solícitos no auxílio às rotinas inerentes à vida universitária.

Aos camaradas do coletivo Máquina Crísica - Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (MC-GEAC), Tomás Guzmán e Alex Moraes. Esse espaço construído conjuntamente

proporcionou um intenso debate teórico, assim como o exercício de leituras mútuas e experimentos coletivos e individuais de escrita que foram fundamentais para meu desenvolvimento intelectual, político e investigativo. No marco do Máquina Crísica, que esse ano cumpre uma década de existência, renovamos sempre a aposta por uma pesquisa comprometida com os processos de transformação que as pessoas estão empreendendo aqui e agora. Aos interlocutores do MC-GEAC e aos amigos que pude fazer a partir das redes crísicas: Eduardo Restrepo, Lucas Parreira Álvares, Matheus Almeida, Red de Antropologías del Sur, Annel Mejías Guiza, Colectivo Juguetes Perdidos, Michael Neocosmos, agrupación estudiantil Revocables, Carolina Castañeda.

Aos amigos inestimáveis que me receberam na cidade de Alvorada, abriram as portas das suas casas e compartilharam comigo suas perguntas, demonstrando interesse no que eu tinha a dizer e indicando seus próprios caminhos reflexivos e de insubordinação. Às mulheres que conheci no curso Mulheres na Construção Civil, em 2017, durante a primeira parte do trabalho de campo: Verediana, Alyne, Fátima, Vânia, Lu, Ju, Laciara, Cláudia e a professora Eunice. Elas foram muito importantes para que eu me sentisse à vontade em Alvorada e prosseguisse a pesquisa. Aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro, Rafael Freitas e Rafael Melo, que me receberam tão generosamente para debater sobre a história e a atualidade da cidade. Eles me introduziram nas suas próprias redes de militância, sempre me convidando para iniciativas e eventos nos quais a construção de laços de camaradagem e amizade foram fundamentais. Compartilho com eles a preocupação e o admiração pela história política do povo alvoradense no que ela retoma o melhor da tradição emancipatória proletária. Aos artistas, líderes comunitários e intelectuais que agitavam a cena política e cultural alvoradense e que conheci durante a minha estadia: Renata, Alexandr e Patrícia do grupo Total Atitude, Éverton Santos, que compartilharam boas conversas e festas comigo. Ao Seu Severino, meu vizinho, cuja casa estava sempre aberta para uma conversa e um chimarrão. À Alexandre que tem um coração gigante e nunca mediu esforços para me ajudar e auxiliar quem ele podia enquanto estive em Alvorada. Esse trabalho está dedicado a ele e aos seus sonhos mais fulgurantes aos quais espero sempre ser fiel. Sua agudez nas análises e a inspiração insubordinada que suscitou em mim e na pesquisa foram fundamentais. Aos amigos de Alexandre, às duas Néca's, que me receberam tão bem nas suas casas e animaram meus dias em Alvorada. Aos jovens que conheci no Centro da Juventude, sempre sensíveis e dispostos a conversar. Aos funcionários do Centro e aos membros da Associação São

Jerônimo que se dispuseram a me acolher e responder minhas questões. Às "gurias" e "guris" da turma de Colorimetria do Centro Municipal de Educação Profissional Florestan Fernandes – Rosa, Fabi, Sirley, Cristiane, Eronilda, Roberta, Carla, Camila, Fernanda, Joel, Guilherme – e à sua professora Carine, que também me acolheram nas aulas da instituição. Agradeço também às diretoras e professoras que me receberam. Estou convencida de que as pessoas em Alvorada, com sua abertura ao diálogo e sua afetuosidade, incidiram definitivamente não só nos rumos da pesquisa que agora apresento, mas também nos meus caminhos pessoais. Voltarei sempre à essa cidade que me ensinou o valor da insubordinação cultivada junto à ternura dos amigos e dos camaradas.

Agradeço ao meu companheiro Alex por me incentivar a manter a coragem e a altivez diante dos desafios da vida, por me acompanhar nas explorações mais irreverentes em Alvorada e por ouvir atentamente minhas reflexões. Agradeço também aos meus pais por proporcionarem um terreno tranquilo de desenvolvimento para os meus projetos e apostas. Seu apoio nesses anos foi fundamental. Ao meu irmão Marcos por me escutar e compartilhar comigo carinhosamente suas melhores ideias. Aos meus sogros, Elaine e Alexandre, por me apoiarem nas empreitadas e na mudança para Alvorada. Aos amigos de sempre e aos mais recentes, alguns dos quais senti saudades nesse período de isolamento social, outros que pude ver e conversar mais de perto: Juliana, Bruna Daudt, Tiago, Maria, Bruna, Giulia, Jorge, Karen, Paulo, Sara (pela segunda vez), Mendes, David, Rafael, Christian, Fabian, Santiago, Betti, Pachu, Belén e Diana. Ao meu querido amigo Daniel (in memoriam), que incentivou muitos sonhos que seguem de pé, e à sua irmã Sandra.

Aos amigos que fiz na rede virtual Twitter durante o período de isolamento social e que me encheram de ideias novas. Aos companheiros da universidade livre Campus Comum, projeto iniciado em 2021 onde pretendemos construir algo do mundo sonhado em tantas noites, aquele no qual a palavra e o conhecimento circulam longe das hierarquias professorais e da reiteração da ordem existente. Espero que todxs aqui mencionados possam se encontrar, ao menos no plano das ideias, e que a tese possa ser o início de muitos intercâmbios.

## RESUMO

Esta tese aborda processos de subjetivação desenvolvidos em meio às rotinas laborais, familiares, comunitárias e escolares de pessoas cujas vidas transcorrem no município de Alvorada, pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A partir do acompanhamento, durante seis meses, da rotina de jovens e trabalhadores no município, traço um panorama das condições materiais, políticas e subjetivas que levaram à exploração de novas possibilidades em relação a cada um dos universos com os quais meus interlocutores estavam em contato: as relações salariais, o consumo, o engajamento com projetos educativos e/ou profissionalizantes, a aposta em pequenos negócios e, por fim, a convivência com a violência associada ao tráfico de drogas que determinava algumas restrições, sobretudo, na vida dos jovens. A interação diária e a interlocução com meu principal colaborador da pesquisa, Alexandre, a observação e as entrevistas realizadas em dois espaços de formação profissional – o Centro Municipal de Educação Profissional Florestan Fernandes e o Centro da Juventude de Alvorada – e as conversas com donos de pequenos negócios formaram meu espaço de problematização durante o período em que realizei trabalho de campo na cidade. Em diálogo com Alexandre, abordo as oscilações materiais que condicionaram as experimentações subjetivas nos últimos anos, abarcando os períodos de aquecimento (entre 2004 e 2014) e desaquecimento da economia nacional (entre 2016 e 2019). Analiso também o impacto das “transformações” que o engajamento com os estudos teve na sua trajetória pessoal, “transformações” que foram o ponto de partida para a formulação de um discurso original sobre a condição proletária. Prolongando algumas expectativas de Alexandre, encontro, entre os donos de pequenos negócios, uma preocupação com o cultivo de si que se realizava, de maneira tensa, na venda de serviços e mercadorias. A partir das observações e entrevistas na escola de formação profissionalizante CMEP Florestan Fernandes, apresento a dinâmica desejante que sustentava a construção dos espaços de aprendizagem profissional. Tal dinâmica se configurava como uma oscilação entre, por um lado, um microagenciamento de desejo que acolhia e animava as expectativas de autotransformação das pessoas e, por outro, um microequipamento de poder que buscava tornar útil seu desejo do ponto de vista da mobilização econômica. No Centro da Juventude, onde os jovens eram convidados a imaginar novas possibilidades de estudo, trabalho e organização compatíveis com sua inserção laboral, instalava-se uma tensão referente ao lugar que eles mesmos deveriam ocupar no processo de decisão sobre seu presente e seu futuro. Perfazendo um movimento que parte do detalhamento reflexivo das condições de possibilidade da subjetivação rumo à exploração mais pontual da crítica imanente que ela desencadeia em determinados mundos, concluo que os processos de subjetivação não são apenas uma reação a variáveis já dadas pelos diagramas dispostos pelo poder. Eles são, antes, um esforço localizado nas bordas dos processos de sujeição que insinuam uma ruptura possível e apontam alguns princípios de crítica imanente às situações nas quais irrompem.

**PALAVRAS-CHAVE:** subjetivação; mobilização laboral; ruptura; experimentação; relações salariais; consumo; juventude; violência; empreendedorismo.

## ABSTRACT

This thesis approaches subjectivation processes developed in the midst of work, family, community and school routines of people whose lives take place in the municipality of Alvorada, which belongs to the Metropolitan Region of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul (Brazil). From the follow, for six months, of the routine of young people and workers in the municipality, I draw an overview of the material, political and subjective conditions that led to the exploration of new possibilities in relation to the universes with which my interlocutors were in contact, that is, wage relations, consumption, engagement with educational and/or professionalizing projects, investment in small businesses and, finally, living with the violence associated with drug trafficking, which determined some restrictions, especially in the lives of young people. Daily interaction and dialogue with my main research collaborator, Alexandre, observation and interviews carried out in two professional training spaces – Florestan Fernandes Municipal Professional Education Center and Center for the Youth – and conversations with owners of small businesses formed my space of problematization during the six months that I lived and developed fieldwork in the city. In conversation with Alexandre, I address the material oscillations that have conditioned subjective experiments in recent years, covering periods of economic growth (between 2004 and 2014) and downturns in the national economy (between 2016 and 2019). I also analyze the impact of the “transformations” that the engagement with studies had on his personal trajectory, “transformations” that were the starting point for the formulation of an original discourse on the proletarian condition. Extending some of Alexandre's expectations, I find, among the owners of small businesses, a concern with self-cultivation, which took place, in a tense manner, in the sale of services and objects. Based on observations and interviews at Florestan Fernandes vocational training school, I present the desiring dynamic that supported the construction of professional learning spaces. This dynamic was configured as an oscillation between, on the one hand, a micro-agencement of desire that received and animated people's expectations of self-transformation and, on the other, a micro-equipment of power that sought to make their desire useful from the point of view of economic mobilization. At the Center for the Youth, where young people were invited to imagine new possibilities for study, work and organization compatible with their labor insertion, there was a tension regarding the place they should occupy in the decision-making process about their present and future. Making a movement that starts from the reflexive detailing of the conditions of possibility of subjectivation and arrives to a punctual exploration of the immanent criticism that it triggers in certain worlds, I conclude that the subjectivation processes are not just a reaction to variables arranged by power. Rather, they are an effort located at the edges of subjection processes that hint at a possible rupture and point to some principles of immanent criticism of the situations in which they break out.

**KEY-WORDS:** subjectivation; labor mobilization; rupture; experimentation; wage relations; consumption; youth; violence; entrepreneurship.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 “A vida é assim mesmo”? Relação salarial e regime de afetos durante o período de aumento do emprego e do consumo no Brasil (2004-2014) .....</b>	<b>34</b>
1.1 “Pôr o dedo na ferida”: irreverência proletária .....	41
1.2 “A vida é assim mesmo”? .....	48
1.2.1 O aumento do consumo: sentimentos alegres e descontinuidade dos afetos .	49
1.2.2 Assalariados alegres? .....	60
1.2.3 “Ambição” e subordinação salarial .....	62
<b>Capítulo 2 "Trabalhadores que não querem trabalhar". Do engajamento com os estudos a uma nova posição proletária .....</b>	<b>66</b>
2.2 A noite intelectual dos proletários .....	71
2.2 O valor crítico-analítico e insurrecional da História.....	76
2.3 O gosto pelo inútil.....	80
2.4 Reconhecimento social .....	82
2.5 Militância comunista.....	83
2.6 O pensamento dos que não foram contemplados com o “privilégio” do pensamento .....	85
2.7. Uma nova posição proletária: trabalhadores que não querem trabalhar .....	92
2.8 Os estudos e a tranquilidade subtraída.....	96
<b>Capítulo 3 O ajuste do desejo nos anos de crise (2016-2019): “pensar em si” .....</b>	<b>102</b>
3. 1 O início dos “perrengues” .....	105
3.2 Uma rede de contenção: o “apoio” dos demais .....	109
3.3 A diminuição das “potências de agir” e o ajuste do desejo .....	111
3.4 “Correrias”, “bretes” e “brilhos”.....	116
3.5 A volta da fé, dissipação do desejo e depressão .....	121
3.6 A venda da força de trabalho .....	123
3.7 A disjuntiva dos anos de crise: “pensar em si” ou “absorver as demandas dos outros” .....	126
<b>Capítulo 4 “Mude o rumo da sua vida!” Mutações de desejo num espaço de formação profissional.....</b>	<b>137</b>
4.1 A ampliação da oferta (e da demanda) educacional no Brasil.....	140
4.2 Donas de casa, assalariados e “massa marginal”: o público do CMEP Florestan Fernandes .....	145
4.2.1 O conceito de marginalidade econômica e os objetivos da gestão estatal diante da “massa marginal”.....	152

4.2.2 “Fazer o que se gosta” .....	157
4.3 Do agenciamento de desejo ao equipamento de poder .....	159
4.4 Micro equipamento de poder .....	169
4.5 A “formação” dos profissionais. O empreendedorismo como máquina de captura de desejos .....	180
<b>Capítulo 5 Processos de subjetivação em pequenos negócios e as condições do mercado em Alvorada/RS .....</b>	<b>185</b>
5.1 Joel: uma nova elegância .....	187
5.2 Pérolas de Ômio: “a beleza é para todos” .....	197
5.3 Koisas de Paulinha: “o externo reflete o que temos dentro de nós” .....	204
5.4 A promoção de modos de vida e do cuidado de si nos comércios e as condições do mercado em Alvorada .....	217
<b>Capítulo 6 As vidas “questionavelmente vivas” dos jovens em Alvorada: mortes violentas, modulação pública do luto e mobilização salarial .....</b>	<b>226</b>
6.1 Rafael: as vidas não passíveis de luto .....	228
6.2 O irmão das “Sandras” .....	232
6.3 A amiga querida .....	236
6.4 Contra as forças da melancolia, fotos e canções .....	244
<b>Capítulo 7 “Um lugar de sonhos”: do cultivo da empregabilidade ao advento de um inexistente no Centro da Juventude de Alvorada .....</b>	<b>250</b>
7.1 Os “Centros da Juventude” e o “Programa Direitos e Oportunidades” .....	253
7.2 Jovens em disputa: o que conta aqui, não conta lá .....	259
7.3 As regras do “aparecer” e a inclusão na “postura CJ” .....	266
7.3.1 A produção de trajetórias genéricas e o lugar dos problemas .....	267
7.3.2 “Aqui cada um é único porque é diferente” .....	272
7.3.3 Das organizações coletivas à gestão social .....	276
7.4. A “hora” PIR: o infinito da individuação .....	279
7.5. Advento de um inexistente no mundo “CJ Alvorada”. Os “jovens multiplicadores” e o encaminhamento coletivo dos problemas .....	282
<b>Conclusão Das oscilações materiais do desejo às rupturas localizadas .....</b>	<b>288</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>301</b>

## **LISTA DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS**

**Mapa 1** - Lugares frequentados durante o trabalho de campo em Alvorada/RS (2018-2019). P. 27.

## LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

- Figura 1** - Casa na rua Óscar Schick, de cor verde e com as portas e janelas pintadas de branco. Na casa ao lado, com a frente arborizada, morava nosso vizinho, Seu Severino. Foto da autora. P. 25
- Figura 2** - Diagrama "regime de afetos e desejos" (2006-2016). P. 65
- Figura 3** – Outdoor anuncia Ensino de Jovens e Adultos à distância com o slogan “Mude o rumo da sua vida”. P. 144
- Figura 4** - Colegas ajudando uns aos outros durante as práticas. P. 147
- Figura 5** - Rosa prepara o cabelo de Cristiane com as tinturas. P. 149
- Figura 6** - Fabi conta histórias às colegas durante a aula. P. 151
- Figura 7** - Guilherme e Roberta conversam enquanto ele lava os cabelos de Fabi. P. 161
- Figura 8** - Carla lava os cabelos da professora Carine. P. 162
- Figura 9**- Joel corta o cabelo de Guilherme. P. 167
- Figura 10** - Cristiane e Rosa conversam enquanto Rosa cuida dos seus cabelos. P. 167
- Figura 11**- Eronilda cuida dos cabelos de sua amiga, que se apresentou como voluntária, aplicando tintura. P. 168
- Figura 12** - Objetos e produtos em uso espalhados pela mesa. P. 169
- Figura 13** - Uma ex-aluna do curso visita a turma com seu bebê recém-nascido. P. 170
- Figura 14** - Joel e Cristiane fazem graça e Sirley dá risada. P. 170
- Figura 15** - Conversas animadas durante as aulas. P. 171
- Figura 16**- Cristiane com um novo visual, depois de pintar, cortar e modelar o cabelo. P. 171
- Figura 17** - Alguns alunos registram os procedimentos realizados por Joel para consulta posterior. P. 174
- Figura 18**- Professora Carine preparando os cabelos de Camila. P. 175
- Figura 19**- Rosa e Fernanda posam para a foto, em meio a uma conversa na sala de aula. P. 177
- Figura 20** - Fernanda se prepara para cortar os cabelos de Rosa. P. 177
- Figura 21**- Joel no balcão do seu salão. Na parede, os certificados dos cursos que realizou. P. 188
- Figura 22**- Ambiente do salão de Joel. P. 189
- Figura 23**- Detalhes da decoração escolhida por Joel. P. 191
- Figura 24**- Objetos usados para decorar e singularizar o ambiente. P. 191
- Figura 25** - Aquário construído por Joel e usado na decoração do salão. P. 192
- Figura 26**- Quadro com a iconografia típica das "barber shops" ou barbearias clássicas. P. 193
- Figura 27**- Cartões comerciais do estabelecimento de Joel. P. 194
- Figura 28**- Joel e sua esposa posando no salão de beleza. P. 195
- Figura 29**- Larissa, que estava à frente da loja Pérolas de Ômio. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 197
- Figura 30** - Cosméticos da marca "Mary Kay" oferecidos por Cristina na loja. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 198
- Figura 31** - Mensagem de Larissa aos clientes, com objetos (conchas e pérolas) associadas à Iemanjá. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 199
- Figura 32**- Imagens produzidas por Larissa e veiculadas na página online do estabelecimento. Iconografia e cores associadas à Iemanjá (branco, azul, pérolas, conchas). P. 200
- Imagem 33** - Peças de artesanato confeccionadas por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 200

- Figura 34-** Almofada de seda branca com pérolas. - Peça de artesanato confeccionadas por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 201
- Figura 35** - Camiseta e almofada com estampas de Iemanjá. Peças idealizadas e confeccionadas por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento. P. 203
- Figura 36-** Paulinha posando no balcão da sua loja. Imagem da autora. P. 204
- Figura 37-** Frente da loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora. P. 206
- Figura 38** - Vitrine da loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora. P. 206
- Figura 39-** Detalhe das roupas vendidas na loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora. P. 210
- Figura 40** - Meia-saias que fazem sucesso entre as clientes. Imagem da autora. P. 211
- Figura 41** - Uma das "irmãs" posa para a foto com a roupa que acabara de experimentar. Imagem da autora. P. 212
- Figura 42** - As "irmãs" conversam com Paulinha enquanto provam as roupas. Imagem da autora. P. 213
- Figura 43** - Clientes revisam as araras para ver as novidades. Imagem da autora. P. 214
- Figura 44** - Paulinha alerta a "irmã", em meio à conversa, que "o externo reflete o que temos dentro de nós". Imagem da autora. P. 215
- Figura 45** - Blusa cor-de-rosa com babados num manequim. Ao fundo, as letras que identificam a loja num quadro. Imagem da autora. P. 217
- Figura 46** - Alexandre na Biblioteca Popular Luis Carlos Solim, em Alvorada. Imagem da autora. P. 300
- Figura 47** - Eu e Alexandre na casa da Rua Oscár Schick. P. 300
- Figura 48** - Alexandre visitando seus ex-colegas do curso de Libras no Instituto Federal em Alvorada. Imagem da autora. P. 300.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**CJ** – Centro da Juventude de Alvorada/RS

**CMEP Florestan Fernandes** – Centro Municipal de Educação Profissional Florestan Fernandes

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**Fies** – Fundo de Financiamento Estudantil

**IFRS** – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

**JR** – Justiça Restaurativa

**JM** – Jovem Multiplicador

**MTD** – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

**PIR** – Programa Individual de Realização

**ProUni** – Programa Universidade para Todos

**RMPA** – Região Metropolitana de Porto Alegre

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SISU** – Sistema de Seleção Unificada

**SJCDH** - Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

**UAMA** – União das Associações de Moradores de Alvorada

“Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade (...)"  
(Aristóteles, Metafísica)

## Introdução

Esta tese propõe um percurso empírico e teórico pelos processos de subjetivação desenvolvidos em meio às rotinas laborais, familiares, comunitárias e escolares de pessoas cujas vidas transcorrem, em boa medida, no município de Alvorada, pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Por “processos de subjetivação”, entendo aqueles momentos, muitas vezes frágeis e fugazes, em que a ordenação dos lugares sociais é suspensa em favor de uma exploração autônoma das possibilidades apresentadas nos processos que mobilizam, de alguma maneira, as potências e as expectativas das pessoas. Ao longo de meu itinerário de análise, proponho-me a visibilizar e discutir como meus interlocutores se engajaram em processos de exploração dessas possibilidades em cada um dos espaços nos quais circulavam e em relação a cada um dos universos com os quais estavam em contato: as relações salariais, o consumo, o engajamento com projetos educativos e/ou com pequenos negócios. Também incluo neste panorama um elemento presente no seu dia-a-dia: a violência associada ao tráfico de drogas, presente nos territórios onde viviam. Argumentarei que o engajamento das pessoas com alguns horizontes de autotransformação – boa parte deles articulados a promessas de integração exitosa no mundo do trabalho, do empreendedorismo e dos estudos – deu lugar à exploração de novas possibilidades de existência que não se conjugavam automaticamente com os objetivos estratégicos das instituições onde tais promessas eram cultivadas ou com as condições necessárias para a reprodução das relações salariais.

Em meio às condições da sua mobilização nos marcos do assalariamento, meus interlocutores apostavam em cursos profissionalizantes, na abertura de pequenos negócios ou no aprendizado de novas habilidades. A partir desses engajamentos, eles desenvolviam uma reflexividade sobre si mesmos que os posicionava numa condição ativa diante das relações familiares, fraternais, laborais e comerciais em que participavam, instalando problemáticas novas nos seus espaços de vida. Os jovens, por exemplo, eram acolhidos em instituições destinadas a orientá-los vocacionalmente para que pudessem enfrentar a precariedade laboral que os esperava. No entanto, eles eram capazes, em

determinadas condições, de construir uma crítica ativa ao imperativo do disciplinamento laboral como medida de afastamento dos contextos de violência a que estavam expostos. Por sua vez, os trabalhadores precarizados se lançavam tanto à aprendizagem de novas habilidades que diversificassem suas alternativas laborais quanto à aventura comercial. Enquanto traçavam essas estratégias, constituíam suas próprias perspectivas sobre os limites da exortação contemporânea ao empreendedorismo e faziam dos pequenos projetos comerciais um espaço para o “cuidado de si” (Foucault, 2010). Todas essas experimentações foram animadas pela transformação, em anos recentes, das condições salariais e, com elas, das possibilidades materiais dos assalariados. Tais transformações incidiram na correlação de forças entre os trabalhadores e os patrões e habilitaram uma exploração dos limites da relação salarial, assim como um ingresso massivo dos trabalhadores num espaço de consumo ampliado. Nesse contexto de ampliação das possibilidades materiais, o consumo pôde ser explorado em suas novas possibilidades e, em alguns momentos, em descontinuidade com sua função no marco da relação salarial, que, segundo Lordon (2018), é a de proporcionar uma mobilização “alegre” dos assalariados.<sup>1</sup>

Trata-se, portanto, de dinâmicas que oscilam entre a reiteração de uma ordem e a inauguração de possibilidades radicalmente novas. Esse tipo de problemática nos convida a tomar posição num debate contemporâneo sobre os sentidos e as condições da transformação social em um momento em que esta parece estar totalmente condicionada à articulação entre imperativos de mercado e estratégias estatais de governo das populações. Até que ponto esses elementos determinam o terreno no qual se cultiva o *poder-ser* das pessoas? Em outras palavras, suas experimentações podem levar a momentos de ruptura com a ordem vigente ou, ao contrário, elas só podem ser uma projeção dos mecanismos de poder atuantes em determinada época?

As abordagens antropológicas atuais dos problemas suscitados pela pergunta a respeito das condições, do conteúdo e das possibilidades dos processos de subjetivação oscilam entre, por um lado, uma ênfase na capacidade de diagramação do poder e dos imperativos de mercado sobre os processos de subjetivação e, por outro, uma definição da autonomia subjetiva como um momento compatível com o desenvolvimento das possibilidades imanentes de um mundo. No marco dessa segunda tendência, o motor da

---

<sup>1</sup> Ao longo da tese, todos os termos e/ou citações retiradas de obras que estão em outro idioma, seja o inglês, o francês ou o espanhol, foram traduzidas por mim.

autonomia subjetiva terminaria dependendo, em última instância, de uma espécie de força subreptícia que teria a capacidade de, constantemente, dissolver os investimentos de poder. Um exemplo da primeira tendência encontramos em muitas análises de tipo foucaultiano, as quais, como aponta De Vries (2016), costumam encarar a inserção das pessoas em mecanismos estatais de participação, em instituições educativas ou no consumo, por exemplo, enquanto uma “inclusão de populações em estruturas de governo, de maneira que as primeiras passam a sentir-se parte de tais estruturas, um efeito alcançado pelos mecanismos neoliberais de individualização e responsabilização” (2016, p. 792). A inclusão nesses processos seria animada pela vontade de poder dos corpos governamentais. Seria preciso, então, engajar-se criticamente na desconstrução das boas intenções das tentativas de ampliação da potência governamental.

Um exemplo da segunda tendência, encontramos em João Biehl (2008), quando menciona o “estranho processo subjetivo que faz com que o abandonado, *apesar de tudo*, continue antecipando outra chance de vida” (Biehl, 2008, p. 415-416, ênfase minha). Nesta abordagem, o desejo antecede os investimentos de poder e, portanto, permanece capaz de frustrar suas pretensões. Se, como afirma Biehl (2008), a subjetividade é “aquilo que excede e escapa”, aquilo “que não pode ser fixado por uma norma ou numa forma”, então, ela só pode ser uma força disforme que passa sob ou através das formas, destituindo-as constantemente. Mesmo que admitíssemos esse caminho, ainda precisaríamos avançar na definição de *como* isso ocorre ou, então, perguntar o que, efetivamente, separa um processo de subjetivação da repetição de uma determinada ordem, norma ou forma. Também Ingold (2015) recai na fórmula que atribui à força da imanência a capacidade de dissolver determinados controles e violências, quando afirma o seguinte: “a vida não é subserviente à agência, mas a agência é subserviente à vida”. Ingold (2015) aprofunda ainda mais a correlação entre “vida” e o plano de imanência que fluiria entre ou através dos processos e dos marcos das realizações:

Essa vida não pode ser encontrada num registro de realizações, e tampouco pode ser reconstruída como um curriculum vitae, através do arrolamento de certos marcos fixados ao longo de uma rota já percorrida. *Ela passa pelos marcos como um rio entre as margens, se afastando deles à medida que vai fluindo*. É isso que Deleuze quer dizer quando fala de uma vida (ao invés de a vida), que se desdobra naquilo que ele chama de “plano de imanência” (Ingold, 2015, p. 30, ênfase minha)

O recurso a essas saídas visa limitar algumas tendências associadas às análises foucaultianas, que projetariam qualquer possibilidade de subjetivação como contraparte dos diagramas do poder – como argumenta Biehl (2008): “penso que Deleuze pode nos

oferecer elementos para uma leitura crítica ou um suplemento às aplicações de Michel Foucault e a sua teoria do biopoder vigentes em muitos setores da antropologia hoje” (Biehl, 2008, p. 420). No entanto, o preço a pagar por tal alternativa teórica parece ser uma espécie de crença no desenvolvimento imanente do desejo e da vida, os quais sempre estariam à espreita do poder e das normas vigentes, praticamente em qualquer circunstância.

Como um terceiro termo – o qual se propõe, assim como Biehl (2008) e Ingold (2015), a limitar o efeito das teorias que superestimam a incidência dos dispositivos de poder e dos imperativos de mercado sobre as possibilidades de subjetivação – estão as análises que se inserem numa tendência que Ortner (2016) denominou “giro da felicidade” (*happiness turn*). Esse tipo de análise enfatizaria “aquilo que proporciona às vidas um senso de propósito ou direção, ou [enfocaria] em como as pessoas buscam a melhor forma de viver – mesmo em circunstâncias precárias e hostis”. Aqui, além das noções de felicidade e esperança (Miyazaki, 2006), também ganham relevância temas como “liberdade, julgamento, responsabilidade, dignidade, auto formação, cuidado, empatia, caráter, virtude, verdade, reflexão, justiça e o bem-viver para a humanidade” (Walker e Kavedžija, 2015 *apud* Ortner, 2016, p. 59). No marco desse giro, os dilemas morais que afetam os grupos humanos e as escolhas éticas que as pessoas empreendem cumpririam um papel de contrabalanço em relação às disposições do poder e do mercado. Segundo Ortner (2016):

O foco nos esforços de atores reais para lidar com dilemas morais e fazer escolhas éticas pode ser encarado como uma abordagem que oferece um contrapeso positivo e humano à escuridão resultante dos trabalhos sobre a opressão neoliberal e os imperativos governamentais. Da mesma maneira, a ênfase em temas como cuidado, amor, empatia, responsabilidade, assim como nas tentativas das pessoas por – mesmo falhando – fazer a coisa certa, é um contraponto revigorante ao regime estrito dos (primeiros) escritos de Foucault, no marco dos quais nenhuma boa ação ficaria impune e em que toda ação positiva simplesmente ampliaria as redes de poder nas quais vivemos. (Ortner, 2016, p. 60)

No argumento da autora, a existência de moralidades e escolhas éticas representaria não só um contrabalanço em relação às teorias que enfatizam a degradação, o sofrimento e o poder de sujeição dos processos materiais e dos investimentos de governo de populações, mas também um complemento à análise crítica de tais condições. Ortner (2016) pondera, mais adiante:

Eu busquei enfatizar a importância de manter esses dois tipos de trabalho ou, mais amplamente, essas duas perspectivas em ativa interação entre si, antes que em oposição. Isto porque a violência do poder e da desigualdade não se

reduz simplesmente à força física e/ou à escassez, mas sempre é, ao mesmo tempo, as formas através das quais essa força e essa escassez limitam e deformam aquilo que Veena Das denomina projetos “cotidianos” de cuidado e amor, felicidade e bem-viver. (Ortner, 2016, p. 65)

A violência do poder e da desigualdade tanto limitaria quanto seria limitada, em circunstâncias determinadas, pelos projetos “cotidianos” de cuidado, amor, felicidade e bem-estar que as pessoas empreendem e que são dinamizados por alguns parâmetros éticos e morais. Para finalizar sua proposta, Ortner (2016) argumenta que uma outra tendência, que enfatiza o engajamento do antropólogo com movimentos sociais e iniciativas de crítica e de resistência às condições neoliberais, conjugaria “o estudo crítico da ordem existente” e “estudos que enfatizam o pensamento sobre futuros políticos e econômicos alternativos” (Ortner, 2016, p. 66). No fim das contas, Ortner propõe aliar a crítica à ordem existente com a pergunta sobre os “futuros políticos e econômicos” alternativos. No entanto, poderíamos nos perguntar o seguinte: qual é a relação entre a fabulação desses futuros alternativos e a determinação das condições econômicas e dos investimentos de poder sobre o dia-a-dia das pessoas? Se ambas são igualmente potentes e importantes, qual a natureza de cada um desses momentos, isto é, aqueles que apontam para a reprodução de uma ordem dada e aqueles que, ao contrário, insinuam sua ruptura e superação? Que tipo de processo permite que alguns parâmetros morais e éticos que circulam entre as pessoas se tornem um contrapeso real (não apenas especulativo) à sujeição e às privações a que estão submetidas?

Ao observar e acompanhar os esforços das pessoas em Alvorada/RS por criar espaços mais ou menos autônomos de experimentação das possibilidades oferecidas por um contexto (fosse no espaço do consumo, em meio às relações salariais, nas instituições de ensino, levando adiante projetos comerciais ou engajando-se na mobilização política), me questionava constantemente sobre as condições que tornavam possíveis esses momentos, ainda que eles fossem temporários e muito frágeis. Em outras palavras: por que esse tipo de experimentação não ocorria sempre ou em quaisquer circunstâncias? Quais eram as condições que o tornavam possível? Ao longo da tese, procurarei explorar as condições dessas rupturas em relação a certos processos que faziam parte do dia-a-dia dos meus interlocutores em Alvorada.

Veremos que, para dar conta dessas perguntas, não é necessário descartar, nem sequer amenizar, a análise crítica das condições de sujeição – isto é, para entender como as condições gerais dos mercados e os investimentos de poder penetram no nível do

“cotidiano” das pessoas. Para começar a desenvolver esse enfoque, é preciso localizar o pensamento no “ponto de cruzamento entre o problema da subjetividade e o problema da sujeição” (Biset et al., 2014, p. 21) e, assim, buscar avaliar em que consiste ou do que é feita a “descontinuidade” entre a sujeição à ordem e a criação de um espaço de autonomia – ou, no mínimo, de um momento de interrupção da sujeição. Autores como Foucault – mas também outros, como Althusser, Lacan, etc. – enfatizaram a construção subjetiva como um “efeito de forças que podem ser históricas, inconscientes, estruturais, linguísticas” (Biset et al, 2014, p. 18, ênfase minha). Nesta corrente, se radicaliza “a ideia de sujeito como súdito”. Ou seja, “se complexificam os processos de *sujeição* que constituem o sujeito” (Biset et al, 2014, p. 22, ênfase minha). O caminho para a subversão da ordem vigente, nessa corrente teórica, está no

(...) caráter relacional do poder, isto é, (...) a dominação nunca ocorre como produto unilateral de submissão. Uma relação de poder sempre supõe resistência. Mais do que isso, o poder não deve ser concebido apenas em termos negativos, tal como propõe a tradição liberal a partir da dicotomia liberdade/poder, mas em seu caráter produtivo: no jogo de poder-liberdade se constituem determinados sujeitos. (Biset et al, 2014, p. 23)

Por isso, cada trama específica de relações de poder e jogos de verdade aloja no sujeito uma potencial resistência, ou seja, práticas de liberdade singulares que não são “o outro do poder, mas sua *contraparte imanente*” (Biset et al, 2014, p. 23, ênfase minha). Podemos partir do pressuposto de que qualquer processo de interrupção ou suspensão de uma dada ordem de coisas se desenvolve em imanência ao campo de possibilidades que o poder dispõe. No entanto, para que uma ruptura adquira certa consistência, ela precisa, também, se separar dessas condições originais que a tornaram, em primeiro lugar, possível. Por isso, é necessário ir em busca de teorias novas – associadas a outras vertentes do pós-estruturalismo, como Rancière e Badiou –, assim como revisar as proposições de Deleuze e Guattari se quisermos precisar e explorar outras facetas da subjetivação, que apontem para uma interrupção radical das disposições do poder. A partir desses referentes, podemos pensar um sujeito que aparece nas bordas dos processos de sujeição, como a insinuação de uma ruptura possível, e não apenas como um efeito de poder que reage a variáveis já dadas. Os processos de subjetivação, nessa corrente teórica, instauram pontos de reflexividade e introduzem variáveis não funcionais num debate determinado e prometem o impasse das determinações que os envolvem.

Em conjunto, os autores que subsidiam minha análise se afastam da abordagem do sujeito como algo “composto” em estrita correlação com o poder e seus diversos

mecanismos. Neles, encontramos uma resolução diferente para o problema do sujeito e sua relação com a descontinuidade histórica. Nesta que é uma das últimas movimentações na discussão sobre o tema, o sujeito é entendido como “ruptura acontecimental com uma ordem de coisas dada” – e a matéria da subjetivação se conforma na relação com tais rupturas (Biset et al., 2014, p. 24). Assim, se na primeira variante da teoria da subjetivação “pós-fundacional” (isto é, posterior à desconstrução dos fundamentos modernos do sujeito) – Deleuze, Foucault, etc. –, “a emancipação só pode ocorrer na imanência de um processo de subjetivação”, isto é, nos jogos de poder-saber, ou na imanência do desejo; na segunda variante, que acabei de apresentar, “se requer uma determinada quebra com a imanência, sua *destotalização*” (Biset et al., 2014, p. 24, ênfase minha). Isto quer dizer que algo interrompe, ainda que fugazmente, a imanência da ordem existente instalando um elemento absolutamente novo e exterior que irá reconfigurar as possibilidades para a composição do mundo, seja do ponto de vista das trajetórias individuais, seja do das confluências coletivas. Os momentos de exploração mais ou menos autônomos na rotina dos trabalhadores podem ser encarados, nesse sentido, como uma *interrupção*, muitas vezes fugaz, das condições determinadas tanto pelo poder quanto pelos imperativos do mercado.

Apresento, a partir do próximo parágrafo, os caminhos através dos quais me inseri no dia-a-dia de alguns trabalhadores habitantes de Alvorada/RS e nos espaços que eles frequentavam. Ao longo da pesquisa de campo, em diálogo com quem foi investido por certos equipamentos de poder, tive acesso a outros caminhos da subjetivação, que não se dirimem apenas na resistência aos desígnios de uma ordem dada ou na figura de sua contraparte imanente. As experimentações dos meus interlocutores em meio às rotinas laborais anunciavam a problemática da ruptura e indicavam o limite dos modos de vida que eles eram convidados a chamarem de “seus”. Ao acompanhar a rotina de trabalhadores e jovens em Alvorada, pude testemunhar que suas experimentações e os enunciados que emergiam delas não apontavam apenas a tornar vivível e suportável as condições exploratórias que os afetavam. Em certos momentos, eles construía um vislumbre localizado do não sentido da realidade que precisavam encarar; vislumbre que, às vezes, vinha acompanhado da imagem cintilante e fugaz, mas nem por isso menos decisiva, de uma outra vida.

Em 2017, iniciei a pesquisa de doutorado perguntando-me sobre os processos subjetivos experimentados por mulheres moradoras da Região Metropolitana de Porto

Alegre (RMPA) em seus contextos laborais. Por sugestão do meu orientador, comecei a percorrer Alvorada, cidade da RMPA conhecida por ser o lugar de moradia de milhares de trabalhadores que se deslocam diariamente a outros municípios para cumprir jornadas laborais.<sup>2</sup> Algumas pesquisas – como as de Papi (2009) e Rigatti (1983) – reconstroem a história da constituição urbana do município, mostrando que a principal característica de Alvorada é sua configuração de “cidade-dormitório”<sup>3</sup>, isto é, uma cidade que serve de moradia de “trabalhadores de baixa remuneração ocupados em Porto Alegre” (Papi, 2009, p. 9).<sup>4</sup> Por conta dessas características, a população de Alvorada parece sofrer mais intensamente os períodos de desemprego, apresentando, por exemplo, em 2000, as maiores taxas de desemprego (19,30%), de informalidade (37,87%) e pobreza (20,75%) da RMPA (Verlindo, Biasoli, 2016). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) da cidade, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é 0,571, o que situa Alvorada no penúltimo lugar entre os municípios gaúchos. No entanto, desde os anos 1990 e até os anos 2000, alguns índices melhoraram no município, tais como a expectativa de vida, as taxas de mortalidade infantil e os níveis de escolaridade.<sup>5</sup> Outros tipos de estudos – Eger (2013) – apontam para a importância e o impacto tanto das políticas nacionais de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, quanto das redes de proteção social comunitárias e estatais, que promovem assistência à população mais pobre do município. Apesar de algumas melhorias, Eger (2013) observa

---

<sup>2</sup> Segundo o último Censo, realizado em 2010, Alvorada tem 195.673 habitantes e a população estimada em 2020 é de 211.352 habitantes. Em 2017, o município apresentou o menor PIB per capita do Rio Grande do Sul, segundo o Atlas Socioeconômico do RS (disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/pib-per-capita>). Há escassas indústrias na cidade e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, o salário médio mensal das pessoas ocupadas era de 2,4 salários mínimos (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>). De acordo com o mesmo Censo de 2010, em Alvorada 62,41% da população ocupada (que era de 90.149) trabalhava fora do município de residência.

<sup>3</sup> Nos filmes “Cidade-viajante” (2011), “Do barro ao asfalto” (2011) e no documentário mais longo “Onde se mora não é onde se trabalha” (2012), Luciana Tubello Caldas aborda o deslocamento dos moradores de Alvorada em direção à Porto Alegre. Na última película, em especial, registra as narrativas e considerações de algumas mulheres sobre o serviço doméstico desempenhado na metrópole, assim como seu cotidiano de idas e vindas entre Alvorada e Porto Alegre.

<sup>4</sup> Em 2015, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era 2,3 salários mínimos, segundo o IBGE, enquanto em Porto Alegre era 4,2 (2015) e no Rio Grande do Sul 3,1 (2011). A taxa de ocupação da população era de 10,8% (contra 57,4% em Porto Alegre) e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, em 2010, foi de 31,3% (contra 25,6% em Porto Alegre).

<sup>5</sup> A expectativa de vida foi de 68 anos em 1991 para 77,4 em 2010. As taxas de mortalidade infantil passaram de 23,6 em 1991 a 9,8 em 2010. No que diz respeito à escolaridade, em 1991, 66% da população tinha o Ensino Fundamental incompleto; em 2010, essa taxa foi de 42%, ou seja, a quantidade de pessoas que terminaram o Ensino Fundamental aumentou. Além disso, registrou-se o aumento de pessoas formadas no Ensino Médio, índice que passou de 7,8% para 27,1%. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/alvorada\\_rs#trabalho](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alvorada_rs#trabalho)

que Alvorada é constantemente associada, na mídia e em certo imaginário, não só à pobreza e à falta de infraestrutura (buracos nas ruas, falta de hospitais, transporte público deficiente), mas também à violência urbana. Em razão da incidência e do estigma da violência<sup>6</sup>, Alvorada é foco de algumas pesquisas sobre o tema, como as desenvolvidas por Rasera (2008), que tratou das “representações sociais da violência em Alvorada”, e Herechuk (2011), que indagou entre estudantes do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e do Ensino Médio sobre as percepções que tinham da cidade, buscando observar os elementos que compunham sua ambígua “identidade territorial”, que oscilava entre um orgulho e um desprezo pelo lugar em que moravam.

De posse dessas informações sobre Alvorada, em 2017, iniciei o período exploratório do trabalho de campo. Naquele momento, conheci e entrevistei algumas mulheres que se ocupavam, geralmente, no serviço doméstico ou em trabalhos de limpeza e de cuidado. Na primeira etapa da pesquisa, explorei alguns lugares em que o tema do trabalho, da inserção laboral e do provimento de renda estivesse sendo debatido e incentivado. Passei a frequentar o curso “Mulheres na construção civil”, oferecido pela prefeitura de Alvorada na sede da União das Associações de Moradores de Alvorada (UAMA) e financiado com recursos do governo federal. A intenção do projeto era “qualificar” mulheres para o trabalho no ramo da construção civil como medida de promoção dos direitos dessa população. A maioria das mulheres que conheci durante as aulas estava desempregada e tinha dificuldades para conseguir um posto de trabalho. Desde aquela época, as taxas de desemprego em cidades como Alvorada vieram piorando bastante<sup>7</sup>. Quando, finalmente, me mudei para o município com o intuito de realizar um

---

<sup>6</sup> Se observarmos as estatísticas, Alvorada tem um dos maiores índices de homicídios a cada 100 mil habitantes do Rio Grande do Sul (48.8 em 2016), sendo os homens jovens as vítimas e os vitimadores mais frequentes (Rolim, 2004). Por outro lado, se considerarmos roubos e furtos, Alvorada tem uma incidência menor de ocorrências por 100 mil habitantes (1.869 em 2016), se comparada à Porto Alegre (2.354), por exemplo (FEE, CrimeVis).

<sup>7</sup>A partir de 2015 a taxa de desemprego começou a subir na Região Metropolitana de Porto Alegre, “interrompendo a tendência de declínio iniciada em 2004”. Em 2015, a taxa de desemprego foi de 8,7% em 2015; em 2016, 10,7% e em 2017, 11,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2018, quando me mudei a taxa de desemprego atingiu 12,1%. Também o rendimento médio real dos ocupados reduziu em comparação com o período de 2004-2014: houve queda de 7,5% na renda em 2015, 8% em 2016 e 3,7% em 2017. Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística, os mais atingidos pelo crescimento do desemprego foram, em termos de escolaridade, aqueles que tem o ensino fundamental incompleto e os que tem ensino superior completo; em termos de gênero, atingiu mais os homens que as mulheres, assim como afetou mais os chefes de domicílio que os cônjuges. Nota-se também um crescimento da informalidade na RMPA, a partir de 2015, – em contraste com o aumento da formalização até 2014 (Verlindo; Biasoli, 2016) – recordando os níveis registrados no final dos anos 1990: “se agora (2015) há uma participação média de trabalhadores informais de 35,6% (trabalhadores assalariados sem

trabalho de campo mais prolongado, no final de 2018, as dificuldades resultantes da falta de trabalho e da diminuição do poder de compra dessas pessoas já estavam plenamente instaladas.

Ainda em 2017, durante as aulas do curso “Mulheres na Construção Civil”, conheci Alexandre, que se tornou meu principal interlocutor de pesquisa. Eu costumava compartilhar com ele o que pensava sobre as situações que emergiam durante as entrevistas e observações realizadas em Alvorada. Diante das descrições e hipóteses que eu apresentava, ele seguidamente oferecia sua posição, desenvolvendo sempre uma perspectiva sagaz e irreverente sobre o tema em debate. Quando o conheci, ainda se fazia chamar publicamente de Ana Paula.<sup>8</sup> Posteriormente, ele passou a se identificar como um homem transexual e adotou o nome de Alexandre. Hoje em dia, com a idade de quarenta anos, encontra-se em processo de transição de gênero. Tal condição, do seu ponto de vista, incidia em uma série de dimensões da sua vida, fosse negativa ou positivamente. Na verdade, ser um homem transexual (e, antes disso, uma mulher homossexual com traços masculinos) incidia profundamente em seu modo de ser, em suas disposições e interesses. Nas suas palavras:

As pessoas como eu têm que enfrentar muitos preconceitos desde muito cedo para se afirmar, para sermos aceitos e para existirmos: na família, na escola, no bairro... então, isso é parte da nossa vida: lutar para sermos aceitos. Nós já somos assim, rebeldes, da pá virada... não aceitamos o mundo como ele é, porque não aceitamos o que as pessoas querem que a gente seja.

Desde muito cedo, portanto, Alexandre percebia que as disposições que lhe eram demandadas – uma correspondência entre o sexo biológico e suas posturas, as quais deveriam condizer com as de uma mulher – não correspondiam com o que ele mesmo sentia e desejava ser. Tal percepção foi a origem de um forte sentimento de “revolta” contra o mundo que rechaçava o que ele era. Desde os primeiros momentos, desenvolvi com Alexandre uma relação amistosa e de camaradagem. Quando me apresentei diante da turma do curso Mulheres na Construção Civil, dizendo que era antropóloga e que estava interessada em desenvolver uma pesquisa sobre as mulheres trabalhadoras em Alvorada, ele veio me questionar no intervalo da aula: “Antropologia é o estudo do

---

carteira assinada, autônomos, empregados domésticos e outras ocupações), na média dos anos 90, o percentual dessas mesmas ocupações sobre o total dos ocupados ficou em 43,8%”.

<sup>8</sup> Usarei, ao longo da tese, o nome verdadeiro do meu interlocutor principal Alexandre, uma vez que, consultando-o sobre a questão, ele concordou em aparecer mencionado assim no texto. Os demais indivíduos que aparecem mencionados ao longo do trabalho tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios para manter sua privacidade.

homem, né? Eu sei porque tive aula de sociologia no cursinho, e o professor disse isso. Eu amo [Ciências] Humanas”. Além de me animar por encontrar alguém que tinha uma definição para a Antropologia, descobri naquele momento uma pessoa que se tornaria um parceiro na formulação de ideias para a pesquisa. Extremamente perspicaz, Alexandre me ajudou não só a resolver as questões que eu trazia para desenvolver no trabalho de campo, mas também a criar problemas novos, certamente mais difíceis e mais profundos – problemas aos quais espero fazer jus ao longo dos capítulos dessa tese.

Alexandre foi quem me abriu as portas da sua casa quando eu recém chegava na cidade. Naquela época, ele ainda vivia no bairro Umbu, uma região bastante populosa de Alvorada. Foi ele, também, quem me apresentou amigos, me mostrou lugares e me introduziu na rotina de muitos alvoradenses. Além de “amar Humanas” e ser um agudo parceiro de reflexão e análise, Alexandre também era um militante social que havia sido muito ativo no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Enquanto atuava nessa organização, também participou na construção de um cursinho pré-vestibular popular em Alvorada e de diversas mobilizações pelos direitos LGBTQI+. Por ser muito articulado, tinha acesso a múltiplos contatos, desde vizinhos, amigos e conhecidos, até figuras políticas, professores e militantes populares da cidade. O acesso às redes de amigos e conhecidos de Alexandre me permitiu conhecer diversas pessoas e situações, sem as quais essa tese não teria sido tão rica em histórias e relatos.

Como mencionei anteriormente, em 2017, quando iniciei a etapa exploratória do trabalho de campo, as condições de vida das pessoas em Alvorada vinham se transformando e se tornando cada dia mais precárias e incertas. Para alguém como Alexandre, isso era ainda mais dramático, em razão dos preconceitos de gênero que sofria na hora de pleitear uma vaga de emprego. Devido a tais dificuldades, somadas à diminuição geral da oferta de postos laborais, ele permaneceu desempregado durante longo tempo, desempenhando, de vez em quando, algum bico ou apostando na criação de um pequeno negócio. Em meio a tais dificuldades, Alexandre acabou se separando da sua companheira, com quem estava casado fazia mais de dez anos. O divórcio aconteceu no final de 2018, justamente quando eu estava me mudando para Alvorada para realizar o trabalho de campo que duraria seis meses. Vendo-o nessas dificuldades – sem um emprego e uma renda que o ajudassem a pagar o aluguel –, eu ofereci um dos quartos da casa que eu alugaria para que ele pudesse se acomodar durante o tempo em que eu permanecesse em Alvorada. A partir dali, Alexandre me ajudou a encontrar uma casa

apropriada e trouxe móveis e eletrodomésticos para mobiliá-la – itens que, do contrário, eu teria que comprar em algum brique no município. Como eu tinha certa pressa, acabei por escolher uma das primeiras casas que sua amiga Néca nos havia indicado. O imóvel ficava no bairro Formosa, a cerca de 2,5 quilômetros do centro comercial da cidade, denominado “parada 48”. Entre novembro de 2018 e abril de 2019, dividimos essa moradia em Alvorada. A convivência direta com Alexandre foi um elemento central para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que me permitiu presenciar – e formular, junto a ele – a diferença entre os momentos em que havia a repetição de uma rotina e aquelas oportunidades em que uma experimentação de novas possibilidades se abria.

Além de Alexandre, meu companheiro Alex também residiu na casa do bairro Formosa durante os primeiros meses do trabalho de campo. Estávamos todos instalados na Rua Óscar Schick, uma via íngreme que começava na Avenida Getúlio Vargas, principal artéria de Alvorada, e terminava na Frederico Dihl, outra avenida importante da cidade. Na parte mais alta da Óscar Schick, localizava-se o cemitério público municipal. Nós residíamos em frente. A casa era de alvenaria, com telhado de zinco e possuía um pátio frontal cimentado. Nossas instalações eram simples, mas relativamente espaçosas. Alguns pequenos problemas, porém, foram surgindo ao longo da estadia. Uma das janelas estava quebrada, havia rachaduras nas paredes e, à certa altura, tivemos uma infestação de carrapatos cuja origem eram os cachorros que andavam pelos pátios vizinhos. Apesar das condições precárias, foi possível construir um habitat agradável: dispusemos os móveis e eletrodomésticos no espaço comum formado pela cozinha e pela sala contígua. Próximo da porta de entrada, colocamos uma poltrona, uma luminária e a escrivaninha que albergava o computador de Alexandre – na época, já desativado – e um aparelho de som – este, sim, bastante utilizado no período em que moramos juntos. A divisória entre os quartos era feita de uma madeira muito fina, o que nos fez concluir que a preservação da intimidade e da privacidade daqueles que morariam ali não era uma grande preocupação do locador da casa, chamado Joel.

A precariedade das habitações era algo que chamava atenção, não só a mim, mas aos demais moradores e visitantes, mesmo aqueles que estavam acostumados às moradias simples que eram oferecidas para o aluguel em Alvorada. Ao lado de nossa casa, havia um “pátio” onde o mesmo locador construía minúsculas “pecinhas” (casas com apenas um cômodo) que ele alugava geralmente para homens solteiros e jovens casais com filhos. A condição dos imóveis era decrépita. Mesmo assim, os inquilinos pagavam um aluguel

de quatrocentos reais, enquanto a casa em que morávamos custava seiscentos. Alexandre assegurou que no Umbu, bairro em que morava anteriormente, os aluguéis eram igualmente baratos. No entanto, as casas de lá se encontravam em melhor estado.<sup>9</sup> Consideramos que havia certo descaso por parte de Joel, sensação que era compartilhada também pelos vizinhos que moravam nas peças ao lado. A falta de manutenção da infraestrutura tornava as condições certamente incômodas em muitos momentos e a percepção geral era a de que estávamos, nós e os vizinhos, sendo ludibriados por um mau prestador de serviços. Apesar disso, pequenos negócios rentistas como o de Joel, que extraíam algum valor do arrendamento de casas precárias, podiam prosperar em Alvorada, uma vez que boa parte dos moradores recebiam um salário mínimo – ou, inclusive, menos – e dispunham, no fim das contas, de pouco dinheiro para o aluguel<sup>10</sup>.

Já de início, o acordo de aluguel fora firmado entre Joel e eu apenas verbalmente, ou seja, não havia nenhum tipo de contrato ou documento assinado que garantisse a transação. Salvo o compromisso que assumimos entre nós, nada assegurava, juridicamente, que eu pagaria o aluguel e que ele não nos expulsaria a qualquer momento da casa. Segundo Alexandre, fazer esse tipo de acordo verbal era absolutamente comum em Alvorada e ele próprio “nunca [havia] alugado uma casa com contrato”. Seu Severino, nosso vizinho, costumava espalhar alguns rumores que colocavam em questão a efetiva posse de Joel sobre os terrenos nos quais as casas estavam construídas. Ele tratava de desmerecer os negócios imobiliários do concorrente, uma vez que também alugava “pecinhas” nos fundos da sua casa. Havia entre os dois uma pequena disputa pelos inquilinos no mercado imobiliário local. Severino era um senhor de uns setenta anos e se

---

<sup>9</sup> O Umbu era um bairro mais afastado do centro de Alvorada e que era atendido por poucas linhas de ônibus, o que tornava o acesso a ele mais difícil. Também carregava alguns estigmas mais acentuados em relação à presença da violência e da pobreza. Essas características possivelmente tornavam os aluguéis mais baratos, apesar de oferecerem casas de melhor qualidade. Apesar desses estigmas e dificuldades, o Umbu era um bairro bastante populoso e bem abastecido de mercados e serviços. Lá, localizava-se também o campus alvoradense do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

<sup>10</sup> Por mais que fosse possível encontrar em Alvorada casas em condições melhores, era recorrente o oferecimento dessas pecinhas que custavam em torno de trezentos reais (acrescidos do valor da água e da luz divididas entre todos os moradores de um mesmo conjunto, soma que podia alcançar o valor de cerca de cem reais). Nós notávamos que, no caso de Joel, nenhuma situação o compelia a arrumar as casas e melhorar suas condições de habitação. É provável que a alta rotatividade de moradores e, muitas vezes, sua condição econômica frágil terminassem vulnerando suas petições por uma melhor manutenção das casas. Era frequente, por exemplo, que Joel adaptasse o preço do aluguel de acordo com as condições financeiras das famílias ou, mesmo, perdoasse alguns aluguéis atrasados diante de um eventual período de desemprego. Talvez tenha sido por esse conjunto de motivos que, só depois de muitos pedidos, ele tenha aceitado consertar uma das janelas da casa que estava quebrada, não sem antes se queixar que estávamos deixando-a tempo demais aberta, fazendo, assim, com que ela se desgastasse.

considerava um homem do comércio. Na parte da frente de sua casa, mantinha um pequeno bar, onde oferecia, além de bebidas alcóolicas, almoço e alguns poucos itens de mercearia. A parte frontal de seu imóvel era a zona mais arborizada do trecho de rua em que vivíamos e contrastava com a aridez do entorno. Simpático, ele costumava se debruçar em nosso muro para conversar e, frequentemente, convidava-nos para tomar um chimarrão sob a sombra do seu pátio.

Além das condições internas e externas da casa, cabe mencionar o ambiente altamente ruidoso da Rua Oscar Schick. A parte da via em frente ao cemitério era o ponto auge da aceleração de carros, ônibus e caminhões que forçavam os motores para vencer o aclave. Além do trânsito, os vizinhos também costumavam ser barulhentos: ouviam música ou discutiam em voz alta quando irrompia alguma “ladaia”, no dizer de Alexandre. Como as casas eram muito próximas, não era difícil ser surpreendido pelas vozes dos vizinhos. Nossa rua também era conhecida pela proximidade com o cemitério que, por não receber da prefeitura os devidos cuidados, de vez em quando exalava odores desagradáveis. Todos que moraram ali ficaram marcados pela presença fúnebre, um pouco incômoda, do cemitério municipal. De vez em quando, a situação ainda era agravada pelo atraso na coleta do lixo. Apesar dessas características, a Oscar Schick podia ser elogiada por algumas pessoas porque era uma rua asfaltada, condição incomum em muitos bairros de Alvorada. Morar esses seis meses na cidade significou, para mim, sentir também a frustração que essas condições precárias incutem no ânimo de quem precisa enfrentá-las. Não seria correto dizer que as pessoas que conheci estavam acostumadas a elas. Ficou claro, para mim, que meus vizinhos também percebiam a precariedade e se angustiavam com ela. Era difícil ignorar a presença de tantos problemas. Em tais circunstâncias, alguns moradores pendiam para a revolta, como Alexandre, enquanto outros optavam por uma resignação entristecida.

A proximidade com o cemitério, que esvaziava de movimentação as redondezas, a distância em relação à avenida principal de Alvorada, a pouca oferta de transporte público e o difícil acesso imposto pelo relevo acentuado imprimiam à vizinhança, na parte alta da Oscar Schick, um ar de isolamento. As sensações angustiosas de abandono e de imobilidade também tinham origem nas dificuldades econômicas pelas quais os moradores passavam naquele período. Apesar do clima de preocupação e da sensação de estancamento que marcaram o período, ainda havia espaço para a boa convivência e o cultivo de momentos agradáveis. De vez em quando, conversávamos com algum vizinho

através do muro, tomávamos um chimarrão no pátio arborizado de Seu Severino ou sentávamos com Alexandre na frente de casa para um churrasco ou uma cerveja no fim da tarde. Nessas ocasiões, atualizávamos as conversas enquanto observávamos as pessoas passando em frente ao portão, voltando ao lar depois do dia de trabalho. Eram nesses momentos que desenvolvíamos longas conversas, testávamos hipóteses, formulávamos proposições e Alexandre me apresentava os relatos sobre os momentos de alegria e de dificuldade pelos quais havia passado ou que ainda enfrentava. Era também durante os churrascos que costumava soar no rádio o refrão de uma música que ele apreciava bastante e dizia assim: “Toquem o meu coração, façam a revolução/ Que estar no ar, nas ondas do rádio/ No submundo repousa o repúdio/ E deve despertar”. A canção chamada “Rádio Pirata”, tocada por um conjunto de rock brasileiro popular nos anos 1980, ressoou muitas vezes nas nossas reuniões e confraternizações. Além de demandar uma intervenção do outro – “toquem o meu coração” – e apontar para o poder de interpelação das ondas do rádio, a canção lançava alguns enigmas: que lugar era esse onde o repúdio repousava? Como era esse submundo? Aos poucos, o convite desses versos foi moldando também as intenções do meu trabalho, que buscou indagar as condições das rupturas que as pessoas empreendiam e em quais direções elas apontavam. A partir das condições afetivas, políticas e intelectuais proporcionadas pelo meu encontro com Alexandre, a primeira parte da tese – os capítulos 1, 2 e 3 – aborda seus enunciados e análises a respeito das experiências que povoaram sua vida em anos recentes e de suas jornadas em busca de um emprego durante o período em que morei em Alvorada.

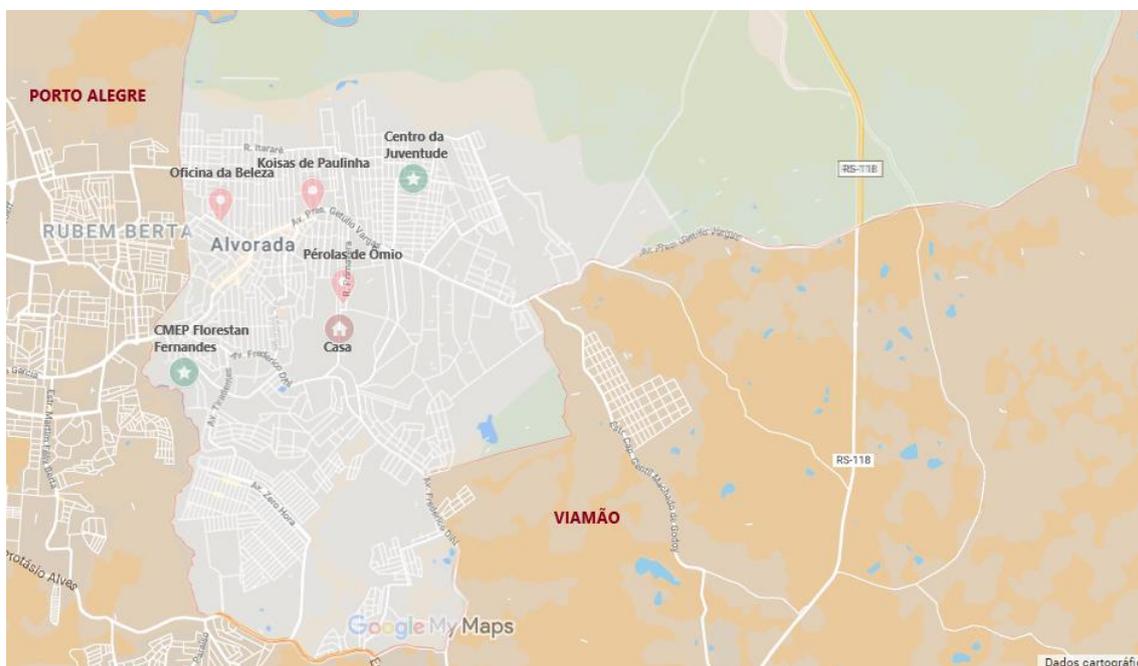


*Figura 1 - Nossa casa na rua Óscar Schick, de cor verde e com as portas e janelas pintadas de branco. Na casa ao lado, com a frente arborizada, morava nosso vizinho, Seu Severino. Foto da autora*

Além da convivência na casa e na vizinhança da Rua Oscár Schick, ao longo do trabalho de campo, passei a frequentar espaços institucionais que ofereciam algum tipo de formação profissional à população de Alvorada. Imaginava que neste tipo de lugar eu poderia encontrar os discursos e processos que formariam uma certa disposição subjetiva, fosse para o assalariamento, fosse para a aposta nos pequenos negócios. Tais lugares acolhiam, igualmente, as expectativas de muitos trabalhadores por reorientar suas trajetórias pessoais e laborais mediante o engajamento com processos educativos. A Escola Municipal de Educação Profissional Florestan Fernandes (CMEP Florestan Fernandes) e o Centro da Juventude de Alvorada (CJ Alvorada) ofereciam cursos profissionalizantes gratuitos: o primeiro para um público amplo e o segundo, para jovens de 14 a 25 anos. No primeiro, o CMEP Florestan Fernandes, visitei as aulas de Colorimetria I que faziam parte da área de “Estética e Embelezamento”. Nesse curso, a maioria dos estudantes eram mulheres que recebiam uma formação orientada ao engajamento em pequenos empreendimentos econômicos. Já no Centro da Juventude eram oferecidas oficinas culturais e cursos gerais de socialização e preparação para o mercado de trabalho.

O CMEP Florestan Fernandes ficava num bairro chamado Bela Vista, muito próximo ao limite municipal de Alvorada e Porto Alegre. Geralmente, eu passava o turno da manhã assistindo as aulas de Colorimetria I e, depois, voltava a pé para casa. Ao longo do trajeto, prestava atenção aos pequenos negócios que surgiam e desapareciam com o passar do tempo. Aquele era o tipo de atividade econômica promovido em espaços de treinamento como o CMEP Florestan Fernandes e o Centro da Juventude, de modo que decidi conhecê-los mais de perto, a fim de incluir uma nova perspectiva em meu campo de análise: a de quem já estava colocando em prática um conjunto de apostas empreendedoras que, noutros âmbitos de minha pesquisa, eram apresentadas como uma saída laboral atrativa para determinados setores da classe trabalhadora e da juventude de Alvorada. As apostas empresariais em pequenos negócios e o que esses projetos significavam em algumas dimensões das vidas das pessoas se tornaram, então, mais um dos pontos de indagação no meu percurso empírico. Um desses lugares, chamado Koisas de Paulinha, era uma loja de moda gospel feminina que estava localizada na avenida principal Getúlio Vargas. A segunda, chamada Pérolas da Omio, era um pequeno posto de venda de artesanatos e tinha como endereço a própria rua em que eu morei. O terceiro e último negócio era um salão de beleza chamado Oficina da Beleza. O cabelereiro

responsável por este local era um estudante que conheci durante as aulas da CMEP Florestan Fernandes (ver mapa 1).



Mapa 1 - Lugares frequentados durante o trabalho de campo em Alvorada/RS (2018-2019)

A convivência diária e a interlocução com Alexandre, no contexto da vizinhança da rua Óscar Schick, assim como a observação e as entrevistas realizadas nos dois espaços de formação profissional – o CMEP Florestan Fernandes e o Centro da Juventude de Alvorada – e as visitas e conversas com os donos dos três pequenos negócios já mencionados formaram meu espaço de problematização durante os seis meses em que desenvolvi o trabalho de campo em Alvorada. A partir das conversas e reflexões que meus interlocutores compartilharam comigo, pude indagar sobre como eles imaginavam e exploravam algumas possibilidades inusitadas em meio às condições de assalariamento e à busca de alternativas econômicas. No caso dos jovens, a presença da violência, associada ao tráfico de drogas que rondava seus espaços de moradia e lazer, também se tornou um eixo de discussão importante. Os relatos das pessoas e as observações das dinâmicas que organizavam cada espaço de socialização iam me indicando os elementos ou os universos de referência de cada um dos esforços que meus interlocutores empreendiam, fossem individuais ou coletivos. Ao indagar pelos processos de subjetivação que poderiam se desenvolver, minha atenção devia “acompanhar um mundo que não [estava] pronto, que [era] sempre incipiente, que se encontra[va] no limiar da emergência contínua” (Ingold, 2015, p. 29). À medida que o “caminho acenava”, fui

atendendo e acompanhando aquilo que acontecia e que me era comunicado (Ingold, 2015, p. 29). Com isso, quero dizer que segui aquelas perguntas e questionamentos que os próprios esforços ou dilemas das pessoas apontavam. A forma de tratamento dessas questões é, portanto, “imane” às situações. A intenção é entender como, nos processos subjetivos em jogo em cada lugar e para cada pessoa (ou cada grupo de pessoas), alguns problemas, expectativas e dilemas iam surgindo. A seguir, apresento como esses elementos se relacionaram na construção da minha análise.

Em diálogo com Alexandre, emergiram questões referentes às oscilações materiais que condicionaram as experimentações subjetivas nos últimos anos. Abordarei esses problemas seguindo as chaves reflexivas que ele mesmo me proporcionou – por exemplo, a de que sua atitude diante dos padrões havia oscilado entre uma irreverência e uma necessidade de submissão –, prolongando-as à luz do que Lordon (2018) argumenta sobre a existência de um regime afetivo que acompanharia as relações salariais. Além disso, era importante determinar o impacto do engajamento com os estudos na sua trajetória pessoal, uma vez que, como ele dizia, a educação o havia “transformado”. Abordarei tal questão a partir das ideias de Rancière (1988) sobre como o contato com situações extraordinárias pode ser o ponto de partida para a desestabilização de uma determinada ordem de coisas. As “transformações” que Alexandre vivenciou – tendo como contexto as condições salariais, a ampliação do consumo e o engajamento com os estudos – tinham a estrutura das “subjetivações”, no sentido que gostaria de imprimir a tal conceito ao longo da tese. As “subjetivações” podem ser definidas como encontros, certamente violentos e impactantes, com universos estranhos e exteriores à sua complexão subjetiva imediatamente anterior. O acompanhamento das experimentações do meu interlocutor diante das relações salariais, do consumo e dos estudos me permitirá apresentar alguns dilemas que pautaram os períodos de aquecimento (entre 2004 e 2014) e desaquecimento da economia nacional (entre 2016 e 2019), de modo a discutir a incidência das condições materiais na construção de disposições de desejo.

Já entre os donos de pequenos negócios, encontrei uma preocupação com o cultivo de si que encontrava prolongamentos na venda de serviços e de objetos. Esses comerciantes demonstravam, assim como Alexandre, um interesse em empreender percursos de autotransformação e em proporcioná-los, também, aos seus próprios clientes. Recorrendo ao conceito foucaultiano de “cuidado de si”, procurarei identificar, nos relatos e experiências dos meus interlocutores no comércio alvoradense, algumas

indicações sobre como certas apostas empreendedoras podem sustentar processos de subjetivação. Além disso, levando em conta alguns dados sobre a condição econômica de Alvorada, refletirei sobre até que ponto as promessas de transformação que as pessoas pretendiam desenvolver com seus negócios encontravam, de fato, um terreno fértil para vicejarem em meio às condições objetivas impostas pela economia de Alvorada.

Na escola de formação profissionalizante CMEP Florestan Fernandes, observei como os/as frequentadores/as – em sua maioria mulheres, donas de casa, assalariados e trabalhadores precários – procuravam multiplicar habilidades a fim de manter uma participação mínima em um mercado laboral que tendia a expulsá-los/las ou subempregá-los/las. Apesar de suas expectativas estarem determinadas por tal necessidade, quem fazia uso do CMEP Florestan Fernandes também costumava encará-lo como um lugar de experimentação de novos caminhos laborais e pessoais, principalmente em direção à realização de projetos comerciais como aqueles que já vinham sendo colocados em prática por outros dos meus interlocutores. A construção dos espaços de aprendizagem profissional pode ser pensada como um agenciamento de desejo (Guattari, 2018) que recolhia as expectativas de autotransformação das pessoas, isto é, eles davam vazão a sua disposição ao engajamento com novos universos e possibilidades. Em tensão com o processo de agenciamento coletivo, veremos que o CMEP Florestan Fernandes também comportava um “equipamento de poder” (Guattari, 2018) materializado em algumas operações e constrangimentos que buscavam tornar o desejo das pessoas compatível com a mobilização laboral e/ou econômica.

Aplicarei uma análise semelhante ao Centro da Juventude, procurando avaliar como tal espaço de formação e assistência expõe seu público alvo a novos horizontes de possibilidades, ao passo que o confronto com dilemas e impasse até então pouco explorados. Nos termos de Badiou (2008), proponho pensar o Centro da Juventude como um “mundo” com regras próprias articuladas a partir do objetivo de reduzir os índices de mortalidade juvenil em alguns bairros de Alvorada. Nesse espaço, os jovens eram convidados a explorar potencialidades que seu entorno familiar, territorial ou escolar, de certa forma, bloqueava. Ali, eles eram estimulados a imaginar novas possibilidades de estudo, trabalho e socialização que deveriam, ao mesmo tempo, torná-los aptos à mobilização laboral. Esta última, no seu caso específico, se relacionava também com estratégias socialmente aceitas para lidar com a violência e procurar driblar contextos de criminalidade. Isso introduzia no “mundo” organizado pelas regras do Centro da

Juventude uma tensão referente ao lugar que os jovens deveriam ocupar no processo de decisão sobre seu presente e seu futuro. Os jovens percebiam que, mesmo se expondo a um disciplinamento laboral intenso, continuavam expostos ao risco de serem violentados ou abandonados. Essa situação dava lugar a algumas problematizações que colocavam em questão, a partir de uma reflexividade crítica desenvolvida pelos próprios participantes do CJ, as condições do seu disciplinamento.

As chaves analíticas evocadas até aqui se desdobram, ao longo da tese, a partir da reconstrução detalhada dos diferentes cenários nos quais desenvolvi meu trabalho de campo. O argumento está organizado em sete capítulos cuja distribuição reflete o desenvolvimento, a ampliação e a complexificação de um dispositivo conceitual orientado à identificação e ao acompanhamento das mutações subjetivas e dos processos de subjetivação. Os três primeiros capítulos enfocam os percursos de Alexandre através das oscilações econômicas vividas no contexto brasileiro entre 2004 e 2019. A análise daí resultante oferece noções pertinentes para estudar o devir e as consequências dos processos de subjetivação em diferentes níveis de ação individual e de acordo com variadas determinações de ordem estrutural. Amparada nesse suporte teórico, procederei à recuperação e à análise de outros cenários de pesquisa, associados ao pequeno empreendedorismo, à capacitação profissional e à socialização juvenil. Deste modo, a partir do capítulo 4, passarei a priorizar certas apostas econômicas, dinâmicas de formação e treinamento que mobilizam a capacidade desejante dos indivíduos ao confrontá-los com uma série de elementos – a promessa de transformação, o engajamento estético, a vontade empresarial, etc. – a partir dos quais eles procederão a realizar suas capacidades de agir. No cerne dessa mobilização, as pessoas passam a explorar as tensões do modo de vida em nome do qual empenham grandes esforços pessoais e familiares. Assim, as coordenadas conceituais que, num primeiro momento da exposição, ajudam a situar a emergência da subjetividade em meio aos grandes processos estruturais de uma época serão conjugadas, nas etapas subsequentes do argumento, com uma reflexão situada a respeito da imagem da realidade que os processos de subjetivação nos permitem alcançar. Perfazendo um movimento que parte do detalhamento reflexivo das condições de possibilidade da subjetivação rumo à exploração mais pontual da crítica imanente que ela desencadeia em determinados mundos, os capítulos da tese se articulam conforme a estrutura que delinearei a seguir.

No primeiro capítulo, buscarei recuperar, através dos relatos e reflexões de Alexandre sobre a época, as possibilidades subjetivas que estiveram em jogo durante os anos de aumento do emprego e do consumo no Brasil (2004-2014). Nessa oportunidade, delinheiro as características da “ordem salarial” no marco da qual Alexandre empreendeu suas experimentações. Para incluir na análise as oscilações das condições materiais que ocorreram no marco de uma “ordem salarial” determinada e para entender a natureza das rupturas subjetivas que Alexandre experimentou no período, lancei mão da “teoria dos afetos” proposta por Frédéric Lordon (2015). O autor sugere uma análise dos regimes de afetos e desejos que acompanham a estrutura salarial a que os trabalhadores estão submetidos. No período analisado, as relações salariais adquiriram características específicas que culminaram num afrouxamento do temor da penúria material e num consequente aumento das “potências de agir” (Lordon, 2018). A sensação de aumento das “potências de agir”, impulsionada pelo incremento da oferta de empregos formais e pelo crescimento do poder de compra, permitiu o vislumbre de determinados horizontes e a experiência de certas sensações que estavam em descontinuidade em relação àquelas experimentadas no período antecedente.

No segundo capítulo, mostrarei como o engajamento de Alexandre com o *conhecimento* em espaços escolares e, em seguida, sua participação em mobilizações políticas deram margem a um novo terreno de experimentações a partir do qual meu interlocutor elaborou uma crítica original ao assalariamento, associada a uma nova imagem das expectativas e dos sofrimentos de quem vive a exploração laboral – o que escolhi chamar de uma nova “posição proletária”. Nessa ocasião, busco fazer jus aos testemunhos de Alexandre sobre as “transformações” que experimentou quando decidiu retomar os estudos. No marco desse trajeto, ele encontrou duas professoras de História que o incentivaram não só a dedicar-se ao seu objetivo, mas também a militar pela transformação social. Tratava-se de um encontro singular onde ambas as partes estavam interessadas de maneira particular uma na outra. Para captar e fortalecer os enunciados referentes a esse momento, lançarei mão de uma comparação com as ideias de Jacques Rancière (1988). Em “A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário”, Rancière desenvolve uma leitura sobre o acontecimento resultante do encontro entre os operários e os “mestres” dos círculos de pensamento utópico no século XIX. No livro em questão, ele problematiza os “mal-entendidos” e as novas imagens criadas quando “o discurso dos proletários apaixonados pelas noites dos intelectuais encontra o discurso dos intelectuais apaixonados pelos dias laboriosos e gloriosos do povo” (Rancière, 1988, p. 12). A partir

da releitura desse encontro, iluminarei algumas características importantes da irrupção de Alexandre no universo intelectual e político, processo que ampliou, para ele, o “campo do desejável” (Lordon, 2018).

No capítulo 3, realizo a análise do período posterior às experimentações subjetivas mais intensas de Alexandre, isto é, os anos em que predominaram o desemprego e a escassez relativa de recursos, entre 2016 e 2019. A mudança nas “condições ambientais” (Lordon, 2015, p. 45) em que se desenvolviam as relações salariais, a partir de 2016 – isto é, a retração da atividade econômica que resultou no aumento do desemprego, na diminuição da renda dos trabalhadores e do consumo – passa a ter, no período posterior aos anos de experimentação (2004-2014), um impacto igualmente importante na composição do desejo. O intuito desse capítulo é analisar quais afetos se instalaram durante a recessão econômica, isto é, de que maneira meu interlocutor, assim como as pessoas que com ele conviviam, sentiram e pensaram a incidência das mudanças materiais impostas durante esse período. O fim da abundância relativa de recursos trouxe consigo a sensação de diminuição das “potências de agir” (Lordon, 2018), uma vez que restringiu o acesso a objetos, espaços e experiências. A diminuição de potência foi coroada com sentimentos de imobilidade do corpo e de estancamento da imaginação. Ao longo do capítulo, veremos que, diante dessas dificuldades, um novo dilema subjetivo se instalou: para enfrentar a escassez de recursos, era necessário escolher entre “cuidar de si” e “cuidar do outro”.

No quarto capítulo, analiso a dinâmica das “mutações de desejo” em uma das instituições de formação profissional que fizeram parte da pesquisa, o CMEP Florestan Fernandes. Nessa ocasião, abordarei o funcionamento do “agenciamento coletivo” (Guattari, 2013) que tinha lugar durante as aulas do curso de Colorimetria I. Para funcionar, o agenciamento acolhia determinadas expectativas dos estudantes ao mesmo tempo que estimulava entre eles uma nova imaginação sobre o presente e o futuro. O agenciamento que se desenvolvia durante as aulas sustentava a imaginação de certos horizontes e certas práticas que antecederiam a formação de um desejo propriamente “empresarial” entre os/as frequentadores/as. Além de mostrar a variedade de expectativas que o agenciamento amparava, analiso, nessa oportunidade, as determinantes associadas à “marginalidade econômica” (Salvia, 2007; Quijano, 2014) que impeliam alguns participantes do curso a uma busca mais ou menos constante por aprender novas habilidades que serviriam para mantê-los ativos nos circuitos econômicos aos quais tinham acesso. Por fim, apresento a operatória do “equipamento de poder” (Guattari,

2013) que buscava selecionar e fortalecer, dentre as posturas e desejos que proliferavam durante as aulas, aqueles que apontavam para a conformação de uma disposição propriamente econômica ou empresarial.

No capítulo 5, analiso o desdobramento das práticas de cuidado de si desenvolvidas nos três pequenos negócios que frequentei, cujos donos entrevistei durante o trabalho de campo: a loja Koisas de Paulinha, de moda gospel feminina, o comércio de artesanato de inspiração afroreligiosa chamado Pérolas da Omio e a barbearia Oficina da Beleza. O espaço de cada negócio constituía-se no local de desenvolvimento de apostas existenciais e estéticas; era o lugar onde os donos dos comércios buscavam construir a si mesmos através do oferecimento de mercadorias e serviços aos demais. Esses pequenos negócios precipitavam, acolhiam e movimentavam todo um conjunto de transformações sensíveis, isto é, mudanças nas sensibilidades tanto dos clientes atendidos quanto dos próprios vendedores – num processo que se aproxima do que foi identificado por outros autores como “consumo engajado” (Silva, 2018; Yúdice, 2013), consumo que traria consigo a adesão a alguns princípios existenciais e políticos. Ao final do capítulo, abordo os empecilhos que as condições do mercado consumidor em Alvorada impunham às intenções dos comerciantes de transformar sensibilidades e de oferecer horizontes de subjetivação através da venda de produtos e/ou serviços.

No capítulo 6, abordarei a relação existente entre, por um lado, os efeitos da violência associada ao tráfico de drogas e às práticas criminais presentes em muitos bairros de Alvorada e, por outro, o disciplinamento dos jovens para o trabalho. Em primeiro lugar, analisarei como a morte violenta de jovens era recebida publicamente, seguindo a circulação, em três casos diferentes, dos “enquadramentos” (Butler, 2015) que determinavam que as mortes associadas ao tráfico eram mortes que não mereciam um lamento coletivo ostensivo. Judith Butler (2015) refletiu sobre os “enquadramentos” que separam as vidas que são passíveis de luto daquelas que não o são. Seguindo esses apontamentos, analiso o efeito da circulação dessas categorias no dia-a-dia dos jovens e nos seus esforços de auto inclusão na norma que regulava o que era uma “vida”. Além disso, apresento alguns gestos, por parte de familiares e amigos, que interrompiam a circulação dessa norma.

No sétimo capítulo, apresento os princípios que regulavam o “aparecer” dos fenômenos no Centro da Juventude de Alvorada. Analiso, também, os ajustes que eram realizados na conduta de funcionários, professores, oficinairos, membros da associação e dos próprios jovens, de maneira que aquele “mundo” (Badiou, 2008) pudesse adquirir

consistência. Ao longo do capítulo, demonstro como os princípios que versavam sobre o incentivo aos “sonhos” de cada um dos jovens e sobre a repressão de abordagens “preconceituosas” incidiam no dia-a-dia do Centro, moldando as condutas e percepções de quem o habitava. Em seguida, mostro como o aparecimento de um elemento “inexistente” nos domínios do Centro interrompeu, por alguns instantes, o desenvolvimento imanente das suas regras. No final do capítulo, analiso em que consistiu esse momento e quais foram os enunciados que ele comportou.

Na conclusão, retomo novamente os nexos existentes entre os diferentes cenários – com suas determinações características e suas rupturas imanentes – buscando refletir sobre a relação entre o desenvolvimento imanente de determinada ordem e sua ruptura. É somente em relação aos determinantes particulares de cada contexto que as rupturas que apresentarei ao longo da tese fazem sentido, mesmo quando elas encontram em outro lugar a razão de ser do seu impulso – como no caso de Alexandre e sua incursão num universo intelectual e político diferente daquele que já conhecia. As diferentes alternativas teóricas a partir das quais incursiono no problema da subjetivação contemporânea entre os trabalhadores oscilam entre a “imanência” e sua “destotalização” e buscam oferecer diferentes respostas à pergunta sobre como as pessoas são capazes de instalar, em meio à reiteração de uma ordem de coisas, alguns momentos de experimentação autônoma que portam os princípios de crítica e transformação dessa mesma ordem.

## **Capítulo 1**

### **“A vida é assim mesmo”?**

#### **Relação salarial e regime de afetos durante o período de aumento do emprego e do consumo no Brasil (2004-2014)**

*O que é esta maneira de viver as coisas, os animais ou as pessoas em função dos afetos que são atribuídos a eles?  
A que se opõe?*

Gilles Deleuze, Derrames I

Aos dezesseis anos, eu tive que sair de casa. Como ninguém me dava emprego, por conta da minha aparência<sup>11</sup>, fui vender balas e refrigerantes no centro de Porto Alegre. Na rua, todo mundo era bem recebido. No começo eu era tímido, mas depois aprendi a vender, falava com todo mundo. Eu era muito louco, terminava de vender e ia beber nos bares. Era jovem, né? Às vezes dormia num hotel no centro mesmo e, no dia seguinte, voltava a trabalhar. Às vezes voltava para a casa da minha mãe ou dormia na casa de algum amigo. Eu sempre tinha dinheiro, vendia muito bem.

Depois de trabalhar dez anos como vendedor de rua, Alexandre assinou sua carteira de trabalho pela primeira vez. Corria o ano de 2006. O Brasil iniciava um ciclo de crescimento econômico que duraria, em traços gerais, de 2004 a 2014. No ano de 2004, o PIB brasileiro cresceu 5,8% e, em 2005, 3,2%, taxas bem diferentes da média de 2% ao ano do período anterior, entre 1995 e 2003. De acordo com Laura Carvalho (2018), essa expansão inicial foi liderada pelo boom das exportações. A partir de 2006, o desempenho da economia brasileira consolidou-se, com taxa de crescimento médio de 4,5% entre 2006-2010 e de 2,3% entre 2011-2014. Este crescimento sustentado esteve baseado, juntamente com a alta do preço das commodities, em três pilares: “distribuição de renda” (efeito da valorização do salário mínimo e das políticas de transferência de renda como o Bolsa Família), “expansão do crédito” e “investimentos públicos” (Carvalho, 2018, p. 32). Os debates entre os economistas para determinar o que sustentou o crescimento econômico no período são extensos. Para os fins deste trabalho, basta ter em conta o bom desempenho da economia no que se refere à diminuição das taxas de desemprego e ao aumento da renda e do consumo, principalmente para os trabalhadores que recebiam os menores salários.

A partir do momento em que assinaram sua carteira de trabalho pela primeira vez, Alexandre trabalhou numa metalúrgica e, logo, numa série de outros empregos. Estar no espaço da fábrica, com um emprego formal e estável, num primeiro momento, abriu-lhe possibilidades materiais inéditas do ponto de vista de sua trajetória individual:

Foi a primeira vez que consegui alugar uma casinha. Nós entramos na casa, eu e minha irmã, com um colchão e uma geladeira velha que eu tinha comprado. Não tinha nem o que comer no primeiro dia, porque eu tinha pago o aluguel adiantado e meu dinheiro tinha acabado. Mas foi ali que eu comecei a adquirir minhas coisas. Comprei um fogão, uma cama...

---

<sup>11</sup> Meu interlocutor de pesquisa se considera atualmente homem transexual. Eu pude acompanhar seu processo de identificação e transição ao longo do trabalho de campo. Inicialmente, ele se referia a si mesmo no masculino e, eventualmente, no feminino. Em 2019, ele anunciou publicamente, para amigos, familiares e conhecidos, sua identidade como homem trans. Por isso, eu adoto no texto o gênero masculino e o nome que ele escolheu – Alexandre.

O salário na metalúrgica era satisfatório, mas o trabalho, árduo. Alexandre cumpria o horário noturno. Segundo ele, “ficava caindo de sono em cima da máquina. Tinha que ter muito cuidado”. Seu trabalho era limar “as peças, [tirar] as farpas que sobravam da moldagem do metal e depois [prensar] na máquina”. “Qualquer descuido – lembra – tu podias perder o dedo ali”. Os riscos do trabalho eram compensados, de certa forma, por pagamentos adicionais de insalubridade e, além disso, o sindicato que representava os funcionários da fábrica atuava de maneira incisiva na fiscalização das condições laborais vigentes. Alexandre conta que

De vez em quando, acontecia de os olhos se machucarem por causa das farpas de metal. Aquilo ia se acumulando, mesmo que nós estivéssemos usando os óculos de proteção. Os olhos ficavam vermelhos. Aí nós saíamos e íamos ao médico que o sindicato indicava. Ele dava um atestado de três, às vezes até seis dias. O médico perguntava: ‘qual é a tua metalúrgica? Ah, é a “tal”’. Então toma três dias de atestado... se não melhorar, volta aqui e te dou mais três’. Ele sabia que era foda o trabalho. Mas aquela empresa andava na linha, porque o sindicato estava sempre na porta, denunciando e incomodando.

Além de aumentar o salário e ser um emprego estável, a fábrica também intensificou seu contato com a presença do sindicato e com a existência dos direitos trabalhistas (antes ausentes no trabalho autônomo informal). Tendo isso em vista, neste capítulo, buscarei recuperar, através dos relatos e reflexões de Alexandre, as possibilidades subjetivas que estiveram em jogo durante os anos de aumento do emprego e do consumo no Brasil (2004-2014). De acordo com Lúcio (2015) “superando um longo período de altas taxas de desemprego (principalmente nos anos 1990 e início dos anos 2000)”, o período entre 2004-2014 apresentou contínua redução do desemprego e da desocupação. A taxa média anual de desemprego aberto metropolitano, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, caiu de 12,3% em 2003 para 4,8% em 2014.

No que se refere ao consumo, no período 2003-2005 o aumento do consumo das famílias foi de 2,6%; em 2006-2010, houve aumento de 5,8% e em 2011-2014, 3,5% em relação ao período anterior (Carvalho, 2018, p. 12). Durante 2004-2014, portanto, duas tendências caracterizaram o cenário econômico e laboral no Brasil. Em primeiro lugar, a queda nas taxas de desemprego e o aumento da formalização dos postos de trabalho. Segundo Souen e Campos (2017):

O estoque de emprego formal no Brasil vinha se desenvolvendo rapidamente desde 2003/2004 (...) apontando para um processo de reestruturação do mercado de trabalho no país. Entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014, segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o estoque de

vínculos de emprego formal havia crescido 67,8%, ou cerca de 5,0% ao ano. (Souen; Campos, 2017, p. 50)

Nesse período, as políticas de promoção da equidade também favoreceram a melhoria nas condições de vida de milhões de brasileiros. Tais políticas incluíam os programas de transferência condicionada de renda, a ampliação dos serviços públicos, a elevação real do salário mínimo e a expansão do crédito popular, todas elas favorecidas pela estabilidade monetária alcançada ao longo dos anos 1990, pelo crescimento econômico a partir dos anos 2000 e pelo aumento do emprego formal. O conjunto desses processos resultou no aumento da renda média dos brasileiros e na diminuição da desigualdade sócio econômica (Paes de Barros, 2007). Kopper (2016) dedicou uma pesquisa etnográfica ao tema da mobilidade social no Brasil entre os anos de 2001 e 2012 e chamou atenção para o fato de que os desejos, expectativas e horizontes de imaginação construídos por aquelas pessoas que foram beneficiadas pelas melhorias materiais coincidiram, em certos momentos, mas também conflitaram com as pretensões políticas e publicitárias de apresentá-las como uma “nova classe média” em ascensão. O autor identificou os esforços de economistas, sociólogos, jornalistas, publicitários e políticos que buscaram promover uma determinada interpretação dos processos de "mobilidade social" desenvolvidas no período enquanto o surgimento de uma “nova classe média”, que expressava seus próprios gostos, expectativas e interesses. O "desejo das pessoas por mobilidade ascendente", segundo Kopper (2016, p. 52), também contribuiu à fabricação de “novos devires e horizontes de imaginação que transcenderam o escopo original das políticas". Minha problemática acompanha, em parte, a pergunta de Kopper sobre o que aconteceu com as pessoas durante o período de crescimento econômico e melhoria das condições de vida no Brasil. No entanto, menos que uma pergunta sobre os esforços de "mobilidade social", busco aqui indagar suas aspirações enquanto desejos e expectativas múltiplas, ainda sem nome definido. Trato-as como experimentações sociais, políticas e subjetivas – favorecidas pelas mesmas transformações materiais – que ensejaram apostas incertas e provocaram conflitos entre os diferentes “devires” habilitados pelo incremento da renda e do consumo, conforme mostrarei mais adiante. Se a imagem da “mobilidade social” nos permite imaginar o deslocamento de um ponto a outro da escala de classes ou estratos sociais, gostaria de enfatizar, neste capítulo, que a produção de desejo no período pode ser lida a partir de outra figura: a da ampliação do “campo do desejável” (Lordon, 2018). Portanto, menos uma reta indo de um ponto a outro e mais a abertura de um leque, cuja superfície explora possibilidades inéditas e vai ampliando as experiências

disponíveis às pessoas que foram favorecidas pelas mudanças materiais. O desejo de “mobilidade social” era, assim, um entre outros anseios que foram suscitados no período, os quais incluíram uma experimentação aberta a partir das possibilidades materiais vividas então. A trajetória de Alexandre se insere no contexto dessas transformações materiais e políticas, principalmente no que diz respeito às mudanças suscitadas pelo aumento da formalização dos empregos e pelo incremento da renda e do consumo. Como resultado do aumento da formalização laboral, da valorização do salário mínimo, do crescimento do crédito e das políticas de transferência de renda (Carvalho, 2018), a população que percebia os menores ingressos experimentou um aumento da sua capacidade de consumir bens e serviços<sup>12</sup>. Segundo dados econômicos, os trabalhadores que mais se beneficiaram, a partir de 2004 até meados de 2014, do “ciclo econômico virtuoso” de aumento do emprego e valorização da renda do trabalho foram justamente aqueles de mais baixos salários e menor qualificação. Além da redução geral do desemprego<sup>13</sup>, o rendimento médio real dos ocupados cresceu 21,5% de 2004 a 2014, principalmente entre aqueles trabalhadores menos escolarizados, caso dos meus interlocutores em Alvorada. Ao analisar o comportamento do rendimento médio real dos ocupados por escolaridade, percebe-se que os indivíduos com menor nível de instrução foram os mais beneficiados com o ciclo de recuperação da renda iniciado em 2004<sup>14</sup>. Meus interlocutores de pesquisa em Alvorada estiveram expostos a essa variação no que diz respeito à oferta de trabalho e às novas possibilidades de consumo. Acompanharemos, nas reflexões de Alexandre, os efeitos subjetivos, isto é, os afetos provocados por ambos movimentos, levando em conta a relação salarial tal como se configurou no período, levando em conta a maior formalização, o aumento da oferta de empregos, a presença fiscalizadora dos sindicatos e a oferta de crédito aos trabalhadores.

---

<sup>12</sup> De acordo com Laura Carvalho (2018), um dos efeitos da distribuição de renda na “base da pirâmide” foi o aumento da demanda por serviços. Logo, o setor de serviços – incluindo, por exemplo, restaurantes, salões de beleza e a construção civil –, que costuma empregar mão-de-obra pouco qualificada, aumentou as contratações e os salários. O aumento dos salários no setor de serviços e entre trabalhadores menos qualificados sustentou uma dinâmica de crescimento econômico “centrado em serviços e construção civil”, que “teve o claro benefício de incluir no mercado de trabalho formal uma mão-de-obra menos qualificada (...) elevando seu poder de barganha e salários em relação aos demais trabalhadores” (p. 25).

<sup>13</sup> De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a taxa de desemprego reduziu-se de 15,9% em 2004 para 5,9% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2014.

<sup>14</sup> Entre 2004 e 2014, os indivíduos com o ensino fundamental incompleto tiveram aumento de 35,6% na renda, e aqueles com o ensino fundamental completo, de 19,6%, enquanto os trabalhadores com o ensino médio completo e ensino superior registraram crescimento de 9,1% e 1,1% respectivamente (Castelo Branco, 2016, s/n).

No contexto de uma agenda de pesquisa que procura abordar a ação individuada por fora de qualquer subjetivismo, Frédéric Lordon (2015, 2017, 2018) levantou a seguinte hipótese: a um regime de acumulação capitalista específico corresponde certo regime de desejos e afetos. Para fundamentar sua abordagem, em “La sociedad de los afectos. Por un estructuralismo de las pasiones” (2018), ele desenvolve os pressupostos teóricos do que denomina “uma ciência social spinozista”. A partir de influências tão diversas como o trabalho de Pierre Bourdieu, os modelos da Teoria Econômica da Regulação e certa leitura de Marx, auxiliadas por uma revisão das teses de Spinoza, Lordon tem a intenção de formular uma “teoria radicalmente antissubjetivista da ação individuada”, baseada nas afecções que têm lugar em meio à vida social e nos afetos que os indivíduos e as coletividades experimentam (2018, p. 167). Alberto Toscano descreve da seguinte maneira o projeto do autor: “Lordon desenvolveu uma ambiciosa agenda de pesquisa, pretendendo renovar e refundamentar as ciências sociais sobre a base de um materialismo inspirado em Spinoza” (2016, p. 73). É a partir dessas bases que ele propõe uma avaliação dos afetos suscitados no marco da relação salarial.

Para engajar os indivíduos num regime de acumulação é necessário mobilizá-los afetivamente, isto é, provocar-lhes determinados afetos ou mesmo capturar disposições de desejo cultivados alhures. Assim, a relação salarial – forma organizativa majoritária da empresa capitalista – estaria composta, simultaneamente, por um elemento estrutural e por um regime afetivo. A situação de despossessão dos meios de produção é responsável por produzir o afeto básico que anima os assalariados: o medo da penúria material. Apartado das possibilidades de acessar os meios de reprodução da vida de outra maneira que não seja vendendo sua de força de trabalho, o proletário se encontra impelido a buscar compensações monetárias, via salário, para adquirir as mercadorias necessárias à manutenção da sua própria existência:

[A] estrutura elementar da relação salarial constitui em si mesma um certo regime de desejos e afetos, ou seja, de mobilização dos corpos assalariados (...) O primeiro aguilhão do movimiento assalariado, conceitual e historicamente, é o medo de morrer e o desejo de que isso não aconteça – onde se percebe, de maneira tangencial, que o desejo não é forçosamente o impulso positivo e alegre que usamos espontaneamente para representá-lo. E, de fato: na primeira realização histórica da relação salarial – que se restringe às suas formas elementares –, a colocação em movimiento dos corpos assalariados se efetua em uma atmosfera de afetos tristes: o medo à miséria. Medo à decadência, desejo vital de acessar o dinheiro, que se torna nas estruturas sociais do capitalismo o cruzamento obrigatório da perseverança no ser: isso é um regime de desejos e de afetos. (2018, p. 284)

Assim como os regimes de acumulação capitalista se transformaram ao longo do tempo, também seus regimes de desejos e afetos correspondentes sofreram mudanças importantes. O aumento da produção com o advento da organização fordista nas fábricas, por exemplo, introduziu no horizonte uma nova dinâmica de afetos e desejos. A entrada da acumulação em um regime forte e durável, nos países centrais, não teve como efeito apenas a estabilização das condições de reprodução material dos assalariados mediante o pleno emprego e o incremento dos salários, levando à diminuição dos afetos tristes da precariedade vital. Este novo regime de acumulação teve também como efeito fundamental agregar à relação salarial autênticos “afetos alegres” vinculados à entrada dos trabalhadores assalariados no consumo de massa, em outras palavras, “na satisfação do desejo de objetos comerciais em uma escala inédita” (Lordon, 2018, p. 285). O aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores no Brasil no período analisado (2004-2014) inauguraria uma situação em que a relação salarial foi capaz de suscitar também “afetos alegres” através da possibilidade de aquisição – mediante salário – de novos objetos e da circulação em novos espaços.

Saber que cada regime de acumulação capitalista comporta, como correlato subjetivo, um regime específico de desejos e afetos não encerra, em absoluto, a questão. A constatação de que a relação salarial supõe uma “complexão passional” nos assalariados nos compromete a investigar, numa situação dada, em que consistem os afetos refratados nesta relação e quais são os objetos postulados pelo desejo produzido nestas condições. Isto porque um mesmo objeto exterior – neste caso, determinadas condições de assalariamento – pode ser a causa de afetos muito diversos, inclusive contrastados, uma vez que as afecções são refratadas por *ingenia* singulares, isto é, pela constituição afetiva prévia de cada indivíduo ou coletivo que, por outro lado, está sempre em transformação. Projetar quais afetos uma mesma causa pode produzir é tarefa difícil, pois essa dinâmica está sujeita a uma indeterminação radical: a infinita complexidade do encadeamento das causas e efeitos “engendra a vacilação dos afetos” (Read, 2019, s/n).

Voltemos à Alvorada. Uma mesma causa, o aumento da oferta de postos de trabalho formais, provocou que tipo de afetos? Como a diminuição do desemprego, acompanhada da valorização do salário mínimo e do incremento do consumo foi subjetivada por aqueles que estiveram expostos a seus efeitos? Que tipo de “complexo afetivo” correspondeu ao período? Responderei a estas questões a partir do caso específico de Alexandre. Como vimos na primeira parte do seu relato, ele passou da venda

de rua ao emprego numa fábrica; de uma ocupação que tinha suas liberdades e vantagens relativas – e também seus riscos –, para um emprego estável numa fábrica, onde, além de incrementar sua renda e adquirir certa estabilidade, ele entrou em choque com uma estrutura organizativa substancialmente diferente daquela que conhecia como vendedor de rua. Vejamos, portanto, como prosseguiu a relação de Alexandre com os novos espaços laborais em que se encontrava.

### **1.1 “Pôr o dedo na ferida”: irreverência proletária**

Alexandre conta que, na época em que trabalhava na metalúrgica, havia um “encarregado”, ou seja, um chefe de equipe cujo apelido era “pitbull”. A alcunha aludia ao seu costume de humilhar os empregados que se encontravam sob sua responsabilidade. Ele gritava com seus subordinados e jogava peças de metal no chão quando se irritava. Um dia, chegou a receber um soco de um trabalhador que acabara de pedir as contas: depois de acertada a demissão, o ex-funcionário foi atrás de “pitbull” e deu dois socos na sua cara. Além disso, ele fustigava Alexandre, chamando-o de “machão”, para ofender sua condição de gênero. Diante de tantas investidas, meu interlocutor não suportou mais a irritação e gritou com “pitbull”, que respondeu com sua ferocidade característica: “me respeita que eu sou teu encarregado!”. “Que respeito?” – objetou Alexandre – “quem é tu para falar isso? Está sempre desrespeitando todo mundo aqui”. Por conta da discussão, os dois foram parar no setor de Recursos Humanos da fábrica. A coordenadora deste setor recolocou Alexandre no seu “lugar” de subordinado, dizendo-lhe: “respeita o pitbull, porque ele é teu encarregado”. Diante da coordenadora, Alexandre teria respondido o seguinte: “se ele não parar, eu vou colocar a empresa na justiça por homofobia, porque desde o primeiro dia que eu entrei aqui esse cara está me desrespeitando, me chamando de machão, me agredindo”. A coordenadora, então, pediu “calma” e tratou de amenizar os ânimos: “nós vamos resolver isso. Se ele fizer isso de novo, está na rua”.

Apesar da satisfação de ter um salário e, com ele, poder pagar seu aluguel e tomar cerveja com os colegas no fim do expediente, a tensão no interior da fábrica, entre Alexandre e seus superiores, vinha aumentando – por diversos motivos. Em determinado momento, ele decidiu que queria “terminar os estudos”. Na adolescência, havia abandonado o colégio na sétima série do Ensino Fundamental. Conquistada certa

estabilidade laboral, quis voltar aos bancos escolares. Ainda na metalúrgica, foi solicitar à coordenadora de Recursos Humanos a troca de turno: se pudesse trabalhar durante o dia, teria o período da noite livre para estudar. A resposta da gerente ao seu pedido foi frustrante e definitiva: “daqui, tu só saís para a rua. É [turno da] noite ou rua”. Alexandre, então, pensou consigo mesmo: “ah, é? Não querem me dar essa oportunidade, então, tá. Não vou me demitir. Vou ficar e pôr o dedo na ferida”. A partir daí ele começou a gerar propositadamente situações incômodas para a gerência e para os “encarregados”. Começou a “agitar” – nas suas palavras – o ambiente. Por exemplo: um dia, viu que uma colega estava circulando pela fábrica sem os óculos de proteção. Segundo Alexandre, ela era “favorecida” pelos superiores, logo, sua transgressão seria certamente perdoada. Constatando a situação irregular que, afinal, não seria notificada, ele também retirou os próprios óculos, os quais costumavam incomodar por conta do calor excessivo provocado na região do rosto. Passou caminhando diante do “encarregado”, que rapidamente chamou sua atenção: “põe esses óculos, porra! ”. Alexandre contestou, demonstrando ao superior que havia se dado conta de toda a situação: “acha que sou trouxa? A outra colega tu deixas ficar sem o equipamento...” O conflito, logo em seguida, se armou. Os pequenos enfrentamentos como esse eram cada vez mais frequentes.

Passado algum tempo, Alexandre teve que interromper o trabalho porque seus olhos estavam inchados e vermelhos, efeito de uma reação alérgica às limalhas de ferro. “Pitbull” costumava tirar essas minúsculas partículas ferrosas dos olhos dos operários com o auxílio de um pedaço de papel. Os responsáveis pela coordenação do trabalho insistiram que Alexandre se submetesse ao procedimento, mas ele se negou: “bem capaz que eu vou fazer isso! Estou indo ao médico agora mesmo pegar um atestado!”. A tensão com os superiores se intensificou e, numa dessas situações, quando desafiava as hierarquias da fábrica, foi chamado a conversar novamente com o setor de Recursos Humanos. Ali, comunicaram-lhe sua demissão. Satisfeito – momentaneamente, nas suas palavras – com o resultado dos seus esforços, jogou o capacete de trabalho para o alto e exclamou para quem quisesse ouvir: “bem certinho!”.

Num primeiro momento, poderíamos pensar que esse tipo de atitude levaria Alexandre a padecer uma série de agruras financeiras e materiais. Elas, de fato, ocorreram, mas foram, apesar disso, temporárias e puderam ser encaradas com certa tranquilidade. Sobre isso, Alexandre comentou o seguinte, lembrando-se da época: “quando me incomodava no trabalho ou alguém se encarnava em mim, eu ia embora

mesmo! Sabia que sairia dali e encontraria outro emprego logo”. A abundância de postos laborais no período tornava possível certa exploração dos limites e das tensões inerentes à relação salarial, exploração que Alexandre levou adiante.

Para Lordon (2017), a relação salarial consiste no recrutamento ou na mobilização, por parte do empregador, de “potências” alheias: é necessário que as “potências de agir” individuadas (o *conatus*) dos assalariados sejam adequadamente alinhadas aos interesses do desejo-amo patronal. Assim, patrão e empregado não precisam necessariamente desejar o mesmo objeto, mas eles devem se esforçar na mesma direção. Ambas intensidades devem estar “colineadas”<sup>15</sup>:

Genericamente falando, a mobilização é assunto de colinearidade: se trata de alinhar o desejo dos recrutados ao desejo-amo. Dito de outra maneira, se o *conatus* é uma força vivaz dotada de certa intensidade, trata-se de lhe dar uma “boa” orientação, ou seja, uma direção conforme à direção do *conatus* patronal (seja este um indivíduo ou uma organização). (2017, s/n)

O recrutado pode estar efetivamente perseguindo objetos muito diferentes (pagar o aluguel, consumir alguns produtos, realizar com eficiência uma tarefa, desfrutar do seu ofício, colaborar com a saúde da empresa, alegrar o chefe ou simplesmente manter o seu emprego para não cair na penúria material), o que importa é que seu interesse favoreça a realização do desejo-amo patronal (fazer a empresa funcionar, aumentar a produtividade, etc). A adequada orientação do *conatus*, no entanto, depende de muitos fatores. Entre eles, se encontra o que Lordon chama de “pressões ambientais” (2015, p. 43), ou seja, “as condições ambientais em que se efetua tal relação” (2015, p. 45). Quando os postos laborais são escassos, a competição para conseguir ou manter um emprego – e, assim, afastar o temor da penúria material com um esforço proporcional à tristeza causada pela situação<sup>16</sup> – é um dos elementos que contribuem na mobilização dos assalariados. Durante o período em questão, como vimos, os empregos eram relativamente abundantes, introduzindo um fator novo nas “condições ambientais” em que a relação salarial se desenvolvia. Assim, confrontar as hierarquias no interior da fábrica, explorar aquelas tensões que a relação salarial suscitava e, eventualmente, demitir-se ou ser demitido não

---

<sup>15</sup> “Colinearidade” é um termo utilizado na geometria para se referir à propriedade que indica que num conjunto de dois ou mais pontos, eles estão posicionados de tal forma que se pode traçar uma reta que contenha todos eles.

<sup>16</sup>Lordon cita a demonstração 37 do livro III da Ética de Spinoza: “quanto maior é a tristeza, maior é a potência de agir pela qual o homem se esforça por lutar contra a tristeza” (2015, p. 44). Assim como a alegria é a sensação de aumento das potências de agir, a tristeza é definida como nada mais que o sentimento contrário, resultante da diminuição das potências de agir. Mais adiante, neste capítulo, analisarei com mais detalhe a dinâmica dos afetos alegres.

acarretavam perdas materiais muito dramáticas. Pelo contrário, era possível encontrar com certa rapidez outro emprego, o que favorecia o aumento da animosidade na interação entre patrões, gerentes, coordenadores e empregados.

Alexandre confidenciou posteriormente que, em certos momentos, se sentia “arrependido” de ter abandonado aqueles empregos, que eram, do ponto de vista das condições que sucederam esse período, “muito bons”. Mas o contexto laboral daqueles tempos era definitivamente diferente daquele que lhe sobreveio: naquela época, foi possível explorar as tensões inerentes às relações salariais, ao ponto de favorecer o que eu escolhi denominar uma “irreverência” por parte dos operários diante da relação salarial. Essa postura irreverente foi sendo construída – e tornada consciente – à medida que os embates e tensões com os patrões foram se sucedendo, escalando em gravidade e, sobretudo, em complexidade. Por certo, estas interações mais ou menos conflituosas dependiam também de quem ocupava o rol de patrão, como veremos mais adiante. O ambiente de aumento da oferta de emprego favoreceu uma situação peculiar: se bem ainda era preciso assalariar-se para acessar renda, os limites do que era tolerável e natural na relação salarial foram sendo questionados. Digo isso por conta das próprias reflexões que Alexandre ofereceu sobre a questão. Vejamos o que ele contou sobre outros empregos que ocupou no período.

Entre 2006 e 2016, Alexandre ocupou vários postos laborais, dentre os quais apenas alguns eram formais, com carteira assinada. Eventualmente, ainda ia vender bebidas em eventos de rua, mas já se tratava de um complemento de renda, acionado durante os breves períodos de desocupação. Os anos em que “batia caixa” – isto é, carregava o isopor com bebidas pelas ruas – estavam, definitivamente, ficando para trás. Desde então, trabalhou em postos de gasolina, tele entrega de gás, manufatura de protetores de fibra para ar-condicionado, chapista<sup>17</sup> em lanchonete, entregador de panfletos, auxiliar de limpeza e funcionário numa fábrica de caixas de madeira. Sobre a manufatura, ele ponderou o seguinte: “era uma empresa pequena, tinha só três funcionários. Era muito bom de trabalhar, porque éramos todos parceiros e era tranquilo o trabalho”. À certa altura, a empresa fechou e todos tiveram que ser demitidos. Na fábrica de caixas de madeira, Alexandre estabeleceu uma relação amistosa com a sua chefe, uma jovem mulher que estava estudando Administração e havia assumido a pequena empresa

---

<sup>17</sup> Chapista é o funcionário que, nas lanchonetes, prepara hambúrgueres, grelhados, sanduíches e bifés utilizando uma chapa de metal aquecida.

da família. Segundo ele, ela resolveu dar-lhe uma “oportunidade” de trabalho mesmo que ele não tivesse experiência na função. Quando foi se apresentar para conseguir a vaga, Alexandre explicou a ela que tinha muita vontade e necessidade de trabalhar, mas o mercado de trabalho geralmente restringia o acesso a pessoas como ele, um homem trans. Ao longo do tempo, a jovem empresária foi se tornando, de certa forma, uma amiga próxima. “Ela me deu muita força para voltar a estudar”, contou Alexandre.

Por conta da relação de proximidade, aconteciam algumas conversas francas entre empregado e patroa. Certa vez, ele precisava ser dispensado do trabalho para poder comparecer a uma audiência judicial no marco de um processo trabalhista que movera contra outro empregador. A chefe, num arroubo de sinceridade, teria dito: “na verdade, eu nem deveria te liberar, porque, na prática, eu estou do lado dele. Nós somos patrões. Estamos do mesmo lado e tu estás do outro. Vou acabar prejudicando ele... mas tudo bem, vou te liberar”. Alexandre comentou que, naquele momento, entendeu o que era “a luta de classes”: “patrões” e “empregados” têm, efetivamente, interesses opostos. Em outra oportunidade, essa mesma patroa teria lhe explicado: “eu não tenho como te pagar um salário maior do que esse. Pelas contas, eu preciso lucrar um certo valor. Se eu não lucrar isso, a empresa não consegue se sustentar”, disse, apontando para determinações que excedem a relação pessoal direta entre empregador e empregado (ou recrutador e recrutado).

O rol de patroa não impedia que a jovem mulher o seguisse ajudando. Quando ele precisou ficar internado no hospital, por conta de uma cirurgia de emergência, a chefe o visitou e deu a ele toda a assistência que pôde brindar naquele momento. A companheira de Alexandre, na ocasião, se surpreendeu: “nunca na minha vida eu tinha visto isso... um chefe visitando o funcionário”. Quando ele se recuperou e pôde voltar ao trabalho, a jovem já tinha deixado a empresa a fim de se dedicar aos estudos universitários. Seu irmão assumira o posto de gerente da pequena fábrica. Ele era mais ríspido e, assim que Alexandre se apresentou na oficina, comunicou-lhe que ele havia mudado de posto. “Mas eu não sei fazer essa tarefa”, argumentou Alexandre. “Não quero saber – respondeu o chefe – tu ficaste muito tempo fora e eu, aqui, só perdendo dinheiro. Agora as coisas mudaram...”. Alexandre não gostou da forma como foi tratado. “Ele me tratou muito mal. Imagina, eu estava no hospital! Tinha feito uma cirurgia grave e ele não estava nem aí... me senti esmagado”. Ele, então, não se demitiu, mas ficou “agitando” até que o gerente aceitasse assinar sua demissão. Sua ex-chefe teve que pedir desculpas pela atitude do

irmão, mas disse que, uma vez que não estava mais na gerência da fábrica, não havia nada que ela pudesse fazer. Cada uma dessas experiências, interações e tensionamentos foi aprimorando a ideia que Alexandre tinha da relação salarial, dos seus limites e da sua estrutura. Como lembra Lordon (2018), cada patrão em particular encarna e ao mesmo tempo singulariza a relação salarial:

A relação social em si mesma se realiza concretamente nas interações sociais. De tal maneira o assalariado não tem que lidar com a ‘relação salarial’, mas com um patrão, não um patrão genérico da relação mas um patrão particular *hit et nunc*, definitivamente um ‘objeto’ capaz de afetá-lo de outras maneiras diversas (mas a quem esta capacidade – esta potencia – só se origina da relação social da qual é a realização, a encarnação local). (2018, p. 113-114)

Durante um período mais extenso de desemprego, em 2009<sup>18</sup>, Alexandre trabalhou junto com sua companheira entregando panfletos nas ruas, depositando-os nas caixas de correios das casas.

Nessa época, ficamos muito tempo desempregados, só fazendo bicos – conta – Trabalhamos de panfletagem juntos, pagavam trinta reais por dia. Era muito cansativo. Tinha que trabalhar o dia inteiro no sol, caminhando. No fim do dia, estávamos exaustos e cheios de bolhas nos pés.

Mais adiante, Alexandre conseguiu um emprego numa tele entrega de gás. Lá, era responsável por atender o telefone, aos domingos, e repassar os pedidos aos motoboys que faziam a entrega dos botijões. Naquela altura, já tinha voltado a frequentar a escola.

Eu ficava numa salinha, esperando o telefone tocar. Então, quando não tinha nada para fazer, eu pegava meus cadernos para estudar. Só que tinha um funcionário que implicava comigo, dizia que eu não atendia o telefone para ficar nos cadernos. Ficava me queimando com o dono. Um dia eu acabei esquecendo de chavear o portão quando fui embora. Aí deu para mim, né, o dono ficou uma fera.

Depois de ser mandado embora desse emprego, ainda trabalhou numa fábrica de produtos de limpeza chamada “Causticlór”, onde, como o próprio nome indica, o serviço implicava manipular soda cáustica em grandes caldeiras. “Aquele ácido, por mais que tu cuidasses, acabava saltando gotinhas que caíam na mão ou no rosto. Era horrível”, contou.

---

<sup>18</sup> Entre 2008 e 2009, as taxas de desemprego aumentaram no Brasil, como reflexo da crise internacional. A maior parte do fechamento de postos de trabalho, no entanto, se deu na indústria e não no setor de serviços. Apesar disso, o impacto foi sentido em todas ocupações. Além do aumento do desemprego, constatou-se aumento da ocupação precária e informal, incremento da rotatividade da mão de obra e queda na remuneração dos ocupados, sobretudo os informais (Pochmann, 2009). A partir de 2010, o mercado de trabalho se recuperou e o desemprego começou a reduzir: de 8,1% em 2009, para 7% em 2010, 6% em 2011, 5,5% em 2012 e 5,7% em 2013. Em 2014, o índice anual de desocupação volta a aumentar, dessa vez, sem interrupções até o ano de 2017, indo de 6,5% em 2014 a 13,7% no início de 2017 (Agência IBGE Notícias, IndexMundi).

O salário, comentou, era bom, mas não o suficiente para compensar as feridas causadas pela substância corrosiva. Também se demitiu.

Seus últimos dois empregos com carteira assinada foram de auxiliar de limpeza numa academia e, em seguida, com a mesma colocação, numa empresa terceirizada que prestava serviço ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS/Campus Alvorada), ambos localizados bem próximos ao seu local de residência em Alvorada. Na academia, ganhava um salário mínimo e uma cesta básica para limpar as instalações. Considerava “ótimo” o emprego, porque seu horário terminava no fim da tarde e, assim, ele podia frequentar as aulas do Ensino Médio à noite. Em 2016, quando trabalhou no IFRS, ele já havia terminado o Ensino Médio e participava das aulas de um cursinho pré-vestibular popular realizadas no campus do Instituto Federal. A sobreposição do local de estudo e de trabalho trouxe conflitos. Uma das secretárias do diretor da instituição solicitava insistentemente que ele limpasse algum local ou executasse alguma tarefa quando se encontrava entre os estudantes. Ou, então, se dirigia a Alexandre como funcionário quando ele estava, na verdade, em horário de aula. Não demorou para que a tensão entre eles aumentasse, de modo que Alexandre acabou deixando o emprego, o último que ocupou com carteira assinada até meados de 2019.

A dinâmica pela qual Alexandre passou – de idas e vindas entre os empregos, de demissões e novas admissões constantes – era parte do panorama laboral geral do Brasil no período. De acordo com Clemente Lucio (2015), uma das características da “performance” do mercado de trabalho nos anos de 2004 a 2014 foi “a alta rotatividade decorrente de iniciativa patronal”, isto é, ocorriam muitas demissões por iniciativa dos empregadores (p. 23). “Entretanto, - afirma - nesse mesmo período, cresceu o rompimento de vínculos a pedido do trabalhador que, em um mercado de trabalho dinâmico, passou a ter a iniciativa de buscar novas e melhores oportunidades de ocupação” (Lucio, 2015, p. 23). Outra característica apontada pelo autor foram as negociações coletivas exitosas dos sindicatos de trabalhadores, que “logravam celebrar acordos com aumentos dos salários e avanços nos itens sociais e sindicais da pauta negocial” (Lucio, 2015, p. 23). É possível, portanto, que a “irreverência proletária” no que diz respeito à relação salarial estivesse sendo favorecida não só pelas condições do mercado laboral, mas também por condições políticas garantidas por novos discursos e iniciativas populares. No entanto, mesmo as condições políticas dependeram, neste caso, da mudança da correlação de forças e do exercício efetivo das potências dos assalariados no espaço da relação salarial. Isto é,

dependeram da sua adesão, mais ou menos autônoma, à essa postura que denominei “irreverência proletária”, caracterizada pela atitude de dar rédeas soltas à exploração dos limites e tensões inerentes às relações salariais.

## 1.2 “A vida é assim mesmo”?

A “irreverência proletária”, ou seja, a atitude de dar rédeas soltas à exploração dos jogos de força inerentes à relação salarial, embora tenha implicado poucas consequências durante o período de abundância de emprego, acabou deixando marcas que repercutiram na trajetória laboral posterior de Alexandre. Sobre isso, ele comentou o seguinte:

Hoje minha carteira de trabalho é toda picadinha, tenho um pouquinho de tempo em cada lugar. Nas entrevistas de emprego, agora, eu tenho que explicar o porquê disso. O entrevistador pergunta: ‘Hum, estou vendo que tu ficaste três meses nessa empresa. Por que tu teve que sair?’ Aí eu tenho que dizer ‘queria botar um negócio meu, por isso fiz um acordo’. Digo qualquer coisa, mas não posso falar que eu me incomodava com os encarregados.

Durante o período que estive em Alvorada, diante de um panorama muito diferente, Alexandre ponderava que “antes, se me incomodavam num trabalho eu ia embora mesmo. Mas hoje eu estou mudando minhas ideias. Hoje em dia eu não faria mais isso”<sup>19</sup>.

“Se ‘coisas acontecem’ – argumenta Lordon – se algo acontece em especial que os homens agem desta ou daquela maneira, é porque uma certa potência esteve atuando e estes homens foram afetados” (p. 269, 2018). O aumento da oferta laboral favoreceu não só a entrada de Alexandre no espaço do assalariamento formal, mas também, como vimos, uma experimentação irreverente de seus limites, jogos de força, tensões constitutivas e, inclusive, de alguns de seus “modos de justificação” mais comuns (Boltanski; Thévenot, 1991, p. 24). Apesar de ser um espaço individual e pontual de experimentação, podemos dizer que Alexandre se engajou em alguns episódios críticos que, distanciando-o do “afeto comum” que sustenta o assalariamento, permitiram que ele

---

<sup>19</sup> No capítulo 3, tratarei das condições e das características que marcaram o período posterior, relacionadas ao desemprego e à perda de recursos materiais. Também abordarei as jornadas de Alexandre nesse novo contexto, que o fizeram “mudar suas ideias”.

revelasse, ao menos para si mesmo, a arbitrariedade fundante da ordem salarial. Ao final deste período de experimentações irreverentes, ele refletia o seguinte:

Para as pessoas que pensam ‘ah, a vida é assim, mesmo, tem que trabalhar’ tudo é mais fácil, mas para mim, agora, não é mais tão fácil. Agora tenho medo de não conseguir mais parar em nenhum emprego.

O enunciado “a vida é assim mesmo” é a ideia que acompanha o “afeto comum” daqueles que vivem sob a relação salarial em determinadas condições. Ele corresponde ao afeto que encontra no assalariamento a solução mais razoável para o problema da reprodução material. No período em questão, no entanto, a relativa abundância de oferta laboral (e certamente, também, o aumento da renda) desequilibrou, temporariamente, a balança de forças em favor dos assalariados, possibilitando que eles exercessem uma potência própria que desfez ou relativizou, em parte, este “afeto comum”. Se o temor de cair na miséria já não era um sentimento tão intenso, os assalariados estiveram em melhores condições de, diante dos empregadores individuais, explorar sua força relativa. Alexandre explorou a sua até o limite de a relação salarial parecer-lhe não necessária, o que desestimou fortemente sua adesão à ideia de que “a vida é assim mesmo, tem que trabalhar”. Isso tornou as coisas mais difíceis para ele e, talvez, um pouco tristes no que diz respeito à necessidade de se assalariar.

Por outro lado, como havia mencionado, não é apenas o temor de cair na miséria o que move afetivamente os assalariados. A entrada no consumo de massa também é capaz de proporcionar autênticos “afetos alegres” que favoreceriam a “boa orientação” dos *conatus* assalariados em relação ao desejo-amo patronal. Analisemos, então, as ideias e afetos suscitados pela “entrada no consumo” ocorrida no período em questão e avaliemos até que ponto eles foram capazes de sustentar um processo de alinhamento desses sujeitos à relação salarial.

### **1.2.1 O aumento do consumo: sentimentos alegres e descontinuidade dos afetos**

Se a relação com os patrões era frequentemente tensa, por outro lado, o acesso a determinados bens e serviços e, a partir dele, a entrada em novos espaços subjetivos

também foram elementos centrais neste período. Com o salário que recebia na metalúrgica, foi possível para Alexandre, pela primeira vez, alugar sua própria casa. Em seguida, ele conheceu sua companheira, com quem esteve casado por onze anos. Recebeu-a em sua residência e, em seguida, começaram a “conquistar as coisas” juntos, nas suas palavras. A relação do casal era de apoio mútuo. Sobre isso, ele refletiu o seguinte:

É muito mais fácil conquistar as coisas quando se está casado; a pessoa te apoia e tu apoia ela. A Diana me apoiou muito e eu também dei muita força a ela. Quando começamos a namorar ela não tinha nada, eu recebi ela na minha casa e ela veio só com as roupas que tinha.

Diana, sua namorada, logo conseguiu um emprego num hotel de Porto Alegre e o casal foi “conquistando” alguns bens, além de continuar alugando casas para morar, geralmente em Alvorada. Alexandre lembra com alegria – e alguma nostalgia – dos momentos em que compraram, com o próprio dinheiro, alguns objetos em especial. Mostrando o aparelho de som que ainda possuía, ele recordou o seguinte:

No dia em que eu comprei esse som, eu e a Diana ficamos encantados. Ficamos até as duas da manhã mexendo nele, ouvindo músicas, mexendo no rádio, ouvindo cd’s. Era uma terça-feira... e no dia seguinte ela ainda tinha que trabalhar. Mas nós ficamos lá, curtindo e sonhando...

Enquanto Diana se dedicava a comprar alguns itens para a casa, tais como eletrodomésticos, louças, roupas de cama, etc., Alexandre preferia outros objetos. Aqueles que lembrava com mais carinho eram a moto, a piscina, o aparelho de som e o computador. O que os relatos e reflexões associados a esses objetos podem revelar sobre os afetos que o consumo favoreceu no período em questão? Farei, a seguir, uma breve descrição de cada uma das situações em que foram mencionados, assim como das histórias e sensações que vinham à tona junto com sua lembrança. Refletirei, ao longo das histórias, sobre que tipo de subjetivação a posse de novos objetos proporciona.

### *Diários de motocicleta*

Ter uma moto: subir na máquina e acelerar pelas ruas do Umbu, bairro em que Alexandre e Diana viviam. Levar as compras feitas no supermercado. Chegar rapidamente na casa da sogra; ir e voltar para uma pequena visita ou para resolver qualquer urgência. Não ter que caminhar por vinte minutos no sol ou na chuva, levando

o pó ou a lama das ruas de chão batido nos sapatos. Chamar atenção dos vizinhos por onde passa – “e essa moto, Alexandre?! Bonita, hein”. Ouvir o motor roncar. Abastecer no posto de gasolina. Dar risada da forma de dirigir, um pouco vagarosa no começo, quando a moto ainda não fora domada completamente – “até uma bicicleta podia ultrapassá-los”, brincava Diana. Risadas e cabelos esvoaçantes. Os acidentes leves: cair um tombo no meio-fio. Alexandre adorava o veículo e eu prestava atenção nas histórias que ele contava sobre os momentos em que acelerava sua máquina automotiva para lá e para cá. Nunca teve habilitação para dirigir. Quando tivesse dinheiro, ele disse, faria o curso na autoescola. A circulação, por isso, se restringia aos bairros de Alvorada; apenas eventualmente arriscava uma incursão ao centro e às avenidas principais. Infelizmente, num desses momentos, a polícia realizou uma batida e apreendeu sua moto. Alexandre teve que juntar dinheiro para pagar a multa. Quando o veículo foi apreendido, ele já estava desempregado e, com o acúmulo de gastos, acabou tendo que vendê-lo, ficando bastante frustrado.

É de se esperar que os objetos adquiridos no período adicionem “afetos alegres” ao dia-a-dia das pessoas, uma vez que proporcionaram um aumento de potências, assim como a exploração de novas situações. No que diz respeito aos afetos alegres, Lordon alerta o seguinte: “devemos encarar o conceito de ‘alegria’ com certa frieza analítica, isto é, desembaraçando-o de todas as ideias de arrebatado, plenitude ou algaravia às quais costumamos associá-lo” (2015, p.48). A alegria é o afeto que decorre de qualquer afecção que provoque o aumento das nossas “potências de agir”, isto é, da nossa potência de afetar outras pessoas, seres ou objetos<sup>20</sup>. A alegria, assim, pode ser

Suscetível de todas as intensidades, às vezes muito baixas, associadas a coisas muito ordinárias, ou, inclusive, pode estar perdida em um complexo de afetos mais amplo do qual resulta dificilmente isolável, até o ponto de passar inadvertida. (2015, p. 48-49)

A alegria pode estar associada ao simples fato de perseverar ou sobreviver, assim como pode ser resultado de afecções mais complexas: o acesso a novos objetos ou tecnologias, a novos espaços, novos saberes, poder agradar outra pessoa (afetá-la), ser reconhecido, ver o outro alegrando-se (afetado por alegrias provocadas por nós mesmos), etc. Já os afetos tristes estão associados à percepção contrária, ou seja, de diminuição das próprias potências de agir, podendo ser igualmente sutil. No entanto, é somente do ponto

---

<sup>20</sup> “(...) como a potência é o poder de afetar, isto é, o poder de uma coisa de produzir efeitos sobre uma ou muitas outras coisas, o afeto é o efeito em uma certa coisa da exposição à potência de agir de uma ou de muitas outras coisas” (Lordon, 2018, p. 100).

de vista dos *conatus*, isto é, das potências de agir particulares, sejam elas referentes a indivíduos ou a coletivos, que será possível avaliar se determinada afecção inspira afetos alegres ou tristes – ou mesmo qual é o equilíbrio dado em certo momento entre alegria e tristeza. Além disso, não podemos perder de vista a indeterminação que está na base da produção destes afetos: basta uma pequena mudança no complexo que determina a produção afetiva ou na percepção daquele que é afetado para que uma relação que tende a causar afetos alegres derive para a tristeza, ou vice-versa. De qualquer maneira, sempre que experimentamos um aumento ou uma diminuição das nossas potências de agir está em jogo uma ruptura com o estado afetivo anterior. Antonio Negri chama atenção para o caráter “constitutivo imanente” do desenvolvimento do desejo, que procede por transições. O filósofo italiano recorre aos enunciados de Spinoza e enfatiza que os afetos, assim como os movimentos decorrentes deles, isto é, “quaisquer esforços, impulsos, apetites ou volições do homem”<sup>21</sup> (...) “se inserem imediatamente num processo de transição, ou seja, de passagem em direção a uma maior ou menor perfeição [isto é, maior ou menor potência], num processo de imaginação singular do porvir que desloca” o desejo “de um nível de composição a outro” (Negri, 2011, p. 100). Apesar de ser efeito de uma causa anterior – portanto, contínuo a ela – o afeto constitui uma nova imaginação – portanto, em certa medida, ele é descontínuo em relação à sua causa imanente –: é a partir desta nova imaginação que se subjetivará a situação. Nas palavras de Negri: “a transição, a passagem não são inter-relacionais, mas sim constitutivas” (2011, p. 100). Isso se deve ao fato de “alegria” e “tristeza” serem encarados não como estados de ânimo aos quais se chega ou se acessa, mas, sim, precisamente, como passagens de um estado de potência a outro, menor ou maior que o anterior. Daí a imagem de salto ou descontinuidade que lhes subjaz.

A moto, como vimos, estava associada, para Alexandre, a afetos alegres, isto é, à percepção de um aumento das suas potências de agir, as quais podemos antever, de forma geral, na descrição das sensações provocadas, que ele mesmo narrou. Não se trata de uma avaliação sentimental, nem mesmo moral do objeto, mas material e afetiva: a alegria é,

---

<sup>21</sup> O desejo, isto é, o movimento que precipita um indivíduo ou uma coletividade em direção a um objeto qualquer, é também um dos “afetos primários”, como a alegria e a tristeza, decorrentes do encontro das pessoas com causas ou objetos exteriores. De acordo com Lordon (2018), “os afetos induzem movimentos. Depois das afecções, que indicam o que me ocorre, e dos afetos, que indicam o que [as afecções] me produzem, logo, vamos saber o que lhes sucede: sucedem os desejos e os esforços, ir em busca das fontes de alegria e rechaçar as causas da tristeza. A ação é, então, induzida pelos afetos” (p. 162).

concretamente, o aumento das potências de agir. Além disso, como lembra Lordon, o *conatus* – as “potências de agir” individuadas – é naturalmente interessado: está sempre preocupado em aumentar sua própria potência ou em evitar que ela diminua. Por isso, ele persegue aquilo que o alegra e evita o que o entristece. Por outro lado, se levarmos em conta o pressuposto de que o afeto é a *passagem* de um estado de potência a outro e que tal passagem é, além disso, constitutiva de “um processo singular de imaginação do porvir”, então, ela engendra a imaginação de um porvir em descontinuidade com a situação anterior. Assim, podemos pressupor que é precisamente a entrada num espaço novo de consumo o que informa, a partir de então, a imaginação e a subjetivação deste processo. O momento da subjetivação do consumo é o presente e, simultaneamente, o porvir imaginado no instante da entrada neste espaço. Trata-se de tomar o ato de consumo a partir de uma “continuidade descontínua” em relação, por um lado, a suas condições de possibilidade e, por outro, aos interesses conscientes ou inconscientes que levaram, num primeiro momento, à compra de determinado bem ou serviço. Em suma, trata-se de perguntar sobre os afetos gerados pelo consumo do ato para frente, deixando de lado os interesses que informaram a escolha por tal ou qual objeto, isto é, o que ocorreria do ato de consumo para trás.

É possível entender melhor esse ponto observando a explicação que Alexandre ofereceu para sua afeição pelas motos. Ele me contou o seguinte, ao lembrar da sua moto:

Quando eu era criança – iniciou –, nós morávamos, eu e meus irmãos, com minha mãe numa rua em Canoas. Era uma rua onde todos eram bem de vida. Nós éramos os únicos pobres ali. Um dia, um vizinho apareceu na rua com uma Garelli, aquelas motinhos que existiam antigamente. Ele passava voando pela rua, para lá e para cá, com aquela moto, fazendo barulho. Nossa, aquilo era muito legal! Acho que é por isso que, até hoje, eu gosto tanto de moto. Mas, daí, eu ficava olhando, sabe, pensando: por que ele pode e eu não posso ter uma dessas? Porque nós somos pobres e eles têm dinheiro? Foi ali que eu percebi a injustiça.

Apesar de que esta história nos permitiria especular uma genealogia que explique porque Alexandre comprou uma moto, ela parece ser mais interessante quando revela os afetos associados a cada uma das cenas. Se contrastarmos os afetos associados à posse da moto àqueles sentidos quando observava o vizinho, veremos dois panoramas afetivos bem diferentes. No passado, olhar o vizinho circular com aquela máquina ruidosa e veloz, ao passo que tomava consciência da impossibilidade, naquele momento, de acessar o objeto, suscitava em Alexandre afetos tristes e uma sensação de impotência, coroada pela ideia de injustiça. A posse da moto, conquistada anos depois, não realiza nem continua aquele panorama afetivo, mas introduz algo completamente novo: a percepção do aumento das

próprias “potências de agir”. Antes de seguir refletindo sobre as possibilidades subjetivas que esses novos objetos ensejaram, vejamos mais três exemplos de itens que foram adquiridos por Alexandre no período e que estiveram associados não só ao aumento das “potências de agir”, mas também à exploração de alguns estados de ânimo em particular – favorecidos, é claro, pelo relativo conforto material experimentado na época.

### *Mergulhos na piscina*

No auge do verão de 2019, Alexandre olhou tão profundamente para o pátio da casa que compartilhávamos que eu intuí na sua meditação a existência de “algo” que não estava ali. Enquanto tomávamos água gelada, sentados na varanda que dava para a Rua Oscár Schick, ele rememorou o seguinte:

Quando morávamos, eu e a Diana, na casa de madeira lá no Umbu, eu comprei uma piscina de plástico, daquelas redondas. Era tão bom. Eu trabalhava na academia e chegava em casa no fim da tarde. Pegava uma cervejinha e entrava na piscina. Se pudesse, ficava a tarde inteira lá!

A lembrança da piscina convocou outra recordação: a de uma festa de fim de ano, passada ao lado de Diana e da mãe. Alexandre pegou o celular para me mostrar um vídeo gravado naquele *réveillon* em que comemoraram juntos a passagem de ano na casa de madeira, que possuía uma ampla varanda e um pátio com grama. No vídeo, ele cantava alegre um pagode, acompanhando a música no aparelho de som e levando uma cerveja na mão. Alguém filmou com o celular os convidados: a mãe, a irmã, um cunhado e uma sobrinha. O churrasco assava sobre as brasas e a piscina aguardava por quem quisesse se refrescar. Em certa altura do vídeo, a câmera focou o rosto de sua mãe. Alexandre a abraça e anuncia: “Dona Catarina... essa é a minha guerreira! ”. Depois, o celular filma Diana, de roupa de banho. Ela sorri com o aparelho metálico nos dentes. A fumaça do churrasco subia lentamente ao fundo da cena.

Alexandre não me mostrou esse vídeo apenas uma vez. Ele sentia muita nostalgia do tempo em que a relação com Diana gozava de boa saúde e era fonte de mais alegrias que tristezas. Além disso, naquela época, fruto dos esforços da companhia, ele tinha se reaproximado da mãe, com quem nutria uma convivência difícil e, no mais das vezes,

distante. Com a reaproximação, Alexandre voltou a “apoiá-la”, como dizia. Graças a seu salário e a alguns benefícios que recebia dos empregadores, podia ajudá-la materialmente de vez em quando. A piscina lembrava o relaxamento pós-trabalho e a relação com a família e os amigos, que eram frequentemente convidados para desfrutar de um banho. Os mergulhos relaxantes e tudo que orbitava a piscina – os churrascos, os almoços e as festas – lembravam a fluidez das relações estabelecidas à época, isto é, a relativa tranquilidade em que pareciam transcorrer.

### *Nas ondas do rádio*

Desde os primeiros dias em que começamos a compartilhar a casa em Alvorada, eu notei que Alexandre gostava não só de ouvir rádio, mas de ouvi-lo a altos decibéis. Pela manhã, ele escutava as notícias e comentários dos jornalistas na Rádio Band News, num volume baixo. Pela tarde e à noite, ouvia uma rádio que tocava *rock*, *pop*, músicas românticas e canções dos anos 1980, numa potência substancialmente mais alta. Nos intervalos entre as canções, anunciava-se a hora e um suave “antena um...”, o nome da estação. Espantada com o volume, eu me aproximava sorratamente do aparelho, que repousava sobre um móvel da sala, e girava o botão do volume para diminuí-lo. Alexandre passava, por casualidade, na frente nas caixas de som e parava em frente ao aparelho, olhando desconfiado como se houvesse algum problema. Depois de estranhar a situação, ele voltava a aumentar a potência do som. *I want to break free...* [eu quero me libertar], gritavam os autofalantes na voz de Freddie Mercury tocada no rádio.

Sobre suas preferências musicais, Alexandre dizia:

Desde pequeno, eu sempre gostei de *rock*. Me lembro de, na creche, ouvir RPM<sup>22</sup>. Tocava na rádio e eu ficava cantando e dançando. Uma criança revoltada, né (risos). Eu adoro essa banda, sempre foi minha preferida.

A estação Antena 1 tocava com frequência as músicas desse conjunto. Uma das canções mais famosas iniciava com versos que diziam: “na virada do século/ Alvorada voraz...”. Outra música bastante conhecida e igualmente evocativa para Alexandre, intitulada “Rádio Pirata”, bradava melodicamente: “toquem o meu coração, façam a

---

<sup>22</sup>Revoluções por Minuto (também conhecida somente por RPM) é uma banda de rock brasileira surgida em 1983, tendo sido uma das mais populares do país nos anos de 1984 a 1987.

revolução/ Que está no ar, nas ondas do rádio/ No submundo repousa o repúdio/ E deve despertar”.

Não era só nas ondas do rádio que meu amigo navegava. Ele também possuía um valioso *pen drive* onde guardava uma compilação de suas músicas preferidas: muitos “hits” dançantes dos anos 1980, a maioria em inglês, e algumas canções românticas, além de outras, mais especiais, cujas letras serviam de mote para reflexões sobre a vida, o mundo, a situação política e as opressões. Uma parte do repertório deste *pen drive* – especialmente os “hits” – eram tocados nas festas e churrascos que ocorriam aos finais de semana. Nestas ocasiões, sua amiga, Néca, vinha visitá-lo, na maioria das vezes, com a justificativa de alegrá-lo. Compravam cerveja, faziam um “churrasquinho” e desfrutavam do potente aparelho de som. Além do *pen drive* – cuja seleção era finita –, o aparelho contava com um sistema *bluetooth* através do qual era possível transmitir as músicas tocadas do telefone celular para as caixas de som. Com acesso à internet, as opções de música se ampliavam exponencialmente. Néca buscava no seu celular, no YouTube, os respectivos “hits” de sua época: muita Tina Charles – cantora britânica que alcançou sucesso como intérprete do gênero Disco na década de 1970 – e “cortadinho”, um estilo de dança de salão bastante característico de Alvorada<sup>23</sup>.

O sistema *bluetooth* era um dos grandes atrativos do aparelho, porque possibilitava navegar por muitos estilos, acessar uma lista de músicas ampla e, além disso, encontrar verdadeiras raridades na internet. “A Néca é louca por esse som. Ela adora”, comentou Alexandre quando sua amiga pediu o som emprestado para usar na festa de aniversário de um ano de seu filho. No dia seguinte dessas festas, em que a potência do som ia ao máximo, eu sempre esperava que algum vizinho fosse reclamar. De fato, ocorreram reclamações. No entanto, o incômodo não era unânime. Certa vez, Sandra, filha do nosso vizinho Seu Severino, veio elogiar a seleção musical da noite anterior: “Nossa! Muito boas aquelas músicas que vocês tocaram ontem. Fazia tanto tempo que não escutávamos. Tem que tocar mais vezes. Hoje em dia, parece que escutamos sempre as mesmas músicas: pagode, funk, sertanejo. Cansa. É bom variar de vez em quando...”

---

<sup>23</sup> Segundo alguns depoimentos, esse ritmo costuma tocar em bailes e festas de outras cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, como Gravataí e Cachoeirinha. No entanto, Alvorada aparentemente é o município em que mais se toca, se dança e se reverencia o “cortadinho”, ao qual estão dedicados uma variedade de bailes, festas, cursos e comemorações na cidade.

Como já mencionei, a segunda parte do repertório do *pen drive* continha algumas canções que funcionavam como disparadores para o pensamento: frases, versos e meditações que inspiravam avaliações sobre si e sobre o mundo. Serviam, literalmente, para pensar e provocar pensamentos. Uma dessas músicas, com a qual Alexandre teve contato numa aula de História, questionava a estrutura racial da exploração do trabalho no Brasil<sup>24</sup>. Ele considerava que a canção de Clara Nunes, “Canto das Três Raças”, contava a “história de luta do povo” e a “realidade do trabalhador”, incluindo a racialização que também é parte da estrutura de classes no país<sup>25</sup>. Outra música que tinha o poder de lançá-lo numa introspecção reflexiva era “Vento no litoral”, da banda Legião Urbana. A canção, sua melodia e sua letra, faziam-no lembrar das idas à praia, dos sentimentos de liberdade e alegria que o arrebatavam nessas ocasiões. “Quando escuto essa música é como se eu me transportasse para lá... a beira do mar, a areia, o vento batendo na cara... bah, era muito bom quando íamos para a praia”, disse, abrindo os braços como costumava fazer à beira-mar<sup>26</sup>. Já as músicas românticas traziam a memória dos relacionamentos amorosos pelos quais tinha passado. O aparelho de som era uma companhia poderosa que convidava, por um lado, à introspecção: revisar os sentimentos, visitar memórias e ponderar sobre o mundo e sua estrutura injusta. Por outro lado, consistia em um potencializador das situações de confraternização e estava constantemente presente nas reuniões entre amigos, nas festas e nos churrascos.

### *Um computador e outro mundo*

Na casa da rua Biriri (bairro Umbu) onde Alexandre e Diana moraram por um tempo, o computador *desktop* ficavam no canto da sala, sobre um móvel comprado especialmente para recebê-lo. Da quina das estantes, pendiam pequenos papéis e adesivos

---

<sup>24</sup> No próximo capítulo, tratarei da relação do meu interlocutor com os espaços educativos.

<sup>25</sup> A letra deste samba declara o seguinte: “Ninguém ouviu/ Um soluçar de dor/ No canto do Brasil/ Um lamento triste sempre ecoou/ Desde que o índio guerreiro/ Foi pro cativo e de lá cantou/ Negro entoou/ Um canto de revolta pelos ares/ Do Quilombo dos Palmares/ Onde se refugiou/ Fora a luta dos Inconfidentes/ Pela quebra das correntes/ Nada adiantou/ E de guerra em paz/ De paz em guerra/ Todo o povo dessa terra/ Quando pode cantar/ Canta de dor/ E ecoa noite e dia/ É ensurdecido/ Ai, mas que agonia/ O canto do trabalhador/ Esse canto que devia/ Ser um canto de alegria/ Soa apenas como um soluçar de dor”.

<sup>26</sup> Estes são os versos iniciais da canção que o inspirava: “De tarde eu quero descansar/ chegar até a praia e ver/ Se o vento ainda está forte/ E vai ser bom subir nas pedras/ Sei que faço isso para esquecer/ Eu deixo a onda me acertar/ E o vento vai levando tudo embora”.

coloridos nos quais ele desenhava esquemas e resumos de estudos ou anotava lembretes. Afixadas na parede, ao lado do móvel, algumas folhas de papel portavam o desenho de células, mitocôndrias e moléculas, todas delineadas perfeitamente, coloridas e identificadas em suas respectivas partes e funções. No vão livre do móvel, à direita do monitor, perfilavam-se livros e publicações variadas: apostilas escolares, um livreto sobre a Revolução Russa, presente dos seus camaradas do Partido Comunista Brasileiro, livros espíritas, livros de História do Brasil e uma biografia de Thammy Miranda<sup>27</sup>. Esta última tinha um valor especial, pois retratava a vida de Tamy desde a infância até sua transição para o gênero masculino.

Alexandre sentava-se junto ao computador para estudar, ler, escrever, realizar pesquisas na internet ou assistir vídeo-aulas. Também era ali onde preparava textos esmerados para disparar no Facebook: comentários, às vezes espirituosos, às vezes mais incisivos, sobre a vida, a política, as relações amorosas ou de amizade. Um deles, por exemplo, comentava uma série transmitida pela TV:

Segunda Chamada, a nova mini série da Globo fala das dificuldades da classe trabalhadora na luta de conciliar o trabalho com os estudos. Me identifiquei, tenho certeza que muitas pessoas irão se identificar também. Em um país onde estudar é nadar contra a corrente, sei que vou me emocionar muito com as histórias que a ficção copia da vida real de cada brasileiro que ousa mudar sua realidade através da educação.

Esse “cantinho” composto de um móvel, um computador, livros, canetas e papéis incrementou e, certamente, levou a um patamar mais elevado seu projeto e seu desejo de se dedicar aos estudos: “quando eu comprei esse computador eu sabia que seguiria estudando. Comprei para isso e me ajudou muito”. Ele prossegue: “foi um marco para mim. Paguei em não sei quantas vezes, mas valeu a pena. Foi muito importante. Fiquei muito feliz quando comprei”. O computador era a concretização, dentro de casa, deste projeto relativo à educação formal. O “cantinho” parecia um altar onde fulguravam os símbolos dessa jornada pelo universo dos “estudos” que, mais do que qualquer outro, nas palavras de Alexandre, esteve na base de uma “transformação” pessoal nos últimos anos. Abordarei esta questão no próximo capítulo. Por enquanto, quero sublinhar que o

---

<sup>27</sup> Thammy Miranda é um ator, repórter e político brasileiro. Thammy nasceu como uma mulher e já era conhecida na mídia por ser filha de uma cantora brasileira muito popular, chamada Gretchen. Aos 32 anos, no fim de 2014, Thammy se assumiu homem transexual. Nesse mesmo ano, começou a transição de gênero, adquirindo uma aparência masculina. Sua história se tornou muito conhecida, pois já ocupava os holofotes antes da transição de gênero, desempenhando-se como ator, dançarino e modelo. O público televisivo acompanhou e segue até hoje os acontecimentos em torno de sua vida e de sua experiência como homem transgênero. Por conta disso, ele serviu de exemplo e inspiração para Alexandre.

computador incrementou múltiplas potências e habilidades: aquelas associadas à leitura, à escrita, à pesquisa e ao conhecimento. Eu mesma não teria a dimensão adequada do quão decisivo pode ser o desenvolvimento dessas capacidades se ele não me chamasse a atenção constantemente sobre isso: “quando tu aprendes a ler, tudo muda. É outro mundo”.

A posse desses novos objetos – o computador, a piscina, o aparelho de som – aponta, na verdade, para um espaço fora de si ou distante do que “se era” até determinado momento. O aparelho de som, ao realizar a predileção pelo “rock”, permite, assim ainda, a criação de novas situações (com os amigos, os vizinhos) e a exploração de uma série de estados de ânimo (a introspecção, o intimismo, etc) associados a outros estilos musicais. A piscina suscitava a ideia de relaxamento e lazer despreocupado, bastante típico dessa época, e o momento de distensão das relações familiares, amorosas e sociais – que, em tempos mais difíceis economicamente, eram bastante tensas e instáveis. Já o computador – associado ao engajamento com os “estudos”, que abordarei no próximo capítulo – enseja a exploração de universos substancialmente diferentes: a prática da escrita, da pesquisa, da navegação online. Aqui quero argumentar no sentido contrário do que Colin Campbell (2001, 2006) estabeleceu como a “metafísica” implícita do “consumismo moderno”, no marco da qual o ato de comprar é o que de alguma maneira supre a “insegurança ontológica” do indivíduo assegurando-lhe uma garantia de sua efetiva existência – “compro, logo existo”, seria o lema por trás da ontologia subjacente ao consumismo moderno. Mesmo que assumíssemos, deste modelo, a “insegurança ontológica” constitutiva do indivíduo, o que importa no ato de consumo é aquilo que ocorre depois da posse e do uso efetivo do objeto. Campbell (2001) afirma o seguinte:

A atividade fundamental do consumo (...) não é a verdadeira seleção, a compra ou uso dos produtos, mas a procura do prazer imaginativo a que a imagem do produto empresta, sendo o consumo verdadeiro, em grande parte, um resultante desse hedonismo mentalístico (Campbell, 2001, p. 130).

No argumento do autor, a metafísica “subjacente” ao consumo moderno consistiria na crença de que o indivíduo imagina para si mesmo algumas identidades e preferências que expressariam seu próprio *self* e que seriam, de alguma forma, realizadas no consumo. No entanto, no caso do consumo de Alexandre no período 2004-2014, encontramos uma concepção diferente: primeiro, verificamos a mudança de potência (aumento ou diminuição) decorrente da aquisição e do uso efetivo do objeto e, em seguida, a imaginação de novas possibilidades e configurações. Aqui, “o ato de comprar”

não é “um ato de auto expressão, que nos permit[iria] descobrir quem somos” (monitorando nossas reações aos produtos) ou, ao menos, nos assegurar que existimos (Campbell, 2006, p. 53). Ao contrário: o consumo é um espaço propício para a subjetivação porque interrompe uma configuração de afetos específica e inaugura uma nova. Não há a crença de que nos realizamos – como *selfs* – no consumo de alguns objetos, mas sim uma experimentação *com* o consumo de objetos, que nos proporciona situações absolutamente novas em relação ao que já “somos” ou imaginamos ser. Ele não é um processo de “auto expressão” porque nada nos afetos novos experimentados permite imaginar que exista uma ligação entre um interior pré-definido e sua expressão no mundo exterior: os objetos adquiridos não expressam traços que Alexandre imagina serem seus *a priori*, nem mesmo desejos pessoais muito autênticos. Pelo contrário, possuir uma moto, um computador ou um aparelho de som tinha sido até então um atributo associado a outras pessoas – aos vizinhos que tinham mais dinheiro e que eram “bem de vida”; aos intelectuais ou funcionários de escritório que faziam uso de computadores, etc. De posse da moto e desses outros objetos, Alexandre não expressa “quem é”: ele torna-se efetivamente *outra pessoa*. Esses objetos proporcionam um estado subjetivo novo do ponto de vista de suas capacidades, desejos e aspirações.

### **1.2.2 Assalariados alegres?**

Do ponto de vista dos afetos, as potências que o consumo suscitou foram bastante além da mera sobrevivência material. A experimentação com novos “mundos”, a percepção do aumento das potências de agir, a produção desejante que sucede os afetos alegres indicam que os assalariados não estavam buscando somente evitar um mal – a miséria material —, mas, sobretudo, perseguir um bem – o aumento das suas próprias potências através do consumo. Se isso for verdade, então, podemos avançar na direção da seguinte pergunta: seria a expectativa do acesso às mercadorias um elemento suficiente para mobilizar alegremente os assalariados em direção ao trabalho? Para Lordon, as potências suscitadas pelo consumo, acompanhadas da separação – operada pelas instituições, mas presente também na “psique do próprio indivíduo” – entre o momento do consumo e o momento do trabalho, são capazes de produzir adesões “alegres” à relação salarial. Nós vimos até que ponto os afetos associados ao consumo se distanciaram

daqueles cultivados nas interações mais diretas e rotineiras entre patrão e empregado, eivadas de tensão, rancor e incomodidade (na maioria dos casos). Lordon (2015) caracteriza da seguinte maneira a relação entre consumo de mercadorias e dependência salarial: “potência inaudita de fixação do desejo, a mercadoria leva a dependência salarial a um nível mais alto, mas acompanhando-a, a partir de então, com os afetos alegres da aquisição monetária” (p. 49).

No entanto, o autor chama atenção para um detalhe importante: os objetos mercantis são um “componente transitivo” no conjunto do desejo salarial, isto é, são objetos extrínsecos à própria relação de recrutamento salarial. As potências suscitadas pelo consumo não derivam diretamente da relação salarial em si, mas desses objetos que são adquiridos com o salário. Isto permite manter uma brecha entre o assalariamento e o consumo, introduzindo algumas perguntas. Justamente nessa brecha, Alexandre encontrou um espaço de ação que contradiz, parcialmente, as teses propostas por Lordon: a “mobilização alegre” ou “alienação mercantil” (Lordon, 2015, p. 48) do assalariado não é um efeito necessário do consumo. Para que isso ocorra seria preciso consumir no registro da “ambição”, nas palavras do meu interlocutor, quem tentou de muitas maneiras se afastar dessa modalidade de consumo. Ela consistia em atar o desejo – suscitado, por sua vez, em meio ao consumo – de maneira mais ou menos permanente aos objetos mercantis, isto é, às mercadorias. É preciso alertar que o afastamento de Alexandre da “ambição” nada tem a ver com evitar consumir. Pelo contrário, como vimos, ele explorou intensamente as possibilidades do consumo e era um entusiasta das potências que os objetos eram capazes de suscitar. No entanto, a “ambição” parecia apontar para aquilo que, no consumo, levava necessariamente à subordinação salarial, horizonte do qual ele tentava se afastar, na medida do possível, conforme apresentado na primeira parte do capítulo. Como veremos a seguir, Alexandre identificava a tendência à “ambição” na sua companheira, em contraste com sua própria forma de viver as “potências” do consumo.

Embora a categoria “ambição” tenha uma dimensão moral e valorativa, mantere aqui apenas seu caráter crítico-descritivo, na medida em que permitiu a Alexandre perceber e delimitar uma diferença de postura entre ele e a companheira, afastando-se do que considerava ser algo pernicioso do ponto de vista de sua “complexão afetiva” experimentada no período. O contraste entre, por um lado, a “ambição” (desejo de mercadorias) e, por outro, a experiência do consumo numa chave diferente poderia sugerir a existência de moralidades, isto é, valores associados a uma vida mais consumista ou, ao

contrário, mais frugal. No entanto, não é isso que está em questão. Se seguíssemos este caminho, perderíamos de vista o caráter “amoral” da ação pensada a partir do ponto de vista dos afetos. De acordo com Lordon, os afetos têm uma “normatividade imanente”. Isto quer dizer que, ainda que Alexandre possa justificar *a posteriori* suas atitudes com base em valores mais ou menos compartilhados, num primeiro momento, a “ambição” não é, para ele, algo ruim em abstrato, nem moralmente condenável. A “ambição” só é ruim na medida que o impede de viver segundo sua própria complexão, isto é, de acordo com o que considera que aumenta sua potência (i.e., causa-lhe alegria). Assim, é o desejo, em suas projeções e investimentos, o que determina o valor de algo, e não o contrário: “não nos esforçamos, queremos, apeteçemos, nem desejamos [algo] porque o julgamos bom; ao contrário, julgamos que algo é bom porque nos esforçamos por ele, o queremos, apeteçemos e desejamos” (Ética III, Prop. 9, Escólio).

A categoria de “ambição” não expressa, absolutamente, tudo o que Diana fazia efetivamente ou era capaz de fazer, sentir ou pensar. As situações em que ela se encontrava, assim como suas reações individuais, são infinitamente mais complexas. O que a categoria “ambição” permite descrever é uma disposição subjetiva em relação ao consumo que esteve disponível, no período em questão, para que qualquer um pudesse aderir ou rechaçar, de maneira intermitente ou, ao contrário, mais permanente. De fato, provavelmente se tratasse do afeto majoritário à época, promovido, equipado e fortalecido pelos dispositivos de mercado e pelo próprio discurso político<sup>28</sup>. Vejamos, no próximo tópico, as características do consumo no registro subjetivo da “ambição”.

### 1.2.3 “Ambição” e subordinação salarial

Alexandre se queixava com certa frequência que Diana reprovava sua “falta de ambição”: “ela dizia que eu não tinha adquirido nada na vida, que eu não tinha nenhuma ambição”. Isso porque ele parecia deixar-se arrebatar – com frequência e certa intensidade

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Kopper e Damo (2018) sobre a emergência e a “evanescência” do termo “nova classe média”, que, no marco de discursos “científicos”, “políticos” e “mercadológicos” buscou delimitar os hábitos de consumo desses setores sociais que haviam recentemente acessado novos patamares de renda. Ali, os autores analisam discursos de líderes políticos, economistas e publicitários que tentaram perscrutar os desejos e os anseios desses novos consumidores. Este campo interseccional entre mercado, Estado e ciência econômica pode ser visto como parte do “sistema de desejo mercantil” (Lordon, 2015, p. 51) que procurou interpretar e traduzir “a disposição de desejo” do período como “desejo de mercadorias”, perguntando-se pelos tipos de serviços, produtos e publicidades que contemplariam os desejos desses sujeitos.

– por desejos que o desviavam do projeto de ganhar dinheiro para “adquirir” bens importantes. A respeito, Alexandre relatava o seguinte:

Quando eu tinha um emprego, eu aceitei trabalhar menos horas e ganhar só um salário mínimo, para poder ter tempo de estudar. Era meu sonho, né. Naquele emprego, esse era o meu ganho: ter tempo para estudar. Mas a Diana dizia: por que tu não arranja um trabalho de verdade? Ela preferia que eu ganhasse um salário melhor.

Ainda que ambos apreciassem, segundo Alexandre, frequentar shoppings, cinemas, lanchonetes e restaurantes, Diana parecia se realizar apenas quando consumia:

Eu acho que a Diana era uma pessoa vazia – ele reflete –, ela só estava feliz quando comprava algo. No fim de semana ou nas folgas, só queria ir na praça de alimentação, no shopping. Eu também gostava, né, mas achava muito cara a comida. A Diana, sim, era muito ambiciosa.

A “ambição” se expressava em pelo menos três traços que se sobrepunham. O primeiro era a preocupação em “adquirir” bens duráveis e importantes, dentre os quais poderíamos contar a moradia, veículos e eletrodomésticos. O segundo era a satisfação intransitiva propiciada pelas situações de consumo: gostar de “comprar”. E o terceiro, a disposição a “ganhar dinheiro”, frequentemente realizada, neste caso, no assalariamento. Como Diana tinha muita “ambição”, ela se inclinava, segundo a avaliação de Alexandre, a uma maior dependência do trabalho assalariado:

Ela se escravizava no hotel onde trabalha até hoje. Não podia sair de lá, porque queria manter um nível de vida, seguir comprando as coisas que ela queria: um liquidificador novo, uma televisão, pagar as mensalidades da casa. Então, era do trabalho para casa e da casa para o trabalho. Chegava exausta sempre e só folgava uma vez por semana. Imagina?!

Portanto, quanto mais “ambiciosa” era uma pessoa, mais ela estaria atada ao seu emprego e maior seria seu compromisso com a manutenção do próprio posto de trabalho, o que prejudicava a adesão àquela postura que vimos na primeira parte do capítulo, isto é, a “irreverência proletária” enquanto o processo de experimentação das tensões inerentes ao assalariamento.

O aparecimento concreto dos objetos, no mundo social, na forma de mercadorias era o que permitia que a “ambição” fosse tomada pelas pessoas como uma disposição natural, necessária e positiva – afinal, as moradias, os eletrodomésticos, etc., são mercadorias, de modo que, na grande maioria dos casos, elas são acessíveis apenas mediante compra. De qualquer forma, é preciso um correspondente afetivo ao dado objetivo: a existência concreta das mercadorias tornou-se um dos pontos que asseguravam o “desejo de mercadorias”. Podemos, por isso, dizer que a “ambição” (o desejo de

mercadorias) é, ao menos para Alexandre, o *nome* do ponto de “territorialização” de uma “disposição de desejo” suscitada na época (Deleuze, 1995, 2005)<sup>29</sup>. A “ambição” é uma categoria que expressa o processo de fixação do desejo no espaço da mercadoria, isto é, o movimento de remissão do desejo à realização nos objetos mercantis. Portanto, foi a restrição dos objetos de desejo ao âmbito das mercadorias – e não simplesmente o consumo – o que se apresentou como condição para que o assalariamento fosse tomado, no período em questão, não só como uma relação necessária, mas também, de certa forma, “alegre”.

Depois dos afetos, argumenta Lordon (2018, p. 162), sucedem “os desejos e os esforços, [o] ir em busca das fontes de alegria e rechaçar as causas da tristeza. A ação é, então, induzida pelos afetos”. As condições materiais, subjetivas e políticas do período colocaram em movimento, portanto, uma determinada “disposição de desejo” com suas respectivas linhas de fuga e pontos de territorialização. Como veremos no próximo capítulo, o desejo explorou terrenos tão distantes dos já conhecidos que as transformações subjetivas de quem se arriscou em alguns caminhos foram, em geral, dramáticas e radicais. Antes de notar por quais caminhos sinuosos o desejo investiu o campo social à época em análise, vejamos, tendo em vista o que foi exposto neste capítulo, como se configurou o “complexo afetivo” no período de aumento do emprego e do consumo.

Em relação às tendências econômicas e laborais que se apresentaram no período temos: 1) aumento da oferta de postos de trabalho formais; 2) aumento da renda e do consumo. Destas tendências depreendemos dois efeitos subjetivos, isto é, dois afetos refratados na experiência de Alexandre, que se ocupou não só de experimentá-los, mas também de pensá-los: A) a “irreverência proletária” diante dos patrões, isto é, a experimentação das tensões inerentes à relação salarial; B) a entrada no consumo como aumento das potências (“afetos alegres” associados ao uso de determinados objetos). Do consumo como aumento das potências (B) bifurcam-se: x) o desejo que afastava da subordinação salarial e mirava em projetos até então pouco explorados; y) o desejo de

---

<sup>29</sup>O termo “disposição de desejo” sinaliza que “o desejo não é nunca uma determinação ‘natural’ nem ‘espontânea’ (...) [as disposições de desejo] são sempre historicamente assignáveis”: “Direi que o desejo circula nessa disposição de heterogêneos, nesta espécie de ‘simbiose’: o desejo está vinculado a uma disposição determinada, supõe um cofuncionamento (...) Seguindo um primeiro eixo, podem-se distinguir nas disposições de desejo os estados de coisas e as enunciações (...) Seguindo outro eixo, se distinguiriam as territorialidades ou re-territorializações, e os movimentos de desterritorialização que uma disposição implica. Os dispositivos de poder surgiram onde operam re-territorializações, inclusive abstratas” (Deleuze, 1995, p. 6-7).



## Capítulo 2

### "Trabalhadores que não querem trabalhar". Do engajamento com os estudos a uma nova posição proletária

*O povo sabe o que quer, mas o povo também quer aquilo que não conhece.*

Dona Conceição<sup>30</sup>

*Você me pergunta como vai minha vida; como sempre. Choro no momento devido a uma dolorosa reflexão sobre mim mesmo. Permita-me esse movimento de vaidade pueril; parece que não tenho vocação para ficar martelando o ferro.*

Gilland<sup>31</sup>

Recordemos, para iniciar este capítulo, uma afirmação de Alexandre que dizia o seguinte: “para as pessoas que pensam ‘ah, a vida é assim, mesmo, tem que trabalhar’ tudo é mais fácil. Mas para mim, agora, não é mais tão fácil”. Ele se referia ao que era necessário imaginar e desejar para manter-se adequadamente mobilizado nos marcos do trabalho assalariado. Durante os anos de aumento da oferta de emprego no Brasil (2004-2014), Alexandre pôde exercitar a irreverência diante dos patrões e experimentou o aumento das suas potências de agir ao adquirir alguns bens de consumo. Estimulado pelas novas possibilidades vislumbradas no período, ele iniciou novas experimentações relacionadas à sua instrução formal. Tal caminho também foi favorecido no momento em que ele evitou cair numa postura “ambiciosa”, que apontava a realizar o desejo exclusivamente em mercadorias, o que redundava num reforço da dependência em relação ao salário.

---

<sup>30</sup> Dona Conceição é cantor, percussionista, compositor, poeta, cineasta, ator e performer. Natural de Alvorada/RS, sua produção se caracteriza por denunciar o racismo e o genocídio da juventude negra através da arte. Seu primeiro disco, autoral e independente, se chama “Asè de Fala” (2018). Em 2019, numa entrevista à UFRGS TV, ao falar sobre seu trabalho e a importância da divulgação cultural, disse a frase que compõe esta epígrafe: “as pessoas precisam ver coisas que ainda não viram. Eu digo que o povo sabe o que quer, mas o povo também quer aquilo que não conhece”.

<sup>31</sup> Trecho de um texto, assinado por um operário chamado Gilland e publicado no jornal “La Ruche Populaire” em setembro de 1841. O texto, titulado “De l’apprentissage. Fragment d’une correspondance intime”, é citado por Jacques Rancière no livro “A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário” (1988), que será usado como referência neste capítulo.

Neste capítulo, veremos como seu engajamento com o *conhecimento* em espaços escolares e, em seguida, a participação em mobilizações políticas deram margem a um novo terreno de experimentações a partir do qual meu interlocutor elaborou uma crítica original ao assalariamento, associada à uma nova imagem das expectativas e dos sofrimentos de quem vive a exploração laboral – o que escolhi chamar de uma nova posição proletária. Nos próximos parágrafos, apresento como ele narrou sua entrada neste universo e o tipo de “transformações” que acabou enfrentando quando decidiu retomar os estudos.

“No início, eu queria estudar para dar uma vida melhor para mim e para minha companheira”, conta. O interesse era conseguir uma colocação melhor no mercado de trabalho:

Tinham muitas vagas de emprego que pediam Ensino Médio e eu não tinha nem o Ensino Fundamental completo. Quando as pessoas voltam a estudar, principalmente o trabalhador, é questão de mercado mesmo. É para mudar de serviço, de área, de emprego...

Em 2013, decidi terminar o Ensino Fundamental (EF). “Foi difícil, muita gente riu de mim. Eu ficava com vergonha. Imagina eu, velho, dentro da sala de aula”, diz. Alexandre já tinha 33 anos na época. Apesar desses sentimentos, decidi matricular-se no curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) numa escola localizada no bairro em que morava à época, o Umbu, em Alvorada. Antes de iniciar as aulas, fez uma prova de nivelamento e, apesar de ter estudado até a sétima série do EF, o exame apontou que ele deveria cursar a partir da terceira série da mesma etapa. Não havia outra opção, teve que recomençar a trajetória escolar praticamente do zero. Aproveitando o ritmo de estudos, ao terminar o Ensino Fundamental, ingressou no Ensino Médio e finalizou-o em 2016.

Nesse período, a relação com os professores foi muito importante. Com alguns, principalmente aqueles das “ciências exatas”, ela foi geralmente tensa e difícil. Alexandre tinha mais dificuldades nessas áreas e considerava que os docentes não se esforçavam o suficiente para tornar a matéria compreensível. Já com os professores de “humanas” a relação foi bastante mais amigável, principalmente porque, num princípio, foram eles que o “acolheram” na sala de aula. Com estes professores, ele desenvolveu uma relação próxima, baseada na camaradagem e na admiração recíproca.

As professoras às quais ele mais se afeiçoou foram Jaqueline (a “sora Jaque”) e Elis, ambas responsáveis pela matéria de História. As duas eram antigas militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Jaqueline estava prestes a se aposentar da carreira

docente e ainda depositava alguma esperança no partido, mesmo quando não se furtasse de destinar-lhe severas críticas. Já Elis andava bastante desesperançada quanto à militância política, sobretudo se envolvesse os partidos políticos. Ela sempre enfatizava a importância de uma mulher negra estar dando aulas há tantos anos na rede pública de ensino. Fazia questão de analisar criticamente a opressão racial e as lutas do povo negro pela liberdade. Jaqueline, por sua vez, havia participado das pastorais da juventude da Igreja Católica no final dos anos 1960, iniciando sua militância em meio à influência da Teologia da Libertação (TdL)<sup>32</sup>. Certa vez, quando nos encontramos – eu, Alexandre e Jaqueline – numa vigília que protestava contra a prisão do ex-presidente Lula, em 2018, ela lembrou, com carinho e certa nostalgia, das canções de luta que cantava nos encontros das pastorais. Durante o enfrentamento às ditaduras civil-militares do Cone Sul, os jovens envolvidos nas pastorais católicas cantavam músicas como “La carta”, de Violeta Parra. Esta última dizia o seguinte: “por suerte tengo guitarra/ Para llorar mi dolor/ También tengo nueve hermanos/ Fuera del que se engrilló/ Los nueve son comunistas/ Con el favor de mi Dios, si”<sup>33</sup>. A menção a Deus e ao comunismo nesta canção sintetiza bem o espírito político do “processo de convergência entre cristianismo e marxismo que se deu na América Latina” (Löwy, 1989, s/n) na época em que Jaqueline formou-se enquanto militante. Se bem a TdL enfatizava a opção preferencial pelos pobres, uma das suas principais ideias-força era a “autolibertação” dos oprimidos: “a afirmação de que os pobres serão 'os agentes de sua própria libertação e o sujeito da sua própria história'” (Löwy, 1989, s/n). Como veremos mais adiante, nos depoimentos de Alexandre, este

---

<sup>32</sup>A Teologia da Libertação (TdL) é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar como ferramenta analítica as ciências humanas e sociais. É considerada um movimento de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento as quais interpretaram os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. No Brasil, destacam-se os nomes de Frei Betto, Rubem Alves e Leonardo Boff.

<sup>33</sup>Violeta Parra (1917-1967) foi uma cantora, compositora, folclorista, artista plástica e ceramista chilena. Compôs e interpretou diversas canções que resgatavam as referências populares do território chileno, ao mesmo tempo em que transmitiam mensagens combativas de enfrentamento das injustiças sociais e dos regimes oligárquicos e autoritários da região. Filiada ao partido comunista, foi uma influência primordial para os estilos da “Nueva canción” chilena e latinoamericana e das “canções de protesto”, movimentos artísticos que se desenvolveram no final dos anos 1960. Pelas mensagens de características insurrecionais, populares e críticas, suas canções foram regravadas por diversos artistas latinoamericanos e influenciaram gerações de militantes sociais no continente, sobretudo durante as ditaduras civis-militares. Na canção “La carta”, escrita em Paris em 1962, comovida pela prisão de um dos seus irmãos, detido por participar de um protesto num bairro periférico de Santiago de Chile, ela escreveu uma denúncia que marcaria uma inflexão política no seu repertório. Traduzida ao português o verso diz o seguinte: por sorte, tenho um violão/Para chorar minha dor/Também tenho nove irmãos/Além do que foi preso/Os nove são comunistas/Com a graça do meu Deus”.

tipo de inspiração influenciou os intercâmbios intelectuais e políticos estabelecidos entre ele e suas professoras.

A TdL também fazia parte do contexto político geral que influenciou a proposta contemporânea do EJA no Brasil. Elis e Jaque eram professoras-militantes exemplares do tipo de proposta educacional para adultos que surgiu, nos anos 1960, a partir de movimentos sociais e populares que se mobilizavam contra a exploração e as inequidades no país. Ao longo dos anos 1960, segundo Pedrosa (2018, p. 134), surgiram movimentos de educação e cultura popular ligados a organização sociais, à igreja católica e a alguns governos, que desenvolveram experiências de alfabetização de adultos “orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar”. Tais iniciativas estavam presentes em várias regiões do país e se congregavam em torno da figura de Paulo Freire, um dos sistematizadores teóricos daquelas ideias. Em geral, esses grupos entendiam a educação dos adultos como um “processo de autoconscientização das massas, [voltado] para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade” (Fávero; Freitas, 2011, p. 372). Em um documento de 1958, apresentado diante de um seminário preparatório para o congresso que discutiria a política nacional para a educação de adultos, durante o governo de Juscelino Kubitchek, Paulo Freire resumiu assim a forma do trabalho educativo que almejavam: não se trata de um trabalho educativo sobre ou para o homem, mas *com* ele, considerando

(...) imperativa sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é a participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é a participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive (Freire *apud* Fávero, Freitas, 2011, p. 372).

Esse tipo de concepção influenciou a estruturação do EJA no Brasil e, sobretudo, a formação dos professores que atuariam nessa modalidade de ensino. Jaque e Elis não só eram parte desse universo formativo que tomava a educação dos trabalhadores como um esforço em direção à sua autoemancipação, como também desenvolveram sua militância política na época em que essas propostas estavam no seu auge (os anos 1960). Esse modo militante de abordar a educação em consonância com o esforço de emancipação informaram, em grande medida, o tipo de interação estabelecida com Alexandre, isto é, as expectativas, as proposições e as disponibilidades que elas manifestavam a ele.

Ao longo do tempo, Jaqueline e Elis foram se tornando amigas próximas do meu interlocutor: apoiavam seus projetos escolares e/ou econômicos e ofereciam contenção quando ele pensava em desistir dos estudos. Sobre o início dessa relação, ele me contou o seguinte:

Muitas vezes eu chegava desacomodado na escola. Tinha trabalhado o dia inteiro, vinha com alguns problemas de casa, tinha vontade de desistir. Eu chegava muito nervoso, brigava na aula, chorava. Um dia, a sora Jaque – minha professora de história – me ouviu, me abraçou. Ela sempre me ouvia, me acalmava e aquilo era muito importante para mim.

Alexandre considerava que o papel de acolhimento e contenção emocional era parte fundamental do ofício do professor frente aos “trabalhadores de periferia” que, como ele, se dedicaram a estudar. Ele destacava também o interesse da professora Jaqueline em “entender suas frustrações” e em “saber como era sua vida, seu trabalho”. Nesse sentido, refletia o seguinte:

O papel do professor nada mais é que ajudar a população, principalmente a de periferia. O trabalho deles não é só o de dar aula. Às vezes a pessoa sai do serviço, está indo para o colégio com a cabeça cheia, teve um dia cansativo, viaja dentro do ônibus lotado, daqui a pouco tu chegas na sala de aula... não está com cabeça para estudar, não está bem. Então, o professor não está ali só para te ensinar uma fórmula, ele pode sentar do teu lado, saber um pouco da vida do aluno, entender essas frustrações... sentar e dizer: ‘calma, vai dar tudo certo’. Foi o que a sora Jaque fez para mim. Às vezes ela perguntava da minha vida, queria saber como era minha vida, meu trabalho. Isso me acalmava bastante. Eu me sentia acolhido. Para mim, no fim das contas, era melhor estar dentro da sala de aula do que trabalhar. Tem gente que diz ‘eu prefiro trabalhar do que estudar’. Mas eu prefiro estar na sala de aula do que estar no serviço. Era um lugar mais acolhedor, mais humano.

A ênfase de Alexandre na recepção afetuosa que recebeu das suas professoras de História merece ser analisada mais de perto, uma vez que este encontro pautou profundamente, a partir de então, sua trajetória de experimentações intelectuais, políticas e existenciais. As professoras reconheceram nele, em primeiro lugar, certas capacidades valorizadas pela instituição escolar: habilidades expressivas, capacidade de incorporar e sintetizar os conteúdos aprendidos, empenho e atenção na realização das tarefas. No entanto, o intuito delas não se resumia a recrutar um estudante habilidoso. Como o próprio Alexandre mencionara, Jaqueline estava interessada em “entender suas frustrações”, em “saber como era sua vida”, interesse que gerou nele uma sensação de reconhecimento e, em seguida, acolhimento. Por outro lado, as professoras exerciam certa ascendência sobre o aprendiz, efeito da autoridade do seu lugar institucional e dos distintivos sociais que possuíam, como os títulos universitários, o domínio da linguagem culta e o conhecimento dos saberes formais que circulam na escola. Alexandre certamente reconhecia nelas a

autoridade inerente ao lugar social que ocupavam. No entanto, a origem e, sobretudo, os desdobramentos desta relação de proximidade e intercâmbio não podem ser explicados apenas pela influência da autoridade social e institucional sobre o estudante que recém ingressava nos salões escolares. As trocas estabelecidas entre Alexandre e suas professoras de História, assim como os desdobramentos criadores deste encontro, não seriam possíveis se se tratasse apenas do reconhecimento da autoridade professoral, por um lado, e do recrutamento de um bom estudante, por outro. Favorecido pelas influências políticas que narrei alguns parágrafos acima, o encontro que ocorreu entre eles proporcionou a exploração de desdobramentos potencialmente desestabilizadores do estado de coisas vigente – ou das regras de um jogo. Para explicar em que consiste esta interação singular e suas consequências criadoras, aproximarei o encontro entre Alexandre e suas professoras a outro caso. Trata-se do intercâmbio de ideias e da aproximação política entre operários recém-iniciados em alguns círculos intelectuais ligados ao pensamento utópico do século XIX e seus respectivos “mestres”. A interação entre eles é retratada por Jacques Rancière (1988) no livro “A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário”. Nos próximos parágrafos, apresento alguns aspectos da leitura de Rancière sobre os desdobramentos singulares do encontro desses operários com seus mestres. A leitura que o autor em questão propõe servirá de modelo para compreender a trajetória de engajamento de Alexandre com o conhecimento. Conforme já apresentei, na base dessa relação com o saber está a interação inicial com as professoras Jaqueline e Elis.

## **2.2 A noite intelectual dos proletários**

Em “A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário”, Rancière recupera textos, cartas e jornais produzidos por algumas dezenas de operários que, por volta de 1830, desempenhavam profissões como artesão, sapateiro, alfaiate e tipógrafo. O objetivo do autor, nesse livro, é “esquadrinhar e dialogar com os desejos e propostas efetivas que foram produzidas por não mais que algumas [dezenas] de proletários nas noites subtraídas ao sono restaurador da força de trabalho” (França, 1990, p. 183). Rancière está interessado nos “mal-entendidos” e nas novas imagens criadas quando “o discurso dos proletários

apaixonados pelas noites dos intelectuais encontra o discurso dos intelectuais apaixonados pelos dias laboriosos e gloriosos do povo” (1988, p. 12).

Os “profetas de um mundo novo” (França, 1990, p. 183) – os mestres sainsimonianos, icarianos e fourieristas que pregavam uma nova ordem social e alimentaram as utopias do século XIX – estavam interessados em ensinar aos operários os princípios da liberdade e da auto-organização, delimitando para eles o caminho da sua própria emancipação. Para tanto, introduziram alguns poucos trabalhadores interessados ao universo da intelectualidade burguesa da época: apresentaram-lhes os textos das suas doutrinas, os rudimentos das ciências positivas, a literatura, as artes e a poesia. “À oferta de amor” dos pregadores, os operários responderam com “gratidão” e uma “ávida paixão” pelos poetas e “romancistas do povo” (Rancière, 2010, p.32). Os operários, cujas cartas e textos Rancière resgata no livro, se percebem arrastados pela “espiral de uma outra vida”. Ao invés de dormirem o “sono tranquilo” e restaurador “daqueles que têm trabalho”, passam as noites lendo, debatendo e escrevendo insaciavelmente sobre um outro mundo (Rancière, 2010, p. 12). Neste outro lugar imaginado, eles já não sofrem as humilhações da exploração e têm tempo para se dedicar ao canto dos poetas, às letras dos intelectuais e aos traços delicados dos pintores. Para Rancière, trata-se de um acontecimento que consiste na irrupção no mundo da escrita de “pessoas que se supunha viviam o mundo ‘popular’ da oralidade” (Rancière, 2010, p. 7).

Nas “noites arrancadas à sucessão normal do trabalho e do descanso”, os operários-poetas preparam, sonham e “vivem já o impossível: a suspensão da ancestral hierarquia que subordina aqueles que estão destinados a trabalhar com as mãos aos que receberam o privilégio do pensamento” (Rancière, 1988, p. 10). Na aventura destas noites de estudo, uma “interrupção imperceptível, inofensiva (...) do curso normal das coisas” aprofunda, na rotina dos operários, uma “fratura” no andamento diário dos trabalhos. Na base de tal “fratura”, encontra-se “um momento singular: o dos encontros inéditos, das conversas fugazes entre esses operários marginais, que querem aprender o segredo das paixões nobres, e esses intelectuais marginais, que querem tratar das dores proletárias” (Rancière, 1988, p. 33).

Tais encontros proporcionaram o terreno intelectual e imaginativo para a criação de uma nova posição proletária, isto é, uma nova apresentação dos sonhos, das paixões e dos sofrimentos de quem vive a exploração laboral. Nas cartas e nos textos escritos por esses trabalhadores, vemos o desenvolvimento de discursos e a convocação de imagens

de si mesmos que contrastam com as representações associadas à laboriosidade e à robustez – representações que seus próprios mestres evocavam no momento de se referir a eles. Eles escreveram, a partir dali, para dizer que desejavam para si não o descanso dos honrados trabalhadores, mas a noite dos intelectuais:

Pois se falam, é para dizer isto: que não têm noite para si, pois a noite pertence aos que ordenam os trabalhos do dia; se falam, é para ganhar a noite de seus desejos, não a deles — a que esse marceneiro vê chegar “embrutecida de sono” —, mas a nossa [dos intelectuais], o reino das sombras e das aparências reservado aos que podem ficar sem dormir (Rancière, 1988, p. 28).

Trata-se, para eles, de conquistar não a noite do descanso, que repõe as energias para o dia laboral que lhe sucederá, mas a noite dos intelectuais e dos desejos luxuriantes de uma vida criadora. Quando ocupam o lugar de quem representa – através da escrita, do pensamento filosófico e das artes—, não apresentam a si mesmos como laboriosos operários-soldado. Os proletários-poetas mantêm o “sonho de passar para o outro lado da tela, (...) não para representar esse povo-exército que se simboliza no martelo e no avental de couro do ferreiro” e sim “para pintar uma outra imagem do exército do povo”, uma em que suas aventuras, criações e pretensões são tão elevadas e coloridas quanto as desse “cavaleiro engalanado de ouro e com um penacho tricolor, cujo cavalo branco se destaca entre um primeiro plano de corpos orientais misturados com cavalos caídos e o plano de fundo do deserto, das palmeiras e do céu do Egito” (Rancière, 1988, p. 19). O percurso desses operários representa a “fuga da produção para o princípio da anti-produção e da desordem da cidade: não apenas a imitação [do discurso intelectual], mas a *imitação sem modelo*” (Rancière, 1988, p. 22, destaque meu).

Seres híbridos, duplamente excluídos, posto que “vivem como operários e falam como burgueses”, estes operários-poetas rechaçam os retratos que os associam à laboriosidade, à robustez, à simplicidade e à glória do seu próprio ofício. Longe de desprezar a “ciência dos mestres” em nome de alguma “verdade plebeia” ou “popular” – isto é, uma verdade baseada unicamente nos seus próprios referentes –, estes operários estavam profundamente deslumbrados pelos “dramas da consciência e [pelas] miragens da representação”, esses excessos do espírito tão afastados das necessidades da reprodução material (Rancière, 1988, p. 25). Àqueles operários-poetas do século XIX “em vão lhe(s) ensinariam que sua verdadeira cultura encontra-se na oficina, na rua ou na taberna” (Rancière, 1988, p. 29).

“Selvagens civilizados demais e (...) proletários burgueses demais”, os operários-poetas já não eram reconhecidos como laboriosos representantes da sua classe e, exatamente por isso, não foram bem recebidos nos círculos filantropos ou burgueses da época, porque “fala[vam] demais”, com vaidades de “mestre pensante” e devaneios de “ideólogo” impróprios à sua condição; na opinião de alguns de seus mestres, falavam com uma vozinha estridente, expressavam profusamente desejos estranhos à imagem esperada da sua condição [e] pontuavam sua fala com infundáveis citações filosóficas (Rancière, 1988, p. 24). A “imitação” do discurso letrado e abstrato levada adiante pelos operários não reproduzia os “modelos” de trabalhador oferecidos pelo imaginário das classes dominantes, nem os modelos da postura intelectual. Numa imitação selvagem, esses “trânsfugas atraídos pelas aparências do saber e pelas imitações da poesia”, “intelectuais de contrabando”, “proletários pervertidos cujo discurso é feito de palavras de empréstimo”, “muitas vezes não devolvem as palavras que tomaram emprestado, a não ser estranhamente pintadas e pronunciadas com uma voz esquisita” (Rancière, 1988, p. 28). O “pensamento” dos que não foram “contemplados com o privilégio do pensamento” (os trabalhadores manuais), quando enunciado, engendra na realidade sensível uma “vacilação”, pois revela de si uma imagem que sonha com as noites intelectuais, mais do que com o descanso, o lazer popular ou o “direito à preguiça” que seus mestres lhes prescreviam como horizonte emancipatório (Rancière, 1988, p. 10, 21, 31).

A leitura que Rancière propõe do acontecimento resultante do encontro entre os operários e os “mestres” dos círculos utópicos no século XIX ilumina algumas características importantes da entrada de Alexandre no espaço da escrita, da leitura e da produção artística e científica. Assim como ocorrera com os operários-poetas, a origem do engajamento de Alexandre com o conhecimento formal ocorreu a partir de uma aproximação política entre seu interlocutor e suas professoras. O interesse das docentes na sua vida de operário e nas suas “frustrações” – isto é, a preocupação em cuidá-lo e em dar a seu sofrimento um encaminhamento político – aproxima-as dos mestres sansimonianos, icarianos e fourieristas do século XIX, estes “intelectuais marginais interessados em curar as dores proletárias”. Em consequência, a experiência escolar de Alexandre acarretou um contato com as ciências, as artes e as letras indissociável de um convite à militância pela transformação da realidade da exploração laboral, nos marcos de uma política determinada cujos objetivos apontavam a uma crítica do modo de produção capitalista.

As professoras Jaqueline e Elis ofereceram a Alexandre um espaço intelectual e político que, em primeiro lugar, reconheceu a natureza do seu sofrimento de trabalhador. Além disso, a escola, na figura dessas duas docentes, percebia o valor de alguns de seus talentos, justamente aqueles que o universo laboral tendia a dispensar, uma vez que meu interlocutor ocupava postos de trabalho nos quais habilidades expressivas como o desenho e a escrita, assim como o interesse na literatura, na história e na filosofia tinham pouca utilidade. O encontro entre eles colocou em jogo um interesse mútuo entre os sujeitos em questão: de parte das professoras, um interesse no papel que Alexandre teria como trabalhador explorado no esforço de transformação radical da realidade do modo de produção capitalista, isto é, um interesse dos mestres na sua condição de proletário e nas potências dessa condição. E, da parte dele, um desejo de explorar novos universos e habilidades que o afastavam das imagens associadas ao lugar que ocupava até então (ou que deveria ocupar segundo a distribuição vigente dos lugares sociais), isto é, o lugar daqueles que precisam trabalhar desde cedo para sobreviver. Por fim, a relativização da autoridade professoral e do poder dos títulos universitários também deu o tom da sua irrupção no mundo da leitura, da escrita, da produção científica e artística. As professoras – influenciadas pelo próprio campo militante a partir do qual se formaram – sempre reconheceram nas reflexões de Alexandre um valor equivalente às elaborações que elas próprias eram capazes de oferecer, construindo um espaço de interlocução baseado na igualdade. Quando ele elogiava seus amigos pesquisadores com quem vinha se relacionando – eu e meu companheiro, que estávamos em Alvorada – Jaqueline o lembrava que não era preciso nos “colocar num pedestal”, uma vez que ele também era “um intelectual” e deveria, portanto, perceber-se em pé de igualdade com outros pensadores. Uma aposta pela igualdade e uma admiração “pelos dias gloriosos do povo”, isto é, pela sua capacidade de se insurgir e transformar a realidade da exploração laboral: estas foram as bases a partir das quais as professoras se aproximaram e interagiram com Alexandre, tanto na sala de aula quanto fora dela.

As características deste encontro permitiram que meu interlocutor desenvolvesse um contato com o conhecimento formal que não consistiu numa incorporação unilateral a um campo de saber; incorporação mediada unicamente pelo reconhecimento da autoridade social das suas professoras e baseada numa posição subalterna nos mecanismos de reprodução desse campo. Pelo contrário, no campo de experimentações políticas e intelectuais aberto pelo encontro com as professoras, Alexandre ocupava um

lugar igual aos demais e poderia se tornar um pensador ativo e capaz de enunciar uma crítica singular da sua própria mobilização enquanto proletário. A partir de então, as imagens que ele construiu dos seus sonhos, paixões e sofrimentos acabaram se confrontando com algumas representações correntes no universo político ao qual ele se somou – como mostrarei mais adiante.

Depois de terminar o Ensino Médio, Alexandre se envolveu na criação do primeiro cursinho pré-vestibular popular de Alvorada. Cursou dois anos de aulas e tentou algumas vezes entrar na universidade. A professora Jaqueline, que desde o princípio o acolheu, ajudou e apoiou, continuou a ser quem o motivava, reconhecendo nele um potencial do qual ele próprio, nos momentos de desânimo, duvidava:

Desde a EJA, a professora Jaqueline veio me acompanhando. Eu devo muitas coisas que eu conquistei a ela. Sempre era ela que me inscrevia nos processos seletivos. Ela dizia: ‘tem que fazer, sim. Tem várias possibilidades para tu entrares [na universidade]. Se não conseguir agora, tenta de novo, e de novo, e de novo. Não é impossível. É só querer’. Ela sempre diz isso para mim: ‘tu és capaz, tu vais conseguir, tu vais chegar lá’. Ela me incentiva bastante.

Tendo acolhido, acompanhado e incentivado Alexandre na sua trajetória escolar, essas professoras adquiriram uma grande importância na sua vida. A ênfase nas capacidades iguais que ele teria na comparação com os demais, o reconhecimento em igual medida dos seus talentos e das suas “frustrações” e o incentivo para que seguisse se esforçando e se expondo às provas de ingresso nas instituições de ensino foram fundamentais. A escolarização foi, nas suas palavras, uma “conquista”, validada pelos seus pares trabalhadores e pela sua família. Antes de falar sobre os sentimentos de reconhecimento, que abordarei no tópico 2.4, vejamos mais de perto em que consistiu o engajamento com o conhecimento desenvolvido por Alexandre, marcado pelo viés crítico e por um convite à insubordinação. Tal engajamento foi possível por conta das características do encontro entre ele e suas professoras de História, encontro marcado pelo mútuo interesse entre os “intelectuais marginais, que querem tratar das dores proletárias” e os “operários marginais, que querem aprender o segredo das paixões nobres” (Rancière, 2010, p. 33).

## **2.2 O valor crítico-analítico e insurrecional da História**

A matéria de História era, sem dúvidas, a preferida de Alexandre. A partir do seu encontro com as professoras, essa disciplina se revestiu, para ele, de um valor crítico-analítico e insurrecional. Meu interlocutor descobriu neste campo de saber explicações para seu sofrimento que considerou bastante pertinentes. Era preciso, como ele dizia, entender “porque as coisas são como são”. A subalternização das pessoas negras, como ele, era explicada – nas aulas de História – pela existência centenária da escravidão no Brasil, regime de mobilização do trabalho que foi abolido apenas em 1888. A impossibilidade de os operários “darem um passo adiante”, como ele dizia, isto é, dedicarem-se a seus próprios projetos, era explicada pela dinâmica de exploração inerente ao “sistema capitalista”. Por outro lado, as “lutas” do passado permitiam imaginar que as pessoas, no Brasil e em outras partes do mundo, nem sempre permaneceram dominadas: a história que suas professoras transmitiam na sala de aula testemunhava que as pessoas se revoltaram inúmeras vezes contra as condições em que viviam. Alexandre desenrolava, assim, a lista das revoltas que ele veio a conhecer nas aulas: a revolta dos Malês, a revolta da Chibata, a Coluna Prestes<sup>34</sup>. A história das insurreições era um dos temas que mais lhe chamavam atenção. Sobre esse tema, ele refletia o seguinte:

Quando a gente não conhece a história, não tem um senso crítico. A gente pensa que, no Brasil, as coisas sempre foram assim, e ninguém faz nada. Só o que tu absorves é o que tu vê na TV. Mas tu tens que te questionar, pesquisar o que aconteceu no passado para poder entender o presente, conhecer as lutas que houve, entender porque as coisas são como são (...) no Ensino Médio, no segundo ano, nós começamos a aprender um pouco mais de história do Brasil e de política. Acho que as matérias de história, de sociologia, começam a ficar mais interessantes. Acho também que teve uma mudança de um tempo para cá. Porque lá na quinta série, quando eu fiz pela primeira vez, as aulas de história eram um horror. As professoras passavam uma vanglorização dos desbravadores, dos exploradores que descobriram o Brasil e não sei o que... era uma coisa muito chata de ouvir. E, agora, no Ensino Médio é mais: vamos falar sobre as lutas. Muita coisa aconteceu na história do Brasil. Então, tu começa a pensar mais sobre isso no segundo ano do Ensino Médio. Daí, no terceiro ano, vem as guerras, a segunda guerra mundial, as revoluções, tu começa a estudar sobre aquilo.

Alexandre reconheceu no acesso ao *conhecimento* desse tipo de dinâmica uma mudança no seu próprio regime de afetos, já que deixou de sentir raiva e se “revoltar” contra aqueles que eram seus iguais, isto é, trabalhadores como ele, passando a atribuir

---

<sup>34</sup> A Revolta dos Malês foi um levante de escravos de maioria muçulmana na cidade de Salvador, capital da Bahia, que aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835. A Revolta da Chibata foi um motim naval no Rio de Janeiro, Brasil, ocorrido no final de novembro de 1910. A Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro ocorrido entre 1925 e 1927 ligado ao tenentismo. Em seus dois anos e meio de duração, a Coluna composta de 1500 homens percorreu cerca de 25 mil quilômetros através de treze Estados do Brasil.

outra causa ao seu próprio mal-estar: o sistema capitalista. Era devido à experiência de engajamento com o conhecimento que meu interlocutor considerava que a educação tinha “mudado sua vida”:

Eu acho a sala de aula muito interessante. Acho que muda a vida das pessoas. Foi ali que minha vida foi mudada. Claro que eu não vejo os efeitos todos dessa mudança ainda, porque as mudanças acontecem devagar, mas eu vejo que eu já mudei bastante, assim, humanamente mesmo. Olhar mais para o próximo, conseguir ver o sofrimento do trabalhador. Pelos ótimos professores que eu tive, que me fizeram olhar para a sociedade como um todo. Para o trabalhador, que é o que eu sou. Uma professora, uma vez, me falou: ‘eu lembro de ti quando tu começaste a estudar, revoltado porque o colega tinha um celular mais caro. Sabe? E, daqui a pouco, não era culpa dele, ele era um coitado que nem tu. Daqui a pouco tu começaste a voltar o teu olhar, a tua revolta para onde realmente era a raiz do problema, que é o sistema’... que é o que mantém a gente assim, sem conseguir evoluir, sem poder dar um passo à frente. E foi a sala de aula que me fez refletir, pensar e realmente enxergar isso.

A “história” e seus esquemas explicativos mais ou menos engajados numa militância pela transformação da realidade, inspiração transmitida pelas suas professoras, ofereceram a Alexandre uma explicação para seu “sofrimento” de trabalhador. O acesso a essas explicações tornou móvel e transformável não a realidade em si, mas, em primeiro lugar, a atitude subjetiva que se tem em relação a ela: “quando a gente não conhece a história (...) *pensa* que no Brasil as coisas sempre foram assim”, isto é, *pensa* que nunca houve lutas ou questionamentos radicais e que, portanto, a realidade é inamovível. Além disso, “entender porque as coisas são como são” oferecia um caminho de estranhamento daqueles afetos que o faziam olhar para os colegas como competidores. “Olhar a sociedade como um todo” lhe deu acesso a uma explicação nova para o “sofrimento do trabalhador” e implicou uma reorientação afetiva: “voltar o olhar” e direcionar a “revolta” para a “raiz do problema”, isto é, para o “sistema”. A atribuição de uma causa pessoal ao sofrimento e o discernimento das determinações que incidiam sobre a sua condição foram elementos importantes suscitados pelo encontro singular com as professoras e pela exploração de um campo de saber. Como veremos, a análise crítica dessas determinações veio também acompanhada de um chamado explícito à cooperação, isto é, um convite a reorientar os afetos que estavam direcionados aos seus pares trabalhadores.

Ao responder positivamente à interpelação de seus professores de “humanas”, Alexandre passou a habitar não só um campo intelectual específico, mas também um campo político onde o sofrimento dos trabalhadores como ele era reconhecido na sua natureza e na sua gravidade. Neste campo singular, que convidava os trabalhadores a serem “sujeitos da própria história”, pessoas como Alexandre foram recebidos na

qualidade de potenciais pensadores da sua condição, ao passo que podiam ocupar o lugar de militantes no esforço de superar o regime de exploração que os oprimia. Neste espaço de interlocução, a postura crítico-analítica que implicava “entender porque as coisas são como são”, assim como a mensagem insurrecional – que trazia a notícia de que as pessoas podem se revoltar contra as condições em que vivem – estavam acompanhadas de um apelo à transformação dos afetos. O gesto de olhar – e reconhecer – o sofrimento dos trabalhadores não estava restrito aos professores. Pelo contrário, ele era estendido aos estudantes, que eram convidados a perceber, entre si, a similitude que os unia – todos são igualmente trabalhadores –, assim como as dores do “próximo”, certamente tão agudas quanto as próprias. Foi ali que Alexandre aprendeu a “olhar mais para o próximo, (...) ver o sofrimento do trabalhador (...) que é o que eu sou”. A mudança no regime afetivo tem como intenção e, eventualmente, como efeito a construção de um terreno em que os trabalhadores possam deixar de competir uns com os outros e, assim, estabelecer laços de cooperação. Era também por isso que Alexandre considerava a escola um “lugar mais humano”: havia ali um incentivo a estabelecer outro tipo de relação com seus pares trabalhadores, um tipo de relação que não supunha a competição, a “inveja” e os sentimentos predatórios. Ele próprio sentiu que, depois da escola, “mudou bastante”, “humanamente” falando.

Meu interlocutor refletiu sobre essa característica, presente em alguns espaços educativos, quando avaliou sua participação na fundação do primeiro cursinho popular de Alvorada, batizado Minervino de Oliveira. Lá, participou não só das aulas como também das reuniões políticas que definiram os rumos da iniciativa. Tendo passado pela experiência “transformadora” de ser um trabalhador-estudante no campo singular estabelecido pelo seu encontro com as professoras Jaque e Elis, ele pôde intervir no projeto em questão de acordo com o que considerava ser um dos sentidos fundamentais de um “cursinho popular” – que o trabalhador consiga, a partir dos aprendizados que o cursinho proporciona, “olhar para o próximo” e “se colocar no lugar do outro”. Para ele:

O cursinho [pré-vestibular] tem sim o objetivo de preparar o aluno para entrar numa universidade pública. Mas também tem o desafio de socializar, de conseguir ter um olhar ao próximo. Ver a dificuldade do outro. Não é só aprender uma fórmula, é ter um entendimento do sofrimento, da luta do outro, da vida do outro. Essa experiência [do cursinho] vem não só para ajudar a galera a entrar nesse sistema que não é tão inclusivo, a universidade pública, mas vem também para que os próprios estudantes consigam se colocar um pouco no lugar do outro. Debater a sociedade mesmo. Conhecer as diferenças.

Trata-se de se desvencilhar daqueles afetos que o levavam a ver nos colegas de trabalho um inimigo numa competição pela sobrevivência ou pelos melhores lugares ou, então, a ver naqueles que são “diferentes” alguém a desrespeitar. “Olhar para outro” e compreender suas dores para poder estabelecer com ele uma cooperação, “debater a sociedade” para conhecer as causas dos próprios afetos de sofrimento e “revolta” e “conhecer as diferenças” para acolher a multiplicidade das existências. A transformação do regime afetivo proposto pelos espaços educativos e políticos pelos quais Alexandre circulou também teve um impacto significativo na sua trajetória, sendo um dos pontos nodais da “transformação” pela qual ele passou.

### **2.3 O gosto pelo inútil**

Em primeiro lugar, o engajamento de Alexandre com o conhecimento foi marcado pelo convite à militância pela transformação da realidade da exploração laboral, num campo político que reconhecia suas “dores” e o convidava a ocupar o lugar de “sujeito da própria história”, analista crítico da sua condição e enunciador de novos horizontes. Aliado ao convite a entender “porque as coisas são como são”, isto é, a buscar uma explicação para o próprio sofrimento, este campo propunha uma mudança no regime de afetos em nome do reconhecimento da similitude entre os trabalhadores e das “dores do outro”. Além de todas essas características, há mais um ponto a destacar na “transformadora” experiência escolar do meu interlocutor. A escola foi também o espaço onde ele pôde experimentar e desenvolver habilidades que não tinham uma utilidade direta na sua própria reprodução material. Ou seja, habilidades, atividades e afazeres que eram de alguma maneira “inúteis” do ponto de vista da sua sobrevivência imediata, tendo em vista as condições em que ela ocorria: assalariando-se ou trabalhando diretamente como vendedor de rua.

Deste modo, a tendência do meu interlocutor, durante sua trajetória escolar, foi se afastar paulatinamente daquelas áreas que pareciam oferecer um saber técnico e/ou mais facilmente conversível em moeda de troca no mercado laboral, especialmente, o mercado laboral a que ele próprio teria acesso uma vez que completasse o Ensino Médio. Além das artes, como o desenho, o que mobilizava especialmente sua atenção eram as “humanas”: a filosofia, a literatura, a sociologia e, entre elas, um interesse especial pelas

aulas de História, sobretudo, História do Brasil, como já mencionei. A habilidade de desenhar e o gosto pela ilustração eram emblemas do desenvolvimento dessas habilidades “inúteis” do ponto de vista da reprodução material e eram sempre lembrados com carinho por Alexandre nas nossas conversas sobre a escola. Desenhar pode parecer uma atividade sem importância, inclusive banal em se tratando da escolarização, no entanto, a delicadeza do seu reencontro com o desenho merece ser considerada de perto. Ele me contou que “sempre gostou de desenhar” e “sempre desenhava muito bem”, mas as urgências da vida foram impedindo o desenvolvimento dessa habilidade em nome de necessidades mais urgentes. Ele ainda guardava os lápis de cor, papéis e canetas coloridas que usava para produzir seus desenhos na escola e, sempre que podia, isto é, quando as angústias da sua rotina laboral não invadiam seus pensamentos, rabiscava alguma ilustração nova.

Para quem, com uma idade tão precoce, teve que encarar a tarefa de garantir a própria subsistência<sup>35</sup>, a dedicação a uma arte que, do ponto de vista das necessidades da reprodução material diária, parecia tão distante significou a conquista de um direito substancialmente diferente daqueles comumente associados à figura do trabalhador. Tratava-se do direito a se dedicar a uma atividade que não possuía utilidade direta para a sobrevivência ou para o ganho material. Além disso, não se tratava de mero lazer, descanso ou entretenimento. Desenhar era dominar, de certa forma, uma prática representacional não reservada para sua classe social e que está associada, antes, aos gostos supérfluos daqueles que não precisam envolver-se com tarefas produtivas, como argumenta Rancière (1988).

Assim como esses operários-poetas do século XIX “secretamente apaixonados pelo inútil” (Rancière, 1988, p. 22), Alexandre experimentou, durante o período escolar, o direito a dedicar-se às belas artes do desenho, sem que fosse preciso instrumentalizá-lo para fins de reprodução material. É para lembrar desse gosto que estava “*de mais*” (Rancière, 1988, p. 52) para seu lugar social, que ele guarda até hoje a réplica realizada da obra “Abaporu”, de Tarsila do Amaral, muito elogiada pelos professores pela sua

---

<sup>35</sup> Conforme mostrei no primeiro capítulo, Alexandre trabalhou, desde muito jovem, vendendo doces e bebidas no centro de Porto Alegre. Isto passou a ser necessário, entre outros motivos, porque sua mãe se mostrou incomodada com suas escolhas em relação à identidade de gênero. Quando tinha cerca de dezesseis anos, Alexandre se vestia de menino, jogava bola e já tinha se interessado por mulheres. Como qualquer adolescente, ele também se reunia com amigos, eventualmente chegava tarde em casa. Em algum momento, sua mãe, irritada com a situação, terminou expulsando-o de casa. Mesmo retornando à casa materna depois de alguns meses, Alexandre teve que assumir a responsabilidade pelo próprio sustento, porque a relação com sua mãe permaneceu tensa e atravessada por incompreensões e rancores por muito tempo.

qualidade. Como veremos mais adiante, Alexandre também manteve um encontro frutífero especialmente com as meditações filosóficas. É a partir do contato e do relativo domínio, até então inédito na sua trajetória pessoal, de práticas representacionais como a escrita e o desenho, considerados atributos daqueles sujeitos que não se dedicam ao trabalho manual, que Alexandre começa a esboçar para si e para os demais uma nova posição proletária e, associada a ela, uma nova imagem dos seus sonhos, expectativas e sofrimentos.

## **2.4 Reconhecimento social**

A jornada de Alexandre pelas instituições escolares também esteve animada pelo reconhecimento dos seus pares, parentes e amigos. Ele reivindicava e fazia valer as “conquistas” pessoais que implicavam ter completado os estudos. No entanto, justamente porque a aposta por este caminho – e, especialmente, pela trajetória que ele havia escolhido traçar – não envolvia necessariamente um “ganho” material imediato, suas decisões e preferências também eram, em outros momentos, questionadas pelas mesmas pessoas que também reconheciam o valor de ter completado a formação escolar. Sua ex-companheira, Diana, apesar de incentivá-lo também protestava contra sua decisão de trabalhar menos horas para poder estudar, o que implicava, para ele, um drama:

Quando eu tinha um emprego, eu aceitei trabalhar menos horas e ganhar só um salário mínimo para poder estudar. Era meu sonho, né. Naquele emprego, esse era o meu ganho: ter tempo para estudar. Mas a Diana dizia: porque tu não arranja um trabalho de verdade? Ela preferia que eu ganhasse um salário melhor...

Apesar da falta de retorno material imediato, o reconhecimento social pelas “conquistas” chegou. O fato de ter estudado e completado o Ensino Médio era um “ganho” em prestígio capaz de contrabalançar inclusive a antiga decepção de sua mãe por ter um filho que não se encaixava nos padrões de gênero heteronormativos que ela considerava mais apropriados. Sua sexualidade dissidente e sua identidade de gênero trans sempre foram um foco de conflitos e incompreensões entre ele e sua família. Com o diploma do Ensino Médio em mãos, contudo, sua mãe reconheceu o “brilho” e o valor do seu filho.

Quando terminou o Ensino Médio, em 2016, sua turma realizou uma cerimônia de formatura. “A maioria dos meus colegas foi desistindo, se formaram só treze alunos. Eram jovens, precisavam trabalhar. Precisavam ajudar em casa ou queriam sair de casa. Acabaram saindo da escola para ir trabalhar”, contou Alexandre. A turma vendeu rifas para ajudar a pagar o cerimonial, no qual ele foi o orador, escolhido por aclamação pelos seus colegas. Sua mãe estava presente e, de tão orgulhosa, não conseguia dizer uma palavra: “quando a minha mãe foi na formatura, ela mal conseguia falar. As professoras davam parabéns e ela, muda. Ela disse que era de emoção, porque nunca imaginou que um filho se formaria. Eu fui o único”. “Hoje ela tem orgulho de mim”, complementou. O reconhecimento de sua mãe foi o sinal de que, apesar de não gerar “ganhos” materiais imediatos, a “conquista” de Alexandre era valorizada como símbolo de seu esforço e competência. Dominar, pelo menos em parte, a língua culta e o conhecimento formal, além de ter um diploma de Ensino Médio, eram objetos de prestígio reconhecidos pelos seus iguais, ainda que esse reconhecimento fosse constantemente comparado aos retornos financeiros que eles podiam dar: “por isso eu ficava tão triste – ele conta – quando a Diana dizia para mim: ‘o Alexandre é uma pessoa que nunca adquiriu nada’. Eu realmente não me apego nas coisas materiais. Mas o que eu aprendi, o fato de eu ter estudado, isso é muito importante mesmo para mim”. Se, por um lado, a “conquista” do diploma era reconhecida como fonte de algum *status*, por outro lado, a falta de retorno financeiro também inquietava aqueles que estavam ao seu redor, tornando, de certa maneira, mais frágil o apoio que eles depositavam nos seus projetos educativos e políticos.

## **2.5 Militância comunista**

Como demonstrei nos primeiros tópicos, a “irrupção” de Alexandre no mundo da leitura, da escrita e da produção científica e artística deu-se em meio a um encontro singular de tipo militante. Depois da formatura do Ensino Médio, ele se engajou em iniciativas que prolongaram as trocas intelectuais e políticas características do espaço que encontrou na escola, através da acolhida de suas professoras. A experiência com os livros, o conhecimento e o pensamento sobre sua própria situação pôde se prolongar, posteriormente, através da participação num partido comunista. Alexandre encarava a

militância nesta organização como uma continuação daquelas buscas iniciadas na escola. Ele comenta o seguinte sobre a transição do espaço escolar ao campo comunista:

No Ensino Médio, lá no último ano tu vês as guerras, as revoluções, a história das lutas no Brasil. Aí quando tu queres te aprofundar mais, acabou o Ensino Médio. Aí como é que tu vais te engajar? Em algumas pessoas, já aciona aquela vontade de revolução, de dar uma revolucionada: vamos lutar por esse país, melhorar e tal. E aí, tu já queres te engajar em algum partido político. E foi isso que aconteceu comigo. Eu queria me engajar, participar dessas lutas, porque eu sou uma dessas pessoas que está à margem da sociedade, então, eu preciso fazer alguma coisa, por mim, pelo meu país. Aí eu me aproximei, conheci os caras do PCB [Partido Comunista Brasileiro] aqui de Alvorada. Fomos nos encontrando e eu fui me engajando. Fui em manifestações. E estou aí, querendo saber cada vez mais do processo político e o que eu posso ajudar para melhorar meu país. Fazer alguma coisa para mudar isso tudo.

As reuniões com os camaradas do Partido foram um espaço de instrução e elaboração de um pensamento:

Eu sempre aproveitei todas as oportunidades que me deram. Me davam um livro, ‘Oh Alexandre, lê esse livro’. E eu pegava e lia. No PCB, eu aprendi muito, tinham muitas leituras. Quando eu entrei para o partido, um dos camaradas me dizia ‘tu tens que ler esse livro, tens que entender tal coisa’. Sempre me incentivavam para a leitura. Me mostravam vídeos na internet. Nos debates, a gente conversava sobre a estrutura do país. Eu aprendi muito com o PCB.

Um dos pontos altos da militância de Alexandre no “partidão”, como carinhosamente é chamado o PCB, foi em 2016, no marco de um dos últimos protestos massivos que conseguiram chegar à Brasília a fim de se opor, naquele momento, à aprovação da Reforma da Previdência, ainda no governo de Michel Temer (2016-2019). O PCB de Alvorada escolheu Alexandre como representante da organização para participar dos protestos. Quando ele relembra esse momento, o faz remarcando todos os detalhes: a comida que preparou para enfrentar a viagem de quase dois dias até o Distrito Federal; as conversas que teve com as pessoas no ônibus; as amizades que foi fazendo no caminho e todos os encontros que ocorreram durante a jornada. Ao chegarem à capital, os responsáveis pela excursão estacionaram o ônibus num ginásio bastante afastado do local da marcha. Lá, os viajantes poderiam usar os banheiros e se preparar para a jornada de mobilização coletiva. Em tal situação, Alexandre viu-se em meio àqueles encontros extraordinários pelos quais tanto ansiava. Ao ouvir as explicações dele sobre como usar o banheiro, uma moça o interpelou: “ôxe! cê é gaúcho, né?”. Alexandre respondeu, alegremente surpreso: “Sou! E tu é da Bahia, né?”. “Oxê! Sou sim. Vamos embora com a gente para lá! Mas a passagem é só de ida, viu?”. Alexandre deu muitas gargalhadas ao lembrar do convite da nova camarada, de quem sequer sabia o nome. A viagem tinha, de certa forma, realizado seu desejo de encontrar coisas novas; de ver, tocar, experimentar

algo, sem que seu conteúdo estivesse estritamente definido: “imagina ir embora para a Bahia com uma passagem só de ida!”, pensou em voz em alta, enquanto contava a anedota.

No meio do protesto, em frente ao Palácio da Alvorada, entre as bombas de gás lacrimogênio lançadas pela polícia, a coragem dos militantes o encheu de ânimo. Depois de uma jornada intensa, Alexandre retornou ao ônibus, extenuado, assim como seus companheiros. Dormiu um sono profundo, mas em nada parecido com aquele descanso angustiante que costumava preceder seus dias laborais. Em meio a essas experiências, para ele, inusitadas, sua “transformação” foi se tornando cada vez mais acentuada. Estes acontecimentos foram sulcando na sua sensibilidade um ponto a partir do qual não seria fácil retornar à configuração afetiva anterior, aquela do início da sua narrativa: “Teve um tempo na minha vida em que eu me conformava com a situação que eu vivia...”. O comunismo era, de certa forma, esse ponto a partir do qual seria difícil retornar tranquilamente à rotina anterior. Além disso, configurava-se como o espaço que mantinha vigente a possibilidade de imaginar um devir substancialmente distinto para os trabalhadores como Alexandre.

## **2.6 O pensamento dos que não foram contemplados com o “privilégio” do pensamento**

Semelhantes às declarações daqueles operários-poetas que “falavam demais”, com vaidades de “mestre pensante”, “pontuando sua fala com infundáveis citações filosóficas”, as reflexões de Alexandre sobre sua condição operária também não lembravam em nada a simplicidade geralmente associada à sabedoria popular. Seu pensamento tinha a mácula da “ciência dos mestres” e do diálogo com os filósofos, cujos enunciados ele reelaborava para construir suas próprias críticas. Como lembra Rancière (1988), o contato fugaz com “outros mundos” e com situações extraordinárias permite a construção de um critério para avaliar e eventualmente transformar o estado de coisas vigente: para o autor, é “nesses momentos em que o mundo real vacila aparentemente, mais do que no lento acúmulo de experiências cotidianas, que se forma a possibilidade de um julgamento sobre esse mundo” (Rancière, 1988, p. 31). Ele argumenta o seguinte,

buscando ser fiel ao pensamento daqueles operários-poetas que tiveram contato com as meditações filosóficas dos seus “mestres”:

É por isso que problemas metafísicos, que parecem bons para os bispos que encontram sua ceia pronta, são bem mais essenciais para os que partem cedo em busca do trabalho que garante a ceia da noite. Quem melhor do que os que alugam seu corpo dia após dia poderia dar sentido às dissertações sobre a distinção entre o corpo e a alma, o tempo e a eternidade, a origem do homem e seu destino? (Rancière, 1988, p. 31).

Com as palavras “tomadas de empréstimo” do pensamento filosófico e seguindo de perto seus aforismos, Alexandre elaborava uma aguda análise da sua condição, essa última compartilhada com seus pares trabalhadores. Por exemplo, citava com frequência uma frase atribuída a Jean Jacques Rousseau com o intuito de iluminar as determinações que recaem sobre as pessoas submetidas ao assalariamento e que resultam, para elas, no padecimento de paixões que impedem a cooperação. O enunciado de Rousseau em questão é bastante conhecido por sua primeira parte, mas não tão famoso pela segunda. Por isso, Alexandre o pronunciava com uma pausa entre as duas sentenças, esperando a reação do interlocutor e mostrando dominar a totalidade da fórmula. Enquanto a primeira parte da frase obtinha uma adesão quase imediata do público, a segunda surgia como um contraponto inusitado, convidando a uma explicação mais detalhada. Ele dizia assim: “o homem é corrompido pelo poder... e esmagado pela violência”. Alexandre apreciava muito esse enunciado. Certa vez, o escreveu no quadro da sala de aula, chamando a atenção positivamente das suas professoras de História<sup>36</sup>.

“Poder” e “violência” poderiam ser entendidos de maneiras muito vagas, causando uma espécie de consenso tácito que trairia a intenção do locutor. Por conta disso, Alexandre fazia questão de especificar o sentido dos termos com alguns exemplos. No concernente à corrupção, efeito da influência do poder, ele tinha a intenção de problematizar os “pequenos poderes” que são objeto de desejo no mundo laboral e que satisfazem as pessoas, impedindo-as de enxergar outros horizontes de realização coletiva enquanto trabalhadores. Quando eu ouvi pela primeira vez essa frase, ela apareceu como corolário de algumas anedotas transmitidas por Alexandre. A seguir, eu as reproduzo brevemente.

---

<sup>36</sup> Essa frase não figura de maneira literal na obra de Rousseau, mas talvez esteja em algum lugar entre uma apreensão possível do pensamento do filósofo francês e um complemento contemporâneo e popular aos seus postulados.

Dona Lurdes era uma senhora que trabalhava no Instituto Federal como auxiliar de limpeza, junto com Alexandre. Por ser uma funcionária antiga, já tinha se ambientado o suficiente ao local de trabalho, a ponto de ter certa proximidade com os servidores administrativos e diretores. Quando, em certo momento, algumas jovens foram contratadas para compor a equipe, Dona Lurdes comentou sorrateiramente, ao pé do ouvido de Alexandre: “as novatas estão chegando... vamos tirar o couro delas!”. Ele teria, então, respondido: “Tá louca! Eu não vou fazer isso. Eu sou igual a elas. Se nós nos ajudarmos, ninguém se quebra tanto”. Quando as jovens chegaram, meu interlocutor fez amizade com elas e resolveu nunca deixá-las “na mão”, isto é, sempre as ajudava a terminar as tarefas, de modo que ninguém se sobrecarregasse. Sobre a atitude de Dona Lurdes, Alexandre concluiu que as pessoas tendem a extrair um “prazer” dos “pequenos poderes” atribuídos a quem ocupa funções de mando nos espaços laborais, seja por antiguidade ou por ocupar um posto superior aos demais. Tais “poderes” são ínfimos, mas terminam proporcionando momentos de satisfação pessoal: “algumas pessoas se satisfazem com isso”, finalizou. Para ele, há muitas “donas Lurdes” nos locais de trabalho. Trata-se de uma figura comum que exemplifica o afeto competitivo entre trabalhadores. Por ocupar um cargo mais alto ou ser uma funcionária mais antiga, Dona Lurdes estava exposta à “corrupção” dos “pequenos poderes”.

Quanto à “violência” que esmaga os homens trata-se, na verdade, da violência decorrente da necessidade de ter que sobreviver. Novamente, Alexandre esclareceu com uma pequena anedota que tipo de determinação a palavra “violência” buscava iluminar no seu discurso. Certa vez, ele compareceu a uma agência de recrutamento laboral para concorrer a uma vaga de emprego. Chegou cedo para sua entrevista, com medo de se atrasar. Os demais candidatos ao posto também foram aparecendo aos poucos. Estavam todos dentro de uma sala minúscula, esperando serem chamados. Fazia muito calor no recinto, não havia boa ventilação nem água gelada. Alexandre contou que algumas pessoas estavam ali desde as 9h da manhã e só foram atendidas às 13h da tarde. No meio da sala, enquanto esperavam, elas entraram em discussões sobre a situação do país. Alexandre, então, se dirigiu aos presentes, quando pressentiu sua adesão a um discurso “anticorrupção”. Ele disse o seguinte: “se tivesse um único emprego aqui, um prato de comida ou um valor em dinheiro e se disso dependesse a sobrevivência da família de vocês, vocês não passariam por cima uns dos outros? ” As pessoas reconheceram, envergonhadas e um pouco resignadas, que elas provavelmente agiriam dessa maneira.

“Então – prosseguiu Alexandre – é isso que os políticos fazem. Só pensam em si, passam por cima uns dos outros por interesses próprios. Porque falam dos políticos se nós também somos assim?”. E, novamente, coroou a história com a frase atribuída a Rousseau, dessa vez enfatizando a segunda sentença: “os homens são corrompidos pelo poder e esmagados pela violência”. As condições nas quais a corrupção pode se desenvolver atingem a todos, principalmente aqueles que estão submetidos às condições salariais e que estão impelidos a “pensar em si” em detrimento dos demais.

O sistema capitalista que impede os trabalhadores de “darem um passo à frente”, os pequenos poderes que os corrompem e a violência que os esmaga: tudo aquilo que degrada o ser humano submetido à relação salarial, todo seu sofrimento, pode ser agora enunciado por quem dele padece. Sem o acesso ao conhecimento formal, porém, torna-se difícil discernir a causa desses sofrimentos, argumenta Alexandre. Sobre esse ponto, ele dizia o seguinte: “o problema é que as pessoas sofrem, mas não sabem de onde vem a paulada”. Segundo ele, nisso consiste a “alienação”, que não tem um sentido pejorativo, mas crítico-analítico. Estar “alienado” não equivale a receber a “paulada”, afinal, todos aqueles submetidos à relação salarial estão suscetíveis às agruras dessa condição. Estar “alienado” significa “não saber de onde vem”, isto é, o que determina a “paulada”: porque ela ocorre, contra quem se dirige especialmente e com que tipo de força. Para deixar de ser “alienado”, é preciso entender porque as “coisas são como são”, isto é, entender o que determina o sofrimento de suas existências proletárias. Por não saber “de onde” vem, exatamente, “a paulada” é que as pessoas “acham que a culpa da sua desgraça é do colega, do vizinho”, ele dizia. Assim, elas atribuem uma causa equivocada para o sofrimento que padecem. Contudo, entender “porque as coisas são como são” supõe um engajamento real e uma experiência transformadora envolvendo o universo da leitura e da escrita. Sobre isso, meu interlocutor refletiu o seguinte: “as pessoas não sabem como as coisas chegaram até aqui. Eu também era alienado... quando eu comecei a ler foi quando eu entendi porque as coisas são como são hoje”.

Eu questionei, numa das nossas conversas sobre esse ponto, a sua suposição de que era preciso “ler para entender”. Argumentei que “se houvesse alguém que debatesse, que dissesse algo diferente no momento em que as pessoas estão insatisfeitas, talvez elas se dariam conta de porquê sofrem tanto”. Ele não se convenceu da minha solução que, no fim das contas, ignorava a dimensão do impacto, que ele próprio narrara, do engajamento das pessoas com o universo da leitura e da escrita. Por isso, Alexandre precisou reafirmar

para mim a intensidade da ruptura radical decorrente da sua entrada nesse universo. Ele disse: “não, Ju. Tu não estás entendendo. Isso não adiantaria. Ler é outra coisa. Tem muito conhecimento. Quando tu começa a ler vai entendendo muita coisa. É outro mundo, só assim mesmo para entender”.

A ênfase de Alexandre na importância de ler, seu acesso a um *corpus* textual até então desconhecido ou, pelo menos, pouco explorado – os textos didáticos, materiais históricos, livros de teoria política, de filosofia, de literatura, etc. – e sua maneira particular de interpretar esses materiais se inserem naquele processo de disseminação da leitura e dos leitores, identificado por De Certeau (1998).

O processo de disseminação da leitura e da escrita criou as condições para um tipo de "consumo" não passivo dos textos, isto é, um consumo não completamente submetido aos protocolos de leitura reconhecidos e promovidos pelos intérpretes autorizados. Enquanto a disseminação da capacidade de leitura produz apropriações desviantes e não autorizadas, a escrita é o espaço da construção de "temporalidades particulares [que transcorrem] à distância das temporalidades sociais ou comunitárias" (Chartier, Hébrard, 1998, p. 42-43): além de poder ser relido e revisitado "independente das estações e dos dias que, imemorialmente, serviram de referência para o cotidiano", a escrita é o lugar de disjunção entre um tempo social normatizado e a irrupção de um espaço de subjetivação (a princípio pessoal, mas, na verdade, simplesmente um espaço apartado das normativas sociais vigentes):

O ato de escrever, que produz, inicialmente, o "publicável", o escrito aberto à multiplicidade de leituras, torna-se o ato que, quase necessariamente, constitui um espaço privado. Para escrever é preciso um lugar próprio. Não é essa a primeira regra ensinada nas escolas? A mesa do escolar, seu material, o caderno aberto na página em branco, esse "lugar desenfeitado das ambiguidades do mundo" (...), mas habitado pela ansiedade provocada pelas manchas de tinta que "estragam" o trabalho. A escritura é uma técnica violenta do corpo, do domínio do gesto, da solidão, do frente a frente consigo mesmo. (Chartier, Hébrard, 1998, p. 42)

Podemos interpretar os atos de escrita de Alexandre, seja nas redes sociais, seja nas redações que produzia para a escola, nessa chave. Como lembra De Certeau (1998), as apropriações singulares e desviantes dos textos respondem a um "agir": "essas práticas colocam em jogo uma *ratio* 'popular', uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar" (De Certeau, 1998, p. 42). As experiências narradas por Alexandre e os enunciados que ele soube formular a partir delas permitem afirmar que este "agir" (atribuído por De Certeau ao elemento

"popular"), na verdade, não é sempre o mesmo, nem ocorre em quaisquer circunstâncias. Essa maneira de usar os códigos sociais pode ser uma prática dos "fracos", mas ela é, antes de mais nada, impulsionada por um esforço singular de subjetivação, fruto, por sua vez, de um processo de ruptura localizada. A cada vez que um esforço dessa natureza encontra respaldo em um texto ou em um *corpus* discursivo específico, ele imprime sua interpretação desviante e deixa um rastro – escrito ou falado – dessa apropriação. Seria possível, sem dúvidas, agrupar todas essas "maneiras de pensar" numa única categoria, como faz De Certeau, ao classificá-las como usos "táticos" dos textos, em contraposição aos usos "estratégicos":

Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente" (...) denomino "tática" um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. (De Certeau, 1998, p. 46)

Assim, o lugar de desdobramento da leitura "tática" de Alexandre é o outro: textos, universos e formas de se expressar que não são "próprias". Também é possível, como faz De Certeau, ir em busca da "formalidade [dessas] práticas": "formalidades complexas que podem dar conta dessas operações", dessas "artes de fazer", isto é, dos "consumos combinatórios e utilitários" (1998, p. 42). No entanto, se nos detivermos nessa tarefa mais formal, não entenderemos (nem teremos a possibilidade de acompanhar) o impulso singular que anima e materializa tal forma de apropriação dos textos. O mais interessante, por isso, é perguntar a que tarefa concreta esse uso tático dos textos aponta: qual a natureza particular do "agir" a que essa apropriação responde. No caso de Alexandre, como demonstrei, ele aponta a garantir a existência do trabalhador como um sujeito capaz de aspirações estéticas, intelectuais, etc., que se encontram distantes daquilo que se supõe que ele deveria aspirar de acordo com seu "lugar" de operário no ordenamento social. Antes que definir uma "ratio popular" geral, podemos discernir e acompanhar as tarefas singulares que essas apropriações desviantes querem realizar. É por isso também que, do ponto de vista do impulso que anima o uso "tático" dos textos, ou seja, a partir de um processo singular de subjetivação, é possível passar a um uso "estratégico" dos códigos, se as condições forem favoráveis ao desenvolvimento de uma nova posição e de um antagonismo aberto com as posições da ordem vigente. Segundo De Certeau, a estratégia postula "um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (p. 46) – o que

seria uma boa definição para o antagonismo. Se a diferença entre estratégica e tática é sua relação com o poder, como afirma De Certeau (1998):

[As] táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição. (De Certeau, 1998, p. 47)

Então, do ponto de vista de um processo de subjetivação, é possível passar de uma “maneira de fazer” a outra, uma vez que tal esforço não só comporta, como também demanda também uma estratégia de poder para conseguir desdobrar suas consequências.

O discurso original de Alexandre foi reconhecido pelas pessoas que orbitavam o campo intelectual e político ao qual ele tinha recentemente adentrado, isto é, os professores, estudantes e militantes envolvidos em projetos como os cursinhos populares ou que lecionavam em escolas públicas e universidades. Ele foi, então, diversas vezes convidado para falar nesses espaços e expor sua visão enquanto trabalhador-estudante. Falava, além disso, sobre sua trajetória de enfrentamento aos preconceitos por sua condição de homem trans. Esclarecia aos estudantes os direitos das pessoas que são como ele, enfatizava a importância de “conhecer as diferenças”, buscando desnaturalizar alguns preconceitos do público. Na sala de aula, Alexandre sentia que sua forma de falar, sua emotividade e combatividade, além da capacidade de transmitir análises esclarecedoras, tocavam o coração dos estudantes, despertando neles um interesse genuíno pela mensagem que tinha a apresentar. Sentia que podia, ali, comunicar muitas coisas e agir da maneira como seus próprios professores agiram em relação a ele, isto é, “transformando” o olhar daqueles jovens.

Convencido da importância e da potência de “estar em sala de aula”, Alexandre estabeleceu para si mesmo que queria ser professor. Era preciso convencer seus pares, sobretudo os jovens trabalhadores, da importância do engajamento com os estudos e com o mundo letrado. Era uma forma, também, de imitar o exemplo das suas professoras, Jaque e Elis. Cogitou algumas carreiras, como sociologia, geografia, letras e, em primeiro lugar, história. Meu interlocutor tomou os conhecimentos que adquiriu para formar um discurso sobre sua própria condição e uma nova imagem do que os trabalhadores como ele anseiam: na verdade, sua verdadeira paixão é “estudar”; sua missão é “transformar” o olhar dos outros, exercer sobre eles o encanto dos comunicadores, representantes e mestres; a tarefa que os inspira é entender e explicar aos demais “porque as coisas são como são”, isto é, porque sua existência proletária implica tanto sofrimento. O

“pensamento” dos que não foram contemplados com o privilégio do pensamento, como definia Rancière, uma vez enunciado, obriga a complexificar as imagens da exploração laboral, assim como a representação dos sonhos, paixões e sofrimentos daqueles que estão a ela submetidos.

## **2.7. Uma nova posição proletária: trabalhadores que não querem trabalhar**

O encontro de Alexandre com os professores de “humanas” é um encontro singular, uma vez que implicou uma busca mútua, como aquela ocorrida entre os “mestres” e os proletários do século XIX, e resultou em efeitos inesperados do ponto de vista da reprodução dos lugares atribuídos socialmente a cada um dos sujeitos que nele se envolveram. Alexandre encontrou nas suas professoras, sobretudo em Jaque, uma disposição à acompanhá-lo nas suas explorações, alçando-o à figura de pensador do mundo e da sua condição. Já as professoras encontraram nele um estudante engajado e interessado nos conhecimentos que elas tinham para compartilhar, um estudante que respondia à altura das expectativas que elas nutriam quanto ao protagonismo dos trabalhadores no seu processo de emancipação. A partir desse encontro particular, todos os sujeitos envolvidos foram se transformando, uma vez que surgiu um novo terreno imaginativo-afetivo, com problemas e conflitos próprios, mas capaz de oferecer as condições para a produção de uma nova imagem das expectativas que povoam o universo subjetivo de quem vive o assalariamento – e do próprio trabalho das professoras, enquanto militantes engajadas em processos de ensino-aprendizagem. Esse tipo de encontro, como argumentou Rancière, produz um saber “sem sabedoria”, uma imitação que descarta os “modelos” do trabalhador laborioso e do intelectual entregue aos jogos do seu próprio campo. A partir deste encontro, Alexandre se esforça por construir uma imagem vacilante do mundo: aquela onde os “trabalhadores não querem trabalhar”, como ele argumentava, uma representação na qual seu sonho é tornar-se outra coisa substancialmente diferente e sua paixão é “estudar”. A experiência educativa e política de Alexandre proporcionou a ele um espaço onde construiu "um conhecimento de si que lhe revel[ou] um ser voltado para outra coisa além da exploração": "revelação de si próprio que pass[ou] pela via do segredo dos outros", isto é, pelo descobrimento do mundo destes “intelectuais marginais”, povoado de referências estranhas à sua própria realidade (Rancière, 1988, p. 32-33) mas

que buscavam atenuar a violência simbólica das hierarquias que cercam a produção de conhecimento em outros espaços. É importante lembrar, aqui, que o elemento que impulsiona essa nova posição proletária é o engajamento com o conhecimento e com as artes representativas (como a escrita e mesmo o desenho). Portanto, não se trata simplesmente, como lembra Rancière, do “direito ao ócio”, mas do direito à poder se dedicar a criar imagens sobre si e sobre o mundo.

A trajetória de experimentação de Alexandre, a partir do encontro singular ocorrido entre ele e as professoras, se assemelha à descrição que Ingold (2015) faz do "labirinto" em "O dédalo e o labirinto". No dédalo, o modo de caminhar estaria definido por escolhas em um número já delimitado de possibilidades, o que respeita de antemão tanto a liberdade de agência quanto a existência de condições pré-estabelecidas no marco das quais a agência poderá se desenvolver. No dédalo, o agente começa por uma intenção original (consciente ou não) que, por sua vez, encontra impulso no vislumbre de um objetivo final (por exemplo, ascender socialmente ou completar os estudos).

O dédalo coloca toda a ênfase nas intenções do viajante. [O viajante] possui um objetivo em mente, uma destinação projetada ou horizonte de expectativas, uma perspectiva a realizar, e está determinado a alcançá-la. (...) No dédalo, o molde da ação exterior segue o molde do pensamento interior (Ingold, 2015, p. 26).

No labirinto, as possibilidades de caminho estão em aberto e são estimuladas pelos elementos concretos (afetos, possibilidades materiais, interpelações, objetos) que o caminhante vai encontrando numa paisagem específica.

No labirinto (...) aquele que segue o caminho não tem outro objetivo senão continuar, seguir em frente. Mas para fazê-lo, sua ação deve estar acoplada de modo próximo e retido com sua percepção – ou seja, um monitoramento sempre vigilante do caminho, à medida que ele vai se desdobrando. Colocado de forma simples, você tem que prestar atenção onde pisa, e também ouvir e sentir. Em outras palavras, [no labirinto] seguir o caminho é menos intencional do que atencional. O andarilho é levado para fora, para a presença do real. (Ingold, 2015, p. 27).

Percorrer as consequências de um encontro singular – tanto para Alexandre, quanto para as professoras – implicou algo parecido a este “vagar atencional” aos elementos que iam surgindo na interação. A atenção “imaneente” ao movimento é a subjetivação que vai surgindo do caminho percorrido, antes que de uma intenção original da qual o caminho seria um efeito. A subjetivação é dada pelo percurso do andarilho que vai acompanhando a emergência de novas possibilidades, frágeis e vacilantes:

A atenção acompanha um mundo que não está pronto, que é sempre incipiente, que se encontra no limiar da emergência contínua. (...) À medida

que o caminho acena, o andarilho se submete, e fica à mercê daquilo que acontece. Caminhar, diz Masschelein, é ser comandado por aquilo que ainda não está dado, mas está a caminho de sê-lo. (Ingold, 2015, p.29).

A experiência do andarilho no labirinto é a da “ex-posição” – o sair de um lugar atribuído na ordem social em direção à emergência de uma subjetivação. E a subjetivação não se reduz a mais um ponto de vista sobre um processo ou fenômeno. Na verdade, ela consiste na apresentação de uma nova posição que tem o poder de reconfigurar a distribuição das coisas e das pessoas em um mundo:

Longe de assumir um ponto de vista ou perspectiva a partir dessa ou daquela posição, o ato de caminhar continuamente nos remove longe de qualquer ponto de vista – de qualquer posição que possamos adotar. “Caminhar”, explica Masschelein, “é colocar em questão essa posição; trata-se de exposição, de estar fora-de-posição (Ingold, 2015, p.28).

Por mais que Ingold adote outros caminhos, podemos atribuir essa diferença entre o dédalo e o labirinto a duas ordens de determinações diferentes. No espaço de um campo singular de determinações, aberto pelo encontro com as professoras, Alexandre pôde estar “ex-posto” e “fora-de-posição”, não por estar num ambiente que determinava menos suas posturas se comparado a outros, mas porque as condições do encontro possibilitaram outro tipo de condução, absolutamente singular em relação àquelas já existentes. O ato de deixar-se constituir por um fora (de si mesmo), reorientando o desejo para outros objetos e abrindo-se a uma transformação a partir de uma atenção diferente, foi uma possibilidade aberta pelas condições do encontro. A experiência “fora-de-posição” é relativa não a todas as localizações possíveis, mas às posições de uma ordem determinada (no caso de Alexandre, a ordem salarial e o regime de afetos que a sustenta). O “plano de imanência” ou a virtualidade (em contraposição à atualidade das posições sociais) dizem respeito, na verdade, à construção tateante e frágil de um novo lugar, de uma posição singular que eventualmente será o lugar a partir do qual se desdobrará um antagonismo com aquelas posições sustentadas no marco da ordem vigente. A consistência e as garantias de existência dessa nova posição deverão ser construídas pelo esforço daqueles que participaram do encontro e do princípio de transformação que ele inaugurou. Se no dédalo nos encontramos numa ordem determinada por “interesses” e “intenções” de grupos específicos – os operários, por um lado, e os intelectuais, por outro – e, no labirinto, estamos diante da “ex-dução (levar para fora) do aprendiz no próprio mundo, conforme ele se lhe apresenta através da experiência”, é porque o labirinto é um dos modelos de exploração concreta das consequências (desde já, “não livres”) de uma interrupção localizada, de um acontecimento ou uma ocorrência singular num mundo.

Alexandre não só experimentou, a partir do encontro e da exploração “labiríntica” das suas consequências, um objeto de desejo que deslocou aqueles afetos que colaboravam para manter de pé a adesão subjetiva à relação salarial, tais como o sentimento de competição com os colegas e a satisfação com os “pequenos poderes”. Ele encontrou, sobretudo, uma prática coletiva que transformou a modalidade do seu desejo: descobriu a possibilidade da cooperação com seus pares na busca por conhecimento e transformação social, um tipo de desejo que permite a composição com os demais. Ao entender “porque as coisas são como são” – outra forma de se referir a uma análise racional das determinações que o afetam – ele pode elaborar uma explicação para a seguinte pergunta: porque os trabalhadores não podem “dar um passo adiante” na realização dos seus anseios? Antes disso, porém, ele teve a oportunidade de formar para si uma imagem ativa dos seus próprios sonhos e desejos: sua verdadeira paixão era estudar.

“Infelizmente a experiência ensina (...) que não é possível ser a um só tempo poeta e operário, pensador e trabalhador”, alerta Rancière, seguindo as cartas dos operários-poetas do século XIX (Rancière, 1988, p. 26). É por isso que, depois dessa intensa experimentação subjetiva pelos territórios do conhecimento e da mobilização política no campo comunista, a volta ao trabalho mostrou-se dramática para Alexandre, possivelmente muito mais do que das vezes anteriores. Não somente pelas condições extenuantes do assalariamento, mas principalmente porque estar submetido a tal regime de mobilização do trabalho significava que ele não teria disponível tempo para si, para dedicar aos estudos – a partir de então, sua verdadeira “paixão”. Ter que trabalhar o impedia de desdobrar sua recém descoberta potência de agir e pensar junto aos demais, potência que o levava a ser algo substancialmente diferente do “trabalhador”. Esse era o ponto de uma sensível divergência entre Alexandre e seus camaradas do partido comunista. Ele não concordava com a celebração que alguns dos seus companheiros dedicavam à figura do “trabalhador”. Ele refletiu o seguinte em uma das nossas conversas: “o pessoal do PCB precisa entender que o problema é que os trabalhadores não querem trabalhar”. Para Alexandre, depois de tudo, já não fazia sentido celebrar a “glória” da vida de trabalhador. Os anseios de um operário como ele não remetem às representações laboriosas dos “trabalhadores comuns apanhados no dia-a-dia de seu labor, de seus conflitos e de sua existência doméstica...”, “operários ‘sublimes’ fazendo de sua própria habilidade o instrumento de sua resistência à disciplina da fábrica”

(Rancière, 1988, p. 24). A partir de então, tudo que se relacionasse com o trabalho assalariado – as habilidades, desejos e disciplinas requeridas para ele – significava, na verdade, a anulação dos seus próprios sonhos.

## 2.8 Os estudos e a tranquilidade subtraída

Depois de terminar o colégio e fazer algumas vezes o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>37</sup>, Alexandre foi sendo cada vez mais premido pelas urgências do assalariamento: precisava arranjar um emprego, pois já estava há muito tempo sem trabalhar. Estava praticamente desistindo do “sonho de entrar na universidade”, mas sua professora Jaqueline ainda insistia. Em 2017, ela o inscreveu para o processo seletivo de ingresso no curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras no Instituto Federal. Jaqueline pagou as taxas de inscrição do exame, Alexandre realizou o teste de ingresso e, em seguida, foi aprovado para as vagas reservadas às Ações Afirmativas. O dia da aprovação foi, para ele, de grande alegria. No Facebook, agradeceu à professora com uma homenagem pública, dizendo as seguintes palavras:

Teve um tempo na minha vida em que eu me conformava com a situação que eu vivia. Achava que tinha que ser assim e que eu não conseguiria mudar isso. Já passei fome e já dormi na rua, tive momentos de desespero, senti o preconceito na pele. Até que um dia resolvi estudar. Achei que isso mudaria minha vida de alguma forma. É claro, ouvi muitas críticas, mas estava determinado a seguir em frente e nessa caminhada fui conhecendo pessoas maravilhosas que iam me incentivando. Mas teve uma que foi um presente que a vida me deu, que sempre acreditou em mim e me fez acreditar também. Ela foi, e ainda é, uma professora, uma amiga, uma Mãe para mim e, em mais um momento difícil da minha vida ela estava lá e com um empurrão me trouxe até aqui: mais uma conquista EU CONSEGUI DE NOVO OBRIGADO SORA Jacqueline por tudo que você faz e fez por mim. Mesmo errando, você acerta. E a faculdade é só uma questão de tempo. Agora sim estou de fato no Instituto Federal.

Alexandre acabou cursando apenas um semestre do curso, por conta das pressões a que estava submetido por ter que conseguir um emprego. Apesar de formado no Ensino Médio, ele não conseguiu acessar postos de trabalho substancialmente diferentes dos anteriores. O reconhecimento social pelos seus feitos veio, mas não foi acompanhado por uma mudança substancial nas suas condições econômicas. Tratava-se, na verdade, de

---

<sup>37</sup> O ENEM é o Exame Nacional do Ensino Médio, teste que tem o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio e, adicionalmente, serve como exame de ingresso ao Ensino Superior.

“ganhos” intangíveis materialmente. Frequentemente, para animá-lo, as pessoas ao seu redor evocavam uma frase de incentivo, que ele também repetia a si mesmo: “o estudo é algo que ninguém te tira”. No entanto, mais além do “ganho” em termos de reconhecimento social, estão as “transformações” subjetivas que trouxeram horizontes existenciais novos, mas também alguns riscos. Se a “educação transformou” Alexandre, como ele mesmo argumenta, isto teve a ver com a ampliação dos objetos de desejo: meu interlocutor foi capaz de desejar um futuro e, sobretudo, vivenciar um presente que se afastava radicalmente daquilo que ele imaginava anteriormente que deveria enfrentar – isto é, quando pensava que a “vida era assim mesmo”. Uma vez embarcado nesses novos horizontes de promessas e realizações, tornava-se cada dia mais difícil se “conformar com a situação que vivia”.

Enquanto ainda cursava Libras, a angústia de ter que arranjar um emprego foi tomando conta dos seus pensamentos e capturando sua capacidade de se concentrar nos estudos. A tranquilidade, há algum tempo, havia sido sequestrada pela urgência de sobreviver que novamente batia à sua porta depois de um período de relativo afrouxamento dos temores associados à reprodução material. Certo dia, pela manhã, enquanto tomávamos um chimarrão, Alexandre comentou comigo o seguinte, depois de ter observado como eu e meu companheiro dedicávamos algumas horas ao estudo na casa que compartilhávamos:

Sabe, Ju, eu vejo vocês ali estudando... vocês estão tranquilos, não tem que se preocupar. Mas imagina eu, eu agora não conseguiria. Se eu sentasse aqui e tentasse estudar, logo eu estaria pensando: o que vai ser de mim daqui a seis meses? Eu preciso de um trabalho, preciso de dinheiro, de uma casa. É impossível estudar. Ao mesmo tempo, se eu consigo um trabalho, quando eu chegar em casa, vou estar cansado, estressado, não tem como ter cabeça para estudar.

Não só as tarefas laborais em si, mas a premência, a antecipação da necessidade de sobreviver é o que subtrai das suas mãos a possibilidade de estudar e pensar tranquilamente. Rancière identifica um sentimento muito parecido ao de Alexandre no texto de um operário do século XIX:

No próximo inverno, se não trabalhasse, seus filhos o acordariam para lhe pedir pão. Se encontra algum trabalho nesse período difícil, antecipadamente receia essas odiosas noites em que a alma, obstinadamente voltada para as alegrias do estudo, quer se desligar das preocupações industriais e dedicar a noite ao prazer de aprender, ao encanto de produzir, ficando desesperado se o destino o impede de exercer esse direito imprescritível (Rancière, 1988, p. 74).

Constatar que pessoas como eu e meu companheiro têm a possibilidade de se dedicar aos estudos mais ou menos tranquilamente, enquanto pessoas como ele não, aponta, na sua reflexão, para o tema da desigual distribuição das tarefas e das capacidades. Alexandre evocou, então, uma cena que já apresentei no primeiro capítulo:

Eu sempre fiquei intrigado, desde criança, com essas coisas. Eu olhava em volta as pessoas da minha rua em Canoas, e os únicos pobres éramos nós. (...) Porque nós somos pobres e os outros não? Depois, na escola eu descobri. Desigualdade social. Claro! E aí eu me encantei, tinha explicações para essas coisas. Me encantei pela História do Brasil...

A desigual distribuição das tarefas e capacidades tinha uma explicação, que Alexandre descobriu na escola. Mais do que isso, a jornada de exploração pelo universo dos “estudos” e da militância proporcionou a ele a possibilidade de engajar-se com um “outro mundo”, onde tal estrutura desigual não vigia completamente. Depois dessa experiência radical de engajamento pessoal com o conhecimento e com a política, tornava-se cada vez mais difícil considerar que a “vida era assim mesmo”. Sua jornada de experimentações implicou uma radical ampliação do “campo do desejável” (Lordon, 2015, p.123), processo que está na base da desestabilização da estrutura afetiva associada ao assalariamento, como apresentarei a seguir.

Se a educação “transformou” Alexandre, como ele mesmo dizia, foi porque apresentou novos objetos ao desejo e, mais do que isso, um horizonte onde o que podia ser desejado se ampliou consideravelmente. Para Lordon (2015, 2018), a manutenção da relação salarial supõe a captura das potências de agir dos trabalhadores recrutados – o que o autor chama de “exploração passional”. Para capturar a potência de agir dos assalariados é necessário que eles se esforcem numa direção adequada, num sentido que colabore com a realização dos objetivos da empresa. É por isso que um alinhamento adequado dos *conatus* assalariados implica uma fixação dos seus objetos de desejo. A *epithumogenia* capitalista, isto é, a produção social dos desejos – através da educação que recebemos em casa ou na escola, do estímulo da publicidade, das interpelações endereçadas aos trabalhadores dentro e fora das empresas, etc. – “tem como efeito e, de fato, como intenção fixar o desejo dos recrutados a um certo número de objetos com exclusão de outros” (Lordon, 2015, p. 136). Lordon complementa:

A exploração pasional fixa as potências dos indivíduos a um número extraordinariamente restrito de objetos – aqueles do desejo-amor – (...) [o assalariado cujo desejo está alinhado ao desejo-amor tem] o espírito ocupado por completo, mas de pouquíssimas coisas e está impedido de desdobrá-lo à vontade (2015, p. 159).

Se “o trabalho epithumogênico (...) aponta a orientar os *conatus* recrutados em direção a objetos estritamente definidos” (Lordon, 2015, p. 124), a experimentação de Alexandre com o conhecimento e com a militância pela transformação da realidade da exploração laboral esteve na base, justamente, do movimento contrário. Sua experimentação levou a uma des-fixação radical dos objetos a perseguir e uma ampliação do “campo do desejável” (Lordon, 2015, p.123). Esta reorientação radical não só do desejo, mas também da sua modalidade de realização – de um desejo estritamente individual em direção a um desejo componível com os demais –, implicou uma mudança na sua complexão afetiva, que tornou suas buscas pessoais incompatíveis com o assalariamento. Por outro lado, a própria necessidade de se submeter à relação salarial significou, a partir daquele momento, um obstáculo que neutralizava toda possibilidade de realizar aquilo que Alexandre passou a imaginar para si mesmo. Nesse sentido ele refletiu o seguinte:

Sabe, eu tenho medo de que isso me atrapalhe, que eu nunca mais consiga ficar num emprego. Porque antes eu via isso como algo natural. A vida é assim. Tem que trabalhar, tem que aguentar para ter as coisas. Mas agora eu vejo que é injusto. Eu conheci um cara que era do PCB... Ele era formado em História, mas ele não trabalhava. Ele dava aulas voluntárias em cursinhos e para crianças. E morava na casa dos pais, que sustentavam ele, bem dizer. Ele disse: “é porque eu não suporto trabalhar, ser explorado”. Eu tenho medo de ficar como ele, sabe...

Alexandre não sabia que retomar os estudos iria levá-lo cada vez mais longe do que era preciso desejar para manter-se adequadamente mobilizado na relação salarial. No entanto, esse terminou sendo o resultado dessa experiência. Quando há novos objetos a perseguir, a relação salarial e sua estrutura afetiva encontram-se desestabilizadas. Lordon explica esse fenômeno através da noção de “devir ortogonal”<sup>38</sup>, processo que afetaria eventualmente os *conatus* recrutados para o assalariamento: “o devir ortogonal é a reampliação [dos horizontes oferecidos ao desejo] através do começo da desfixação [dos objetos de desejo]” (2015, p. 160).

---

<sup>38</sup> O uso da expressão devir “ortogonal” ou “perpendicular” deve-se ao seguinte raciocínio: na medida em que a potência de agir recrutada (d) se esforça na mesma direção do desejo-amo, ou seja, do desejo patronal (D), ambos estarão alinhados e a captura de potência por parte do patrão é total. Na medida em que (d) persegue objetos diferentes àqueles ditados por (D), o ângulo  $\alpha$  vai aumentando: quanto maior o ângulo  $\alpha$ , menor será a captura de potência por parte do desejo-amo (D). Quando o ângulo  $\alpha$  tem 90 graus, ou seja, é um ângulo reto, o vetor (d) será perpendicular ou ortogonal em relação a D. A posição perpendicular do vetor conatus (d) em relação ao desejo-amo (D) resulta em que, nesta situação, os vetores (d), isto é, os *conatus* originalmente recrutados já “não oferecem nada à captura” (Lordon, 2015, p. 155). A captura de potência por parte do desejo-amo é, então, igual a 0. Por isso, “a ortogonalidade é o desalinhamento perfeito (...) à espera da guerra aberta, os insubmissos são os [vetores] perpendiculares”, comenta Lordon (2015, p. 155).

O devir ortogonal equivale a “resistir à captura através da invenção e da afirmação de novos objetos de desejo, de novas direções nas quais se esforçar, direções distintas da indicada obstinadamente [pelo desejo-amo patronal], e que já não estarão ditadas por ele” (Lordon, 2015, p. 156). Isto significa que Alexandre já não perseguia aqueles objetos ditados pelo desejo-amo patronal e, mais do que isso, o que desejava para si mesmo dificilmente podia ser mobilizado numa relação salarial, pelo menos nas condições de trabalho que ele costumava acessar. Meu interlocutor passou a ter, a partir de então, uma atitude quase completamente “insubmissa” ao assalariamento.

Esse foi o resultado da exploração das consequências do encontro singular entre ele e suas professoras, Elis e Jaque. Enquanto elas encontraram em Alexandre um trabalhador disposto a assumir um protagonismo no que dizia respeito ao seu próprio percurso de instrução e ao esforço de emancipação da sua classe; Alexandre encontrou, nelas, “mestras” atenciosas, cuja proposta estabelecia a relação experimental com o saber – e não a simples assimilação das lições –, assim como a igualdade de posições entre educando e educador como condições para a formação intelectual e política. Além disso, elas demonstravam um genuíno interesse em acolher sujeitos como ele, em escutar suas dores e sofrimentos, reconhecendo-os como problemas cuja enunciação deveria ser levada em conta na busca de uma eventual solução política. As professoras Jaque e Elis foram, ao longo da trajetória, um verdadeiro esteio para que Alexandre se sentisse amparado nas suas apostas e não desistisse de seguir caminhando. Tais condições marcaram seu percurso de exploração do universo letrado e da militância comunista. O encontro entre eles é singular porque, a partir dele, um novo terreno de experimentações se abriu e foi mantido conjuntamente. A exploração “a-tencional” ou “labiríntica” (Ingold, 2015) das possibilidades oferecidas por esse terreno levou à formação de uma nova imagem dos anseios proletários – e conseqüentemente, das suas dores, isto é, aquele sofrimento advindo de não poder realizar o que se imaginava. Nessa imagem, os desejos dos trabalhadores não se restringem ao direito ao descanso e ao lazer, estendendo-se ao interesse de se dedicar a *outras* tarefas substancialmente diferentes daquelas que lhes foram atribuídas na ordem social.

No primeiro capítulo, mostrei que a ampliação do consumo e da oferta de empregos possibilitou a construção de um contexto onde a experimentação irreverente dos limites e tensões da relação salarial pôde se desenvolver. Neste capítulo, analisamos uma das experimentações possíveis neste período, a que levou Alexandre ao engajamento

radical com espaços educativos e políticos. Tais experimentações resultaram em transformações subjetivas e afetivas que se mostraram bastante incompatíveis com o assalariamento. A ampliação do “campo do desejável”, desenvolvida no período, é uma ameaça à manutenção do regime afetivo adequado ao regime de mobilização salarial. Lordon alerta que “é precisamente essa extensão de variedade o que a vida sob o desejo-amo não permite; no marco dessa última, a condição de dominado produz o estreitamento do campo do desejo e das ocasiões de alegria” (Lordon, 2015, p. 124). O que veio ocorrendo nos últimos anos foi justamente o contrário: Alexandre esteve diante de uma “(re)abertura do espectro das possibilidades oferecidas a suas efetuações de potência” (Lordon, 2015, p. 175). Trata-se de um esboço frágil, mas objetivo, de liberação dos indivíduos da “tutela, triste ou alegre, do desejo-amo” patronal (Lordon, 2015, p. 175). A partir dessa situação, seria preciso um grande esforço para manter aberto o leque de possibilidades de “efetuações de potência” diante de um cenário econômico que mudaria radicalmente a partir de 2016. As contradições e impasses que esse novo cenário acarretou serão o tema do próximo capítulo.

### Capítulo 3

#### O ajuste do desejo nos anos de crise (2016-2019):

##### “pensar em si”

O período de 2004 a 2014 abarcou uma intensa experimentação para Alexandre. No primeiro capítulo, mostrei que a relativa abundância de postos laborais formais no Brasil criou, para ele, um ambiente favorável à exploração das tensões inerentes à relação salarial. Tal exploração redundou, no seu caso, em uma atitude irreverente diante da dependência material – e subjetiva – que vincula os assalariados ao seu emprego. Além disso, o aumento do consumo por parte dos setores que recebiam os menores salários também foi um marco importante dessa época. Constatamos que, para meu interlocutor, não foi exatamente o consumo o que garantiu sua “adesão alegre” ao assalariamento – o que a garantia era, na verdade, a “ambição”, ou seja, o desejo que se realizava nas mercadorias. Ao abordar o consumo a partir da sua capacidade de aumentar as “potências de agir”, vimos que o acesso a novos objetos criou as condições para o exercício de uma imaginação em descontinuidade com o regime de desejo vigente no período imediatamente anterior.

No marco desta experimentação, que ocorreu aproximadamente entre 2004 e 2014, o “desejo de mercadorias” – categorizado por Alexandre como “ambição” – terminou sendo o ponto de fixação do desejo produzido em meio ao aumento do consumo. Atar o desejo aos objetos mercantis – isto é, suturar a distância entre o desejo e as mercadorias através das interpelações da publicidade e dos discursos políticos, mas também a partir da existência objetiva dos bens enquanto objetos mercadológicos – foi o que garantiu, no período, a eventual “adesão alegre” à relação salarial.

Em meio ao aumento das “potências de agir” através do consumo, o processo de afrouxamento do temor da penúria material, efeito da relativa abundância de postos laborais, assim como do incremento da renda de trabalhadores como Alexandre, favoreceu entre eles experiências inéditas do ponto de vista de suas trajetórias individuais. Uma parte dessas experiências esteve associada ao uso de alguns objetos, enquanto outra parte delas dizia respeito aos desdobramentos de uma “irrupção” em universos até então pouco explorados.

No capítulo 2, acompanhamos as consequências criadoras e os novos dilemas resultantes do encontro de Alexandre com um singular campo intelectual e político; encontro ocorreu em concomitância com sua entrada no espaço escolar. Os princípios que regem a EJA no Brasil – materializados na postura militante das professoras Jaque e Elis – proporcionaram as condições para a exploração “a-tencional”, “imane[n]te” ou ao modo de um “labirinto” (Ingold, 2015) das consequências desse encontro. A partir dessa experimentação que não especificava um “fim” dentro da ordem social – ascender de classe ou simplesmente aumentar o grau de instrução –, Alexandre mobilizou os elementos para construir uma nova imagem dos anseios e das dores proletárias. O engajamento com os estudos e a militância comunista ensejou, como mostrei, “transformações” subjetivas importantes. A “irrupção” do meu interlocutor no universo da leitura e da escrita, sob as condições proporcionadas pelo encontro com suas professoras de História, arrastou-o “para a espiral de uma outra vida” (Rancière, 1988, p. 12): uma vida na qual sua “paixão” era estudar, ler, escrever, debater intensamente com seus novos camaradas e discursar para plateias diversas, sobretudo nas salas de aula. Nessa jornada, em que construiu “um conhecimento de si que lhe revel[ou] um ser voltado para outra coisa além da exploração” (Rancière, 1988, p. 32), ele foi se afastando cada vez mais do regime de desejo adequado ao assalariamento.

A análise detalhada do caso de Alexandre permite compreender a natureza das “transformações” subjetivas que ele buscava enunciar: elas ocorriam mediante giros existenciais bastante bruscos que o instalavam em novos dilemas, impasses e contradições, isto é, pontos absolutamente novos a partir dos quais ele pensava a si mesmo e suas condições de existência. As “transformações” que Alexandre testemunhava tinham a estrutura das subjetivações: trata-se de encontros, certamente violentos e impactantes, com universos estranhos e exteriores a sua complexão afetiva imediatamente anterior. A irrupção em novos espaços – sejam eles o espaço do consumo ampliado, o universo da leitura e da escrita, a militância comunista ou a descoberta de sua força relativa no marco da relação salarial – proporciona as condições para a constituição de novas subjetivações.

A natureza extraordinária dos eventos e experiências que povoaram os dias de Alexandre naqueles anos – sobretudo, como mostrei no segundo capítulo, as que envolveram os estudos e a militância – explica sua insistência e seus esforços por constituir, desde então, um discurso original a partir da sua situação. “Dis-curso” evoca justamente a descontinuidade que está na base da criação de uma nova imagem de si ou

de uma nova representação. Para Rancière (1988), é a ruptura com o curso diário do mundo o que funda o lugar a partir do qual será possível compor um novo enunciado sobre este mesmo mundo. Eduardo Grüner (1996) chama a interrupção no curso normal (e normalizado) dos dias "acontecimento enunciator", isto é, a "emergência de uma surpresa que me faz *levantar a cabeça* e deixar-me levar em alguma associação – que, claro está, nunca é livre" (Grüner, 1996, p. 16). É este “acontecimento enunciator” que confere as condições de possibilidade para que um discurso exista. A partir desta “irrupção”, ou seja, deste acontecimento extraordinário que o separou das suas rotinas anteriores, Alexandre se dedicou ao esforço de declarar que algo efetivamente acontecera: seu testemunho de "transformação" através da educação dava conta deste ato declaratório. Porém, não basta ser afetado por algo exterior, também é preciso “fazer algo” em relação ao que ocorreu. Conforme argumenta Grüner (1996, p. 16): “afirmar o acontecimento não implica (...) deixar-se arrastar por ele quando emerge (...) estamos falando da *impaciência* por fazer algo com este acontecimento, pela inclusão deste azar em um cálculo”. Assim, depois de ser "transformado", e num esforço por prolongar as consequências do encontro com suas professoras de História, Alexandre buscava sustentar para si e para os demais este lugar de enunciação novo, que o erigia em pensador da sua própria condição e um produtor de representações.

A ênfase na subjetivação enquanto efeito de uma “irrupção” ou ruptura localizada converge com as observações de Negri (2011) sobre o caráter “constitutivo imanente” do desenvolvimento do desejo. Lembremos que este último, segundo Negri, procede por transições: os afetos “se inserem imediatamente num processo de transição, ou seja, de passagem em direção a uma maior ou menor perfeição [isto é, maior ou menor potência], num processo de imaginação singular do porvir que desloca” o desejo “de um nível de composição a outro” (Negri, 2011, p. 100). Aqui, é importante ressaltar que o desejo é o movimento de ir em busca de algo (que nos alegre ou que evite uma tristeza) e que decorre, por sua vez, de um afeto. A cada variação das “potências de agir” do *conatus* em direção a uma “maior ou menor perfeição” corresponde o início de uma nova dinâmica desejante. Por isso, a mudança nas “condições ambientais” (Lordon, 2015, p. 45) a partir de 2016 – isto é, a retração da atividade econômica que resultou no aumento do desemprego, na diminuição da renda e no esfriamento do consumo – passa a ter, no período posterior aos anos de experimentação (2004-2014), um impacto contundente na composição do desejo. Se, entre 2004 e 2014, a relativa abundância de postos laborais e

o aumento do consumo criaram um ambiente propício às experimentações irreverentes, nos tempos que sobrevieram os afetos mudaram substancialmente, à medida que o emprego, a renda e o consumo escasseavam. Como lembra Lordon:

Um estado social dado (...) só produz seus efeitos pela mediação dos afetos coletivos, conforme a sequência elementar que, na teoria spinozista do comportamento, leva de uma afecção (o encontro de uma coisa exterior) a um afeto (o efeito deste encontro simultaneamente no corpo e no espírito), e deste a um redirecionamento do impulso de poder do *conatus* (que faz o esforço de uma maneira determinada). Spinoza chama afeto à variação de poder de ação do corpo e a formação de ideia que resultem simultaneamente desta afecção (Lordon, 2018, p. 138-141).

Seguindo as indicações de Lordon, trata-se agora de analisar quais afetos se instalaram durante a recessão econômica, isto é, de que maneira meu interlocutor, assim como as pessoas com quem ele convivia, sentiram e pensaram os impactos (as *afecções*) das mudanças materiais do período. Para tanto, devemos ter em conta que, assim como a abundância relativa dos anos anteriores introduziu no horizonte uma nova “composição de desejo”, em descontinuidade com a complexão afetiva precedente, agora, da mesma forma, as afecções derivadas do aumento do desemprego e da diminuição da renda também tendem a provocar afetos substancialmente diferentes daqueles que os antecederam. Esta nova mudança consiste num ajuste da “composição de desejo” anterior às novas condições materiais e subjetivas associadas ao período de recessão econômica. Tendo em conta que “através das camadas da estratificação social, as afecções da crise econômica são refratadas de diferentes maneiras (...) produzindo ali suas ideias-afetos variados” (Lordon, 2018, p. 141), neste capítulo buscarei responder à seguinte pergunta: quais afetos a situação econômica recessiva produziu em Alexandre e nas pessoas que conviviam com ele?

### **3. 1 O início dos “perrengues”**

Em 2014, o Brasil atingiu índices máximos de ocupação laboral: o desemprego teve média nacional de 6,8% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto nas principais regiões metropolitanas a média foi de 4,8%. Tal situação de abundância relativa de postos de trabalho foi classificada por alguns economistas como

um contexto de “pleno emprego”<sup>39</sup>. A partir deste ano, no entanto, as taxas de desocupação começaram a oscilar e, desde 2016, passaram a aumentar de maneira vertiginosa. Em 2018, o desemprego já alcançava a taxa de 12,3%<sup>40</sup>. Em 2019, ano em que finalizei o trabalho de campo em Alvorada, o percentual médio foi de 12%<sup>41</sup>. Assim como a retração econômica se instalou de maneira paulatina, os problemas e os “perrengues” financeiros na vida de Alexandre também foram se desenvolvendo de maneira lenta e contundente. Em 2017, quando o conheci, ele cursava uma capacitação profissional chamada “Mulheres na Construção Civil em Alvorada”. A tentativa de diversificar seus conhecimentos técnicos nessa área respondia à necessidade de ampliar as alternativas laborais a que teria acesso.

Eu passei a frequentar o curso, que ocorria na União das Associações de Moradores de Alvorada (UAMA), localizada no centro da cidade, em 2017 como forma de me aproximar das pessoas que estavam expostas ao assalariamento naquele município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Como expliquei na Introdução, Alexandre passou a se identificar enquanto homem trans entre o final de 2018 e o início de 2019. Em 2017, ele ainda se apresentava no masculino ou no feminino e se considerava “homossexual”, por isso, resolveu se inscrever sem problemas no curso oferecido pela Prefeitura<sup>42</sup>. Mais adiante, no tópico 3.3, comentarei com mais detalhe como ocorreu o processo de transição de gênero de Alexandre e as implicações disso na concepção que ele tinha de si mesmo e na sua mobilização salarial.

---

<sup>39</sup> “O mercado de trabalho continua aquecido e o País ainda vive uma situação de pleno emprego, afirmou o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, da Fundação Getulio Vargas (FGV)”, em “FGV: Mercado de trabalho vive situação de pleno emprego” (17/01/2019), disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-mercado-de-trabalho-vive-situacao-de-pleno-emprego,175625e>; “Desemprego cai em 2014 e chega a 6,8%, segundo IBGE” (10/02/2015), disponível em <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/02/10/desemprego-em-2014-foi-de-68-segundo-ibge.htm>; “Brasil encerra 2014 com a menor taxa de desemprego já registrada” (29/01/2015), disponível em <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html>.

<sup>40</sup> Tendo como referência o ano de 2018, “(...) em relação a 2014, melhor ano desde que a pesquisa [PNAD Contínua, do IBGE] começou a ser feita, o universo de desempregados praticamente dobrou --teve um salto de 90,3%”. Ver: “Desemprego cai em 2018, mas quase dobra em 4 anos, e atinge 12,8 milhões” (31/01/2019), disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/01/31/desemprego-dezembro-atinge-milhoes-de-pessoas-pnad-ibge.htm>.

<sup>41</sup> “Desemprego cai, mas renda média diminui e crescem trabalhadores informais” (31/07/2019), disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/taxa-de-desemprego-cai-e-fica-em-12-no-segundo-trimestre-de-2019.shtml>.

<sup>42</sup> Para uma discussão teórica e etnográfica mais profunda sobre a experiência de transição de gênero de homens trans, assim como uma análise das confrontações vivenciais e teóricas que ocorrem entre as categorias de identificação de gênero “mulheres lésbicas” e “homens trans” ver Rego (2015, 2017).

As preocupações com a qualificação laboral e com a diversificação das estratégias para vender a própria força de trabalho eram comuns entre as mulheres matriculadas no curso. A inquietação decorrente do desemprego e a ansiedade na busca por um novo posto laboral eram temas constantes das conversas em sala de aula. A turma tinha cerca de vinte estudantes. A maioria delas – cerca de quinze mulheres – estava desempregada há pelo menos um ano, assim como Alexandre. Enquanto aprendiam técnicas de construção civil, elas “corriam atrás” de um emprego: enfrentavam filas nas agências de recrutamento, trocavam dicas de lugares para procurar trabalho e aguardavam algum anúncio de novas vagas laborais. Boa parte delas havia terminado somente o Ensino Fundamental, porém, aquelas que possuíam o Ensino Médio completo ou alguma formação técnica também estavam desempregadas.

Naquela época, meu interlocutor já estava desempregado há cerca de um ano, mas ainda vivia certa tranquilidade material, se compararmos com o período subsequente. Enquanto cursava a capacitação, recebia uma indenização trabalhista, paga em prestações mensais de setecentos reais. Sua companheira estava empregada e conseguia cobrir com seu salário os gastos domésticos. Nessa época, Alexandre ainda sonhava em ingressar na universidade e tentava acompanhar as aulas no cursinho pré-vestibular popular Minervino de Oliveira. No entanto, suas condições econômicas foram, aos poucos, se deteriorando. Ainda posicionado na disjuntiva entre estudar (sua verdadeira “paixão”) e trabalhar, Alexandre seguia nutrindo certa esperança no êxito de seu projeto de formação intelectual. Considerava que poderia encontrar uma solução para conjugar as necessidades materiais com a aposta nos “estudos”. Buscava, naquela época, um emprego que lhe proporcionasse tempo livre para seguir frequentando as aulas do cursinho. Esperançoso, ele se mantinha com alguns “bicos” temporários, enquanto era auxiliado pela companheira e se equilibrava com o dinheiro da indenização que recebia.

Em meados de 2018, Alexandre tentou retomar as vendas de rua, ocupação a qual tinha se dedicado até 2006. Com a ajuda de sua professora de História, Jaqueline, comprou um carrinho de churrasco e começou a vender espetinhos na praça em frente ao conjunto habitacional em que residia. O negócio, infelizmente, não prosperou: ao não possuir uma reserva suficiente de dinheiro para enfrentar os primeiros meses da empreitada, ele acabava tendo que “vender num dia para comprar mercadoria no outro”, como dizia. Qualquer pequeno deslize nas vendas causava um desfalque considerável no orçamento destinado ao empreendimento. Quando resolveu, por fim, abandonar o projeto

para buscar um emprego com carteira assinada, ele o fez baseado na convicção de que “não queria mais essa vida” para si: já havia passado pelas instabilidades características da venda de rua, na qual “um dia se ganha, no outro não se ganha quase nada” – “eu já fiz muito isso, não quero mais viver assim”, dizia.

Em meio ao fracasso da recente tentativa de “conseguir uma renda”, seu relacionamento conjugal chegou ao fim. Alexandre especulava, angustiado sobre as causas do término, até certo ponto indiscerníveis das condições materiais que se abateram sobre o casal: “acho que se eu tivesse conseguido um emprego, ela teria continuado comigo”. Por outro lado, pensava que “se” a ex-companheira “o amasse de verdade” não o teria abandonado num momento tão difícil. A conjunção entre desilusão amorosa e precariedade material tornava tudo mais arriscado para ele. Alexandre estava convencido de que ambas causas (isto é, o fim do relacionamento e a falta de emprego) se “misturavam” naquele momento e formavam, nele, um sofrimento pungente. Ele dizia, comentando o caso de uma amiga: “a Nara está lá sofrendo por amor também. Mas pelo menos ela tem os bicos dela, faz umas faxinas. Eu nem isso tenho agora. Já estou misturando as coisas: a parte do trabalho e o emocional. Não tem como separar...”. Nas suas lucubrações, a combinação explosiva entre fragilidade emocional – efeito do “baque” das desilusões amorosas – e precariedade material era o que poderia levar alguém a “virar mendigo”, isto é, começar a beber desenfreadamente, sair desesperado, sem destino, e nunca mais voltar ao prumo. Sobretudo o componente emocional de tal combinação configurava o disparador dessas situações, uma vez que o impacto de uma desilusão amorosa poderia ser mais poderoso do que a própria penúria econômica. De qualquer maneira, uma vez configurada esta situação, uma afecção reforçava a outra. Sua ex companheira era também seu “esteio”, ou seja, alguém que o apoiava tanto emocional quanto materialmente.

Quando terminaram o relacionamento, Alexandre vendeu seu carrinho de churrasco para pagar a mudança até a casa da mãe, que residia em Esteio, outra cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ele se encontrava, então, numa situação bastante fragilizada: o porvir o ameaçava não só com a escassez material, mas com a perda da sua estabilidade emocional. “Se não fossem as pessoas me ajudarem, eu teria pirado enlouquecido. Tive muito medo de, naquele momento, sair por aí, fazer uma besteira... Ficar bebendo e dormir na rua”, me contou em algum momento depois que os dias mais difíceis haviam ficado para trás. Nestas condições, foi uma rede de “apoios”, composta

por amigos e familiares, que o ajudou a se manter minimamente protegido diante da ameaça da precariedade (material e emocional) absoluta.

### **3.2 Uma rede de contenção: o “apoio” dos demais**

Com o fim do seu relacionamento e ainda enfrentando o desemprego, Alexandre teve que buscar e aceitar ajuda de outras pessoas, entre amigos, familiares e outros recém-chegados, como eu. Em 2018, me preparava para a mudança ao município de Alvorada, buscando uma casa onde pudesse residir durante os seis meses do trabalho de campo. Naquela altura, ele já era meu contato mais próximo na cidade, uma vez que foi quem me recebeu com entusiasmo, apresentando-me amigos, lugares e contando-me sobre sua vida. Enquanto eu ajustava os últimos preparativos, ele e sua companheira reataram mais uma vez, mas, depois de algumas semanas, separaram-se novamente. Alexandre, então, me contou que não gostaria de voltar para a casa da mãe e eu sugeri que, se ele assim desejasse, poderia estabelecer-se num dos quartos da casa que eu iria alugar. Depois de pensar um pouco, ele aceitou o convite. Fez alguns contatos com amigos e conhecidos e me ajudou a encontrar a casa onde iríamos morar, que ficava na Rua Oscár Schick, uma via íngreme de Alvorada que passava em frente ao cemitério municipal. Ele levou seus móveis e eletrodomésticos e, assim, montamos uma casa coletiva onde moramos eu, meu companheiro Alex e nosso novo camarada, Alexandre, por seis meses.

Assim como eu o ajudei naquele momento, ele também foi um “apoio” fundamental, tanto para minha estadia em Alvorada como para o desenvolvimento da pesquisa que eu levava a cabo na cidade. Ele foi um importante colaborador para as análises que elaborei, uma vez que fazia reparos às minhas colocações, aportava dados importantes, apresentava-me pessoas, me contava suas histórias e explicava a dinâmica nos bairros de Alvorada. Sobretudo, me ajudou a compor as hipóteses e algumas conclusões teóricas sobre os anseios e angústias de trabalhadores como ele. Como mostrei no capítulo 2, graças ao contato com as ciências humanas na escola e a participação no campo da militância comunista, ele se tornou um original pensador da sua própria condição. Seu pensamento, portanto, influenciou decisivamente boa parte dos encaminhamentos desta tese. Além disso, por conta das nossas afinidades ideológicas e de alguns interesses em comum (como acompanhar a política nacional e tecer análises a

respeito), foi fácil estabelecer uma rotina doméstica agradável e compatível com as atividades de todos os habitantes da casa. Durante esses seis meses, conversávamos longamente, debatíamos, tecíamos avaliações diversas e embarcávamos em especulações animadas. Também havia tempo para, de vez em quando, celebrar a vida e a amizade com um churrasco e algumas cervejas, na presença de conhecidos de Alvorada ou de Porto Alegre.

O lado certamente triste deste período, que contrastava com a alegria de compartilhar um esforço de pensamento conjunto, foi a angústia que o perseguia devido à falta de emprego e, logo, de dinheiro. Sempre que pude, procurei ajuda-lo, da mesma maneira que seus outros amigos o faziam: “apoiando” com algum dinheiro para pagar as passagens de ônibus, comprando algum item que precisava, acompanhando-o e escutando suas dificuldades e padecimentos.

Eu formava parte de uma rede mais ampla e dispersa de “apoios” que, de maneira mais ou menos constante, vinha ajudando Alexandre. As professoras de História, Jaqueline e Elis, também participavam desta rede de contatos a quem ele podia recorrer para enfrentar as urgências materiais e emocionais da sua situação. Elas o ajudavam financeiramente, auxiliavam em alguma compra e, sobretudo, contratavam Alexandre para realizar faxinas nos seus respectivos apartamentos, pagando um preço bastante acima do valor praticado naquele momento – como mostrarei no tópico 3.6, este tipo de serviço vinha se desvalorizando bastante em razão do aumento da massa de desempregados ou “desesperados”, como dizia Alexandre. Além disso, quando percorria a cidade a pé para cumprir alguma tarefa, ele frequentemente encontrava amigos ou conhecidos que o presenteavam com um maço de cigarro ou ajudavam em alguma compra ou tarefa (consertar o celular, pagar a passagem de ônibus, ir até algum lugar). Sua mãe, quando era possível, também auxiliava com dinheiro. Sua nova namorada, quando vinha visitá-lo, “botava” um rancho, presenteava cigarros e outros mimos. Meu interlocutor cortava o cabelo de graça no pequeno salão de beleza improvisado de uma amiga, que também procurava emprego. Assim como era ajudado constantemente, ele também ajudava: emprestava dinheiro, quando tinha algum, para os vizinhos e perdoou a dívida de seu companheiro de trabalho, com quem havia comprado água, refrigerante e cerveja para vender na rua durante um evento realizado em Porto Alegre em 2018.

Os “apoios” recolhidos entre os amigos ocorriam em meio a uma crescente escassez de recursos financeiros. A demanda por ajudar e ser ajudado era constante e

provinha de vários pontos, uma vez que a renda das pessoas estava diminuindo vertiginosamente ou diretamente escasseando. Assim, pedidos de amigos, vizinhos, parentes e até desconhecidos que passavam pela rua eram cada vez mais frequentes. Na prática, as pessoas que compunham estas redes de contenção se “apoiavam” uns sobre os outros. Um pequeno desequilíbrio nos ingressos de um dos pontos de sustentação da rede (um atraso salarial, um gasto imprevisto, uma demissão ou a perda de dinheiro) colocava em risco a frágil estabilidade que ela era capaz de suportar. Além disso, dado que a circulação de recursos – a troca de “apoios” – cobria estritamente os gastos básicos do dia-a-dia – por exemplo, comer, morar, manter-se asseado, deslocar-se pela cidade e, no máximo, fumar e tomar uma cerveja – aquelas extravagantes experimentações de outrora ficavam excluídas desta nova economia. Os desejos mais atrevidos (comprar um som, fazer churrascos abundantes, sair para passear, etc.) estavam fora da lista de gastos que era lícito pedir que alguém “apoiasse”.

O fim da abundância relativa de recursos trouxe consigo a sensação de diminuição das “potências de agir”, uma vez que restringia o acesso a certos objetos, espaços e experiências. Essa sensação de diminuição das “potências de agir” era coroada com sentimentos de imobilidade do corpo e de estancamento da imaginação: a “vontade de conquistar mais” arrefecia, as relações esfriavam ou simplesmente implodiam, era difícil se deslocar pela cidade e, assim, acessar novas “oportunidades”. A reconfiguração das ideias e sentimentos no período teve como origem e condição a sensação de redução das potências de agir. Aos poucos, aqueles objetos que ampliaram as “potências de agir” e estimularam a imaginação durante o período anterior foram sendo vendidos para poder comprar o básico do dia-a-dia. A vida foi ficando vazia, despovoou-se de pessoas e de objetos, ao menos em contraste com os anos imediatamente anteriores. Sem a relativa tranquilidade material do salário, perdeu-se o ânimo para imaginar e tentar realizar um porvir diferente. Alexandre resumiu desta maneira a sensação que dominou o período:

Antes, quando todo mundo estava bem, tu tinhas vontade de ir atrás, de conquistar mais. Agora, eles desestruturaram todo mundo. Cortar no salário, como estão fazendo com os professores, por exemplo, é a melhor forma de desestruturar alguém: mexer na tua renda... **não dá para pensar em mais nada**. Só em sobreviver, ter um emprego, pagar o aluguel...

### 3.3 A diminuição das “potências de agir” e o ajuste do desejo

Para enfrentar o período de desemprego, Alexandre foi vendendo os objetos que havia adquirido nos últimos anos. O critério utilizado para a venda transparecia o imperioso abandono daqueles horizontes que estavam “*em excesso*” (Rancière, 1988, p. 52)<sup>43</sup>, isto é, os que haviam sustentado, no período anterior, a ampliação do “campo do desejável”. Enquanto ele buscava com afincos preservar a geladeira, o fogão, a máquina de lavar e alguns móveis, foi vendendo a moto, o computador, a piscina de plástico... todos os itens que alimentaram um presente e a imaginação de um porvir substancialmente diferentes. Como mostrei nos capítulos 2 e 3, estes objetos estavam associados ao bem-estar, à fluidez das relações e à experimentação com o universo intelectual e político. Um dia, ao ver um homem passar pela frente de casa com um cortador de grama, Alexandre comentou: “tive que vender meu cortador. Eu fui me desfazendo das minhas coisinhas... por dinheiro. A minha moto, que eu gostava tanto, tive que vender. Agora fiquei sem nada. Mas o que mais me doeu foi ter vendido o computador”. Quanto aos móveis e eletrodomésticos, era necessário um esforço maior para mantê-los, dada sua importância central para a subsistência imediata. Eles eram as últimas posses de Alexandre, que lutou para “conquistá-los” e agora lutava para não os perder:

É tudo que eu tenho. São as minhas coisinhas. Tenho que cuidar, porque depois é muito difícil adquirir tudo de novo. Demorei muito para conquistar isso. Se eu vender agora, no desespero, por cem ou duzentos reais, quando eu vou conseguir dinheiro para comprar outra geladeira ou outro fogão?

A falta de dinheiro impactava não só na perda dos objetos “queridos” ou “necessários”, mas também no esfriamento das relações entre amigos e na diminuição dos momentos de fruição e lazer. Alexandre se recordava, nessa época, de quando podia “botar” um churrasco para os amigos. No período posterior, não podia nem sair para “curtir” com seus conhecidos ou com suas paqueras porque “não tinha nem um pila”. Tudo ia, aos poucos, se estancando. A sensação de estar imobilizado ou atado a um lugar

---

<sup>43</sup>Rancière (2010) utiliza essa expressão, no livro “A noite dos proletários”, em referência àquelas capacidades e pretensões operárias que excediam as atribuições de seu lugar social, da maneira em que estavam fixadas nas imagens e representações laboriosas associadas ao universo dos trabalhadores. Estar “de mais” não significa “ascender socialmente” a outra posição social. Ao contrário, significa cultivar anseios excessivos *enquanto* operário. Estar “de mais” além disso supõe a consciência de estar excedendo seu lugar: a consciência de “estar *de mais*” também está “*de mais*” para um operário e traz seus riscos para o regime de mobilização salarial do qual ele é objeto. É assim, por exemplo, que numa fina observação, Rancière atribui um “perigo” ao descanso dos alfaiates já não porque ele denotaria indisciplina nem porque os alfaiates estariam tomando consciência das suas habilidades e de seu companheirismo insubstituíveis. O “perigo” vêm da satisfação adquirida por perceberem que estão “*de mais*” para seu lugar de operário: percebem que têm gostos parecidos com os dos patrões, pretensões refinadas e uma autoconfiança excessiva na sua briosa imagem de cavalheiros elegantes.

era intensa. Alexandre não tinha dinheiro nem para se deslocar de ônibus. Às vezes o convidavam para reuniões ou eventos, onde pudesse fazer alguns contatos para conseguir um trabalho, mas ele não tinha como “arcar com isso”. Já não podia “circular como antes”, nas suas próprias palavras. Neste contexto, irritavam-no os conselhos de uma amiga que pregava as místicas virtudes do movimento e dos fluxos: “se tu te movimentas, o mundo se movimenta junto...”. Ele retrucava: “mas eu não tenho dinheiro para a passagem! Como eu vou me movimentar?!?”.

Diante de tantas restrições, tudo levaria a crer que um dos efeitos imediatos do desemprego e da escassez material seria um ajuste quase automático da variedade de objetos a que o desejo apontava. Porém, dada a intensidade das experimentações e da ampliação do “campo do desejável”, desenvolvidas no período anterior, o ajuste do desejo dos (potenciais) assalariados como Alexandre não seria tão rápido. Apesar da diminuição das “potências de agir”, forçada pela escassez de dinheiro, o desejo ainda se via estimulado pelas possibilidades anteriores, apresentando uma sutil, mas importante defasagem em relação à situação material. Uma vez que nos anos anteriores foram explorados alguns horizontes desejantes novos e relativamente vastos, como mostrei no capítulo 2, o processo ideológico de “fixação” do desejo dos potenciais assalariados a determinados objetos – isto é, o esforço de restrição do “campo do desejável” – voltou a operar, de modo a realinhar os trabalhadores às novas condições materiais. Como afirma Lordon, seria necessário:

(...) um trabalho de encatamento constante, destinado a persuadir os assalariados de que suas [a partir de então] pequenas alegrias são ‘de fato’ grandes alegrias, em todo caso alegrias absolutamente suficientes – para eles. Esse trabalho se torna mais necessário à medida que deve conter os transbordamentos das expectativas alimentadas sem cessar pelo espetáculo do mundo social (Lordon, 2015, p. 125).

Era preciso convencer os trabalhadores, depois de um período de ampliação das ocasiões de alegria, de que, na verdade, os contentamentos de uma vida humilde entregavam uma satisfação mais do que suficiente. Os anos anteriores foram de ampliação do “campo do desejável” e, segundo Lordon (2015):

(...) é precisamente esta ampliação de variedade o que a vida sob o desejo-amor não permite. Nela, a condição de dominado produz o estreitamento do campo do desejo e das ocasiões de alegria. O essencial da dominação consiste em fixar os dominados a objetos de desejo menores – em todo caso, julgado como tais pelos dominantes, que reservam para si os outros objetos [considerados maiores] (Lordon, 2015, p. 124).

Se a exploração salarial depende da “captura da potência” dos assalariados por parte do desejo-amo patronal, como argumentei ao final do capítulo anterior, tal captura implica que os recrutados desejem de maneira adequada, isto é, em direções que favoreçam a consecução dos objetivos da empresa. Isto supõe, como explica Lordon, uma “divisão social do desejo” que acompanha a divisão social do trabalho. A “divisão social do desejo” tem como efeito a distribuição desigual das “ocasiões de alegria”, ao fixar o desejo dos dominados a determinados objetos, muito restritos, enquanto aos dominantes é reservado um campo muito mais amplo para a efetuação de suas potências. Falar de “ocasiões de alegria” remete ao leque de situações satisfatórias às quais se pode aspirar e, simultaneamente, ter acesso. Não se refere, portanto, à intensidade da alegria – esta última depende da sensação de aumento das potências, que pode ser experimentada através de um leque mais restrito de objetos de desejo. Assim, se bem as “ocasiões de alegria” vinham se restringindo materialmente para trabalhadores como Alexandre, alguns investimentos ideológicos pareciam ter o efeito de reforçar subjetivamente a escassez do período, fixando-a como único horizonte possível – desde sempre – para os “pobres”. Tais investimentos, sustentados em peças midiáticas como filmes e novelas, carregavam uma interpretação possível para as experimentações do período anterior. No marco dessas interpretações, o aumento do consumo teria alimentado “ilusões” em sujeitos que nunca deixaram de ser o que continuariam sendo posteriormente – “pobres”. Esses investimentos ideológicos colocavam em marcha a produção de um “imaginário duplo” destinado aos dominados na “divisão social do desejo”: “imaginário da plenitude, para tornar suficientes as pequenas alegrias assignadas aos dominados, e imaginário da impotência, para convencê-los de renunciar às grandes alegrias às quais poderiam aspirar” (Lordon, 2015, p. 125, 126). Era o caso de um filme que assistimos, certa vez, na casa de uma amiga de Alexandre. A história tinha uma mensagem tão explícita que suscitou comentários interessantes entre os espectadores.

Depois de almoçar, num domingo, nossa anfitriã, Néca, escolheu um filme brasileiro para assistirmos na plataforma Netflix, através da sua Smart TV. A comédia, que se chamava “Mulheres ao mar”, narrava a história de uma escritora e duas amigas (uma delas, sua empregada doméstica, a única personagem negra da trama) que embarcavam num cruzeiro marítimo. Todas se apaixonavam a bordo e arranjavam um par. A empregada doméstica conheceu um elegante cavalheiro e, para conquista-lo, fingiu ser uma pessoa rica: usava roupas elegantes, comentava sobre literatura e demonstrava

ter gostos refinados. Néca rapidamente enunciou a “moral” da história: enquanto a moça pensava estar “se dando bem” ao arranjar um namorado rico, na verdade, ambos eram pobres fingindo ser ricos. No fim da história, eles descobrem a farsa um do outro, mas isso não impede que o amor floresça entre os dois. No fim, eles formaram um casal: foram felizes, mas continuaram pobres. O homem voltou ao posto de garçom e a mulher retornou ao seu trabalho de empregada. As ilusões de uma vida luxuosa e erudita chegaram ao fim. Além disso, desmentindo a afetação que demonstrara momentos antes, a moça confessou que, na verdade, nunca entendera os livros que sua patroa – que era escritora – escrevera: “eu estava fingindo que achava interessante”, disse para o seu amado. A “moral” da história era bastante simples e pode ser enunciada da seguinte maneira: o sonho de uma vida de prazeres mais ou menos luxuosos (e, sobretudo, diversificados) para os pobres não passa de uma ilusão temporária. Além disso, seu interesse por outros universos seria, na verdade, uma falsificação. Os paralelos com a situação que os trabalhadores como Alexandre tinham vivido recentemente eram, de alguma forma, perceptíveis. No final do filme, olhando as paisagens marítimas, meu interlocutor suspirava, enquanto lavava a louça: “ai, como é bom viajar! ”. Odair, marido de Néca, um intérprete mais estrito da mensagem ideológica do filme, jogou imediatamente um balde de água fria nos devaneios de Alexandre: “é, mas isto é para poucos”. Para Lordon (2015), essa é exatamente a característica da “divisão social do desejo”: saber reconhecer algo como desejável, “mas sem fazê-lo objeto de seu desejo” (p. 126). Alexandre se resignou, ao menos momentaneamente: “pois é. Eu, no máximo, vou da Oscár Schick até a Aparecida (bairro de Alvorada), apreciando a paisagem...”.

Como argumentei, está em jogo a construção de um “duplo imaginário”: “imaginário da impotência” – não podemos alcançar determinados prazeres – e “imaginário da plenitude” – as alegrias de uma vida “pobre” são, talvez, suficientes. Aquelas projeções do porvir que giravam em torno de uma vida criadora, longe da subordinação salarial e provida de algum bem-estar deveriam ser abandonadas, de modo a se preparar subjetivamente para as restrições impostas pelo período de escassez e desemprego. Alexandre certamente ainda se angustiava diante dessa necessidade e resistia ao imperativo do ajuste das expectativas. Enquanto isso, ecoava na sua cabeça uma frase que sua ex-companheira dizia com frequência: “um dia tu vais ver que se tu não trabalhares, tu vais morrer de fome”. Meu interlocutor se irritava com essa sentença, que considerava injusta: “ela dizia isso como se eu nunca tivesse batalhado e me esfolado

de trabalhar”. Tudo leva a crer, no entanto, que sua ex-companheira se referia não ao ato de trabalhar, mas ao desenvolvimento de um desejo e de uma imaginação ajustados ao regime salarial. Isto é, não bastava se submeter ao assalariamento, era preciso se resignar ao trabalho e desejar em conformidade com as condições de (potencial) assalariado. Alexandre certamente ainda estava longe de se ajustar subjetivamente às novas condições salariais. Agora, diante da escassez de recursos e de oferta laboral, seria preciso reconfigurar seu desejo, isto é, passar a encontrar satisfação em objetos mais condizentes com uma rotina intensa de trabalho e de pouco dinheiro no bolso.

O desejo cultivado no período anterior ainda não havia claudicado por completo. Apesar das tentativas ideológicas de obscurecimento daquelas experimentações – tratando-as de meras “ilusões” ou, pior, “falsificações” de sujeitos que jamais deixariam de ser “pobres” –, a verdade é que elas seguiam reverberando na imaginação das pessoas. Alexandre ainda oscilava entre as promessas de realização do período anterior – promessas de ampliação do horizonte de efetuação das potências de agir, fosse através do consumo de novos objetos, fosse na ocupação de novos espaços ou na mobilização pela transformação social – e os imperativos de ajuste do desejo. Abrumado por tal oscilação, ele ainda enfrentava a tarefa de conseguir um emprego. Não completamente convencido da validade da sua busca e embalado, sobretudo, pelo “desespero”, nas suas palavras – o que poderíamos chamar também de temor da penúria material –, ele procurava uma inserção laboral. Seus dias passaram a ser de “correrias” para enfrentar as novas determinações impostas pela conjuntura.

### **3.4 “Correrias”, “bretes” e “brilhos”**

A “correria” é a forma do movimento do *conatus* quase completamente determinado por causas exteriores. À *afecção* do período (necessidade estrutural de assalariar-se para conseguir dinheiro e, assim, vencer os gastos cotidianos) corresponde um *afeto* determinado (o “desespero” ou temor da penúria material) que, por sua vez, postula um único objeto de desejo que move os potenciais assalariados como Alexandre: conseguir um emprego. Aqui, o desejo não deixa de existir, mas está reduzido à sua apresentação mais elementar: a vontade de perseverar no ser. Lordon lembra que

O espectro do desejável abarca desde o desejo de evitar um mal até o desejo de conquistar bens maiores (os bens socialmente considerados maiores), passando pelos desejos de objetos menores (...) Nesse continuum do desejável entram, assim, tanto a ‘dominação dura’ como a ‘dominação suave’; tanto uma como a outra são pensáveis nos termos unificados do desejo e dos afetos, e não se distinguem mais do que pelos afetos, tristes ou alegres, mediante os quais fazem que os corpos se movam (2015, p. 124-125).

O fenômeno característico deste período, portanto, não é, de maneira alguma, a ausência de desejo ou a sua neutralização. Pelo contrário, a produção desejante está presente numa intensidade tão importante quanto nos anos anteriores. Há, porém, uma restrição dos objetos a perseguir: todas as energias devem se concentrar numa única tarefa – a de conseguir um emprego. A relação salarial se apresenta aqui nos seus traços mais elementares, uma vez que, como lembra Lordon,

O primeiro agulhão do movimento assalariado, conceitual e historicamente, é o medo de morrer e o desejo de não fazê-lo – onde se percebe (...) que o desejo não é forçosamente o impulso positivo e alegre que representamos para nós mesmos espontaneamente (2018, p. 284).

O desejo não de “perseguir um bem”, mas de “evitar um mal” – o “mal do debilitamento material e biológico” – é o que move os assalariados e desempregados neste período. O “movimento dos corpos assalariados” se efetua, então, em uma atmosfera de afetos tristes: o medo da miséria, “desespero” nas palavras de Alexandre, “o medo da decadência, desejo vital de acessar o dinheiro, que deveio nas estruturas sociais do capitalismo o ponto de passagem obrigatório da perseverança no ser” (Lordon, 2018, p. 284). Lordon lembra que “a arquitetura hierárquica da dependência material [do salário] é altamente sensível às pressões do entorno e a intensidade das relações locais de dominação varia com a intensidade dessas coações exteriores ” (2015, p. 43). Intensificadas as “coações exteriores”, a estrutura que determina qualquer desejo por parte do assalariado como “desejo de dinheiro” e, logo, como “desejo de emprego assalariado” se torna mais evidente e incisiva, uma vez que:

São as estruturas sociais, no caso salarial as das relações de produção capitalista, que configuram os desejos e pré-determinam as estratégias para alcançá-los: nas estruturas da heteronomia material radical, o desejo de perseverar material e biologicamente está determinado como desejo de dinheiro, que está determinado como desejo de emprego assalariado. (Lordon, 2015, p.35)

Era preciso, assim, literalmente “correr” de um lado a outro da Região Metropolitana de Porto Alegre, realizando tarefas que resultassem úteis para conseguir um emprego. Já não era o caso de mover-se em várias direções, mas sim de dedicar todas

as energias a um único objetivo. A “correria” implicava estar atento e disposto para se deslocar pela cidade a qualquer momento diante de alguma possibilidade de trabalho; responder prontamente aos chamados de novas vagas, deslocar-se da maneira que fosse possível (a pé, de carona ou de ônibus) até os lugares de possível emprego, realizar rapidamente tarefas que envolvessem documentos e currículos e, sobretudo, saber improvisar, contando sempre com uma boa dose de sorte. Alexandre gastava muita energia nas suas idas e vindas, fosse em Alvorada ou em Porto Alegre: certa vez, chegou em casa com bolhas nos pés de tanto caminhar pela cidade, deixando seu currículo nas empresas que conhecia. Havia dias em que passava uma jornada inteira na rua: pegava o ônibus cedo, esperava sua vez na entrevista de emprego, almoçava um sanduíche e voltava no fim do dia, num ônibus lotado de pessoas determinadas pelas mesmas necessidades que ele. Cada um na sua “correria” individual. Era uma rotina desgastante e incerta. Na maioria das vezes, ele saía de casa sem saber se sua busca teria êxito. No meio da “correria”, ele contava com o “apoio” de amigos que, eventualmente, encontrava no caminho e até de desconhecidos. Sobre um frágil equilíbrio conseguia cumprir alguns dos objetivos do dia.

Conseguir um emprego obcecava seus pensamentos, por isso, qualquer conversa com amigos ou desconhecidos estaria atravessada por este assunto. Em meio a essa mobilização intensa e angustiada, às vezes, algo “brilhava”. A seguir, narrarei uma sucessão de situações que exemplificam a intensa mobilização a que Alexandre estava submetido, assim como as notícias boas que “brilhavam” eventualmente e os “apoios” que sustentavam seus esforços de conseguir um trabalho.

Certo dia, meu interlocutor saiu para ir ao mercado e, no caminho, encontrou um antigo colega de trabalho. Ao saber que Alexandre estava desempregado, seu amigo comunicou que “abririam uma vaga” no local onde ele trabalhava. Disse a Alexandre que enviasse a ele seu currículo em formato PDF, assim poderia imprimi-lo e entregar diretamente ao seu chefe. Alexandre se despediu, esperançoso, e pensou consigo mesmo: “bem certinho!”. Em seguida, se deu conta que não sabia como realizar o procedimento de envio do PDF. Enquanto caminhava e pensava no que poderia fazer, recebeu a ligação da pessoa que havia comprado seu carrinho de churrasco há algumas semanas. Ela tinha a intenção de pagar a última parcela que ainda devia pelo negócio. Então, contando-me a história, ele disse: “brilhou!”. Enquanto ia caminhando em direção ao endereço do comprador que queria quitar sua dívida, uma ex-professora sua passou por ele de carro e

deu uma carona em direção ao bairro Umbu, que era seu destino final. No caminho, pensou, “vou pedir ajuda para o pessoal do Instituto Federal para me ajudar a mandar esse PDF”. O Instituto Federal fica no Umbu e Alexandre ainda era amigo dos funcionários e professores da instituição. Chegando lá, alguém lhe ajudou a editar o currículo, gerar o documento no formato requerido e enviar para o amigo. “Vai brilhar esse emprego! Se Deus quiser!”, comentou Alexandre ao finalizar o relato, que ele compartilhou comigo em casa, ao final do dia.

Diante da escassez de emprego e de dinheiro, era importante contar com todo tipo de “apoio” e também de sorte. Neste período, os índices de desemprego “bateram recorde em metade das cidades brasileiras”, segundo as notícias na imprensa. A desocupação chegou a 9,5% em Porto Alegre e a média nacional, no final de 2018, era 12,3%. De 2014 a 2018, não houve redução da desocupação nas capitais e regiões metropolitanas, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>44</sup>. Além das restrições gerais resultantes da diminuição do emprego, Alexandre tinha mais dificuldades que os demais aspirantes a um salário por conta da sua condição de gênero: era um homem trans, ainda em processo de transição. Conforme expliquei na introdução, enquanto eu realizava o trabalho de campo em Alvorada, meu interlocutor se descobriu homem trans – ao final do capítulo, abordarei com mais detalhe esse momento. Sua identidade de gênero começava a preocupá-lo: considerava os riscos e benefícios para sua inserção laboral no caso de uma eventual transição. “Acho que fazendo a transição, eu teria mais oportunidades, mas, ao mesmo tempo, se eu estiver com a transição incompleta, será que alguém vai me dar emprego?”, perguntava-se. Boa parte de seus desejos e planos agora precisavam passar pelo crivo da necessidade de conseguir um emprego.

No Dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro de 2019, ele compareceu à agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Porto Alegre, que promoveu um mutirão para a inserção profissional de pessoas transgênero. Lá, soube como encaminhar os documentos para obter sua identidade social e teve seu currículo analisado. Uma analista de recursos humanos o entrevistou e ele voltou, no fim de mais uma jornada, com a promessa de ligações de algumas empresas e cartas de recomendação para apresentar em

---

<sup>44</sup>“Desemprego é o maior dos últimos sete anos em 13 capitais do país” (22/02/2019), disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23844-desemprego-e-o-maior-dos-ultimos-sete-anos-em-13-capitais-do-pais>

outros locais de trabalho. Sua intensa mobilização não surtia os efeitos esperados: aquelas jornadas extenuantes pareciam apenas protelar indefinidamente um desfecho que nunca era alcançado. A oscilação entre constantes expectativas e sucessivas frustrações o angustiavam e iam, aos poucos, abatendo seu estado de ânimo. Mesmo que algo pudesse “brilhar” a qualquer momento, a situação se apresentava cada vez mais obscura. Para aplacar a angústia, Alexandre acabava bebendo “para esquecer os problemas”. Sobre isso, ele avaliava o seguinte: “o trabalhador bebe para abstrair a vida horrível que tem”.

Em meio ao desespero de não conseguir um emprego, meu interlocutor se metia em alguns “bretes” – situações embaraçosas que expunham os limites pessoais que ele não estaria disposto a franquear para vender sua força de trabalho. Por exemplo: certa vez, um conhecido lhe disse que comparecesse pela manhã num local determinado, “se quisesse um trabalho”. Ansioso por uma “oportunidade”, ele não questionou do que se tratava. De manhã, estava a postos no lugar combinado. Havia outras pessoas, algumas com mochilas nas costas, observou. Um ônibus passou e recolheu a todos. O transporte foi transitando por ruas de chão batido até que chegou no seu destino final. Ao perceber onde havia chegado, Alexandre se “desesperou”. Tratava-se de um “lixão”, isto é, o local onde eram descartados os resíduos sólidos em Alvorada. As pessoas que o ônibus transportou coletariam e selecionariam o lixo reciclável durante todo o dia, em troca de um pagamento por produção. Nas mochilas, elas levavam seu almoço, pois não havia refeição servida no local e o ônibus só voltaria à cidade no fim da tarde. Alexandre contou que saiu de lá caminhando, chocado com a situação em que se envolvera: “eu só queria ir embora. Andei vários quilômetros a pé. Não dá, sabe? Eu não me vejo fazendo isso. Seria humilhante demais para mim”, sentenciou. Porém, ele reconhecia que esses limites dependiam mais da necessidade que se abate sobre cada um do que de uma decisão definitiva e intransponível: “eu entendo as pessoas que estão lá. Se eu tivesse filhos para alimentar, por exemplo, eu teria que ir. Mas para mim, não dá...”.

Na maior parte do tempo, por mais que as buscas fossem infrutíferas ou o colocassem diante de situações embaraçosas e humilhantes, era necessário manter-se atento e disponível, nem que fosse para afastar o perigo de cair num imobilismo absoluto. Uma forma de dominar esse risco era manter-se na “correria”, por mais que seu objeto último aparentasse se afastar cada vez mais. A tarefa, já não de conseguir um emprego, mas de procura-lo simplesmente tornou-se um ritual diário que parecia se autonomizar: se parasse ou perdesse de vista seu objeto de desejo, Alexandre sentia que sua vida

poderia desabar. Manter-se simplesmente na “correria” era o que preenchia seus dias. Quando as dificuldades ficavam muito evidentes ou brutais, ele se agarrava a um de seus últimos recursos (subjetivos): a fé. No esforço de sustentar o desejo de seguir “correndo” atrás de um objeto cada vez mais nebuloso, ainda restava a fé, a qual consistia em imaginar um futuro mais tranquilo apesar dos obstáculos presentes. Como ele dizia: “se pensar muito nas dificuldades, eu acabo desistindo”.

### **3.5 A volta da fé, dissipação do desejo e depressão**

“Eu nunca fui muito religioso, mas agora, nesta situação, tenho rezado todas as noites... tenho que me aferrar a algo”. Alexandre vinha recorrendo a todo tipo de ajuda espiritual: declamava orações espíritas que sua mãe lhe sugeria, acendia velas no cemitério para que as almas que eventualmente lhe seguiam encontrassem seu caminho, recitava mantras orientais que sua professora lhe enviava; oferecia rapadura e cachaça numa casca de coco aos “pretos velhos” assentados nas figueiras antigas de Alvorada; tomava banho de ervas para “abrir os caminhos”. “Pelas dúvidas, vou fazer... tudo que ajude, vem bem”. Sua fé era tão notável que até os “crentes” – evangélicos – reconheciam sua força. Um dia, chegando em casa, ele me contou a seguinte história:

Eu estava voltando para cá, mas estava muito calor. Eu ainda tinha que subir a lomba até em casa, quando um carro parou do meu lado. O motorista perguntou onde ficava a Rua Oscár Schick. Eu disse: “bah! Estou indo para lá”. Entrei no carro e vi que eram crentes. Estavam ouvindo hinos no som do carro. O homem olhou para mim e disse: “eu vejo que tu estás angustiado, desesperado. Mas tu tens fé. Se tu não tivesses fé, irmão, tu nem levantava da cama de manhã, para caminhar por aí, para batalhar por um trabalho”. Eu comecei a chorar. Ele disse: “se tu tens fé, Jesus vai te dar muitas coisas boas ainda. Tu vais vencer, irmão”. Eu, com meu preconceito com crentes e eles, falando aquilo, me dando uma força, sabe? Quando chegamos em casa, ele me disse: “posso te dar um abraço, irmão?” E me deu um abraço. Aquilo me desmontou. Depois, a mulher dele fez uma oração: botou a mão na minha cabeça e orou. Me deu um abraço forte. Aquilo me deixou bem, sabe? Até pensei em virar crente (risos). Depois ele me deu um presente: um pen drive com hinos de louvor. E disse: “quando te sentir angustiado, escuta isso. Ora para Jesus que ele vai te ajudar. Basta ter fé”. Eu não sou religioso, mas já rezei muito no meu quarto pedindo a Deus, “por favor, me ajuda”.

Enquanto mantinha viva a fé, ele ouvia das pessoas histórias e mensagens esperançosas que o animavam na sua busca. Tais histórias consistiam em exemplos de pessoas que “sempre se deram mal”, mas um dia, de tanto insistir, as “coisas melhoraram” para elas. O importante, diziam, era “não desistir”. Assim como a fé, essas mensagens de

esperança mantinham Alexandre tenuemente atado à sua mobilização e o ajudavam a sustentar o desejo de seguir “correndo atrás” de um emprego. A “vontade de desistir de tudo”, porém, era frequente. Depois de passar de um horizonte amplo de “efetuação de suas potências” a um panorama bastante restrito de desejo – a busca de um emprego que, além de tudo, se mostrava difícil de alcançar –, a “vontade” de simplesmente “não fazer nada” ameaçava sua mobilização. A dissipação do desejo produzido nestas condições – isto é, a perda de “foco” e de “coragem” para “correr atrás” deste objeto tão difícil que era a vaga laboral – estava associada à depressão, estado de ânimo que pairava como uma ameaça sobre Alexandre e várias de suas amigas, também desempregadas. A depressão era a dissipação desse desejo quase completamente determinado por forças heterônomas. Com o seu desvanecimento, parecia advir o fim do desejo em geral, uma vez que este último se encontrava quase totalmente determinado pelo “desejo de salário”. Para sustentar o desejo e manter a mobilização contínua, era preciso “foco” – no objeto da busca, o emprego – e “coragem” – ânimo para superar as dificuldades. Uma de suas amigas, que estava deprimida, comentou sobre esse processo, dizendo a ele: “precisamos ter foco e coragem. Tu estás num princípio de depressão, não pode perder tempo, tem que ter foco. Vamos nos ajudar”.

Alexandre não podia parar sua intensa mobilização, fragilmente sustentada, como mostrei no começo do capítulo, em “apoios”, em poucos recursos materiais e numa notável fé – que, de alguma forma, mantinha juntos num mesmo sentido esses poucos elementos de que dispunha. Perder o “foco” e a “coragem” poderia levar a uma “depressão”, ou seja, uma dissipação completa do desejo. Longe da mobilização salarial pelos afetos alegres, característica do período anterior, quando ao menos o “desejo de mercadorias” poderia embalar o proletariado, durante a recessão o movimento dos corpos assalariados estava sustentado pelos afetos tristes como o temor da penúria material e o “desespero”. Se, nos anos de aumento do emprego, Alexandre conseguiu se desviar relativamente da “ambição” que levava à subordinação alegre ao assalariamento, agora seria mais difícil desviar do aguilhão da fome. Temendo o dia em que ficaria sem nenhum dinheiro ou, pior, sem nenhum desejo de “correr atrás” de um emprego, entre muitas crises de “nervos” e noites angustiantes, ele conseguia, através de contatos com amigos e conhecidos, se equilibrar com alguns “bicos”. Nestas ocasiões, podia, finalmente, vender sua força de trabalho, situação que o deixava um pouco “alegre” e aliviado, mas também um pouco “triste”, como analisarei no próximo tópico.

### 3.6 A venda da força de trabalho

Enquanto buscavam oferecer serviços de limpeza e manutenção, Alexandre e suas amigas iam percebendo a paulatina desvalorização da própria força de trabalho. “As pessoas estão se prevalecendo porque sabem que tem muita gente desesperada, precisando de trabalho”, avaliava meu interlocutor diante do fato de que haviam oferecido seiscentos reais por mês a uma amiga em troca de “faxinar uma casa grande, com seis banheiros, uma vez por semana”. Uma vizinha nos comentou que recebera cinquenta reais por uma faxina em Alvorada, sendo que antes era possível conseguir cento e cinquenta ou até duzentos reais pelo mesmo tipo de tarefa. Por isso, estes “bicos”, no geral, rendiam pouco dinheiro. Porém, em se tratando de pessoas “desesperadas”, como dizia Alexandre, muitas vezes, era necessário aceitar o valor oferecido.

“Se virando” com os “bicos”, à certa altura, ele conseguiu se inserir num trabalho temporário que pagava um pouco melhor. Lá, era responsável, junto aos demais funcionários, por montar e instalar móveis de escritório em agências bancárias. Ele se animou: “são cadeiras bem chiques, tens que ver. Elas vêm em caixas e nós temos que montar com uma parafusadeira. Aprendi rapidinho a usar. O dono paga cem reais por dia e parece que vai ter trabalho até o fim de semana pelo menos, porque é um serviço que tem prazo para entregar”. No primeiro dia de trabalho, saiu de casa cedo da manhã e voltou à noite, totalizando uma jornada de quase doze horas. Sobre o dia de trabalho, comentou:

Já me quebrei as costas. Estou moído. Mas, é isso, né. Tenho que vender minha força de trabalho: essa é a vida do trabalhador. Acho que montamos umas oitenta cadeiras de escritórios. Pena que o dono paga por dia, não por produção. Estou tão cansado que nem consigo falar com minha amiga que queria saber como foi o dia de trabalho...

Na manhã seguinte, ele rememorou a noite de sono conturbada: “nossa, vendi tanto minha força de trabalho. Vendi mesmo! Invadiu até os meus sonhos...”. No fim de mais uma jornada, voltou para casa, outra vez exausto. Mostrou-me as mãos machucadas pela montagem das cadeiras, deu boa noite e se retirou, não sem antes pontuar: “vida de trabalhador é isso. Sai de noite e volta de noite. Não dá tempo de fazer nada...”. No terceiro dia, recebeu seu pagamento:

A mulher do dono fez as contas e me deu o dinheiro. Pensei: bah, amanhã vou poder descansar. Mas aí, o dono disse: ‘e o Alexandre, não vem amanhã?! Eu gostei dele, não fica só nos cantos tomando cafezinho’. Ele me via sempre limpando, fazendo algo. Então, eu vou amanhã também. Eu fiquei triste, mas fiquei mais alegre, né, porque eu não aguentava mais ficar sem dinheiro.

Não é difícil compreender, neste caso, em que consiste o equilíbrio entre afetos tristes e alegres: como vimos no terceiro capítulo, Alexandre chegou à conclusão de que, talvez, “não suportasse mais ser explorado”. Ele havia descoberto a si mesmo como “um ser voltado para outra coisa além da exploração” (Rancière, 1988, p. 32). Portanto, voltar a submeter-se à relação salarial o entristecia: “não tenho tempo para fazer nada”, dizia, ou seja, “nada” do que lhe interessava realmente. Porém, necessitando dinheiro para manter os gastos cotidianos, ele se alegrava efetivamente ao receber seu pagamento. A alegria de “evitar um mal” não deixa de ser um afeto engrandecedor para quem busca seguir adiante. O temor da penúria material foi, portanto, o motor fundamental da mobilização salarial durante os anos de recessão econômica. Ele parece moldar o desejo e forçar uma mudança nas ideias-afetos correspondentes. Como dizia meu interlocutor: “não dá para pensar em mais nada”, além de “sobreviver, ter um emprego, pagar o aluguel”. Ao lembrar da época em que se demitia triunfante ante qualquer incômodo no ambiente laboral, ele concluiu o seguinte: “antes, se me incomodavam num trabalho eu ia embora mesmo. Mas hoje eu estou mudando minhas ideias. Eu não faria mais isso. Eu aguentaria para ficar num emprego. Estou mudando...”. Eu o questionei: “pois é, tomara que tu não mudes tanto!”. Ele riu da minha insistência e replicou: “mas não tem jeito, Ju... É isso ou eu morro de fome”. Às mudanças nas “condições ambientais” em que ocorre a relação salarial parecem corresponder não só uma mudança afetiva (a volta do temor de cair na penúria material), mas também e, por conseguinte, um forçoso câmbio nas ideias. Aqui, cabe lembrar o apelo de Lordon: precisamos considerar as relações de força “por trás dos fenômenos que consideramos, geralmente, como os mais desprovidos delas – como os fenômenos da ordem do que chamamos ‘simbólico’: discursos, posições, enunciações, sentenças [...]”(2018, p. 269-270).

Depois de alguns meses sob influência do “temor da penúria material”, Alexandre parecia estar se convencendo de que teria que ajustar suas expectativas e sonhos às novas condições laborais e materiais. Porém, apesar do tom soturno das suas conclusões, seria precipitado concluir que o “desespero” foi capaz de torcer completamente seu desejo. Se a necessidade de vender a força de trabalho já era tão presente que invadia até seus sonhos noturnos, por outro lado, em vigília, às vezes distraído, sua “paixão” por estudar, assim

como as vontades que o afastavam da subordinação salarial, ainda se insinuavam. Era assim que ele mesmo se surpreendia folhando livros enquanto realizava uma faxina na casa de uma de suas professoras: “passei a tarde inteira só limpando a biblioteca... livro por livro. Cada um eu dava uma lidinha. Tinha um sobre o Getúlio Vargas, outro sobre a Segunda Guerra Mundial, outro sobre a Revolução Francesa...”. Ou, então, quando, diante da expectativa de ser aceito num emprego, já começava a fazer planos para voltar a estudar: “se eu pegar esse serviço vai ser perfeito... o horário é compatível com as aulas no cursinho pré-vestibular”, disse-me um dia, especulando sobre uma vaga que surgira. Ou, mesmo, fazia planos para se livrar do jugo patronal, nem bem antevia a possibilidade de ser contratado: “se eu for chamado na metalúrgica, vou ficar um tempo, me estabilizar... Depois eu me qualifico, faço algum curso e daqui a uns cinco anos vou lá e digo: obrigado pela oportunidade que vocês me deram, mas eu vou para um emprego melhor”.

Seria mais correto dizer, neste caso, que o desejo ainda oscilava entre o imperativo da dependência salarial – passagem obrigatória da “perseverança no ser” para os trabalhadores – e aqueles sonhos associados à instrução, aos estudos e a uma vida criadora longe da subordinação ao assalariamento. O desejo, em suma, hesitava entre duas possibilidades ainda presentes. Para tentar aplacar essa variação do desejo, que parecia emperrar a mobilização necessária para conseguir um emprego, circulava naquele momento uma espécie de mantra subjetivo cuja intenção era centrar as estratégias pessoais e restringir as derivas desejantes, de modo a ajustá-las às novas condições objetivas. Tratava-se de um conselho que circulava de boca em boca e que dizia o seguinte: “em primeiro lugar, é preciso *pensar em si*”. À princípio, este conselho parecia estar em oposição a “absorver as demandas dos outros”: diante da escassez de recursos, era mais prudente deixar de ser dadivoso e, assim, preservar o próprio dinheiro. No entanto, analisando a situação de maneira mais detalhada, veremos que o “pensar em si” propõe, na verdade, um ajuste mais profundo, concernente às paixões e aos afetos em geral.

### **3.7 A disjuntiva dos anos de crise: “pensar em si” ou “absorver as demandas dos outros”**

Se nos anos de aumento do emprego e do consumo no Brasil (2004-2014), tivemos como disjuntiva diante das relações salariais – tal como elas se configuraram – por um lado, o que chamei de “irreverência proletária” e, por outro, a “ambição” (isto é, o desejo fixado nas mercadorias), então, em seguida, diante da escassez de emprego e de recursos, o desejo foi provocado em duas direções opostas e igualmente excludentes entre si. Essas duas direções podem ser sintetizadas nas posturas nomeadas – por Alexandre e algumas de suas amigas – “pensar em si mesmo” e “absorver as demandas dos outros”. Estas duas categorias traduzem a disjuntiva diante da qual o desejo estava colocado, entre a subordinação ao horizonte da dependência salarial e a aposta por aquelas “paixões” improdutivas que poderiam levar ao afrouxamento da disciplina necessária para arranjar um emprego e para manter os gastos condizentes com a escassez de recursos. A seguir, apresento que os afetos e as respostas subjetivas que cada uma das posturas congrega.

Como mostrei ao longo deste capítulo, o ritmo de desaquecimento da economia restringiu bastante a circulação de recursos entre as pessoas. Sem emprego e com a renda diminuindo de forma geral, as “demandas” que vinham de todas as partes também aumentaram. No tópico 3.2, argumentei que a “rede de apoios” na qual Alexandre se sustentava era frágil: qualquer desequilíbrio colocaria todos em risco, uma vez que a maioria desses indivíduos eram assalariados ou, inclusive, desempregados. Assim, a doação de dinheiro – os “apoios” – cobria apenas gastos básicos e tidos como legítimos, isto é, aqueles investimentos encarados como apropriados ao contexto de escassez e ao imperativo de procurar (e encontrar) um emprego. As pessoas ao redor, contando com cada vez menos dinheiro, também passavam a interpelar cada vez mais umas às outras com suas demandas materiais (uma ajuda para comprar comida, um “apoio” na passagem, uma roupa nova para substituir outra muito desgastada, etc), mas também emocionais (problemas familiares, depressões, dramas amorosos). Por outro lado, tais “demandas” materiais e/ou emocionais eram, até certo ponto, indiscerníveis, e terminavam se reforçando mutuamente. Era por isso que, diante dos investimentos de desejo de terceiros – diante de suas “demandas” –, era preciso convencer-se de, em primeiro lugar, “pensar em si mesmo”.

As amigas que tentavam ajudar Alexandre a encarar a situação difícil em que ele se encontrava aconselhavam-no dizendo o seguinte: “agora é o momento de tu *te* ajudares. Tens que *pensar em ti*, antes que nos outros”. Cada uma das amigas que buscava aconselhá-lo tinha uma variação sobre essa fórmula, que elas também aplicavam a si mesmas, como uma espécie de mantra para poder “se levantar”. Algumas destas amigas identificavam em Alexandre uma pessoa muito “emocional”, que se afetava sobremaneira com as situações que o interpelavam, principalmente quando envolviam entes queridos e pessoas necessitadas de auxílio. Alexandre tentava incorporar os conselhos das amigas e, a partir deles, elaborava o dilema – que naquela altura já afetava a outras pessoas – de “pensar em si” ou “ficar absorvendo os problemas dos demais”. Como disse uma de suas amigas, Elis, a professora de História: “Alexandre, chega! Tu precisas focar nos *teus* problemas, que já são muitos. As pessoas estão sugando tua energia, que tu podias estar usando para conseguir as *tuas* coisas”. As pessoas que poderiam estar “sugando” sua energia eram, por exemplo, a nova namorada ou mesmo os vizinhos da rua, que vinham visitá-lo cada vez com mais “demandas”. Por exemplo, nos últimos meses em que residimos juntos, ele havia se aproximado de Julio, um rapaz recém-chegado na vizinhança. Certo dia, Julio veio bater à nossa porta em busca de uma refeição. Alexandre lhe ofereceu um almoço que ele mesmo havia preparado. Desde então, Julio começou a visitar a casa com mais frequência, em busca de conversas, ajudas e companhia.

No entanto, por que parecia tão difícil, nessas condições, “pensar em si mesmo”, antes que “nos outros”? Alexandre ofereceu uma possível resposta a esta questão enquanto ponderava sobre a situação de Julio: entregar-se às paixões e aos afetos que os outros nos provocam dificultava a tarefa de “pensar em si mesmo”. O estado de penúria de Julio, por exemplo, não se explicava “somente” pela falta de emprego. Ao observar as idas e vindas de seu novo amigo com uma ex-namorada, Alexandre vaticinou: “eu já fui assim: fazia de tudo por uma mulher, por uma *paixão*. Não tinha nenhum autocontrole. Isso vai arruinar a vida dele”. Julio, logo após mudar-se para o “pátio” ao lado, comprou do senhorio os móveis que estavam dentro da “peça” que alugou. Antes mesmo de quitar o pagamento pelo que havia adquirido, ele vendeu os bens. Júlio estava apaixonado por uma jovem mulher que tinha dois filhos. De acordo com seus relatos, essa mulher frequentemente lhe pedia dinheiro emprestado para poder comprar itens para si e/ou para as crianças. Quando ela precisou de cem reais, Júlio não hesitou em vender seus móveis. Ele costumava dizer que era capaz “de dar tudo o que ela quisesse: dinheiro, roupas,

comida para os filhos”. Alexandre observava que, ao entregar o que a moça pedia, sobravam cada vez menos dinheiro e bens para Júlio. Ele poderia ter um mínimo conforto dentro de casa, por exemplo, mas agora estava vivendo praticamente sem móveis.

No período anterior, a vontade de ajudar os outros podia fluir mais ou menos desimpedidamente graças ao dinheiro levantado entre um emprego e outro. No entanto, eis que, durante a crise e a recessão econômica, o desejo de ajudar os demais parece ocupar o lugar de uma prática problemática, sobretudo quando confrontada à necessidade de contingenciamento imposta pela escassez. Aparentemente, chegamos a um ponto em que se confronta uma disposição dadivosa e outra que prioriza o interesse individual. Contudo, talvez pudéssemos encaminhar a discussão noutro sentido. A opção de “pensar nos outros” (antes do que em si mesmo) se assemelha, nas reflexões de Alexandre, a outros estados de ânimo como, por exemplo, deixar-se levar pelas *paixões* (seja na política, nos estudos ou no amor), dedicar-se àquilo que se gosta, entregar-se à realização de um *sonho*, afetar-se pelas demandas potencialmente infundáveis dos outros. Tal opção diz mais respeito a responder positivamente a determinados afetos do que a praticar uma moral dadivosa estrita. “Pensar em si” paradoxalmente exclui, por exemplo, entregar-se a um sonho pessoal ou arriscar-se num projeto incerto. Tal disposição pressupõe, na verdade, um fechamento mais profundo: uma indiferença e um rechaço ativos aos afetos que colocam em cheque o desejo ajustado aos tempos de recessão. O *desejo ajustado* é aquele que persegue um único objeto (o emprego ou o salário) e evita afetar-se por *paixões improdutivas*. Trata-se, em suma, de evitar ativamente todos os afetos que possam levar à dissolução de “si”, onde o “si” nomeia um ponto de subjetivação assegurado, em última instância, pela ameaça da aniquilação material. “Pensar em si” não quer dizer efetuar amplamente potências que Alexandre sentia como próprias. Pelo contrário, significava abandonar algumas dessas potências e manter uma posição de sujeito que excluía objetivamente outras possibilidades de desenvolvimento do indivíduo.

Além disso, a dádiva não se encontra estritamente no polo oposto do “pensar em si”: ela também encontra, aqui, o seu lugar. O que muda, neste contexto, é que a dádiva será objeto de um cálculo específico: “as pessoas me dizem: eu vou te ajudar, mas tu também tens que *te* ajudar”. Alexandre se perguntava: “mas que tipo de ajuda é essa?” Sua desconfiança tinha razão de ser: aquelas dádivas pressupunham uma contrapartida bastante particular. A condição para a “ajuda” era que o “ajudado” começasse a centrar-se numa rotina mais disciplinada: que se esforçasse para conseguir um posto laboral; que

não ficasse “escolhendo emprego”; que não gastasse de forma incompatível com seu orçamento; que parasse de “absorver os problemas dos outros”; que deixasse de devanear seus *sonhos* ou de entregar-se a paixões improdutivas. Foi assim que, numa discussão acalorada, uma de suas amigas, Nara, apontou a figura máxima de alguém que, por “não se ajudar”, também não merece “ser ajudado”. Ela questionou Alexandre: “para quê dar sopão para aqueles drogados do centro? Eu vi uma mulher lá, toda jogada, suja... porque não dão para as crianças lá da vila?” Alexandre retrucou: “mas Nara, ela é um ser humano. Tu também tens teus vícios. Imagina que alguém deixe de te dar um emprego porque tu gostas de cerveja...”. Nara não concordou: “ah, mas é diferente...”.

O imperativo subjetivo de “pensar em si” é uma tentativa de modular o desejo em direção a certas formas de satisfação que estejam em consonância com a mobilização salarial e a gestão dos poucos recursos em circulação. Por isso, é possível sustentar que a subjetivação neste registro não se refere estritamente à realização pessoal. Pelo contrário, se refere, antes, a evitar determinados afetos e objetos de satisfação: evitar afetar-se, por exemplo, pela tristeza ou pela penúria do outro (seja material ou emocional); buscar alegria e satisfação apenas em determinados esforços que auxiliem na superação individual (e/ou familiar) dos tempos de crise; não se arriscar em planos incertos e improdutivos que não retornem imediatamente uma fonte de renda. O “pensar em si” convida a deixar de lado aqueles afetos que possam ameaçar essa individualidade mínima, este ponto de subjetivação assegurado em última instância pela ameaça de aniquilação material. Tudo se passa como se houvesse um convite insistente, repetido a muitas vezes, para deixar de lado certos *sonhos* e paixões improdutivas e determinadas formas de satisfação pessoal em nome da sobrevivência e da “superação” pessoal e familiar.

Paradoxalmente, nos critérios que Alexandre enunciava para justificar a ajuda “aos drogados”, transparecia algo do que ele mesmo ainda ansiava: um incondicional “apoio” não só para as necessidades mais básicas, associadas à reprodução da sua força de trabalho, mas também (e sobretudo) para aqueles desejos *excessivos* – os grandes sonhos e grandes planos cultivados no período anterior. No cruzamento entre a escassez material e o ajuste subjetivo, as ajudas e “apoios” impuseram como contrapartida o disciplinamento do desejo: este último deveria se ajustar às novas condições da relação salarial o quanto antes. Alexandre, porém, não deixava de especular e sustentar politicamente a possibilidade de uma ajuda que não exigisse tais contrapartidas e no marco da qual cada um que é “apoiado” – nos seus desejos e paixões, mais do que nas

necessidades estabelecidas segundo as estruturas de reprodução da relação salarial – conta como um igual: “um ser humano”. O critério para “apoiar” seria, então, não a potencial capacidade do sujeito para se disciplinar para o assalariamento e ajustar o próprio desejo, isto é, “*se ajudar*”. O critério, para Alexandre, deveria ser o seguinte: se trata de “um ser humano”, com desejos, paixões e, eventualmente, vícios aos quais todos estamos sujeitos. Seria este um “apoio” propriamente impossível na conjuntura de recessão? Eu diria que, infelizmente, sim. No entanto, a realização deste “apoio” – incondicional e, por outro lado, estimulante dos desejos, antes que dos seus pontos de fixação convergentes com o assalariamento – teria tido a capacidade de desestabilizar os impasses colocados ao desejo no período (2016-2019).

Contradizendo o imperativo de não se arriscar em projetos incertos em meio ao contexto de escassez, foi nesse período que Alexandre resolveu embarcar em mais uma experimentação, uma que realizava fortemente um desejo que ele recentemente revelara para si mesmo. Em 2019, ele iniciou seu processo de transição ao gênero masculino. Sem ignorar as disjuntivas do período, ele escolheu corajosamente apostar pela construção de um espaço de possibilidades para efetuar esse desejo. Digo que ele foi corajoso porque, como ele mesmo ponderava, os riscos e as incertezas de uma transição de gênero, inclusive econômicos, eram importantes. Nos próximos parágrafos, problematizo brevemente algumas dimensões desse esforço e algumas das suas implicações na maneira em que Alexandre enxergava a si mesmo e na forma como era visto pelos demais.

Broz (2017, p. 228) entende as pessoas trans como aquelas que “em termos gerais, produzem uma ruptura da norma sexo-genérica não se identificando com o sexo assignado no momento do nascimento e/ou com o binário feminino-masculino”. Desde que o conheci, Alexandre se apresentava publicamente a partir de diacríticos e posturas masculinas, mas veio a encontrar as categorias de “transsexualidade” e “homem trans” para falar de si mesmo mais recentemente. O encontro de Alexandre com a noção de transsexualidade, depois de um longo período de auto-identificação como “homossexual”, lhe abriu novas possibilidades, ofereceu respostas e trouxe novos dilemas, sobretudo em torno de perguntas tais como: “me sinto efetivamente um homem?” e “quais são as condições para sentir-se homem?”. A maior incerteza, no entanto, girava em torno das dificuldades que um processo de transição de gênero acarretaria. De qualquer forma, quando uma namorada lhe sugeriu, em 2018, que era possível que ele fosse um “homem trans”, Alexandre concluiu que tal categoria preenchia

várias lacunas, para ele, difíceis de responder, as quais diziam respeito aos seus desejos e à relação que desenvolvera com seu corpo. Pensar-se como “homem trans” lhe deu uma imagem de si completamente diferente da anterior, pois “explicava” muitos dos seus incômodos, principalmente com partes do corpo e processos fisiológicos associados ao feminino. Ele se lembrava, reavaliando retrospectivamente alguns momentos da sua vida, que nunca gostara, desde criança, dos enfeites femininos que sua mãe colocava em seu cabelo e dos vestidos com os quais ela o vestia.

Depois que se auto identificou como um “homem trans”, Alexandre passou a consultar e acompanhar grupos de apoio e discussão no Whats App, que se reuniam presencialmente de vez em quando na cidade de Canoas/RS, que também pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre. Nesses grupos, outros homens trans, com o processo de transição mais ou menos avançado, compartilhavam entre si dicas, definições mais precisas sobre as categorias de auto identificação, esclareciam dúvidas, sugeriam rotinas de exercícios físicos e dietas alimentares que favoreciam o desenvolvimento de um corpo masculino e ofereciam informações sobre como acessar os tratamentos hormonais através do Sistema Único de Saúde. No seu processo de transição, foi muito importante o momento em que adquiriu a identidade social onde consta seu nome masculino. Em concomitância com a tramitação desse documento, ele também iniciava sua consulta médica num posto de saúde para iniciar seu tratamento com hormônios. A transexualidade, como condição e como categoria, tem uma existência profundamente atrelada ao campo médico e psiquiátrico, sobretudo por conta da utilização de tratamentos hormonais que, no Brasil, são oferecidos pelo SUS, embora também possam ser adquiridos de maneira privada.

A literatura sobre o tema (Broz, 2017; Almeida, 2012; Vieira; Porto, 2019) permite concluir que alguns momentos da vida de Alexandre são comuns às trajetórias de muitos homens trans. Em primeiro lugar, a expulsão do lar familiar por conta dos preconceitos dos parentes que não suportam e não concordam com a maneira como resolvem viver e expor sua identidade ou condição de gênero. Em seguida, as dificuldades que enfrentam no mercado laboral. Broz (2017) aponta para as “táticas” de visibilização/invisibilização que os homens trans desenvolvem no dia-a-dia. Ao adotarem uma postura nos marcos gerais da masculinidade, eles correm o constante risco de não serem reconhecidos pelos seus pares masculinos e serem, por essa razão, violentados. Por outro lado, o reconhecimento dos outros homens – seja na infância, na juventude ou na

idade adulta – é um momento importante na constituição da masculinidade trans (Broz, 2017). Alexandre menciona com frequência os momentos da sua pré-adolescência, quando jogava futebol com os amigos e vizinhos do bairro em que morava. Era considerado, entre eles, um craque, sendo comparado, tanto na aparência quanto na habilidade, a um jogador muito famoso na época (começo dos anos 1990) chamado Mauro Silva. Por outro lado, um momento dramático na trajetória dessas pessoas é a chegada da puberdade, quando as mudanças corporais associadas ao sexo biológico começam a aparecer e as cobranças sociais para uma adequação entre o sexo de nascimento e o gênero aumentam. Foi justamente em meio a essa fase, que a mãe de Alexandre, irritada com os trejeitos e o modo de vida do filho, expulsou-o de casa.

Ao participarem da masculinidade, se supõe que os homens trans adquirem certos privilégios em comparação com corpos feminizados. O fato de serem aceitos em certos contextos masculinos é uma vantagem relativa, buscada por eles e que Alexandre tinha em conta. Ele já tinha conseguido, por exemplo, postos laborais em fábricas, onde as mulheres geralmente não eram contratadas. Isso ocorria porque ele compartilhava de atributos masculinos: "trabalhava como um homem", "sem frescura" – como seria o caso das mulheres – e, além disso, participava de uma postura geral associada ao mundo masculino – conversava como um homem, tinha gostos masculinos, etc. Conforme argumenta Kimmel (1997, p. 4) uma das características principais do processo de construção da masculinidade é a “fuga do feminino”. O binarismo do par feminino-masculino consiste então nessa separação: ao não afetar gestos femininos, Alexandre era capaz de ingressar – sempre correndo risco do não-reconhecimento – no universo da masculinidade. Que alguém que tenha nascido biologicamente mulher participe desse universo “põe em evidência que a masculinidade (...) se constrói, se aprende e se pratica na torrente do devir cultural, histórico e social” (Faur, 2004, p. 52).

A inclusão na masculinidade era sempre arriscada e, em muitas ocasiões, Alexandre percebia e temia os olhares e perguntas em torno da sua aparência. Assim, a mesma presença que, por um lado, enfatizava os traços dominantes da masculinidade, por outro, portava inevitavelmente os elementos de uma “diferença” que era o mote para uma subalternização da sua performance masculina. É nessas condições que os homens trans vão tramando, segundo Broz (2017, p. 254) “uma tática (...) que lhes permite lidar com as situações de desvantagem social, em relação aos contextos, às necessidades e às contingências”. Para desviar ainda mais o olhar dos demais sobre aqueles elementos que

tornavam seu corpo “diferente”, Alexandre considerava os benefícios que conquistaria ao começar a transição para o gênero masculino: teria um corpo mais legível dentro das normas dominantes de gênero e não seria tão observado e questionado. Ao mesmo tempo, temia justamente o período de transição em si, durante o qual seu corpo se tornaria ainda mais incômodo para os olhares que procuram uma constituição física absolutamente masculina ou feminina dentro dos padrões normativos de gênero. Além disso, teria que sustentar um discurso e uma postura adequada diante dos questionamentos em torno do seu novo nome masculino. Apresentar-se e viver como “homem trans” supunha desafios do ponto de vista da vida pública e laboral, mas estava em maior convergência com o que ele sentia dentro de si. Broz (2017, p. 246) conclui, na sua pesquisa, que “portar uma masculinidade 'diferente' à hegemônica, longe de significar uma passagem para a obtenção de benefícios, se traduz em uma posição de desvantagem em relação aos pares masculinos e de invisibilidade quanto ao reconhecimento social". Além de descobrir algo em si mesmo ao definir-se como homem trans, algo que já estava presente na sua trajetória embora não tivesse sido, até aquele momento, reconhecido, Alexandre também viveu (e vive) essa situação como um terreno de experimentação, temores e incertezas.

No processo de revelação e experimentação, Alexandre buscou auxílio para começar o tratamento hormonal. Nas consultas que realizou no sistema público de saúde, o médico recomendou que ele fizesse exercícios e reduzisse o peso corporal para poder, assim, iniciar o uso dos hormônios. A dificuldade de acesso ao serviço de saúde – Alexandre, por exemplo, teve que esperar meses para poder fazer a primeira consulta – é um dos obstáculos que permeiam a transição de gênero para pessoas com menos recursos. Por isso, outra preocupação comum entre elas é a capacidade econômica de realizar os "manejos corporais" desejados (Vieira; Porto, 2019, p. 23). Estar em condições materiais que possibilitem a compra dos hormônios, as idas ao médico, etc., é um dos elementos que impactam de maneira importante nos seus trajetos, na legitimidade que são capazes de reivindicar e nas suas expectativas para a transição (Vieira; Porto, 2019). No caso de Alexandre, essa era uma preocupação intensa, que o fazia muitas vezes desacreditar das possibilidades de êxito do seu próprio processo de transição. Apesar disso, ainda assim, ele criava, em meio a tais condições, os elementos para a constituição e a sustentação de uma masculinidade alternativa (Broz, 2017; Connel, Messerschmidt, 2013).

Apesar das semelhanças com as trajetórias de homens trans, não encaro a história de Alexandre, seus enunciados e dramas como prototípicos da sua condição, seja como

proletário, seja como homens trans de origem popular. Na verdade, o que importa aqui são os pontos em que sua trajetória de experimentações excede o lugar social que lhe é atribuído, seja no sistema normativo de gênero, seja como trabalhador assalariado. Identificar-se como “homem trans” foi, para ele, mais um passo na sua trajetória “rebelde”, como dizia, um percurso pessoal pontuado de momentos de insubordinação que frustravam as expectativas sociais que recaíam sobre ele. Com todas as dificuldades que o processo de transição de gênero acarretava – somadas às incertezas materiais – Alexandre enfrentava o contexto de desemprego vigente naquela época (2016-2019). Diante da escassez de recursos que reforçava o mantra: “não é hora de se arriscar” em experimentações incertas, sua escolha foi novamente pela rebeldia, por manter aberto o campo das possibilidades, confrontando aqueles que impunham, à época, a vigência única das necessidades (materiais, econômicas, etc). Contra esse mantra, ele gostava de recitar o seu próprio, uma frase atribuída a Jack Kerouac, que dizia assim:

Aqui estão os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os encrenqueiros. Os que fogem ao padrão. Aqueles que veem as coisas de um jeito diferente. Eles não se adaptam às regras, nem respeitam o status quo. Você pode citá-los ou achá-los desagradáveis, glorificá-los ou desprezá-los. Mas a única coisa que você não pode fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Eles empurram adiante a raça humana. E enquanto alguns os veem como loucos, nós os vemos como gênios. Porque as pessoas que são loucas o bastante para pensarem que podem mudar o mundo são as únicas que realmente podem fazê-lo.

Era invocando as forças dessas inspirações associadas à “loucura” heroica, idealista e desviante que Alexandre – e alguns de seus conhecidos – iam desarmando as suturas subjetivas do período de escassez, que impunham o retraimento e a desesperança. Nos primeiros capítulos dessa monografia, apresentei as oscilações materiais que propiciaram as condições para determinadas experimentações subjetivas entre os anos 2004-2014 e 2016-2019, abarcando desde o contexto de relativa abundância de empregos e de aumento de renda até alcançar o período em que a recessão econômica impactou no dia-a-dia dos trabalhadores. No período de recessão, apesar das dificuldades, como vimos, a produção de desejo não cessa, mas está determinada por condições e afecções novas. Sobre esse tipo de situação, Motta (2014) argumentou o seguinte, tomando como referência o caso da favela Aliança no Rio de Janeiro:

As pessoas estão longe de estarem condicionadas pela falta e, ao contrário, combinam diversos aspectos no interior do seu universo de possibilidades para poder criar uma vida. As pessoas [na Aliança] vivem mais do que ‘sobrevivem’ (Motta, 2014, p. 154).

A análise deste capítulo concorda com essa afirmação. No entanto, ainda é preciso, com a ajuda dos próprios critérios que as pessoas nos apresentam, diferenciar a vida premida por algumas urgências daquela vida cujas possibilidades se encontram expandidas, em razão das melhorias materiais, não só individuais ou familiares, mas também aquelas que atingem amplamente certos setores da população. Como argumentei, em ambas situações – tanto na abundância quanto na escassez – o desejo está presente, assim como as possibilidades, os impasses e as composições – ou, nas palavras de Alexandre, os "brilhos", os "bretes" e "apoios". A partir delas, Alexandre tecia, de fato, uma vida. Também a potência de agir está presente em ambas situações, e as pessoas operam sempre no máximo da sua potência. No entanto, também é verdade que, em cada uma das situações, recaía sobre o desejo determinações substancialmente diferentes. Não precisamos ir muito longe para perceber isso, na medida em que o próprio Alexandre indicou essas mudanças ao declarar as diferenças entre um momento e outro da sua vida. Poderíamos, assim, concluir que não é a "falta" que define as práticas das pessoas em condições de escassez de recursos, mas sim uma espécie de "hiper" determinação: a vida está quase completamente submetida a um só tipo de necessidade, no caso de Alexandre, conseguir dinheiro e, para tanto, um emprego. A vida, os pensamentos e a rotina estavam "preenchidas" por tal necessidade, o que dificultava ou, diretamente, bloqueava outros tipos de engajamentos. Em tais condições, as composições e desejos precisavam sempre considerar o objetivo de conseguir um emprego e as apostas mais incertas deveriam enfrentar essa determinação para poder se desenvolver.

Dadas as condições de produção das experimentações subjetivas – e suas oscilações constitutivas –, a partir do próximo capítulo, analisarei como certos projetos institucionais buscaram "equipar" o desejo produzido em meio a tais dinâmicas. O caso de Alexandre, por apresentar uma pluralidade e uma intensidade experiencial muito destacadas, nos permitiu observar com clareza os elementos presentes neste tipo de aposta: elas dependem da situação material e consistem, basicamente, na irrupção em universos anteriormente não explorados –no seu caso, da leitura e da escrita; da militância; do consumo ampliado e, por fim, da transição de gênero. A transformação das condições materiais também trouxe novos dilemas subjetivos, em "descontinuidade" com o período anterior, no marco dos quais se tencionava dissolver, dirimir ou suprimir os desejos gestados anteriormente. A partir do próximo capítulo, prestando atenção às instituições educativas, poderemos avaliar como essa disposição para a transformação

subjetiva, isto é, a abertura das pessoas ao engajamento em novos universos, foi processada em lugares de formação profissional como o CMEP Florestan Fernandes, onde circulavam discursos associados ao empreendedorismo, além de um convite à aposta em pequenos projetos comerciais.

## Capítulo 4

### “Mude o rumo da sua vida!”

#### Mutações de desejo num espaço de formação profissional

*Só o desejo pode ler o desejo.*

Félix Guattari, *Líneas de fuga: por otro mundo de posibles*

Em 2018, Rosa recém enviuvara. Depois de cuidar do marido, que adoeceu nos seus últimos anos de vida, ela se viu sozinha na casa onde viviam no município de Vacaria/RS. Logo após a perda, sua filha, que morava em Alvorada, separou-se do companheiro. Encarregada de ajudá-la a cuidar do filho pequeno, Rosa se mudou para a cidade da região metropolitana de Porto Alegre. A adaptação ao novo local de moradia foi difícil nos primeiros meses. Ela estranhou a precariedade urbana e sentiu falta da sua “terra”. Além de ajudar a filha, havia outro motivo que justificava sua estadia prolongada em Alvorada. Quando seu esposo faleceu, Rosa “percebeu que estava com depressão”: “isso dá nas pessoas que ficam responsáveis por cuidar de alguém doente durante muito tempo... Nós nem percebemos, mas quando vemos o nosso mundo se tornou aquilo: cuidar, cuidar e cuidar”. Estar junto da família ofereceria um ambiente acolhedor que a ajudaria a superar o momento doloroso.

Quando falava sobre sua rotina mais recente, o tom entristecido dos relatos associados ao momento da sua chegada em Alvorada ia, aos poucos, cedendo lugar ao otimismo:

“Mas quando eu estou no curso [de Colorimetria] me sinto tão bem! Aquilo me abriu, assim. Eu estava me sentindo mal aqui. Não saía, tinha medo, me sentia sozinha... vir na aula todas as quartas-feiras me enche de alegria! Esse ano foi muito bom para mim. Aprendi muitas coisas novas. Foi por acaso que eu descobri [o curso]... um dia estávamos caminhando perto daqui. Minha filha viu o cartaz anunciando as aulas e disse: ‘vamos lá ver quais cursos têm para fazer?!’ Nós fomos perguntar, e eu comecei a fazer este curso de cabeleireira. Primeiro no ‘Galpão’ e agora aqui no Florestan”<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> O “Galpão” é um espaço administrado pela prefeitura de Alvorada, onde também eram oferecidos cursos e oficinas profissionalizantes. O “Florestan” é o Centro Municipal de Ensino Profissional Professor Florestan Fernandes que apresentarei nos próximos parágrafos.

Foi nas aulas do curso de Colorimetria I que conheci Rosa. Elas eram ministradas no Centro Municipal de Ensino Profissional (CMEP) Prof. Florestan Fernandes, localizado no bairro Água Viva em Alvorada, uma zona de casas amplas, próxima à avenida principal da cidade e ao limite com Porto Alegre. O CMEP Florestan Fernandes oferecia cursos, oficinas e formação profissional para a população do município. Neste capítulo, procurarei demonstrar que o CMEP Florestan Fernandes era um espaço que precipitava, agenciava e dava vazão a uma dinâmica desejante no nível microssocial. Nas salas de aula do Florestan, se desenvolviam efervescentes “mutações do desejo” (Guattari, 2013), relacionadas, por exemplo, à vida doméstica, ao trabalho formal e à circulação social. Nesses momentos, as possibilidades de “mudar o rumo” da própria vida estavam sendo construídas. Tais mutações que o Florestan precipitava e acolhia precisavam, no entanto, serem tomadas segundo o objetivo da instituição, segundo o qual se deveria “qualificar” os indivíduos para dois tipos de atividade, a saber, o assalariamento e/ou a construção de um pequeno negócio, geralmente, inserido no setor informal da economia. Antes de mostrar como funcionava essa dinâmica, apresentarei mais algumas informações sobre o CMEP Florestan Fernandes. Em seguida, no tópico 4.1, traçarei algumas relações entre esse espaço e um contexto mais amplo de ampliação da oferta educacional no Brasil.

As atividades ofertadas no centro dividiam-se entre “qualificação profissional” e “qualificação pessoal”. Na primeira categoria, incluíam-se os cursos de estética e embelezamento: manicure, pedicure, corte de cabelo, escova, hidratação, depilação, transformação capilar, colorimetria (mechas, colorações e descolorações) e maquiagem; cursos de “arte em artesanato”, pintura em tecido, crochê, customização em tecido patchwork; auxiliar de produção audiovisual; padaria/confeitaria; informática; operador de caixa; auxiliar de rotinas administrativas e, por fim, sistemas de segurança. Na segunda categoria, o público podia encontrar aulas de ginástica funcional, “ritmos”, ballet, Karatê, yoga, reforço de Português, Matemática e Alfabetização, línguas (Inglês e Espanhol) e música (violão e flauta). A CMEP Florestan Fernandes fazia parte da rede municipal de ensino em Alvorada, mas possuía um estatuto especial, pois não fazia parte do ensino regular, atendia pessoas de todas as idades e a rotina dos seus cursos era mais flexível se comparada com a organização escolar normal. Para se matricular nos cursos, não era necessário estar matriculado na rede municipal de ensino. Bastava, apenas, morar em Alvorada. Criado pela ex-prefeita Stela Farias (PT), que governou o município entre 1997

e 2004, o centro foi fechado no transcurso do mandato de Sérgio Bertoldi (PT) que correu entre 2013 e 2016. Em 2017, o atual prefeito do município, José Arno Apollo (PMDB), decidiu reabrir a escola, tornando-a uma das insígnias do esforço de sua gestão em oferecer espaços educativos e, sobretudo, de “qualificação profissional” para os alvoradenses. Conforme publicado no jornal Leituras de ônibus:

[O prefeito] destacou que a qualificação profissional é uma das principais bandeiras da atual administração: “o incentivo à aprendizagem proporciona melhores oportunidades no mercado de trabalho. É fundamental para nossos cidadãos ter acesso a este tipo de serviço para crescer pessoal e profissionalmente”, destacou. (Leituras de Ônibus, 18-25/01/2019, p. 7)

No final de 2019, depois que finalizei minha estadia em Alvorada, o CMEP Florestan Fernandes mudou de sede e de nome, permanecendo no mesmo bairro e com a mesma equipe de professores. Passou a se chamar CMEP Adelino Ferreira Borba, segundo a página oficial do Centro no Facebook, uma homenagem a “Seu Adelino, que foi cidadão alvoradense e fez grande caridade no seu centro [espírita] Simão Pedro inclusive ministrando cursos profissionalizantes gratuitos”. Na cerimônia de inauguração do novo centro, o secretário de Governo e Gabinete, Paulo Ramos, declarou que

Uma das preocupações de seu Adelino estava relacionada com a falta de qualificação profissional das pessoas, ofertando, na ocasião, cursos profissionalizantes em várias áreas, com o intuito de profissionalizar as pessoas para o mercado de trabalho.

Acompanhando essas mudanças foram agregados alguns cursos novos, como “Empreendedorismo” e “Auxiliar de Educação Infantil”. A mudança de nome da escola – de uma categoria associada à militância crítica de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro ligado às correntes do pensamento marxista, à uma figura local conhecida pela benevolência e, sobretudo, pelo seu poder de iniciativa e promoção da profissionalização entre os alvoradenses – lembra o que Bourdieu (1989) chamou de “operações sociais de nomeação”: todo agente social aspira, na medida de seus meios, o poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o. Bourdieu lembra da “operação de magia que é inerente a todo ato de nomeação” (1989, p. 159). No ato de nomeação, “as categorias enraizadas nas divisões objetivas do espaço social emergem como entidades ativas” (Wacquant, 2013, p. 90). Mudando seu nome, é possível que os responsáveis quisessem instituir, mais claramente, a vocação e os objetivos da escola, de modo que ela própria se tornasse mais eficaz no que dizia respeito às suas pretensões formativas.

As mudanças de nomes tentavam acompanhar a própria expectativa dos estudantes por receberem uma formação profissionalizante, qualificação laboral e/ou

algumas habilidades associadas ao empreendedorismo. As instituições educativas como o CMEP Florestan Fernandes acolhiam um anseio mais ou menos generalizado, gestado entre anos 2004 e 2014, de acesso à educação formal. O interesse pela educação formal, suscitado e favorecido tanto pelas melhorias materiais quanto pela ampliação da oferta educacional entre 2004 e 2014, manteve-se presente, ainda que sem as condições tão favoráveis, durante os anos posteriores. Assim, era possível encontrar, em Alvorada, muitas pessoas interessadas no projeto de “terminar os estudos”, “qualificar-se”, “conquistar um diploma”, assim como iniciativas, projetos e políticas públicas que buscavam contemplar – e seguir desdobrando – esse desejo. No próximo tópico, caracterizo um pouco mais o processo de ampliação da oferta educacional que ocorreu durante as primeiras décadas dos anos 2000 no Brasil e os projetos formativos formais e não formais que existiam em Alvorada entre 2017 e 2019.

#### **4.1 A ampliação da oferta (e da demanda) educacional no Brasil**

A reabertura do CMEP Florestan Fernandes e a ênfase do governo municipal na ampliação dos espaços educacionais estão inseridos num processo mais amplo de extensão, criação e fortalecimento de iniciativas de escolarização no Brasil e em Alvorada. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2013, o Brasil encabeçou o grupo de países que destinou “maior parte do investimento público total para a educação, com 18,1% de participação”. Segundo a OCDE, a parcela do investimento público total destinada à educação no Brasil cresceu 7,6 pontos percentuais no período de 2000 a 2010<sup>46</sup>. Até 2015, esta tendência se manteve, porém, a partir desse ano o investimento começou a diminuir, caindo 56% entre 2014 e 2018<sup>47</sup>. Apesar da queda nos investimentos públicos a partir de 2014, em nível nacional, o aumento geral da escolarização dos brasileiros se expressou da seguinte maneira, segundo o IBGE:

No período de 2007 a 2014 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população. (...) O nível de instrução cresceu de 2007 para 2014, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11

---

<sup>46</sup> <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/48631582.pdf>

<sup>47</sup> <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>

anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%.

Além disso, o percentual da população brasileira de 25 a 64 anos de idade com ensino superior completo passou de 8,9% em 2005 para 14,7% em 2015 (IBGE)<sup>48</sup>. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade cresceu de 6,5 (2005) para 7,9 anos de estudo completos (2015), de acordo com o IBGE. Em Alvorada, os índices de escolaridade também aumentaram ao longo das décadas. Em 1991, 66% da população tinha o Ensino Fundamental incompleto; em 2010, essa taxa foi de 42%. Além disso, o município registrou um aumento de pessoas formadas no Ensino Médio, passando de 7,8% (1991) para 27,1% (2010), segundo a plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Para termos uma medida de comparação com as unidades geográficas mais próximas, em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade no município de Porto Alegre, 57,76% possuíam o ensino médio completo. No Rio Grande do Sul esse percentual era de 35,43% em 2010 (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e Ensino Superior completo na cidade de Alvorada também cresceu, indo de 0,5% em 1991 e 1,4% no ano 2000 para 2,9% em 2010. Em 2010, em Porto Alegre, essa taxa era de 25%. No Rio Grande do Sul, em 2017, esse percentual foi de 14,47% (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

O crescimento geral da escolarização dos alvoradenses foi acompanhado por novos projetos de engajamento com o conhecimento, fosse em instituições formalizadas ou não. No nível local, há alguns anos pululavam iniciativas educacionais de perfis diversos, que vinham colocando em circulação o convite para “retomar os estudos”, “transformar a vida através da educação” ou, simplesmente, “qualificar-se”. Tais iniciativas acolhiam o interesse das pessoas em estudar e também estimulavam essa alternativa como um caminho viável e interessante para a realização de seus anseios. A ênfase na importância da educação e o estímulo à retomada dos estudos eram pontos relevantes no discurso de políticos e gestores da cidade, mas também eram enfatizadas pelas próprias pessoas, uma vez que – como expressam os índices que apresentei nos parágrafos anteriores – Alvorada possui uma população adulta ainda pouco escolarizada. Por conta disso, engajar-se com um projeto educativo, do ponto de vista das trajetórias pessoais, significava uma “conquista” importante.

---

<sup>48</sup> <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

Por outro lado, muitos espaços educativos haviam sido inaugurados nos últimos anos, tornando-se focos de esforços de construção e fortalecimento por parte de coletivos auto organizados ou do poder municipal. Em 2017, por exemplo, foi inaugurado o primeiro cursinho pré-vestibular popular de Alvorada, chamado Minervino de Oliveira<sup>49</sup>. Alguns anos depois, a cidade já contava com dois cursos gratuitos e organizados voluntariamente por professores que preparavam os estudantes para os exames de ingresso no Ensino Superior. Em 2013, começou a funcionar em Alvorada um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul<sup>50</sup>, oferecendo cursos técnicos (alguns integrados ao Ensino Médio, ao Proeja e ao Pronatec<sup>51</sup>), cursos superiores e uma pós-graduação. Em 2018, iniciaram-se as atividades do Centro da Juventude, que oferecia cursos e oficinas profissionalizantes para jovens de 14 a 21 anos<sup>52</sup>. Além disso, muitas universidades privadas que ofereciam cursos à distância abriram polos presenciais no município<sup>53</sup>. Boa parte da expansão das vagas de Ensino Superior durante os anos 2004-2014 se deu no setor privado. Segundo Saviani (2010), em 1996, existiam 922 instituições de nível superior no Brasil, sendo 23% delas públicas e 77% privadas. Em quantidade de alunos matriculados, no mesmo ano, de um total de 1.868.529, 39% estavam matriculados em universidades públicas e 60% em privadas. Em 2005, o número total de instituições se elevou para 2.165 – 10, 7% públicas e 89,3% privadas. Do total de alunos, nesse ano, 4.453.156 – um aumento de quase duas vezes e meia em relação ao alunado de 1996 –, 26,77% estavam em universidades públicas e 73,23% em privadas. O autor ainda observa que:

---

<sup>49</sup> “Professores se unem para formar cursinho pré-vestibular em Alvorada”: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2017/04/professores-se-unem-para-formar-cursinho-pre-vestibular-em-alvorada-9780279.html>

<sup>50</sup> Inicialmente, funcionou nas instalações do CMEP Florestan Fernandes e, a partir de 2016, numa sede própria no bairro Umbu. Consultar: <https://ifrs.edu.br/alvorada/institucional/historico/>

<sup>51</sup> O Proeja é um programa de integração do ensino profissional aos cursos de Educação de Jovens Adultos. Aquelas pessoas que cursavam o EJA poderiam, assim, realizar um curso técnico em concomitância com as aulas regulares. Já o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – é um programa do Governo Federal brasileiro criado com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de grau técnico e de formação inicial e continuada, em instituições privadas e públicas de ensino técnico. O objetivo do programa foi expandir o acesso de trabalhadores, jovens e beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família à educação profissional.

<sup>52</sup> As atividades do Centro da Juventude serão o foco de análise do sexto capítulo desta tese.

<sup>53</sup> As seguintes universidades ofereciam cursos à distância e possuíam sede ou polo presencial em Alvorada (em 2021): UNINTER, UniCesumar, Graduatec, UNIP, Uniasselvi e Estácio de Sá. A universidade particular Anhanguera possui uma “unidade parceira” no município, no Colégio Êxito. Essas são as instituições que oferecem cursos de Ensino Superior na cidade (a maioria em regime à distância), além do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Boa parte dos alvoradenses que cursam Ensino Superior, no entanto, ainda o fazem fora do município, em cidades como Porto Alegre e Canoas.

Em 2007, primeiro ano do segundo mandato do governo Lula, o percentual dos alunos nas instituições públicas continuou caindo tendo chegado a 25,42% em contraste com o número das instituições privadas que passou para 74,58% atingindo, portanto, dois terços do alunado. (Saviani, 2010, p. 14)

As universidades e centros universitários privados fizeram parte da estratégia de expansão do ensino superior no Brasil que iniciou nos anos 1990 e perdurou nos anos 2000 (Saviani, 2010). Assim, a oferta educativa superior em cidades como Alvorada aumentou nesse período, ampliando as possibilidades dos moradores em acessar um curso superior, ainda que de menor qualidade se comparado aos estabelecimentos públicos. O chamariz do Ensino Superior dinamizava a busca de instrução em todos níveis, nas modalidades formais e não formais, além de um interesse no acesso ao conhecimento em geral. Por isso, uma série de iniciativas educativas vinham aparecendo em Alvorada. Alguns coletivos políticos organizados – como a célula local do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – levaram adiante a construção de bibliotecas populares nos bairros de Alvorada<sup>54</sup>. Outros grupos, de composição mais heterogênea, passaram a oferecer voluntariamente aulas preparatórias para a realização dos exames do ENCCEJA<sup>55</sup>. Os cursos preparatórios serviam para que os jovens e adultos afastados das instituições de ensino pudessem revisar as matérias e estudar juntos para as provas, com a ajuda de professores.

Apesar das desigualdades de recursos e das diferenças nos objetivos e nas características dessas iniciativas, havia entre elas uma interpelação comum, sintetizada na frase que compõe o título deste capítulo: “mude o rumo da sua vida!”. Essa frase constava num outdoor que, na entrada da cidade, divulgava os cursos à distância do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de uma instituição com sede em Porto Alegre (imagem 1)<sup>56</sup>. Essa era uma interpelação constante tanto na publicidade dos cursos pagos quanto

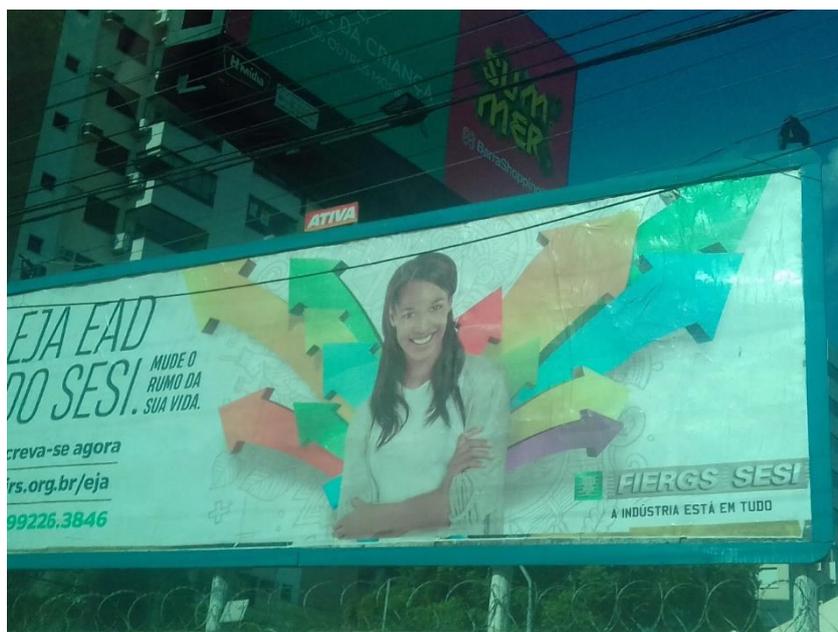
---

<sup>54</sup> Atualmente, são duas bibliotecas populares, a Biblioteca Popular Luis Carlos Solim, no loteamento Reprise 4, bairro Piratini e a Biblioteca Popular Alceu Barra, no loteamento Pró Morar.

<sup>55</sup> Desde 2002, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) concede certificados de conclusão de ensino fundamental e de ensino médio para quem não teve oportunidade de concluir os estudos na idade regular. As provas, de assistência voluntária e gratuita, são aplicadas uma vez por ano.

<sup>56</sup> A instituição que ofertava os cursos está ligada ao SESI, Serviço Social da Indústria, que é financiado pelos estabelecimentos industriais de cada região, enquadrados como tais pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Estes últimos são obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal para o financiamento da assistência social aos industriários e seus dependentes e para a montagem e custeio das escolas de aprendizagem, de acordo com leis estabelecidas ainda nos anos 1940. No caso da oferta de EJA para os trabalhadores das indústrias, o site do SESI-RS anuncia o seguinte: “A EJA do SESI na modalidade a distância foi pensada especialmente para o trabalhador, pois tem uma proposta flexível que permite ao aluno estudar onde, como e quando puder”. Além disso, apresenta o projeto como uma oportunidade para os empregadores qualificarem a mão-de-obra que tem a sua disposição.

na justificativa das iniciativas educacionais de outros tipos, administradas pelo Estado ou auto organizadas por iniciativa popular. Tratava-se, em resumo, de um chamado a reorientar ou, no limite, transformar radicalmente uma trajetória social dada através do engajamento com os espaços educativos e/ou escolares. Também estava em jogo – e a imagem do outdoor ilustra bem esse esforço – ampliar as alternativas laborais e formativas à disposição dos trabalhadores.



*Figura 3 – Outdoor anuncia Ensino de Jovens e Adultos à distância com o slogan “Mude o rumo da sua vida”. Imagem da autora.*

De acordo com o prefeito José Appolo, citado anteriormente, espaços de “formação profissional” como o Florestan Fernandes, além de estarem situados nesse campo de interpelação que apresentava a escolarização como meio para a transformação das trajetórias sociais, também tinham o objetivo de incrementar as possibilidades de inserção laboral. Ao longo do capítulo, buscarei demonstrar que o CMEP Florestan Fernandes se relacionava de maneira importante com o setor informal e precário da economia, promovendo ali promessas de melhorias das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, ao acolher as expectativas dos trabalhadores que buscavam seus cursos, a instituição terminava reconhecendo certa organização econômica caracterizada pela instabilidade, pela flexibilização das capacidades laborais e pela baixa produtividade dos empreendimentos. Para atingir tais efeitos, estes lugares movimentavam outros processos na vida das pessoas que recorriam a eles. A seguir, caracterizo o público que recorria às aulas de Colorimetria no CMEP Florestan Fernandes.

## **4.2 Donas de casa, assalariados e “massa marginal”: o público do CMEP Florestan Fernandes**

As aulas no CMEP Florestan Fernandes enchiam Rosa de alegria. Para ela, a assistência às aulas do Florestan esteve vinculada a uma abertura a espaços e contatos sociais aos quais não estava habituada. Ela buscava nesses lugares relações novas e o desenvolvimento de outras “aptidões”, depois dos anos de relativo encerro doméstico. Durante uma entrevista que realizei na sua casa, ela narrou da seguinte maneira as mudanças pessoais vinculadas a sua participação nas aulas do curso:

A primeira coisa que eu fiz depois que enluvei foi voltar a estudar. Terminei o Ensino Médio, lá em Vacaria. Depois eu comecei a fazer os cursos aqui. Nunca pensei que eu tivesse tantas aptidões. Fiz curso de informática e até voltei a trabalhar. Eu já tinha trabalhado numa loja de sapatos, quando eu era bem jovem. Depois que eu casei comecei a ficar em casa. Meu primeiro marido preferia que eu não trabalhasse. Me casei com dezesseis anos e com dezessete tive a minha única filha. Depois de dois anos, me separei e me juntei com meu segundo marido, que era dez anos mais velho que eu. Fiquei casada por vinte e oito anos, até enluvar. Meu segundo marido, esse sim que não queria nem ouvir falar de [eu] querer estudar! Antigamente era assim: quem mandava na mulher era o marido ou o pai. Hoje não... até a mulher tem que trabalhar, para dar uma boa educação ao filho, comprar as coisas.

Tendo que assistir seu marido, afetado pelo Mal de Alzheimer, Rosa viu sua rotina se restringir cada vez mais à casa e aos cuidados. Antes disso, porém, ela era capaz de disfrutar da rotina doméstica: “a pessoa tem que gostar do que faz, né? Eu gostava de cuidar das minhas plantinhas, da minha casa...”. Enquanto criava sua filha, ela costumava visitar uma amiga, que morava próximo à sua residência. Com essa amiga, aprendeu as técnicas de corte de cabelo. “Nós éramos muito amigas... criamos nossos filhos juntas”, contou. Na época, sentindo-se encorajada por ter aprendido técnicas de cabeleireira com sua amiga, ela começou a cortar o cabelo de familiares, vizinhos e conhecidos. Passado algum tempo, mudou-se com o marido para outro endereço, afastando-se da amiga que lhe introduzira em um novo ofício. Em alguns anos, seu companheiro adoeceu. Pressionada pelos compromissos urgentes que precisou assumir, Rosa deixou de oferecer aos amigos seus serviços como cabeleireira. Anos depois, frequentando as aulas do centro de educação profissional Florestan Fernandes, ela pôde não só reencontrar essa habilidade que cultivara em paralelo aos afazeres domésticos, mas também estabelecer contato com outras pessoas fora do seu círculo familiar e passar mais tempo fora de casa. Estando

numa cidade onde não tinha tantos contatos pessoais, ela se alegrava de conviver com os colegas: “vou sentir muita falta quando o curso acabar. Eu adoro vir aqui, conversar, passar a manhã... ajuda a passar o tempo, e ainda sai profissional! ”.

Quando eu cheguei à CMEP Florestan Fernandes em busca de lugares que oferecessem cursos profissionalizantes aos trabalhadores da cidade, as diretoras da instituição logo me recomendaram que visitasse a turma de Colorimetria I, segundo elas, uma das mais dinâmicas e bem integradas da escola. As aulas aconteciam semanalmente, às quartas-feiras pela manhã. Quem me apresentou à professora da turma foi Maura, que conduzia o curso de auxiliar administrativo<sup>57</sup>. Diante da professora Carine e da turma, Maura se referiu a mim como “uma pesquisadora da UFRGS interessada em conhecer o Florestan e nossas alunas empreendedoras”. Eu contei aos estudantes sobre o meu interesse de pesquisa: na época, meu foco ainda eram as trajetórias laborais de mulheres e as formas como buscavam espaços de formação a fim de reorientar suas trajetórias laborais. Todos me ouviram atentamente. Enquanto isso, ao fundo, Joel e Guilherme – os dois homens da turma – questionaram ironicamente: “só mulheres?! ”. Naquele momento, para tornar mais fluída a conversa com todos, tive que modificar rapidamente meu discurso. Admiti, um pouco constrangida, que me interessava a trajetória de ambos, homens e mulheres. De fato, ao longo do tempo, percebi que, apesar da maioria de mulheres nas aulas de “beleza e estética”, estes não eram espaços homoganeamente femininos. No fim das contas, a questão que me interessava – a reorientação das trajetórias laborais mediante o engajamento com espaços educativos – aparecia como uma problemática importante nas reflexões e nos esforços tanto dos homens quanto das mulheres. Valia a pena, portanto, ampliar o escopo da pesquisa.

Depois da interação inicial e das boas-vindas, fui tentando me ambientar e encontrar um lugar na rotina das aulas. As manhãs transcorriam entre muitas conversas, piadas e risadas, enquanto os alunos e as alunas se dedicavam a observar e, em seguida, replicar os procedimentos que a professora transmitia. Geralmente, as aulas ocorriam na seguinte ordem: primeiro, Carine demonstrava em que consistia a técnica que ensinaria

---

<sup>57</sup> Cheguei a participar de uma aula da turma de Auxiliar Administrativo e pude, inclusive, entrevistar os estudantes numa conversa coletiva. No entanto, nossa interação foi muito limitada, portanto, escolhi não utilizar as informações que obtive junto aos estudantes dessa turma. É possível dizer, no entanto, que, em comparação com as aulas de Colorimetria, havia uma ênfase maior, por parte da professora, sobre a necessidade de inserção no mercado laboral. Estava em jogo, nos exercícios propostos por ela e nos conteúdos compartilhados, incorporar certas posturas, técnicas e saberes que incrementariam a possibilidade dos estudantes de serem contratados por alguma empresa.

naquela ocasião. Alguns voluntários – amigos ou conhecidos dos estudantes e, com mais frequência, alguém da própria turma – se colocavam à disposição para a realização da prática do dia. Os estudantes observavam atentamente as instruções e os gestos da professora e, logo, repetiam os procedimentos nos cabelos de outro(a) voluntário(a). À medida em que eles iam testando o que haviam aprendido, a professora atendia um a um, para reforçar alguns conceitos e supervisionar a aplicação das técnicas.



*Figura 2 - Colegas ajudando uns aos outros durante as práticas.*

Enquanto manipulavam com cuidado os cabelos uns dos outros, os estudantes também observavam as características dos cosméticos em uso, trocavam dicas sobre utensílios e marcas de produtos, emprestavam-se objetos. Entregues, por algumas horas, àquele universo onde os temas de conversa giravam em torno dos tipos de cabelo, dos produtos químicos e das técnicas de coloração, eles iam se distraindo dos demais compromissos que tinham fora da escola. Em meio aos temas da aula, conversavam também sobre a família, o dia a dia e contavam piadas. Todos ali apreciavam fortemente tudo aquilo que envolvesse “mexer nos cabelos”: pentear, alisar, cachear, cortar e/ou pintar. Enquanto as atividades se desenvolviam, alguns vinham conversar comigo para contar suas histórias. Aos poucos fui conhecendo algo da rotina de cada um, assim como os anseios que projetavam nas aulas e o que os mantinha mobilizados ali. Algumas histórias se assemelhavam a de Rosa: mulheres que, depois de criar os filhos e cuidar da

casa durante vários anos, viram nos cursos oferecidos pelo CMEP Florestan Fernandes uma oportunidade de se dedicar a alguma atividade exterior ao âmbito doméstico. Além disso, as animava a ideia de poder “ganhar uma renda extra” ou, então, aprender um ofício para simplesmente “não ficar parada” e “ocupar a cabeça”. Era o caso de Cristiane, que me relatou o seguinte:

Eu cheguei a trabalhar oito anos de carteira assinada, mas isso foi antes de ter meus filhos. Eles são gêmeos. Então, ao invés de trabalhar para pagar uma creche para os dois, eu resolvi ficar em casa. Mas eu nunca consegui ficar parada. Sempre vendi Avon<sup>58</sup>, fiz crochê, artesanato. É bom para manter a cabeça ocupada e ganhar uma renda extra. A gente vai tentando tudo... se não tem ali, vai aqui. Faz doze anos que eu tenho um salão de manicure, agora faz um ano que comecei o curso de cabeleireiro. Pretendo abrir um salão de beleza em casa.

Cristiane também apreciava bastante vir conversar com os colegas nas manhãs de quarta-feira. Para ela, da mesma maneira que para Rosa, a assistência às aulas se configurava como uma oportunidade para sair de casa e tomar contato com outras pessoas, uma vez que tinha desenvolvido nos últimos anos uma “síndrome de pânico” que a impedia de andar sozinha na rua. Por isso, contava com a companhia do marido para ir e voltar das aulas. Apesar dessa restrição, ela considerava um avanço conseguir participar do curso e poder conversar com os colegas, o que lhe ajudava a superar o medo de circular em ambientes que não fossem sua própria casa.

---

<sup>58</sup> A Avon é uma empresa que produz e comercializa cosméticos. Na etapa da comercialização, a venda é feita a partir do trabalho de revendedoras, que distribuem folhetos, oferecem os produtos de casa em casa ou entre seus conhecidos, familiares, etc. Essa modalidade de venda funciona como uma forma de acesso à renda a muitas mulheres, que têm a atividade como fonte principal de remuneração ou como complemento ao salário. Essa atividade não está restrita às mulheres de baixa renda ou trabalhadoras e é bastante presente no Brasil. Sobre o tema ver Abílio (2014).



*Figura 3 - Rosa prepara o cabelo de Cristiane com as tinturas.*

Eronilda era outra aluna que, assim como Rosa e Cristiane, se apresentara para mim como “dona de casa”. No entanto, depois de uma breve pausa ela reformulou a frase: “dona de casa e cabeleireira há 20 anos”. Além dessas duas ocupações, trabalhava como “cuidadora de crianças”, mas pretendia, a partir do próximo ano, dedicar-se “de vez” ao salão de beleza que ficava na sua residência e onde também oferecia serviços de manicure. Ter um “microssalão” – termo que algumas alunas utilizavam – era o índice de um passo importante na consolidação do ofício de cabeleireira. Assim, quem não tinha um “microssalão” instalado em casa, fazia – ou dizia fazer – planos para construí-lo. Fabi era uma das alunas que já tinham o seu. No entanto, não se dedicava apenas a essa atividade. Pelo contrário, se desempenhava em vários ofícios. Durante as aulas, Rosa ouvia atentamente as histórias que Fabi contava: sua rotina era extremamente agitada e suas “aptidões”, múltiplas. Ela não só era técnica de enfermagem na UTI Neonatal do hospital municipal de Alvorada – “eu nem durmo, venho virada para o curso”, dizia sobre seus plantões noturnos –, como também tinha um “salãozinho” relativamente exitoso nos fundos de casa, além de fazer “free” como tosadora de animais e vender roupas. Fabi era o tipo de pessoa que se interessava por muitas coisas e era capaz de realizar várias empreitadas ao mesmo tempo. Em decorrência disso, conquistou a admiração dos colegas. “Eu vim para fazer o curso de artesanato, daí já pulei para o de manicure.

Terminei ele, mas queria seguir e comecei este de Colorimetria”, contou. Associado a seus múltiplos talentos e interesses, havia mais um motivo que atraía a atenção das colegas, especialmente aquelas que se apresentavam como “donas de casa”. Fabi costumava contar histórias de lugares que visitava, os quais contrastavam com o dia-a-dia doméstico daquelas mulheres. Ela narrava anedotas e peripécias relacionadas ao hospital em que trabalhava, além de algumas aventuras transcorridas durante as viagens de ônibus que fazia à São Paulo para comprar roupas no bairro comercial do Brás. Rosa ouvia encantada aquelas histórias enquanto Fabi as desenvolvia:

É uma correria – dizia –, muita adrenalina. Chegamos lá às 2h da manhã e voltamos às 14h. Nesse meio tempo, nós corremos para lá e para cá, cheias de sacolas. Eu sempre faço amizades na viagem, é muito bom. Ajuda porque tu podes dividir as compras com a pessoa e, assim, fica tudo mais barato. De madrugada, estão as barraquinhas dos bolivianos e dos senegaleses, eles costumam de dia e vendem à noite. Depois, às 7h da manhã, eles vão embora e as lojas abrem.

O cosmopolitismo e o dinamismo das histórias de Fabi atraíam a atenção de Rosa que, como ela mesma confidenciou, conhecera apenas sua cidade natal até o momento de “enviuvar”: “depois eu conheci Alvorada e até Arroio do Sal<sup>59</sup>. Nunca tinha ido à praia. Gostei muito de lá”. Apesar da profissão de cabelereira ainda estar bastante associada ao universo feminino, de certa forma, a interação entre os/as colegas durante as aulas de Colorimetria I proporcionava situações que estremeciam a reiteração da estrutura de associações que costuma delegar para as mulheres as tarefas e os espaços relativos à domesticidade e ao privado. Neste ponto, há um pequeno desvio que não deixa de ser destacado: Eronilda, por exemplo, fez questão de mencionar que era “cabeleireira há 20 anos”, além de ser dona de casa. Mesmo que o espaço das aulas mobilizasse elementos e atributos associados ao feminino (cuidado com os cabelos, com a beleza, com a higiene, etc), o intercâmbio entre os/as estudantes podia ser capaz de interromper, por alguns momentos, a atualização daquele “sistema de oposições fundamentais” (Bourdieu, 1995) que contrasta “masculino e feminino” através de pares como interior/exterior e casa, cuidado dos filhos/ trabalho assalariado. Como argumenta Bourdieu (1995), a reiteração da “dominação masculina” ocorre também no momento em que as mulheres apreciam as atividades e os atributos legados a elas, “dando assim a aparência de um fundamento natural a uma identidade que lhes foi socialmente imposta” (p. 141). Rosa não deixava,

---

<sup>59</sup> Arroio do Sal é um balneário localizado na costa atlântica do Rio do Grande do Sul.

por isso, de disfrutar sua rotina com as plantas, a cozinha e a criação dos filhos. Isto ocorre uma vez que

A eficácia simbólica do preconceito desfavorável socialmente instituído na ordem social deve-se, na verdade, em grande parte ao fato de que ele mesmo produz sua própria confirmação, ao atuar como *self-fulfilling prophecy*, pela mediação do amor fati que leva as vítimas a se dedicarem e se devotarem ao destino ao qual estão de qualquer modo socialmente destinadas. (Bourdieu, 1995, p. 141)



Figura 4 - Fabi conta histórias às colegas durante a aula.

Em razão disso, a provocação da imaginação e os deslocamentos de desejo que ocorriam durante as aulas – diante de uma história das aventuras de Fabi, por exemplo, e os assuntos que essas narrativas suscitavam – eram capazes de desatar brevemente o nexo entre os interesses de Rosa e o lugar social que lhe era atribuído (o de, enquanto mulher, dona de casa). É claro que, como lembra Bourdieu (1995, p. 156), “com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a fronteira [que associa as mulheres ao interior, ao doméstico e ao privado] deslocou-se, sem se anular, pois que setores protegidos constituíram-se no interior do mundo do trabalho”. Isto é verdade para o caso dessas mulheres, uma vez que acabam ocupando um tipo de ofício essencialmente associado aos atributos femininos. No entanto, veremos que, no marco do agenciamento coletivo de desejo, elas também experimentavam situações que dissolviam essas dicotomias, porque

tinham o poder de borrar por alguns instantes a naturalização do seu próprio desejo (isto é, sua tendência a “gostar” de determinadas tarefas em detrimento de outras). Se é verdade que, no fim do processo, as divisões que atribuem às mulheres tarefas determinadas (associadas ao privado, à beleza, à higiene, etc) ainda se mantinham, quando se trata da mobilização do desejo, *enquanto* o agenciamento estava em ação, as mulheres são convidadas a ocupar outros lugares, bastante distantes dessas divisões.

Em outro nível de mobilização, o afã de Gabi de se dedicar a vários ofícios e desenvolver múltiplas habilidades se relacionava à necessidade de manter-se flexível e recursiva para enfrentar a competição no mercado laboral precário e informal – o qual, no caso de Gabi, se tornara uma alternativa para complementar o próprio salário de enfermeira. As expectativas de Dona Isamar, que também veio conversar comigo durante uma das aulas, apontavam nesse sentido:

Temos que ir fazendo tudo, né? – ela disse – Ir inovando sempre. Eu já fiz costura, reformas em geral, conserva, comida congelada, já fiz vários cursos aqui na Florestan e vou continuar fazendo. Tem que tocar o barco. Estou desde o ano passado fazendo entrevistas para conseguir emprego, mas é difícil pela idade e pela falta de estudos. Tenho experiência em tudo: metalúrgica, doméstica, limpeza, shopping, padaria, em tudo eu já trabalhei. Mas eles pedem no mínimo um ano de carteira assinada e eu não tenho. Uma vez trabalhei por oito anos numa casa e a mulher nunca assinou a minha carteira...”

A recursividade dos trabalhadores mais pobres no que diz respeito aos empreendimentos econômicos e às estratégias de geração de renda, assim como sua disponibilidade a aprender novos ofícios, revelava uma recorrência no que diz respeito ao tipo de ocupação a que essas pessoas tem a possibilidade de se dedicar ao longo da vida. É importante considerar a dimensão estrutural dessas possibilidades no momento de avaliar tanto as estratégias econômicas quanto o tipo de formação profissional oferecida a eles em espaços educativos como o Florestan Fernandes. No próximo tópico, apresento brevemente as categorias de “marginalidade econômica” e “massa marginal”, noções que ajudarão a compreender tanto a disposição dessas pessoas que chegavam ao CMEP com a perspectiva de adquirir novas habilidades, quanto a situação crônica de subemprego ou desemprego que as levava a buscar constantemente tais alternativas.

#### **4.2.1 O conceito de marginalidade econômica e os objetivos da gestão estatal diante da “massa marginal”**

Uma parcela considerável das pessoas que recorriam ao Florestan para realizar os cursos oferecidos – como a dona Isamar – estavam inseridas naquele setor da força de trabalho que alguns teóricos, nos anos 1970, nomearam "massa marginal" (Nun, 1969, 1999). Em outras palavras, constituem a fração da população que ocupa o "polo marginal" da estrutura socioeconômica dos países latino-americanos (Quijano, 2014)<sup>60</sup>. De acordo com este enfoque,

durante a etapa do capitalismo monopólico – e especialmente nos países da América Latina –, uma parte da força de trabalho desempregada ou subempregada podia deixar de cumprir a função de exército industrial de reserva<sup>61</sup>, transformando-se em ‘massa marginal’, isto é, em uma população excedente e prescindível aos processos *dominantes* de acumulação capitalística. (Salvia, 2007, s/n, grifo meu)

Afetada pelo desemprego ou pelo subemprego crônico, esta fração da força de trabalho não é absorvida pelos setores dominantes da economia, os quais demandam uma quantidade limitada de mão-de-obra para desenvolver suas atividades, além de exigirem uma qualificação cada vez mais especializada. Na estrutura fragmentada do mercado de trabalho nos países de capitalismo dependente, a população que ocupa o “polo marginal” da estrutura socioeconômica

Não constitui mais uma ‘reserva’ para [os] níveis hegemônicos da produção industrial, mas uma mão-de-obra excluída que, conforme as transformações na composição técnica do capital avançam, perde de forma permanente e não transitória a possibilidade de ser absorvida nestes níveis hegemônicos de produção e, sobretudo, na produção urbano-industrial que tem a hegemonia dentro da economia global. Ou seja, os setores e níveis “de ponta” – como se diz hoje em dia – do regime de produção capitalista, não requerem de uma vasta massa de trabalho disponível para as finalidades específicas de expansão da produção. Essa mão de obra, portanto, não constitui mais a ‘alavanca’ ou a

---

<sup>60</sup> Salvia (2007) alerta que, no marco desta abordagem teórica, o uso do termo “marginal” se refere ao conjunto das relações sociais de produção e não às pessoas ou aos agentes que se veem afetados pelas relações em questão: “no caso da marginalidade econômica, o sentido do conceito se encontra na teoria marxista, ao passo que a categoria de referência não são as pessoas mas as relações sociais de produção e, portanto, a noção se aplica por extensão ao conjunto das relações de produção marginais em relação ao modelo de acumulação dominante na fase monopólica do capitalismo” (2007, s/n).

<sup>61</sup> Na teoria marxista, “exército industrial de reserva” denomina o setor da população trabalhadora que, em um determinado momento da acumulação capitalista, torna-se excessivo para as necessidades médias de exploração do capital, ou seja, uma população trabalhadora remanescente ou sobrança que, no entanto, ao permanecer como mão-de-obra industrial disponível, força a diminuição dos salários dos operários em atividade. A mão-de-obra marginal não cumpre com a função de exército industrial de reserva para o setor dominante da economia, uma vez que sua qualificação não é suficiente para empregar-se nos setores econômicos dominantes. Por outro lado, com os avanços tecnológicos dos meios de produção, os níveis econômicos “de ponta” dispensaram, de forma permanente, o uso de grandes quantidades de força de trabalho para realizar suas atividades.

‘condição de vida’ do regime de produção na sua fase atual. (Quijano, 2014, p. 158)

Desta maneira, se produz um setor crescente de mão de obra que, em relação às necessidades de emprego dos níveis hegemônicos de atividade econômica, é “sobrante”; em relação aos níveis intermediários, organizados sob modalidade competitiva e, logo, marcados pela instabilidade permanente das suas empresas mais frágeis, e em relação a suas ocupações periféricas, é uma mão-de-obra “flutuante”, “pois tem que estar, intermitentemente, empregada ou desempregada, segundo as contingências que afetam este nível econômico” (Quijano, 2014, p. 153). Conseqüentemente, essa fração da força de trabalho não consegue escapar da tendência de tornar permanente seu refúgio compulsório nos papéis característicos do “polo marginal”, “onde flutua entre uma numerosa gama de ocupações e de relações de trabalho” (Quijano, 2014, p. 153). Neste sentido, argumenta Quijano, “a tendência principal dessa mão de obra é converter-se em marginal, diferenciar-se e estabelecer-se como tal dentro da economia” (Quijano, 2014, p. 153). Dada sua condição de força de trabalho marginal, pessoas como dona Isamar se encontram cronicamente inseridas nos circuitos de atividades informais de baixa produtividade, que incluem, também, o subemprego, o trabalho precário e as chamadas “economias de reciprocidade” (Quijano, 2014) no marco das quais ocorrem trocas não monetizadas de cuidados e serviços domésticos. Essa fração da população pode ocupar durante muito tempo este nível econômico, sem nunca chegar a empregar-se no setor formal ou participando dele apenas por períodos breves e intermitentes.

Mesmo nos períodos de crescimento econômico – situação que abordei no primeiro capítulo desta tese –, esses trabalhadores estão expostos a inconstâncias laborais, ao passo que, diante das crises, costumam ser os mais afetados. Por isso, segundo Cingolani (2009), a categoria de população “excedente” se mostra extremamente potente para descrever a situação contemporânea, na medida em que explicaria as tensões e desigualdades em sociedades cuja estrutura produtiva se modificou, dispensando permanentemente uma quantidade importante de mão-de-obra.

Uma das contribuições dos debates em torno da “marginalidade econômica” foi chamar atenção para o fenômeno da “necessidade de a-funcionalizar os excedentes de população a fim de evitar que se tornassem disfuncionais” (Nun, 1999 *apud* Delfino, 2012, p. 27). Isto é, uma vez que grandes contingentes da população não são diretamente funcionais para os processos de acumulação hegemônicos, surge o problema, para os

grupos dirigentes, de "manejar a dimensão excedentária das populações" em direção a um estado a-funcional, "para que não se transforme em disfuncional" (Delfino, 2012, p. 31). Por isso, o Estado costuma dispensar a essa população um "tratamento social, assistencial ou, inclusive, mediante formas policiais ou militares" de modo a evitar que elas se tornem disfuncionais para a reprodução do regime de acumulação capitalista vigente. Quijano (2014), por outro lado, pondera que, ao contrário do que sugerem algumas abordagens da "marginalidade econômica", essas populações não são dispensáveis para os setores capitalísticos dominantes, uma vez que elas ocupam "espaços econômicos, sociais e políticos deixados vazios" por tais setores (Salvia, 2007, s/n). Os grupos que se encontram no "polo marginal" da estrutura socioeconômica trabalham em atividades domésticas para as classes altas e médias (desempenhando atividades de limpeza, cuidado, vigilância, etc.), além de atenderem os setores de baixos ingressos, entre os quais eles mesmos se encontram, fornecendo alimentação, vestimenta, serviços e comércio a preços mais acessíveis e tornando, assim, menos custosa a reprodução dos meios de vida entre essa população. Soma-se a isso o fato de que a mais-valia produzida nos setores intermediários – onde a massa marginal é tomada como mão-de-obra "flutuante" –, os dividendos do consumo desse setor marginal, assim como suas poupanças e movimentações de dinheiro são constantemente transferidos, via mecanismos financeiros (pagamento de juros, depósitos bancários, poupanças, etc.) para os setores econômicos dominantes (Quijano, 2014). A "massa marginal", portanto, não é completamente dispensável para os setores dominantes da economia, uma vez que cumpre funções específicas no marco da estrutura produtiva.

Neste contexto, dois objetivos estão colocados à gestão estatal diante da "marginalidade econômica": em primeiro lugar, como argumentei, tornar a-funcional a população "excedente", isto é, aquela parcela da força de trabalho não mobilizada diretamente pelos setores produtivos dominantes. Em segundo lugar, deve contribuir a mantê-la ativa nos circuitos econômicos que tornam menos custosa a reprodução dos meios de vida entre os setores de baixos ingressos. Tendo em vista as determinações que atingem tanto a "massa marginal" quanto a ação estatal frente a ela, podemos compreender, por um lado, a afluência dessas pessoas ao CMEP Florestan Fernandes e, por outro lado, o efeito político-administrativo da existência deste último. Ao mesmo tempo em que qualifica essas pessoas para novas atividades que podem servir aos circuitos que atendem a baixos custos o próprio setor marginal da força de trabalho, o

Florestan reconhece a existência dos seus projetos econômicos, legitima a organização precária dessas atividades e acolhe politicamente suas demandas por um incremento da escolarização e da qualificação profissional. Para Salvia (2007), o reconhecimento político das formas organizativas do setor marginal da economia faz parte dos esforços estatais por evitar sua desfuncionalização em relação à manutenção dos processos de acumulação de capital, isto é, diz respeito aos investimentos administrativos destinados a impedir que as reivindicações de uma “população excedente e prescindível” para a reprodução dos setores dominantes do regime de acumulação transbordem os limites deste mesmo regime e do sistema de dominação em uma formação social concreta.

Enquanto reconhece e incrementa a capacidade dessas pessoas de gerar uma pequena renda para si e suas famílias, o CMEP Florestan Fernandes também – sendo parte de uma rede de instituições mais ampla – mobiliza aquelas promessas de uma melhor inserção laboral e um aumento da renda através da qualificação profissional. Isso tudo ocorre, no entanto, sem mudar drasticamente a condição marginal da organização econômica em questão e suas características: a baixa produtividade, os recursos escassos e a instabilidade crônica dessas atividades. Pelo contrário, trata-se, em parte, de um processo de legitimação, assistência e abertura de espaços de reprodução para as atividades informais e precárias características da organização econômica no polo marginal.

Todo esse rodeio pela condição estrutural que sustenta a afluência de estudantes nos cursos do Florestan não exclui do panorama a questão do desejo. Pelo contrário: os anseios nutridos entre as pessoas que ocupam o “polo marginal” da economia são, também, o material desejante que é trabalhado nas salas de aulas e nas atividades do CMEP Florestan. Muitas vezes esse desejo já está funcionalizado, na forma de uma busca por diversificar as próprias habilidades visando as atividades informais a que as pessoas já se dedicam. No entanto, o desejo também prolifera em variadas direções, respondendo a outras associações – como no caso de Rosa – que excedem tal funcionalidade. Diante dessa proliferação, é preciso transformar desejos múltiplos e potencialmente disfuncionais em interesses funcionais ou, ao menos, a-funcionais em relação à manutenção do regime de acumulação vigente. Na segunda sessão deste capítulo mostrarei que este efeito é alcançado – ao menos temporariamente – mediante a passagem de um agenciamento de desejo a um equipamento de poder que captura e organiza os anseios do público-alvo do Florestan de acordo com os objetivos do êxito econômico e/ou

“profissional”. Antes disso, apresentarei a terceira categoria de estudantes que costumava frequentar as aulas de Colorimetria, os quais, ao lado das donas-de-casa e dos trabalhadores precários e informais, também fazia parte do público que recorria ao curso.

#### 4.2.2 “Fazer o que se gosta”

Havia um terceiro perfil de estudante que frequentava o curso de Colorimetria: mulheres e homens que já tinham um emprego formal, mas que estavam buscando mudar ou haviam recentemente mudado de ofício. Carla, uma mulher com cerca de 35 anos, abordou-me repentinamente durante uma aula, lançando um pequeno enigma: “olhando assim para mim... que profissão tu achas que eu tenho?” Depois de ouvir as histórias de Fabi eu arrisquei um palpite: “tu trabalhas na área da saúde?” “Só se for saúde mental – ela respondeu, rindo – Eu trabalho como segurança privado há doze anos”. Fiquei surpresa com a resposta e perguntei se, durante seus turnos, ela já havia se encontrado em alguma situação arriscada em que tenha sido necessário intervir. Ela confirmou: “sim, já peguei uma pessoa assaltando... tive que levar para a delegacia, foi aquele estresse. Mas eu nunca tive que atirar com o armamento, só nos cursos preparatórios”. “E tu tens planos de mudar de profissão?”, eu perguntei. Carla pensou um pouco e respondeu o seguinte: “Ah, é isso *aqui* que eu amo... o cheiro da química! – e deu risada – Por enquanto, não penso em deixar de ser segurança porque paga bem e é bom ter um salário. Mas com a idade a gente vê que não é só o dinheiro que importa. Tem outras coisas que importam: gostar do que faz, ser feliz... e é melhor fazer algo que deixe as pessoas bem, né?” , finalizou meditativa.

“Gostar do que faz” era o mote que animava a maioria dos alunos que tinham ou tiveram uma profissão mais estável. Camila, formada em Pedagogia, declarou o seguinte sobre o ofício que se dedicava a aprender: “essa é a minha paixão... eu sempre disse, desde pequena, que seria professora e cabelereira”. Sirley e Joel, por outro lado, são dois casos análogos em que uma interrupção na rotina de trabalho anterior – forçada, no primeiro caso, pela ocorrência de uma enfermidade laboral e, no segundo caso, pela descoberta de uma doença crônica – abriu a possibilidade de se dedicar a algo que se aproximasse mais do que consideravam ser seus próprios gostos e interesses. Sirley trabalhava como revisora numa fábrica de roupas: “de tanto subir e descer escadas, eu

rompi o ligamento do joelho esquerdo”, contou durante uma aula. Sem condições de seguir trabalhando e enquanto aguardava o pagamento da indenização que a empresa lhe devia, Sirley foi “fazer tudo que queria fazer antes, mas não podia por causa do trabalho”. Ela se matriculou no EJA Ensino Médio e começou a fazer os cursos do Florestan, já que “sempre gostou de estética e manicure”. Segundo ela, desenvolvera o gosto e a habilidade fazendo penteados em si mesma, nas irmãs e nas amigas.

Joel, por sua vez, trabalhou a vida inteira como “empreiteiro”, fazendo reformas e construções. Começou a trabalhar com doze anos junto ao seu pai, porém, há seis anos atrás levou “um susto”. Teve um infarto e descobriu um problema congênito no coração. Passou por uma cirurgia e o médico lhe recomendou que não trabalhasse mais em atividades que exigissem intenso esforço físico. Na época em que descobriu a doença cardíaca, sua esposa exercia a atividade de manicure num salão de beleza. A dona deste salão se dispôs a pagar-lhe um curso de barbeiro com a intenção de que Joel aprendesse o ofício e, em seguida, trabalhasse no seu salão de beleza. Joel realizou o curso e começou a desempenhar a nova profissão em Porto Alegre e em Alvorada. Ele comentou o seguinte sobre sua estreia na atividade: “eu me dei bem desde o início porque já tinha habilidade com trabalhos manuais”. Desde então, seguiu se dedicando a aprimorar técnicas, orientando-se especificamente para a “barbearia clássica”: “queria fazer algo em que eu pudesse estar sempre bem vestido – contou –, então eu fui para a barbearia clássica, que tem toda uma técnica, cuidados, tem que se vestir formalmente, porque não é qualquer barbearia”. Na turma de Colorimetria, Joel era um dos alunos que mais êxito tivera no campo dos cuidados estéticos. Depois de ter trabalhado em alguns salões, atender a domicílio e ter sua própria “microbarbearia” em casa, ele agora se preparava para abrir um salão próprio – em parceria com um sócio investidor – num novo endereço, em Alvorada. Sua especialidade era corte masculino e barbearia, mas quando o conheci estava aprendendo coloração e corte feminino no CMEP Florestan Fernandes.

O chamado a “gostar do que se faz” ou “fazer o que se gosta” que inspirou as escolhas destes estudantes não tem nada de arbitrário ou fortuito. Como lembra Lordon (2015), a *epithumogenia* neoliberal – isto é, a formação social do desejo no marco do projeto salarial neoliberal – busca instalar um novo regime de afetos entre as pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho para viver. O projeto salarial neoliberal é um projeto de encantamento e desfrute que propõe enriquecer a relação salarial através de afetos alegres intrínsecos. O primeiro “enriquecimento” da relação salarial, associado à

epithume capitalista de configuração fordista, consistiu em agregar aos afetos tristes do temor da fome os afetos alegres do acesso ampliado à mercadoria consumível. No entanto, havia limitações nesse enriquecimento: o temor era um afeto intrínseco, mas triste, e os afetos resultantes do consumo eram certamente alegres, mas extrínsecos. A *epithumogenia* neoliberal se propõe a ir além e produzir afetos alegres intrínsecos, ou seja, “intransitivos e já não dirigidos a objetos exteriores à atividade do trabalho assalariado (como os bens de consumo)” (Lordon, 2015, p. 70). Segundo Lordon:

É então a própria atividade o que deve ser reconstruído objetiva e imaginariamente como fonte de alegria imediata (...). Por isso a *epithumogenia* neoliberal se coloca como tarefa específica produzir a grande escala desejos que até então não existiam, ou que existiam somente em enclaves minoritários do capitalismo: desejos do trabalho feliz ou, para tomar diretamente seu próprio léxico, desejos de "crescimento pessoal" ou de "realização pessoal" no trabalho. (Lordon, 2015, p. 70)

A mobilização laboral pelos afetos alegres intrínsecos é uma interpelação que vai se alastrando e está direcionada – ao menos potencialmente – a todos os assalariados e donos de pequenos negócios. Escapa aos propósitos desta análise o mapeamento de como cada um dos estudantes formulou para si mesmo a necessidade não só de “fazer o que gosta”, mas também de buscar que essa atividade estimada pudesse se tornar uma fonte de renda. De qualquer forma, eles chegaram ao curso de Colorimetria com esse objetivo em mente – objetivo que os inspirava e mobilizava. Lugares como o CMEP Florestan parecem acolher e incentivar a disposição desses estudantes, que gira em torno do seguinte princípio: é preciso realizar-se no trabalho (“fazer o que se gosta” ou, ao menos, “gostar do que se faz”). No entanto, entre a abertura do desejo – perguntar-se pelo tipo de atividade que atrai – e sua funcionalização num projeto econômico, seja o assalariamento ou um pequeno negócio, existe uma distância. Para encurtar essa distância – isto é, tornar funcional o desejo segundo as necessidades de um empreendimento econômico – será preciso selecionar aqueles anseios e gestos que fazem sentido do ponto de vista da instalação exitosa de um projeto econômico. Será preciso, como apresentarei nos próximos tópicos, passar de um agenciamento de desejo para um equipamento de poder.

#### **4.3 Do agenciamento de desejo ao equipamento de poder**

As pessoas com quem pude conversar mais profundamente durante as aulas de Colorimetria demonstravam um forte apreço pelas técnicas relacionadas ao corte e à coloração capilar, pela manipulação dos químicos e também pelos gestos, cuidados e contatos que o ambiente do curso proporcionava. Além disso, para as donas de casa, como Rosa e Cristiane, eram igualmente importantes a proximidade com outras pessoas e as interações amistosas que faziam parte da dinâmica dos encontros de quarta-feira. O contexto fraternal propiciado pelo curso as atraía tanto quanto a aprendizagem de novas técnicas profissionais. Essas mulheres também apreciavam a oportunidade de aprender um ofício e, assim, “não ficar paradas”, “ocupar a cabeça” e eventualmente ganhar alguma renda extra. Da mesma forma que para outros estudantes, para elas estava em jogo “fazer algo que gostavam”. Outros estudantes eram movidos pela necessidade de diversificar as próprias habilidades, tanto para se manterem nos circuitos informais e precários associados ao polo marginal da economia como para perseguir a promessa de que, com a “qualificação” adequada, melhorariam sua situação laboral. O que sustentava a produção desses desejos entre os estudantes era um agenciamento composto de *matérias e substâncias de expressão* cuja organização permitia a enunciação e a experimentação de certas capacidades e possibilidades.



*Figura 5- Guilherme e Roberta conversam enquanto ele lava os cabelos de Fabi.*



*Figura 6 - Carla lava os cabelos da professora Carine.*

Para Guattari, um “agenciamento coletivo de enunciação” incide sobre as produções semióticas<sup>62</sup> e subjetivas reorganizando os “contextos de universo”, ou seja, as constelações de registros de referência postos em questão em uma situação determinada (Guattari, 1984, p.5). Este tipo de agenciamento descreve a tentativa provisória de circunscrição de um plano de realidade no qual certos elementos ganharão existência em função das possibilidades que, neles, se tratará de explorar. O agenciamento é “coletivo” porque nele “participam componentes heterogêneos (...) de ordem biológica, social, maquínica, gnosiológica”, etc. (Guattari; Rolnik, 2006, p. 365a). Apesar de sua diversidade, tais elementos são mobilizados em conjunto – ou seja, são mutuamente referenciados –para desencadear processos de subjetivação nos quais “certas ações, pensamentos e afetos são sugeridos, capacitados, solicitados, incitados, encorajados ou impedidos em detrimento de outros” (Lazzarato, 2014, p. 32). Segundo Guattari, “poderíamos dizer que se existe uma linha de conteúdo (significado) e uma linha de expressão que se articula a ela, isto será um agenciamento” (Guattari, 1981, p. 3).

---

<sup>62</sup> Guattari propõe uma noção ampliada de “semiótica” que transcende o campo da linguagem para abarcar tudo aquilo que é necessário mobilizar no momento de definir o sentido de uma ação. Sendo assim, existem semióticas operando tanto do lado do que na linguística se denomina significante quanto do lado do significado.

Das indicações oferecidas por Guattari, podemos depreender que os componentes heterogêneos constitutivos de um agenciamento se dividem em dois grupos: linhas de conteúdo e linhas de expressão, que o autor também denomina, respectivamente, *matérias e substâncias de expressão*. É a organização singular de matérias e substâncias de expressão no marco de um agenciamento específico o que produz e sustenta determinados desejos e enunciados, contemplando, inclusive, a mobilização dos corpos e dos territórios. O que distingue matérias e substâncias de expressão não é seu conteúdo, mas a relação estabelecida entre elas. Um elemento que joga um papel de matéria de expressão em um agenciamento pode se converter em substância de expressão em outro. As matérias de expressão são relativamente menos territorializadas que as substâncias de expressão e comportam três tipos de semióticas: 1) semióticas a-significantes (fluxos materiais – dinheiro, capital; energéticos – eletricidade, ondas mecânicas, ondas eletromagnéticas, cadeias químicas; máquinas concretas – processadores de dados, equipamentos; máquinas abstratas/diagramas – planos que “programam” a conjunção de múltiplas semióticas e substâncias de expressão ao mesmo tempo, colocando-as em correspondência -- o que se poderia denominar tecnologias sociais ou dispositivos); 2) semióticas significantes (mitos, relatos, categorias de interpelação, conceitos de toda ordem) e 3) semióticas icônicas e pré-significantes (pinturas, fotografias, símbolos, gestos, etc.). No cruzamento das matérias e das substâncias de expressão se origina um mundo sensível, perceptível, que se sustenta mediante “relações de persistência”: “qualquer coisa persiste através deste tipo de semiotização que cria redundâncias” (Guattari, 1981, p.3).

Além do eixo horizontal que comporta os segmentos de conteúdo e de expressão, o agenciamento possui um eixo “vertical”, com, de uma parte, “lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam (Deleuze e Guattari, 1995, p.29). No agenciamento não está em jogo, portanto, o que as pessoas já são num diagrama de poder dado (mulheres, homens, trabalhadores, donas de casa, trabalhadores informais ou empreendedores), mas o que elas “podem ser”, isto é, o que o agenciamento sustenta como um conjunto de possíveis. No agenciamento, também os objetos se desfazem das suas características mais codificadas e vão desdobrando potências insuspeitadas: a química é amada na medida em que ampara um outro porvir, os cabelos são objeto de afeto junto e ao lado das amigadas, etc. O agenciamento possui vetores que desfazem e refazem o desejo por fora das intencionalidades do sujeito consciente, dissolvendo os processos de sujeição, cujo

resultado é a produção de sujeitos marcados pelas coordenadas da sua localização social. Assim, ao invés de pensarem e desejarem segundo as coordenadas sociais existentes (mulher, homem, trabalhador assalariado, dona de casa, empreendedor), no agenciamento, as pessoas são mobilizadas segundo capacidades e possibilidades ainda não completamente codificadas no campo social. “A sujeição produz e sujeita indivíduos, enquanto na servidão [maquinica] [in]divíduos se tornam individuais” (Lazzarato, 2014, p.29), decomponíveis, mobilizáveis em aspectos infra-individuais e ‘moleculares’”. A partir desses elementos moleculares, o desejo é maquinado no interior do agenciamento:

É o agenciamento e não o sujeito individuado que torna algo ou alguém desejável. Nunca se deseja apenas uma pessoa ou uma coisa, mas também os mundos e os possíveis que se sente neles. Desejar significa construir um agenciamento que desdobra os possíveis e mundos que uma coisa ou pessoa contém. (Guattari, 2013, p. 49)

As pessoas que frequentavam o curso, portanto, não apenas projetavam, a partir da sua intimidade, desejos e horizontes nas aulas de Colorimetria. Mais do que isso, era o agenciamento específico colocado em movimento nos encontros das quartas-feiras que sustentava a exploração de alguns possíveis. Por exemplo, para as donas de casa, circular socialmente e imaginar a partir daí um mundo de múltiplas aptidões por desenvolver e de lugares por descobrir; para os assalariados ou ex-assalariados “fazer o que gostavam”, exercitando a imaginação por fora dos constrangimentos inerentes às posições que ocuparam e/ou ocupavam no mercado de trabalho. Quando as pessoas desejavam o ofício de cabeleireira(o), desdobravam, ao mesmo tempo, todos “os possíveis e mundos” que essa atividade inaugurava, da maneira como ela se apresentava no agenciamento presente nas aulas de Colorimetria.

O agenciamento de desejo presente nas aulas de quarta-feira estava composto, assim, pelos elementos que listarei a seguir. A relação não é exaustiva, podendo sempre ser estendida ou, inclusive, transformada de acordo com o desenvolvimento do próprio agenciamento:

- a) Para as donas de casa, especialmente, o agenciamento em questão permitia o desdobramento de uma associação que ia da saída do relativo encerro doméstico à circulação por novos espaços, passando pela construção de laços de amizade para além do círculo familiar e pela experimentação ou desenvolvimento de novas e velhas “aptidões”, deixadas de lado durante os anos de dedicação aos filhos e à casa;

- b) Para quem já tinha ou teve uma profissão estável, o agenciamento sustentava a possibilidade de “fazer o que se gosta”, isto é, trocar os constrangimentos do regime salarial em determinadas condições (no caso de Sirley e Carla, respectivamente, no setor têxtil e no de segurança privada) por uma possibilidade de desenvolver o que consideravam ser seus próprios gostos e preferências. A pergunta pelo que “se gosta” mantinha em aberto a imaginação sobre si, ou seja, sobre o que constituía os caminhos existenciais que cada um pretendia seguir;
- c) O motivo abstrato da “inovação”, da “mudança” ou da “transformação” também era parte do agenciamento. O chamado a transformar a si mesmo, ao mesmo tempo que permitia às pessoas acoplarem a ele um conteúdo singular, também tinha como efeito, em determinadas condições associadas à situação estrutural da força de trabalho “marginal”, mantê-las flexíveis diante das exigências do mercado laboral formal e/ou informal/precário. “É preciso ir inovando sempre”, dizia Dona Isamar para expressar a necessidade de ter vários ofícios e, assim, aumentar suas possibilidades de ser empregada em algum posto de trabalho ou finalmente abrir um pequeno negócio exitoso.
- d) A construção do agenciamento também dependia de todos os elementos materiais, químicos, tecnológicos, gestuais, de cuidado, toques de diversos tipos, proximidades que a manipulação dos cabelos permitia, contatos com objetos e produtos. A influência desses elementos na composição do agenciamento ficou sintetizada na maneira como Carla recorreu ao “cheiro da química” para expressar o quanto estimava a atividade de cabelereira e, junto a ela, o que imaginava para seu presente e eventualmente para seu futuro (“fazer algo que gosta”, “fazer algo que faça bem para as pessoas”). Aqui, está em evidência aquela composição contingente entre “matérias” e “substâncias de expressão”: o que seria, em outro contexto, um conteúdo ou “matéria de expressão”, torna-se no agenciamento das aulas de quarta-feira “substância” de expressão. Como lembra Guattari, nos agenciamentos coletivos, “um ponto qualquer do rizoma poderá estar conectado a outro ponto qualquer” (Guattari, 2013, p. 207).

Na última parte do capítulo, tentarei responder à seguinte pergunta: como essa multiplicidade de elementos e associações em “rizoma” poderia ser tomada como matéria de composição de sujeitos aptos “profissionalmente”, isto é, capazes de levar adiante um

projeto econômico, mesmo nas condições precárias características do “polo marginal” da economia? Em primeiro lugar, é preciso dizer que, mais além de obter êxito na produção de sujeitos aptos para o exercício de atividades econômicas (salariais ou de autoempreendimento), nas salas de aula do Florestan “se fazia” efetivamente algo com esses desejos que o próprio centro de formação contribuía a produzir no marco do agenciamento cujos traços gerais eu caracterizei. A “qualificação” profissional, certamente, não era mandatária. A instituição CMEP Florestan Fernandes, apesar de exortar seus alunos a se identificarem como “empreendedores”, não possuía os meios materiais ou institucionais para coagir os participantes dos cursos a aderirem às posturas estritamente adequadas a certa disciplina “profissional”. De fato, este – que era o objetivo geral da “formação” oferecida pelo Florestan – sequer aparecia como um discurso explícito e frequente durante as aulas de Colorimetria. O que existia, na verdade, era um sutil movimento de sugestão horizontal entre os estudantes e entre estes e a professora, que paulatinamente instaurava o êxito profissional como objeto de desejo. Era dessa forma que o desejo ia deslizando do agenciamento em direção a um microequipamento de poder, que interrompia temporariamente as múltiplas composições associadas ao primeiro – aquelas que conectavam, por exemplo, a saída do encerro doméstico à possibilidade de circulação e às novas aptidões – em nome de objetivos novos e já codificados socialmente. Tal equipamento de poder determinava quais associações faziam ou não sentido de acordo com o objetivo de tornar-se um sujeito apto profissional e economicamente.



*Figura 7- Joel corta o cabelo de Guilherme.*



*Figura 8 - Cristiane e Rosa conversam enquanto Rosa cuida dos seus cabelos.*



*Figura 9- Eronilda cuida dos cabelos de sua amiga, que se apresentou como voluntária, aplicando tintura.*



*Figura 10 - Objetos e produtos em uso espalhados pela mesa.*



*Figura 11 - Uma ex-aluna do curso visita a turma com seu bebê recém-nascido.*



*Figura 12 - Joel e Cristiane fazem graça e Sirley dá risada.*



*Figura 13 - Conversas animadas durante as aulas.*



*Figura 14- Cristiane com um novo visual, depois de pintar, cortar e modelar o cabelo.*

#### 4.4 Micro equipamento de poder

No CMEP Florestan Fernandes, conviviam em um mesmo espaço microagenciamentos de desejo – cujas composições se desenvolviam em rizomas – e um microequipamento de poder. Enquanto o primeiro consistia numa “política de potência molecular, uma política de desestratificação social”, isto é, uma “micropolítica do desejo”, neste caso, aplicada a um conjunto micro social ou infraindividual, o segundo se caracterizava por ser uma política de poder molar, que “equipa, estratifica o *socius* e se sustenta sobre formações de poder”, neste caso, também aplicada a um conjunto micro social ou infra individual. A função do micro equipamento de poder é “recuperar as linhas de fuga do desejo social” e “implantar novos meios de controle” (Guattari, 2013, p. 122). Guattari argumenta que os agenciamentos coletivos de desejo “constituem a própria realidade do tecido social, mas são permanentemente mutilados, fracionados pelas funções de equipamento” (Guattari, 2013, p. 109).

Em cada um desses regimes de mobilização do desejo – o do equipamento e o do agenciamento –, as pessoas e os materiais são tomados segundo capacidades e possibilidades distintas. Guattari observa que quando passamos dos agenciamentos coletivos aos equipamentos, também transitamos de um regime de máquinas abstratas<sup>63</sup> para outro: “com os equipamentos, o conjunto das máquinas abstratas depende de um mando único – o Capital” (Guattari, 2013, p.93). Assim como ocorre no agenciamento coletivo, a matéria prima da função de equipamento também é o desejo das pessoas, “concretamente abordado através de mecanismos de captura e organização solidários com uma programação geral relativamente fechada que obtêm nos âmbitos da produção e da circulação de mercadorias seus critérios de ordenamento” (Moraes, 2019, p. 154-155).

Enquanto os agenciamentos desfazem as redundâncias dominantes e as estratificações dos poderes estabelecidos, os equipamentos tratam de “canalizar a criatividade [dos agenciamentos] sobre as territorialidades dominantes do sistema” (Guattari, 2013, p. 140). Assim, as linhas de fuga liberadas pelo agenciamento são, sem

---

<sup>63</sup> Por máquinas abstratas devemos entender os “processos de ideação e criatividade que se propõem explorar novas possibilidade de expressão nas variáveis físicas e semióticas disponíveis em cada lugar e momento” (Moraes, 2019, p. 154): “uma máquina abstrata [...] tem [...] um papel piloto [...] Não funciona para representar, ainda que seja algo de real, mas constrói uma realidade por vir, um novo tipo de realidade” (Deleuze e Guattari, 1995, p.29).

cessar, recuperadas, reterritorializadas, hierarquizadas, impotenciadas pelo equipamento. A economia libidinal resultante da passagem constante dos agenciamentos para os equipamentos se caracteriza como um movimento de gangorra entre “superfícies de estratificação e linhas de fuga” que converge para “mudar (um pouco) a vida” (Guattari, 2013, p. 133). A imbricação entre um microagenciamento e um microequipamento pode ser constante, mas quando o segundo investe o primeiro ocorrem “cortes” significativos. Um deles é a emergência da individualização da enunciação: o desejo, outrora sustentado por um agenciamento coletivo composto de elementos humanos e não humanos, passa a ser atributo do indivíduo, que deve arcar com o que imaginou para si e com os enunciados que um dia proferiu. Os possíveis maquinados pelo agenciamento, a partir de então, “giram no vazio” e subsistem, no equipamento, “em estado de virtualidade”: “desdobra[m] no vazio a possibilidade de outro agenciamento do mundo” (Guattari, 2013, p. 195). A seguir, apresento as dinâmicas que sustentavam a passagem de uma proliferação do desejo à vontade de “êxito profissional” e/ou econômico.

Os alunos mais exitosos, assim como a professora Carine, eram tomados pelo conjunto da turma de Colorimetria como exemplos a seguir e eram alvos da admiração dos/das colegas. Por isso, suas expressões de aprovação ou, ao contrário, de reprovação, suas risadas diante de atitudes encaradas como desajeitadas, seus elogios e as imagens que faziam circular do seu próprio triunfo iam criando um ambiente no qual o desejo podia se territorializar nos objetos do “sucesso profissional”, objetos mais circunscritos e codificados do que aquelas composições múltiplas que o agenciamento sustentava. A turma de Colorimetria mantinha um grupo de WhatsApp, no qual os estudantes compartilhavam entre si imagens de clientes bem atendidas e satisfeitas, cortes e colorações acertados (mostrando o contraste do “antes” e “depois”), bem como fotos dos seus “microssalões” e, eventualmente, alguma publicidade. Também eram comuns, neste grupo de conversas virtuais, mensagens de motivação que transmitiam alguma postura que se gostaria de incentivar entre os/as colegas. Essas mensagens ajudavam a criar não só o clima de companheirismo enquanto uma disposição adequada entre os parceiros de ofício, mas também a sensação de pertencimento a uma categoria profissional. Um exemplo destas mensagens é a seguinte: “vocês sabiam que incentivar um colega da mesma profissão não gera concorrência? Gera admiração!” De fato, no momento de equipar o desejo com os objetos do êxito profissional, o mais importante não é competir

com os companheiros, mas estimulá-los a perseguir um mesmo fim e a depositar seu desejo num ponto de aspiração comum.



*Figura 15 - Alguns alunos registram os procedimentos realizados por Joel para consulta posterior.*



*Figura 16- Professora Carine preparando os cabelos de Camila.*

Na sala de aula, assim como no grupo de WhatsApp, a professora falava dos seus clientes, dos seus cursos pagos, de situações engraçadas que ocorriam no seu salão, de quão requisitada ela era nos centros estéticos da cidade e de quão agitada era sua rotina profissional. Nessas ocasiões de conversa – tanto no aplicativo de mensagens quanto nas aulas – os estudantes e a professora narravam as anedotas relacionadas aos clientes, contavam quantos “cabelos” haviam sido “feitos” na semana, quantos atendimentos tinham agendado e quais haviam sido as últimas façanhas nos seus salões de beleza. Isso ia intensificando, em cada um dos estudantes, aquele desejo – mencionado no início do capítulo – de ter um “microsalão” de sucesso em casa, onde pudessem palpar a concretização do seu devir “profissional”. Sirley, por exemplo, projetava com sua irmã – que também cursava na mesma turma – a construção de um salão para as duas. Eronilda

se gabava da sua agitada clientela, embora os/as colegas notassem, em conversas paralelas, que ela exagerava um pouco a dimensão do movimento no seu negócio. Ela também fazia questão de enviar imagens dos cortes que realizava no grupo de WhatsApp. De certa forma, Eronilda havia contrariado – na opinião dos seus colegas mais destacados no ofício – alguma etiqueta profissional implícita, que estabelecia certa humildade como a postura mais adequada aos iniciantes. Rosa, por sua vez, titubeava diante da missão grandiosa que tinha pela frente:

Já estou cortando cabelo de novo, só que agora sou mais medrosa do que antes. Antes eu fazia qualquer corte, sem medo. Mas aos poucos eu vou pegando o jeito de novo. Achei que nunca ia voltar a fazer isso. Mas agora eu sei que vou realmente trabalhar de manicure e cabeleireira. Já tenho até meus equipamentos.

Rosa demonstrava certa ansiedade diante do próprio desejo de “ter um salão”: “nunca me imaginei fazendo isso... eu via minha amiga no salão dela, mas nunca pensei que ia me dedicar a isso, ter um salão. Já comprei várias coisas que vou precisar para o corte, para a manicure, vários produtos”. Ela já adquirira alguns itens necessários para botar em operação seu negócio, mas admitiu que talvez tenha exagerado nas compras e que teria sido melhor esperar os interessados agendarem algum corte ou manicure. Ela me mostrou os insumos que havia comprado, quando a visitei na sua casa: esmaltes, escovas, sprays, bolsas, um carrinho para depositar os instrumentos. Também contou que sua filha lhe havia presenteado um “banner”, para anunciar seus serviços na frente da residência, e cartões de apresentação, para distribuir como publicidade. Em meio aos preparativos, ela esperava os clientes aparecerem para poder, enfim, realizar seu trabalho:

Já coloquei o banner na frente da casa... vamos ver. Uma vizinha veio me dizer que estava sem tempo ultimamente, mas que agora vai passar aqui para fazer as unhas comigo. Semana que vem tenho uma cliente, uma colega de outro curso que eu fiz. Não sei... acho que quando eu voltar para Vacaria vou ter mais clientes, porque lá tenho mais conhecidos, né?

De certa forma, meu interesse nas “trajetórias laborais” dessas mulheres acabava reforçando, nas ocasiões em que as encontrava, o investimento nesse objeto de desejo que era o êxito profissional enquanto cabeleireira. Era nessa mútua interpelação, nem sempre consciente ou premeditada, que o desejo ia se cristalizando em torno do objetivo de “ter um salão (exitoso)”. O objetivo principal dessas interpelações e do esforço individual de cada estudante diante delas era compatibilizar o próprio desejo com a mobilização num

projeto econômico e, conseqüentemente, restringir aqueles anseios e trejeitos que não contribuam neste sentido.



*Figura 17- Rosa e Fernanda posam para a foto, em meio a uma conversa na sala de aula..*



*Figura 18 - Fernanda se prepara para cortar os cabelos de Rosa.*

Na passagem do agenciamento de desejo para o equipamento ocorre uma “tomada de poder” das semiologias significantes, as quais empreendem uma “dupla sobrecodificação” diante dos elementos do agenciamento: “[uma sobrecodificação] de poder no nível do conteúdo e lógico-axiomática no nível sintagmático” (Guattari, 2013, p. 164). Isto é, os planos “da expressão e do conteúdo” são devidamente separados, disciplinados e homogeneizados: se o agenciamento expressava os possíveis através da química, fazia dos cabelos e tesouras um objeto de amor, conectava a circulação em novos espaços à transformação da vida, etc., o equipamento, por sua vez, procederá por “cortes significantes” que formalizarão, de um lado e de outro, as linhas de conteúdo e as linhas de expressão. As buscas singulares tornam-se um conteúdo formalizado que será expresso num objetivo único e comum: tornar-se um(a) “profissional” ou desistir e voltar a ser o que se era antes. Nesta transformação, as tesouras e as químicas deixam de ser elementos que sustentavam outro porvir e passam a ser objetos e materiais manipuláveis pelos sujeitos, isto é, tornam-se verdadeiras ferramentas de trabalho; os toques e os gestos, componentes que sustentavam a imaginação de uma vida diferente daquela que se vivia deveriam tornar-se modos “profissionais” (ou, ao contrário, serem descartados como trejeitos “não profissionais”); as pessoas atendidas pelas cabeleireiras seguiam sendo suas amigas, mas se convocava a enxergá-las como potenciais “clientes”. “A matéria intensiva” trabalhada no agenciamento, antes mobilizada em semióticas variadas, “já não poderá se organizar livremente em rizoma” (Guattari, 2013, p. 242). Ao contrário, a partir de agora os componentes humanos e não humanos do agenciamento deverão “renunciar [às] conexões que se estabeleceriam por fora da ‘coerência’ das significações e das coordenadas dominantes” (Guattari, 2013, p. 171).

No entanto, antes da constituição de uma “máquina de fazer significações” – isto é, uma máquina que faz corresponder um conteúdo já disciplinado a um modo de expressão formalizado –, metabolismos semióticos não linguísticos trabalham essas substâncias no plano da expressão e no plano do conteúdo. Não é apenas no nível dos enunciados que se passa do agenciamento ao equipamento, mas também no nível de semióticas variadas que territorializam o desejo em pontos de subjetivação dominantes ou, ao contrário, impõem ao desejo velocidades relativas de desterritorialização – velocidades conformes aos critérios de ordenamento da produção e da circulação de mercadorias. Um dos componentes semióticos que permitem a passagem de um agenciamento a um equipamento é o que Guattari chama de “rostidades”: expressões,

gestos, etc., que podem tanto compor o primeiro quanto entrar na organização do segundo. Quando o equipamento está em ação, “para recentrar a multiplicidade dos pontos de significância, a rostidade deverá vinculá-las a constelações sobrecodificantes *invariantes* das quais será o centro” (Guattari, 2013, p. 242). Uma vez que todas as múltiplas associações tenham sido centralizadas, articuladas sobre um sistema de significação invariante – o “tornar-se um(a) profissional” –, corresponderá àquelas formações de poder que estão em posição de manifestar a “rostidade” do vértice que distribui o sentido a função de “pronunciar-se sobre o fato de saber se há ou não significação, se [algo] ocorre ou não” (Guattari, 2013, p. 248). O sentido dos gestos, anseios e enunciados passará pelo consentimento da “rostidade do poder” ou então “se destruirá na angústia e se engolirá por si mesmo”:

Sentido ou não sentido. É tudo ou nada. Tal é o corte binário fundamental, segundo o qual já não se poderá retomar uma jogada qualquer. Está conosco ou não está conosco – corresponde a algo ou a nada – pode ser dito ou não pode ser dito – isso se mantém de pé ou fracassa (...) ‘antes’ da rostidade subsistiam possibilidades de aproximação polívoca; depois, é a regra da lei do tudo ou nada. O vozerio, as semi-mentiras e as semi-verdades são proscritas. O corte significante impõe sua verdade exclusiva, sua verdade a tudo ou nada a partir do sistema de *feed-back* da rostidade. Um enunciado só adquire seu peso de significação, seu valor de verdade, na medida em que se acoplou ao campo que depende de seu oscilógrafo central. Se se distancia demais, pende em direção ao não-sentido e coloca-se em marcha toda uma maquinaria de retificação e de recuperação [ou de abandono] (Guattari, 2013, p. 248)

Os equipamentos de poder não são somente muros, escritórios, circulações, transmissões de ordens e de informações, mas, sobretudo, “uma modelagem de atitudes, de rituais de submissão que se impõem através de múltiplos componentes semióticos” (Guattari, 2013, p. 79). Portanto, devemos prestar atenção a estes componentes não linguísticos que capturam o desejo no marco de um equipamento de poder: é necessário “captar os traços de rostidade, os ‘tiques’ coletivos, os estereótipos, olhares, distâncias” que compõem o equipamento (Guattari, 2013, p. 79). Nas salas de aula do Florestan Fernandes, além de existir um agenciamento coletivo de desejo, este último também se encontrava intermitentemente investido por um microequipamento de poder cuja função era capturar e centrar o desejo no objetivo do “êxito profissional”. Isso ocorria mediante a “tradução” das buscas singulares dos estudantes na gramática do esforço econômico. Tal “tradução” nada mais era do que a seleção daqueles gestos, desejos, afetos e enunciados produzidos no interior do agenciamento que “faziam sentido” do ponto de

vista das significações dominantes, isto é, do ponto de vista do objetivo de se tornar um(a) “profissional”.

#### **4.5 A “formação” dos profissionais. O empreendedorismo como máquina de captura de desejos**

Era somente depois de um trabalho sobre o desejo no nível molecular – passando do microagenciamento de desejo ao microequipamento de poder – que o discurso político dos gestores e dos entusiastas do Florestan podia ser sustentado. A cerimônia da formatura, por isso, foi a ocasião para conjuntar novamente a composição desejante que se desenvolveu durante as aulas: os elementos e os afetos associados tanto ao agenciamento quanto ao equipamento estavam presentes no evento que finalizou o curso. Os índices e os afetos que sustentaram o microagenciamento de desejo foram convocados na ocasião: os/as colegas, a presença amigável da professora, os objetos de trabalho (evocados em ícones na decoração da festa), as exortações a uma vida onde se “faz o que se gosta”, etc. No entanto, a convocação dos índices, materiais e afetos que faziam parte do agenciamento teve como efeito fixar, mais uma vez, “um objetivo, uma perspectiva” para as “linhas de fuga abertas pelos índices e pelos agenciamentos maquínicos” (Guattari, 2013, p. 171). A preponderância do equipamento de poder determina que “todos os caminhos [devem] levar ao ponto de significância transcendente”, neste caso, a disposição empreendedora, a “qualificação profissional” e o êxito econômico. No ritual da formatura, o sentido final do conjunto das experiências das aulas foi reforçado não só pelos diretores, gestores e políticos presentes, mas também pelos próprios estudantes, convidados a dar um relato sobre sua trajetória utilizando-se dos códigos e marcadores associados ao êxito profissional, ao esforço individual e à importância da “formação” oferecida pelo CMEP Florestan Fernandes.

Realizada no salão de atos da Prefeitura Municipal de Alvorada, em dezembro de 2018, a formatura reuniu todos os estudantes que cursaram os módulos da área de “estética e beleza”, isto é, alunos dos cursos de colorimetria, corte, transformação capilar, manicure e depilação. Cada formando pôde convidar até três pessoas: o espaço estava praticamente lotado quando a cerimônia iniciou, no começo da noite. Ao fundo do salão, estavam dispostos os quitutes e refrigerantes que cada formando havia trazido para a

realização de um coquetel após a formatura. Quem preparou a decoração do ambiente foi a própria professora Carine, que ministrara aulas para todos os estudantes que se formavam naquele dia. Na mesa onde estavam sentados os diretores da escola e as autoridades do poder público municipal, havia, sobre uma toalha branca, flores e uma placa com letras vazadas que anunciava: “Formei!”. Por trás da mesa, se erigia um painel com a frase “Formatura 2018”. Ao redor das letras, Carine dispôs figuras que evocavam os objetos e cenas associados ao ofício de manicure e cabelereira(o): escovas, tesouras, um secador de cabelo, pentes, unhas “sendo pintadas” com esmalte e a imagem de um corte de cabelo sendo realizado. A professora também havia contratado um fotógrafo, funcionário da Prefeitura, que faria as fotos da cerimônia.

Carine explicou-me que “fazia questão de sempre realizar uma formatura”: “nos anos anteriores também foi assim. É muito importante para eles. Muitos ali nunca se formaram, nem na escola”. O evento iniciou com os discursos das autoridades públicas, depois que o mestre de cerimônia – que era também vice-diretor da CMEP Florestan Fernandes – agradeceu a presença de todos e anunciou o nome dos membros que compunham a mesa. A primeira pessoa a falar foi a diretora da instituição, que agradeceu a “confiança” depositada pelo prefeito na “equipe da escola” e enfatizou a “importância da qualificação profissional” para a cidade: “chega de dizer que Alvorada é apenas uma cidade-dormitório. Nós temos que valorizar nossa gente e qualificar o emprego aqui”, declarou. Depois dela, a professora Carine agradeceu o “apoio” e a “confiança” da diretora em relação ao seu trabalho, destacando a “liberdade” que teve para desenvolver suas aulas e a disponibilização, por parte da instituição, de “toda a infraestrutura necessária para o aprendizado dos estudantes”. Lembrou que, em dois anos, já eram “quatrocentos os estudantes formados pelo Centro” e agradeceu o “carinho e a atenção dos alunos”, sem os quais seu “trabalho nem existiria”.

Finalizadas as falas institucionais, Joel, um dos estudantes da turma que acompanhei, foi convocado para dar um depoimento sobre sua experiência no CMEP Florestan Fernandes. Ele teve que se esforçar para rerepresentar sua trajetória, cuidando em realizar as ênfases apropriadas ao momento. “Eu fui pego de surpresa quando me pediram que fosse lá na frente falar”, me contou alguns dias depois da formatura. Ele, que era uma pessoa descontraída durante as aulas de quarta-feira, precisou adotar um tom sério. Começou seu depoimento assim:

Já tenho vinte cursos na área de salão e cabeleireiro. Já trabalhei em salões importantes de Porto Alegre, mas sempre buscando um a mais, sempre buscando melhorar. E, então, minha mulher que é manicure me falou do Florestan. No começo eu achei que por ser de graça não seria um curso muito bom. Mas me surpreendi! Era inclusive melhor que alguns cursos pagos que eu havia feito. Nossa professora é muito boa mesmo, é dedicada. A escola sempre nos deu espaço e tempo para as aulas, deu tudo que precisávamos. E nós formamos uma parceria, uma amizade na turma. Ninguém era concorrente de ninguém, todos se ajudavam. Agora eu estou inaugurando meu próprio salão, no bairro Aparecida. Estou conquistando muitas coisas, mas sempre buscando um a mais. Só tenho a agradecer essa oportunidade de aprender mais. Muito obrigado!

Depois do depoimento de Joel, a secretária municipal de políticas para as mulheres agradeceu ao prefeito pelas iniciativas que “aumentam a autoestima” dos alvoradenses: “hoje tem muitas mulheres qualificadas, trabalhando nos seus empregos, alguns deixando de ser empregados para ser empreendedores, qualificando o mercado e os serviços em Alvorada”. O prefeito José Apollo, por sua vez, valorizando o próprio esforço, reafirmou o compromisso de reativar espaços de formação profissional na cidade os quais, “para sua surpresa”, encontrara fechados quando assumiu o poder. Declarou que, desde seu primeiro mandato<sup>64</sup>, sempre esteve preocupado em fornecer à população “cursos profissionalizantes” e que seu interesse no tema se revestia de uma importância “pessoal”, uma vez que “sentira na pele a necessidade de se qualificar”: “quando eu cheguei da roça para morar na cidade, nada do que eu sabia fazer servia para os trabalhos que tinha aqui. Então eu fui me qualificar, por isso eu tenho consciência da importância”.

O prefeito parabenizou a todos pela “conquista do diploma” e se retirou. O mestre de cerimônias chamou os formandos pelo nome: cada um cumprimentava os membros da mesa, recebia da diretora seu canudo, assinava um documento e posava para a foto ao lado da professora com o diploma nas mãos. Alguns pais estavam emocionados com a conquista dos filhos e alguns filhos, orgulhosos de suas mães. No final, antes que todos pudessem confraternizar com parentes, amigos e cônjuges no coquetel, o fotógrafo registrou a imagem dos quarenta formandos com sua professora: eles empunhavam seus canudos no ar e sorriam. Era a celebração final de toda a jornada de aulas, interações, expectativas e aprendizagens que apresentei ao longo do capítulo. A formatura, antes que pender para um dos lados dessa dinâmica, parecia reencenar todos os elementos presentes nas aulas, isto é, tanto do equipamento de poder quanto do agenciamento de desejo.

---

<sup>64</sup>O atual prefeito já havia governado o município no período entre os anos de 1993 e 1996.

Para formar sujeitos “empreendedores” e “qualificados” profissionalmente, o Florestan precisava movimentar toda uma dinâmica desejante que excedia a coerência das significações dominantes associadas à adequada disciplina para a mobilização econômica. Como apresentei ao longo do capítulo, “mutações de desejo” de diversos matizes eram precipitadas durante as aulas do curso de Colorimetria. Ao passo que provocava e acolhia tal dinâmica desejante, as aulas do CMEP Florestan Fernandes também procuravam “equipar” o desejo dos estudantes com os objetos atrelados ao êxito profissional e econômico. Trata-se, como argumentou Guattari (2013), da fabricação “semiótica” da força de trabalho, isto é, da produção de desejo e de enunciados que ajudam a sustentar a mobilização econômica desses sujeitos: a “matéria que é fabricada é ‘libidinal’ (...) constitutiva da força coletiva de trabalho” (Guattari, 2013, p. 71). No entanto, no decorrer das transformações operadas durante as aulas, subsiste a tensão entre aqueles “possíveis” maquinados pelo agenciamento e os horizontes sobrecodificados da mobilização econômica (tornar-se um ou uma “profissional”). É certo que algumas aspirações, não alcançando a funcionalidade adequada ao êxito profissional, vão ficando para trás, assim como os gestos ou trejeitos excessivos que não são suficientemente “profissionais” vão sendo bloqueados e abandonados pelo equipamento de poder. De qualquer forma, o estímulo a liberar tais gestos, assim como a imaginar um porvir diferente é necessário para o cumprimento do objetivo geral da instituição. No fim das contas, aqueles “possíveis e mundos” imaginados e vividos nas aulas de quarta-feira rondavam, como fantasmas, o equipamento de poder que buscava capturar e encaminhar as “linhas de fuga” liberadas pelo agenciamento. No próximo capítulo, veremos como, inclusive depois de instalados os novos negócios, certas expectativas e desejos continuavam a compor, mas também tensionar os objetivos econômicos dos empreendimentos comerciais que as pessoas instalavam em Alvorada.

Minha intenção, neste capítulo, foi demonstrar que a formação de sujeitos “empreendedores” não segue uma linha reta, isto é, não se trata de subjetividades coerentes instaladas de “fora para dentro”, através de programas verticalizados que tomariam os indivíduos como tábulas rasas para a construção de uma subjetividade. Ao contrário, as instituições que buscam formar algum tipo de disposição empreendedora, na verdade, dependem da mobilização de agenciamentos de desejo os quais apresentam uma composição múltipla e apontam para “mundos e possíveis” que são, em um segundo momento, investidos pelos equipamentos de poder. É possível, portanto, sintetizar a

“disposição empreendedora” da seguinte maneira: trata-se de um “equipamento de poder” que busca capturar o desejo, territorializando-o em objetos circunscritos e codificados, associados ao êxito “profissional” e econômico. Seria mais apropriado, portanto, abordar o “empreendedorismo” como uma máquina de captura dos desejos liberados pelos agenciamentos: desejos de circulação social entre as donas de casa, de “fazer o que se gosta” entre os assalariados, de melhorar a vida e as condições laborais entre a “massa marginal”. Assim, a criação de uma disposição empresarial não é só um esforço de autotransformação que contaria com a adesão dos indivíduos, como argumentou Friedman (2019, p. 23), ao apontar que os sujeitos “são ativos participantes de sua mutação em atores econômicos competentes e se esforçam para que as novas próteses calculadoras sejam incorporadas corretamente ao eu”<sup>65</sup>. Se bem isso é verdade, podemos agregar que, mais do que ir subjetivamente de um ponto a outro – isto é, reformar a si mesmo, com base no uso de algumas ferramentas calculadoras e de alguns princípios –, para os sujeitos, trata-se de aprender a transformar o desejo – o próprio assim como o dos demais – numa disposição útil do ponto de vista econômico, selecionando tudo aquilo que “faz sentido” no marco da acumulação de capital. Se essa tradução é, ao mesmo tempo, uma captura do desejo inicial, então podemos imaginar que, no marco de um novo agenciamento, esse desejo possa ser mobilizado de outra maneira de modo a elaborar seus próprios princípios, por fora da funcionalidade estabelecida pelo equipamento de poder.

---

<sup>65</sup> Friedman (2019) se dedicou a pesquisar tais problemáticas entre jogadores de *Cashflow*, um jogo que tinha como intenção treiná-los para o investimento em ativos financeiros. Ele argumenta o seguinte: “jogando *Cashflow*, [os jogadores] mudam suas definições de mobilidade social e êxito econômico, adquirem ferramentas de cálculo que se ajustam a essas definições e tentam modificar suas disposições internas através do trabalho sobre o eu” (Friedman, 2019, p. 40).

## Capítulo 5

### Processos de subjetivação em pequenos negócios e as condições do mercado em Alvorada/RS

No capítulo anterior, demonstrei que o convite a “empreender” ou a colocar um pequeno negócio era animado, nos casos daquelas pessoas que eram assalariadas, pela vontade de “fazer o que se gosta”, livrando-se pelo menos parcialmente de alguns constrangimentos associados ao assalariamento – sobretudo, nas condições oferecidas às pessoas com baixa qualificação. Já para as donas de casa, dedicar-se às vendas ou a um microsalão de beleza supunha desenvolver tarefas em paralelo aos afazeres domésticos e, eventualmente, circular em espaços sociais exteriores à própria casa. “Realiza-te a ti mesmo”: essa parecia ser a interpelação que precipitava – ou ao menos, afiançava – algumas iniciativas empresariais entre os meus interlocutores. Depois de sustentar alguns desejos dispersos num microagenciamento coletivo, um microequipamento de poder era responsável por “traduzi-los” em disposições úteis para a realização do esforço econômico.

Neste capítulo, analisarei três casos de pessoas que coordenavam pequenos empreendimentos comerciais em Alvorada/RS. Nesses empreendimentos, os comerciantes realizavam, de alguma maneira, as pretensões que eram cultivadas nas aulas do CMEP Florestan Fernandes: levar adiante um pequeno negócio, fazendo aquilo que “gostavam” e construindo para si um espaço mais autônomo, se comparado com o assalariamento. Nesses empreendimentos, eles podiam levar adiante o convite a “realizar-se”, desenvolvendo àquela satisfação intrínseca através do trabalho que Lordon (2015) associou ao regime de mobilização laboral neoliberal. O chamado a “fazer o que se gosta” – ou, pelo menos, “gostar do que se faz” – que inspirou as escolhas dos estudantes no CMEP Florestan, também estava presente no desenvolvimento dos projetos comerciais que analisarei neste capítulo. Como mostrei anteriormente, para Lordon (2015), a epithumogenia neoliberal – isto é a formação social do desejo adequado a esse regime de mobilização – se propõe a ir além da realização através das mercadorias compradas com o salário e convida o trabalhador a buscar afetos alegres *intrínsecos* à atividade que desempenha, isto é, estimula a encontrar sentimentos de realização “intransitivos e já não dirigidos a objetos exteriores à atividade do trabalho assalariado (como os bens de

consumo)” (Lordon, 2015, p. 70). Segundo Lordon, “é (...) a própria atividade o que deve ser reconstruído objetiva e imaginariamente como fonte de alegria imediata” (Lordon, 2015, p. 70). A epithumogenia neoliberal estende o convite – ou a interpelação – à “realização pessoal” no trabalho como horizonte potencial à toda a massa assalariada.

Tal princípio de realização ocorria, nos comércios analisados, mediante o engajamento em processos de constituição e cuidado de si. No esforço de consolidação dos projetos desses comerciantes, estava em jogo certa “constituição de si”, certos processos de subjetivação que eles buscavam compartilhar com sua clientela. O espaço de cada negócio constituía-se no local de desenvolvimento de apostas existenciais e estéticas; era o lugar onde os donos dos comércios se esforçavam por construir a si mesmos através do oferecimento de mercadorias e serviços aos demais. Esses pequenos negócios precipitavam, acolhiam e movimentavam todo um conjunto de transformações sensíveis, isto é, mudanças nas sensibilidades tanto dos clientes atendidos quanto dos próprios vendedores – num processo que se aproxima do que foi identificado por outros autores como “consumo engajado” (Silva, 2018, Yúdice, 2013). O “consumo engajado”, no caso de Alvorada, implicava o estabelecimento de uma relação entre comerciante e cliente onde circulavam propostas estéticas, existenciais, eventualmente, políticas, que propunham uma “constituição de si”. Tal processo se assemelha aos espaços que promovem o empreendedorismo em consonância – por vezes, tensa, mas de qualquer forma produtiva – com esforços reivindicativos e com a busca por bem-estar e conforto para determinadas populações, como no caso do empreendedorismo entre e/ou para mulheres negras (Silva, 2018). Outras pesquisas – Cardoni (2017) e Kopper (2016) – abordam a construção de subjetividades em circuitos comerciais. A primeira analisa os “agenciamentos” presentes numa feira agroecológica que performavam “modos de ser e fazer” e orientavam “imaginários coletivos” (Cardoni, 2017, p. 24). Já no segundo trabalho, a partir do acesso a moradias populares através de uma luta comunitária, algumas mulheres adquiriram novos bens para sua residência, os quais “em sinergia com [suas] histórias de vida, abriram caminhos de imaginação do futuro, desenhando novas subjetividades” (Kopper, 2017, p. 335). Está em jogo, portanto, a construção de subjetividades através do consumo de mercadorias e do engajamento em determinados circuitos comerciais. Em Alvorada, cada um dos comerciantes que entrevistei para construir a análise deste capítulo buscava oferecer aos fregueses, ao passo que também

sustentava para si mesmo, uma proposta estética relacionada a novas pautas subjetivas e a transformações nos seus modos de vida.

Nos próximos tópicos, apresentarei as pessoas e seus negócios: a maneira como conheci e tive acesso a cada um deles; os enunciados particulares por trás de cada detalhe da organização do espaço e dos produtos que escolhiam para oferecer aos clientes; as concepções que animavam suas apostas comerciais; as pessoas que circulavam no espaço dos seus comércios; as conversas e o tipo de interação que estabeleciam com seus clientes; e, por fim, as características dos processos de subjetivação que suas propostas comerciais buscavam proporcionar aos próprios donos, aos clientes e aos potenciais fregueses. O primeiro tópico está dedicado à Joel, estudante do curso de Colorimetria mencionado no capítulo anterior, que possuía um salão de beleza com serviços de barbearia, cabelereiro e manicure. No segundo tópico, abordo a loja de presentes e artesanatos “Pérolas da Omio”, capitaneada por Larissa e sua filha. No terceiro, veremos a dinâmica desenvolvida em torno de uma loja de “moda feminina gospel” chamada “Koisas de Paulinha”. Nos últimos tópicos, eu argumento sobre a diferença desses estabelecimentos em relação a outros, cujos donos também foram meus interlocutores. Para finalizar, analiso o limite que meus próprios interlocutores identificavam nas suas apostas comerciais: o baixo poder aquisitivo da população de Alvorada e sua escassa disposição a gastar dinheiro nos produtos “diferenciados” que eles tentavam oferecer.

### **5.1 Joel: uma nova elegância**



*Figura 19- Joel no balcão do seu salão. Na parede, os certificados dos cursos que realizou.*

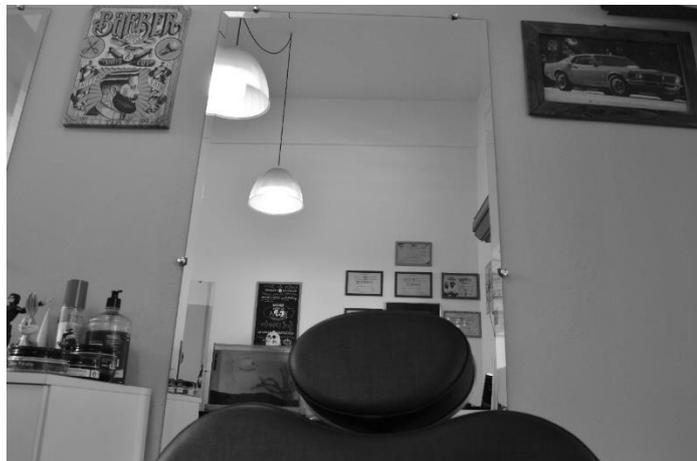
Apresentei no capítulo anterior um pouco da história de Joel. Ele havia recém-inaugurado seu salão<sup>66</sup>, chamado “Oficina da Beleza”, quando realizei a entrevista e conheci seu estabelecimento. Aproveitei a ocasião para também cortar meu cabelo. Joel me atendeu com cuidado e atenção enquanto respondia às perguntas que eu apresentava. Junto a um sócio – que investira dezessete mil reais no negócio –, Joel abriu o salão onde ele e sua esposa, que é manicure, atendiam os clientes há cerca de dois meses. Em comparação com seu trabalho anterior, comentou, a “barbearia clássica” e o ofício de cabelereiro constituíam uma oportunidade de “estar sempre bem vestido”. Quando deixou de trabalhar como “empreiteiro”, há seis anos atrás, Joel começou a fazer cursos de barbeiro, nos quais aprendera técnicas de barbear e de corte de cabelo. As barbearias, naquela época, começavam a se espalhar sob a tendência de um novo estilo denominado “barbearia clássica”<sup>67</sup>. Os barbeiros que aderiam a este estilo emergente buscavam se

---

<sup>66</sup> Se seguirmos a terminologia adotada por meus interlocutores, o “microsalão” é um espaço comercial pequeno e contíguo à própria residência. Já o “salão de beleza” é um lugar alugado ou feito especialmente para tal fim e, sobretudo, não vinculado diretamente à moradia daquele que oferece os serviços.

<sup>67</sup> Para obter mais informações sobre o renascimento comercial das “barber shops” e a tendência recente das “barbearias clássicas” consulte os seguintes materiais, disponíveis em blogs, plataformas de vídeos e na imprensa online: “O universo das barbearias” (disponível em <http://www.odiariodemogi.net.br/o-universo-das-barbearias/>); “Passo-a-passo Barbearia Clássica com Willy Morales para Macholândia”

diferenciar daquilo que denominavam “barbearia moderna”. Na “barbearia clássica”, eram oferecidos “cortes sociais” masculinos relacionados aos contextos das décadas de 1930, 1940 e 1950. Segundo Joel, os barbeiros clássicos praticavam, além disso, um barbear mais “tradicional”, mais “natural” (isto é, que acompanhava o traçado natural da barba do cliente) e mais lento que um barbeado comum, encontrado no que eles chamam de “barbearias de bairro”. Trata-se de um movimento de renascimento comercial das barbearias no estilo “barber shops”, muito comuns nos Estados Unidos e na Europa, que evocavam uma estética associada à primeira metade do século XX, incorporando também referências aos movimentos contraculturais dos anos 1970, sobretudo o rock’n’roll e o culto ao estilo dos grupos de motoqueiros que pilotavam motocicletas Harley’s Davidson. Além disso, é comum nessas barbearias o consumo de cerveja artesanal e o uso de tatuagens, seja por parte dos clientes, seja por parte dos barbeiros. Todos esses elementos estariam associados à certa sociabilidade buscada pelos homens: nas barbearias eles poderiam cuidar da beleza ao mesmo tempo em que encontrariam momentos de diálogo entre iguais e ocasiões para relaxar e se divertir. É por isso que Joel enfatizava que não se trata apenas de oferecer o serviço de “barba, cabelo e bigode”, mas sobretudo de cultivar um “lifestyle” ou “estilo de vida”, a ser desenvolvido enquanto se frequenta uma barbearia.



*Figura 20- Ambiente do salão de Joel.*

---

(disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=95a-9GuggG8>); "Conheça a história da Barbearia Clássica no mundo" (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7c6Q3bY6NMk>); "Barber shops: muito mais do que o tradicional 'barba, cabelo e bigode'" (<http://www.bloganddroz.com.br/barber-shops/>); "Barbearia vintage está na moda e vai além da barba, cabelo e bigode" (disponível em <https://emails.estadao.com.br/blogs/a-moda-deles/barbearia-vintage-esta-na-moda-e-vai-alem-da-barba-cabelo-e-bigode/>).

Nas novas “barber shops”, o barbeiro torna-se uma referência estética e o espaço comercial é um dos lugares para exercer o novo “lifestyle”. Assim, esses lugares buscam se diferenciar tanto das antigas barbearias locais (que, ao longo dos anos 1990 foram sendo substituídas pelos “salões unissex”) quanto da “barbearia moderna” ou “de bairro” que realizaria cortes mais ousados e executados de maneira rápida e pragmática. A intenção de um “barbeiro clássico” é que o momento de fazer a barba – para muitos homens, até então, uma tarefa doméstica e privada – conjugue a atenção à vaidade e à elegância a um lazer e uma sociabilidade públicos associados a determinado universo masculino. Esse tipo de sociabilidade, lazer, elegância e vaidade masculinos teria tido seu auge nas cidades do Norte global no início do século XX – e é dali que se extrai a inspiração para a decoração e os modos nessas novas barbearias no século XXI. As características dessa sociabilidade masculina envolveriam a conversa entre pares, o “encontro geracional” entre jovens e homens mais velhos, a degustação de cerveja, etc. O salão de Joel recolhe muitos elementos desse “lifestyle” associado às “barber shops”, tais como a preocupação com uma elegância à moda antiga – Joel usa colete, calça social, boina e sapatos para atender os clientes –, os cortes de cabelo dos anos 1930, 1940 e 1950 – que incluem topetes e degrados nas laterais – e as técnicas da “barbearia clássica” que priorizam atenção “personalizada” ao cliente, além de cortes e barbeados demorados. Joel explicou que

Queria fazer algo em que pudesse estar sempre bem vestido... então fui para a barbearia clássica que tem toda uma técnica, cuidados, toalha quente no rosto. Não é qualquer barbearia de bairro que faz uma barba como a minha, por exemplo. Essa barba aqui é bem difícil de fazer – diz, apontando para a sua própria barba. Numa barbearia de bairro, eles pegam e colocam a máquina direto no rosto. Na clássica não, é com navalhete e tentando manter o formato natural da barba. A clássica também não faz risquinho na barba e essas coisas. O preço também é diferenciado.



*Figura 21- Detalhes da decoração escolhida por Joel.*

A decoração do salão de beleza de Joel segue o modelo vintage das “barber shops”, com alguns toques pessoais. Quando o entrevistei, estava muito satisfeito e orgulhoso do espaço que ele mesmo havia reformado. Trouxe pequenos quadros que antes decoravam a “salinha” onde atendia os clientes na sua casa; pintou as paredes em tons pastéis; enfeitou o ambiente com pequenos bonecos e objetos pessoais; instalou no local um aquário construído com as próprias mãos e, nas paredes, pendurou seus certificados de cursos e oficinas já realizados.



*Figura 22- Objetos usados para decorar e singularizar o ambiente.*



Figura 23 - Aquário construído por Joel e usado na decoração do salão.

Como as barbearias começaram a se multiplicar nas grandes cidades e periferias, cada barbeiro precisava demonstrar os aspectos que singularizavam seus serviços em relação aos demais, não só para disputar a clientela com outras barbearias clássicas, mas sobretudo para produzir em potenciais novos clientes o desejo de um atendimento “diferenciado” e, com ele, a fruição de um estilo de vida elegante. Para isso, era preciso mostrar alguns distintivos, numa escala de atributos que não incluía apenas o preço do atendimento, pelo contrário. No caso da barbearia clássica, a ênfase residia no “lifestyle” associado ao serviço: a experiência agradável do barbear e os modos precisos, cuidadosos e respeitáveis associados ao profissionalismo dos barbeiros, os quais incluía tanto as técnicas de barbear quanto a “postura” que emulava as maneiras dos barbeiros antigos (mãos para trás, distância respeitosa, roupas alinhadas, cuidado e “tato” com o cliente). As técnicas e “protocolos de atendimento” eram variados: cada barbeiro buscava se associar a uma “escola” ou “tradição” específicas, frequentando cursos, oficinas e “imersões” pagas e exclusivas, ministradas por barbeiros renomados. Depois de feita a formação, era preciso reivindicar a raridade e o profissionalismo associados ao diploma e ao conhecimento adquirido. Joel comentou, naquela ocasião, que

A barbearia clássica é muito difícil. Esse curso que eu tenho ali foi com um dos melhores barbeiros do mundo – diz, apontando para o certificado na

parede. Só vinte e uma pessoas têm esse certificado no Brasil. Nós aqui investimos boa parte do que ganhamos em cursos, porque nesse ramo tu tens que estar sempre te atualizando e te aprimorando.

Com a multiplicação das técnicas e protocolos de atendimento e uma vez que a inspiração da “barbearia clássica” se encontrava no exterior, tornou-se comum, segundo Joel, que os barbeiros fizessem estágio em barbearias europeias ou estadunidenses e voltassem, depois, para “dar cursos” no Brasil. Joel considerava que tal dinâmica não valorizava os barbeiros habilidosos que trabalhavam no país:

Eu acho injusto que aqui no Brasil o profissional só é valorizado se vai para fora. Tu podes estar cortando bem que ninguém faz curso contigo. Tu vais para fora e volta, abre um curso e está todo mundo pagando para fazer curso contigo. Um amigo meu, por isso, pegou e foi para Lisboa trabalhar numa das melhores barbearias do mundo, a Figaro's. Voltou e faz oficinas onde aceita só dez pessoas, cobrando 3500 reais cada uma.



Figura 24- Quadro com a iconografia típica das “barber shops” ou barbearias clássicas.

No entanto, nem só de certificados e cursos se constrói um barbeiro de renome: é preciso muito treino, muita “prática”, clientes satisfeitos e um bom desempenho. Além da circulação internacional, o ofício de barbeiro também é comparável ao de jogador de futebol no quesito “desempenho”: os “profissionais” precisam preparar-se física e emocionalmente, cuidar da alimentação e da saúde, treinar constantemente para manter-se “cortando bem” e ganhar certa visibilidade. Joel usou essa analogia para me explicar a dinâmica do mercado de barbearias e salões de beleza:

No mundo dos barbeiros e cabelereiros é assim: é como jogador de futebol. Eles veem teu trabalho nas redes sociais, se tu estás cortando bem eles vêm para cima para querer te levar para outro salão (...) Eu já tenho meu salão agora, mas no começo procurei os salões de referência aqui em Alvorada para trabalhar e não me deram atenção. Depois viram na internet meu trabalho e um

dos donos veio falar comigo, dizendo que quando eu quisesse trabalhar com eles, fazia questão. Até pediu desculpas por não ter conversado direito comigo.

A postura confiante diante dos pedidos feitos pelos clientes também ajuda a alavancar o negócio, admitiu o barbeiro. Além disso, seu bom desempenho pode ser visibilizado na própria barba ou cabelo dos clientes que circulam por aí. “Tem um cara – contou Joel – que está vindo aqui todas as sextas. Ele é genro de um dos melhores barbeiros do Brasil. Ele parou um cliente meu no mercado e disse que queria fazer a barba onde ele tinha feito a dele”. Joel fazia parte de um circuito comercial mais amplo onde a circulação de técnicas de corte de cabelo e barbear, de produtos cosméticos, de cursos, workshops e certificados estava associada à prática de determinados estilos de vida e a criação e cultivo de estéticas específicas. A formação de um barbeiro consumia, de fato, alguns recursos elevados e cada barbear ou corte incorporava, efetivamente, mais trabalho em relação a um corte executado em menos tempo. Por isso, esse circuito destacava como particularidade dos seus serviços a “qualidade” do atendimento, antes que a “quantidade” de cortes realizados por dia, que resultaria num menor preço para o cliente:

Eu prefiro cobrar – argumentou Joel – um preço mais alto e dar uma atenção diferenciada ao cliente, fazer o corte com calma, finalizar bem, conversar, usar um bom produto. Se tu cobras um preço baixo, tu tens que ganhar na quantidade, fazer muitos cortes num dia, e daí não dá tempo de dar atenção a cada um.



Figura 25- Cartões comerciais do estabelecimento de Joel.

Todo o cuidado com o cliente, a elegância da vestimenta e dos gestos, os cortes “diferenciados” e a experiência agradável que o salão proporcionava – em suma, o

“lifestyle” associado ao corte de cabelo e ao barbear – tinham um preço que uma parte considerável das pessoas em Alvorada não podiam ou não queriam pagar. Essa era uma das dificuldades de negócios como o de Joel. No tópico 4, abordarei mais detidamente as condições, identificadas pelos meus interlocutores, que configuravam os circuitos comerciais em Alvorada. Por ora, basta termos em conta que a barbearia de Joel buscava promover e suscitar entre os potenciais clientes certos critérios estéticos e de cuidado consigo mesmos; critérios que estabeleciam que os homens podem (e devem) preocupar-se com a própria beleza e vaidade sem a perda de certos elementos viris encontrados num estilo de vida associado aos “tempos antigos”. Dentro das características gerais desses espaços, devemos nos concentrar, no entanto, na ênfase pontual que Joel fez questão de remarcar em relação à centralidade da elegância. São esses protocolos e critérios de elegância e vaidade masculinas que Joel buscava oferecer aos clientes, provocando-os a aderir ao estilo de vida proposto. No caso de ter êxito na sua interpelação, barbeiro e cliente entrariam numa relação onde o primeiro é uma referência estética para o segundo, enquanto ambos cooperariam para afirmar um modo de vida no seio do qual os homens podem ser elegantes, respeitáveis, vaidosos e, sobretudo, bem tratados por aqueles que os atendem.



*Figura 26- Joel e sua esposa posando no salão de beleza.*

O processo de constituição dos produtos e serviços oferecidos por Joel lembra o conceito de economia das singularidades cunhado por Karpik (2013). O termo denomina os mercados em que as escolhas são feitas a partir de julgamentos ou de uma avaliação qualitativa antes que numa comparação de preços. Nesses circuitos, "singularidades" são

produzidas e "são escolhidas de acordo com uma lógica específica materializada na noção de julgamento": "escolher um 'bom' filme ou um 'bom' livro, um 'bom' doutor ou um 'bom' advogado implica estar mais interessado na qualidade que no preço, independente do significado atribuído a 'bom'" (Karpik, 2013, p. 44). No caso que acabamos de analisar, trata-se de encontrar um “bom barbeado” que incluía uma experiência relaxante e prazerosa. Esse tipo de circuito “combina uma ‘orientação simbólica’ – a escolha das qualidades de acordo com uma diversidade de critérios de julgamento – e ‘orientações instrumentais’ baseadas na comparação de preços para satisfazer interesses econômicos” (Karpik, 2013, p. 44).

Karpik (2013, p. 45) lembra que o processo de massificação dos produtos pode trazer o risco da dessingularização: “à medida que os produtos se tornaram padronizados e banais, a qualidade foi substituída pelo preço e o mercado de singularidades foi substituído pelo mercado padrão”. No entanto, o que é possível observar é que mesmo com a ampliação do público e da massificação da produção desses produtos, quando eles são oferecidos para novos consumidores ainda subsistem os esforços de "singularização", isto é, de manutenção das cadeias de avaliação e os dispositivos de julgamento "qualitativo" dos produtos, expressos sobretudo nas redes interpessoais, nas consultorias das marcas e no uso das redes sociais. Os próximos casos também se inserem num esforço comercial que propõe uma avaliação baseada na qualidade e na singularidade dos produtos. No entanto, assim como Joel, esbarravam eventualmente no baixo poder aquisitivo geral da população de Alvorada.

## 5.2 Pérolas de Ômio: “a beleza é para todos”



Figura 27- Larissa, que estava à frente da loja Pérolas de Ômio. Foto retirada da página online do estabelecimento.

No final de 2018, percebi um comércio novo se insinuando próximo a minha casa em Alvorada. Uma mulher de uns cinquenta anos abria, todos os dias pela manhã, uma pequena sala cuja saída conectava-se diretamente à via pública. Em frente ao portão, junto ao pequeno estabelecimento, ela dispunha peças de artesanato em crochê, almofadas de seda branca pontilhadas de pérolas, lenços rendados de várias cores, arranjos florais... peças bastante delicadas que contrastavam com a voragem urbana daquela rua. Os carros, ônibus e caminhões passavam rapidamente pela Oscar Schick, descendo ou subindo, forçando os motores ruidosos, enquanto as pessoas passavam apressadas. A mulher, ao contrário, permanecia placidamente sentada na sua cadeira de praia em frente à porta do comércio, bordando ou confeccionando seus trabalhos. Um dia, resolvi averiguar do que se tratava. Quem me atendeu foi a filha dessa mulher que sentava todos os dias na frente do comércio. Cristina explicou-me que a loja consistia numa “parceria” entre ela e a mãe. Cada uma vendia aquilo que produzia ou “representava”. A loja oferecia semi-joias, peças de crochê, artesanato, roupas e produtos de beleza como maquiagens e perfumes. Cristina era responsável pela venda desses últimos, uma vez que era “representante” de uma franquia de vendas chamada Mary Kay, que oferece produtos de beleza para mulheres. A

jovem cursava Jornalismo numa universidade privada, mas, naquele momento, havia interrompido temporariamente os estudos para poder se dedicar às vendas de produtos cosméticos. Ela me contou um pouco sobre o que a animava naquela atividade, buscando conectá-la com sua formação na área de comunicação:

Estou pensando – ela disse – num projeto que aborde a questão da mulher. Mas não naquele sentido mais conhecido, de ‘ah, a mulher é linda’. Na verdade, eu queria trabalhar com o lado de que toda mulher pode ser bela e se arrumar, sem ter que se encaixar num padrão. Tem gente que acha que porque mora na vila ou em Alvorada, porque volta cansada do trabalho, não pode usar um brinco, um batom, se arrumar. Então, eu gostaria de incentivar essa parte: todo mundo pode ser vaidoso ou vaidosa. *A beleza é para todos.*

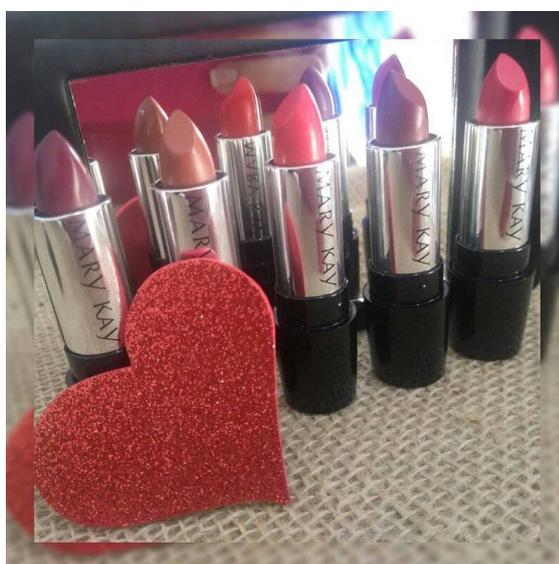


Figura 28 - Cosméticos da marca "Mary Kay" oferecidos por Cristina na loja. Foto retirada da página online do estabelecimento.

As ideias de Cristina – uma espécie de ímpeto democratizante da beleza – convergiam com as da sua mãe, Larissa, com quem conversei alguns dias depois. Larissa me explicou que a loja abriu há cerca de três semanas:

Quando o dono do local me disse que estava disponível eu resolvi vir. Eu já estava fazendo minhas coisas em casa. Fizemos uma Página no Facebook onde as pessoas faziam encomendas e depois entregávamos no domicílio. O problema de ficar em casa produzindo é que são sempre as mesmas coisas para fazer: tu varres, limpas, cozinhas e, no dia seguinte, tens que fazer tudo de novo. Quando tu vês, passou o dia e tu não fizeste nada do que queria. Tem ajudado muito ter um lugar, sair de casa. Tu tens um horário definido, melhora tua organização, a divulgação aumenta, tu tens um ponto de referência para as pessoas... com isso, já aumentaram os acessos na Página. As pessoas ficam sabendo que tu existes.

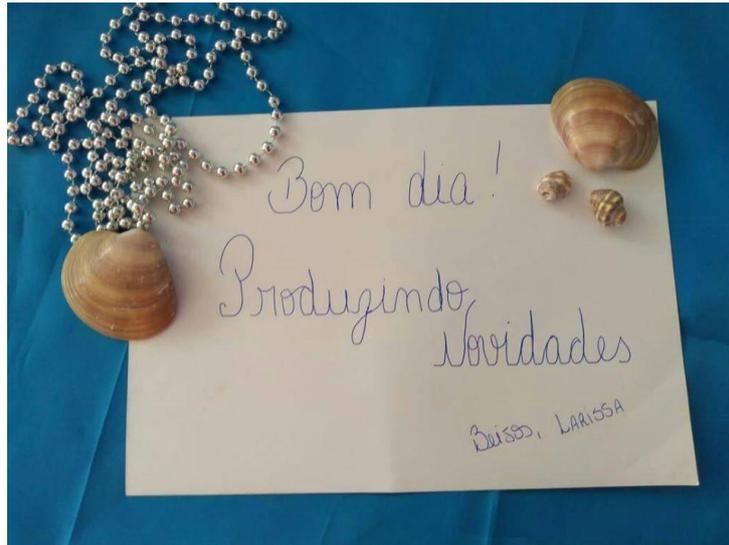


Figura 29- Mensagem de Larissa aos clientes, com objetos (conchas e pérolas) associadas à Iemanjá. Foto retirada da página online do estabelecimento.

Larissa se dizia satisfeita com esse novo esforço: “as coisas estão acontecendo como eu quero. Está dando certo. Estou bem focada aqui. Agora falta colocar a luz e as placas, uma estante... já tenho até o desenho do nome, deixa eu te mostrar! ”. Então, ela buscou um papel onde estava impresso o logotipo da loja. O desenho continha toda a simbologia e as referências à “sua mãe Iemanjá”: a cor azul, as pérolas, as conchas e as estrelas do mar. “Ômio é um dos nomes para saudar Iemanjá”, explicou, “as pérolas são as contas que ela gosta e que os filhos dela usam”. A inspiração para os artesanatos vinha dessa divindade afroreligiosa, assim como das imagens, objetos e atributos a ela associados. As peças de decoração eram feitas com barbas de pau, pequenas conchas e pérolas de plástico. Elas recolhiam inspiração no universo de Iemanjá, evocando, ao mesmo tempo, suas características e daqueles que são seus “filhos”: disposição a acolher e amparar os outros, doçura, beleza, delicadeza e criatividade. Os itens que Larissa produzia “com as próprias mãos” eram “especiais” e tinham, segundo ela, “muito significado”, uma vez que estavam associados à cosmologia afroreligiosa. No entanto, esses objetos não estavam destinados apenas aos praticantes da religião, e sim para um público mais amplo. O trabalho de confeccioná-los e oferecê-los aos eventuais interessados a deixava animada:

Além da renda que estou conseguindo, está sendo satisfatório para mim e muito gratificante oferecer para as pessoas um objeto de decoração, um enfeite, coisas que sejam graciosas e belas. Presentes que as pessoas possam oferecer para os outros e que tenham significado, que sejam bonitos e acessíveis. Que todo mundo possa vir aqui e comprar. Se não tiver muito dinheiro, poder levar uma pecinha de cinco ou dez reais.



Figura 30- Imagens produzidas por Larissa e veiculadas na página online do estabelecimento. Iconografia e cores associadas à lemanjá (branco, azul, pérolas, conchas).



Figura 31- Peças de artesanato confeccionadas por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento.

No cerne dessa democratização da “beleza” era preciso, portanto, se adaptar ao poder aquisitivo médio dos potenciais clientes. Aqui, vemos que a preocupação com a qualidade e a singularidade dos bens comercializados pode conviver, até determinado limite, com a preocupação relativa ao valor a ser cobrado pelo item. Eu perguntei a Larissa, então, se ela adaptava o preço de acordo com as possibilidades financeiras de cada cliente. Ela respondeu que “não... porque tu tens que botar valor naquilo que tu faz. E eu não posso ter prejuízo”. Logo em seguida, deu um exemplo de situação limite em que uma pequena variação do valor cobrado ainda poderia ser admitida:

Outro dia, por exemplo, uma mulher veio buscar quatro guardanapos que ela tinha encomendado. Ela disse que tinha quinze reais, mas os guardanapos

custavam dezoito. Então, ela achou mais dois reais. Bom, dezessete já está bom, leva com desconto.

Enquanto Larissa me esclarecia este ponto, uma senhora apareceu na porta. Ela queria consultar o preço das duas almofadas de seda branca com pérolas incrustadas que estavam expostas na entrada da loja, sobre a calçada. “Cento e vinte reais”, respondeu Larissa à senhora, que ficou um pouco frustrada com a informação. Em seguida, agradeceu e se retirou. No tópico 5.4, explorarei mais à fundo esta que é uma das dificuldades dos comércios como os de Larissa em Alvorada: uma vez que o poder aquisitivo médio no município é muito baixo e a competição entre pequenos estabelecimentos é alta, produtos com preços muito elevados em relação aos preços médios do mercado acabavam tendo pouca saída.



Figura 32- Almofada de seda branca com pérolas. - Peça de artesanato confeccionada por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento.

Enquanto se equilibrava entre os poucos recursos da sua clientela e o “valor” dos objetos artesanais que ela mesma confeccionava, Larissa ia se adaptando às demandas, focando nas peças religiosas com função ritual e permanecendo “persistente”:

As pessoas vão pedindo as encomendas e eu vou fazendo. Agora tenho quatro almofadas vermelhas para entregar. Vou fazendo aquilo que as pessoas gostam ou vão precisar para a religião, para os aprontamentos<sup>68</sup>, por exemplo. Almofadas para os aprontamentos, guardanapos, peças. Esse ano é ano de Xangô, então, vai sair muita coisa vermelha e branca. Em vendas desse tipo,

<sup>68</sup> Os aprontamentos são longos rituais de iniciação praticados nas casas de religião. Uma vez feitos os primeiros aprontamentos, o praticante nunca deixa de reforçar seu desenvolvimento na religião com mais “aprontamentos” e “obrigações”. É preciso “se aprontar” constantemente para ganhar mais potência a cada passo na religião e, “para quem é *pronto*, deve-se seguir as obrigações e, para aquela pessoa que se tornará mãe ou pai de santo, é preciso estar sempre preparada para receber demandas e para *aprontar* mais pessoas (filhos/as)” (Ramos, 2014, p. 7).

tu tens que ter paciência, ser persistente e muito criativo. Tem dias que tu não vendes um imã! Mas tem que estar sempre aqui, atenta ao que as pessoas querem, dinâmica. Não dá para ser muito parada. O foco aqui é artesanato e presentes, mas eu gosto de dizer que estou sempre aprendendo. Então, vamos agregando coisas. Se me pedirem algo mais, vou atrás...

Ela contou que aprendeu a costurar com a mãe, que criou os filhos sozinha e era costureira de profissão. Larissa era a filha mais velha e ajudava a criar os irmãos mais novos. Quando jovem, chegou a trabalhar num supermercado, mas achou “muito ruim. Muito estressante. Isso leva muito tempo da tua vida: se trabalha demais”. Depois desse breve período “trabalhando fora”, casou e teve filhos: “fiquei do lar mesmo e me dedicando à nossa casa de religião. Ali eu já fazia artesanatos, costurava roupas para os aprontamentos...” Junto ao seu marido, que é pai-de-santo, Larissa cuidava de um terreiro, onde se trabalhava com “Quimbanda, Exú e Nação” e cuja sede era sua própria casa em Alvorada. Lá, contou, enquanto seu marido, que é “filho de Xangô”, recebia as pessoas mais estressadas, “que chegam querendo guerra com o mundo”, ela, por ser “filha de Iemanjá”, acolhia aquelas “pessoas humilhadas e sofridas”: “eu acolho essas pessoas e vamos trabalhando. Sou como uma mãe, estou cheia de filhos para criar”, disse, emocionada. “Para mim”, continuou depois de uma breve pausa, “chegam pessoas assim, carentes, feridas. Eu sou da mãe Iemanjá. Dou tudo de mim, acolho, cuido, ajudo a se fortalecer...” Como guia espiritual, Larissa aconselhava as pessoas a sempre dirimir os conflitos através da doçura e do bom convívio:

O conselho que eu costumo dar é: é preciso manter um bom convívio. Se alguém te tratou mal – e não é algo muito grave – chega no dia seguinte e dá um bom dia, leva uma caixa de bombom, um presente. De modo que as pessoas, ao te verem, tenham bons pensamentos.



Figura 33 - Camiseta e almofada com estampas de Iemanjá. Peças idealizadas e confeccionadas por Larissa. Foto retirada da página online do estabelecimento.

Os objetos “cheios de significado” que ela oferecia na loja tinham a intenção de promover o bom convívio e a harmonia nas relações. Ela também defendia, como praticante, a possibilidade de uma religião que fosse inclusiva:

Têm gente que diz que nossa religião é só para negros. Um vizinho uma vez disse para o meu marido, que é branco e era o pai-de-santo dele: ‘tu tens que entender que a nossa religião foi feita para os negros’. Meu marido ficou bem magoado. Eu sou uma mulher negra, mas eu não concordo com isso. Eu acho que a nossa religião veio da África, mas ela não tem preconceito com negro, branco, gay, mendigo... ela é pela inclusão. É aberta para quem precisar e quiser ser do bem, melhorar como ser humano...

Esse ímpeto inclusivo e acolhedor, a partir do qual ela abordava a religião, era o mesmo que inspirava seu projeto comercial. Da mesma forma, a intenção de “melhorar como ser humano” circulava entre as práticas religiosas e a proposta estética que oferecia através dos produtos da loja. Larissa, seguindo os passos da sua “mãe Iemanjá”, queria oferecer aos demais peças belas que fossem acessíveis, que tivessem significado e que gerassem um bom convívio entre familiares, colegas e amigos, além de um bem-estar para quem os consumia. É possível sintetizar a inspiração desse estabelecimento comercial nas palavras de Cristina, sua filha: com a “Pérolas da Omio”, as duas gostariam de estender “para todos” o acesso à beleza, ao acolhimento e ao cuidado de si e dos demais. Através da análise do terceiro e último estabelecimento, mostrarei qual era o papel desempenhado pelos objetos e pelas roupas nos processos de cuidado de si e autotransformação que as pessoas empreendiam.

### 5.3 Koisas de Paulinha: “o externo reflete o que temos dentro de nós”



Figura 34- Paulinha posando no balcão da sua loja. Imagem da autora.

Em Alvorada, era comum encontrar um jornal chamado “Leituras de Ônibus” (LdO), uma publicação capitaneada pelo dono de um supermercado local e que era distribuída nos pontos comerciais da cidade. O informativo tinha como foco principal publicitar anúncios de negócios locais em meio a uma abordagem do “cotidiano”: “O Leitura de Ônibus é um jornal alvoradense que tem como objetivo destacar, de uma forma espirituosa e criativa, os acontecimentos do cotidiano” – de acordo com a sua página virtual. O responsável pelo jornal era parte da rede “Compre em Alvorada”, cujo slogan “Compre aqui. Ajude a cidade a crescer” provocava os moradores a colaborarem com o comércio local. Uma vez que boa parte da população de Alvorada se desloca diariamente a trabalho para Porto Alegre ou outras cidades da Região Metropolitana, é durante o trajeto de ônibus que elas encontram algum tempo para ler. Através do “Leituras de Ônibus” poderiam, portanto, ficar a par da oferta comercial disponível no município. O Ldo era um dispositivo que auxiliava na captação de clientes para esses comércios, disputando com as grandes cadeias de Porto Alegre (local de trabalho de grande parte dos alvoradenses). O jornal possuía anúncios no formato mais tradicional, em banners que anunciavam o nome da loja, seu endereço, a oferta de produtos e horários de funcionamento. No entanto, possuía também notas jornalísticas que contavam um pouco da rotina dos estabelecimentos comerciais, narrando alguma anedota envolvendo os funcionários, os donos ou seus filhos. As notas também podiam exaltar alguma

característica pessoal dos responsáveis pelo comércio, algum traço que tornava o atendimento ao público mais agradável e atraente – a “alegria”, a “simpatia”, a “atenção” ou o “cuidado” demonstrados – ou, então, contar alguma piada amistosa. A seguir, alguns exemplos do estilo dessas notas:

“Nata: cobrador e goleador. O diretor da *Sistema* Assessoria Contábil, parada 43, foi grande goleador nos anos 80/90 do Cobra de Guides com 311 gols”.

“Simpatia do Bernardo. O cara do Aki-Peças é só sorrisos para a clientela. Na foto com o Hamilton, Vilmar, Fernanda e Negra”

“Padaria Tio Claudio & Tio Juarez. Na hora do atendimento as meninas da padaria da Vila Americana dão show: Eliana, Elizete, Elma e Luciana”

“A “gringa” do Mercado Pezzi está sempre pronta para uma conversa e um chimarrão. Todos já conhecem sua simpatia!”

As notas jornalísticas do LdO destacavam as seguintes características presentes nos pequenos comércios alvoradenses: a proximidade entre clientes, funcionários e donos e a intensa pessoalidade que envolvia o atendimento e a própria transação comercial. Essas notas enfatizavam elementos quase ausentes nas publicidades das grandes cadeias comerciais de Porto Alegre: o nome, elementos de história pessoal e o rosto tanto dos responsáveis quanto dos funcionários. As notas vinham acompanhadas de fotos daqueles que realizavam o atendimento ao público: elas posavam sorrindo e eventualmente mostrando algum produto diante da câmera do jornalista, ele mesmo dono de um negócio em Alvorada, o Supermercado Teka. Era sempre muito agradável passar os olhos pelo “Leituras de Ônibus”, uma vez que narrava anedotas interessantes e provocava no leitor uma curiosidade quanto à dinâmica dos comércios e, sobretudo, quanto às pessoas que os conduziam. Certa vez, me deparei com uma foto de uma moça em frente à uma loja, acompanhada da seguinte nota:

Koisas de Paulinha inaugura na Avenida Getúlio Vargas. Paulinha inaugurou sua loja de moda feminina gospel há um mês na Avenida Getúlio Vargas. Ela está muito feliz com a conquista e espera oferecer às clientes os melhores looks e modelos disponíveis no mercado.

Interessei-me imediatamente pela loja de Paulinha que, como muitos outros comércios em Alvorada, anunciava no próprio nome a proposta de um vínculo pessoal entre cliente e vendedor. No seu estabelecimento, Paulinha oferecia “coisas” que ela procurava e selecionava; que ela própria usaria e, por conseguinte, recomendava à sua rede de clientes, familiares, amigas e conhecidas. Eram roupas e objetos que faziam parte

do seu universo e que ela gostaria de estender a mais pessoas, especialmente a mulheres como ela. Busquei o endereço na nota jornalística veiculada no LdO e me dirigi à loja, situada junto a outros negócios que formavam uma quadra comercial na avenida mais movimentada de Alvorada. Na vitrine, os manequins vestiam saias e blusas coloridas. Entrando na loja, era possível avistar móveis novos em tons brancos e rosados, roupas coloridas nas araras laterais e centrais e um lustre imitando cristais que pendia do teto. Não era um lugar muito grande, mas a organização e os tons claros o deixavam com aspecto espaçoso. Ao fundo, estava o balcão onde os pagamentos das compras eram realizados. Lá estava também Paulinha.



Figura 35- Frente da loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora.



Figura 36 - Vitrine da loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora.

Eu já havia me comunicado previamente com a dona da loja por WhatsApp, logo, não foi difícil começar a conversa. Expliquei novamente os objetivos da pesquisa e ela me disse que ficasse à vontade: conversaríamos enquanto ela atendia as clientes. Sentada

num banco alto, em frente ao balcão, eu observei o movimento da loja enquanto dialogava com Paulinha. Ela me explicou que vinha de uma “família de vendedores”: “na minha família sempre fomos vendedores. Nas reuniões, estamos sempre vendendo alguma coisa. Eu sempre trabalhei com vendas”. Paulinha já havia trabalhado em grandes lojas, tanto como vendedora quanto como coordenadora de equipes de venda. Trabalhara também como vendedora de serviços numa empresa consultora do mercado financeiro. Há cerca de quatro anos, no entanto, ficou desempregada. Suas habilidades de vendedora foram mobilizadas, então, em outro projeto, na época ainda pequeno:

Meu marido me deu um capital para iniciar. Nisso, uma irmã<sup>69</sup> que estava morando em São Paulo me deu umas roupas que ela tinha para vender. Tinha de tudo! Mas eram roupas que as pessoas da igreja gostam. Em São Paulo tem muita moda gospel. É tomado! Eu peguei aquelas roupas e vendi tudo em uma semana, a maior parte para a minha família mesmo. Daí eu adorei né! Segui vendendo de porta em porta, para conhecidos e familiares. E, então, meu marido se desempregou também... tinha vinte anos de comércio.

Quando o marido ficou desempregado, o que era um “complemento de renda” tornou-se a atividade principal da família – “resolvemos nos dedicar 100% à loja”, explicou Paulinha. O casal já havia, naquela altura, reformado a parte da frente da casa onde moravam para receber as instalações físicas da comercialização das roupas. Nesse primeiro endereço, localizado num bairro residencial de Alvorada, permaneceram dois anos. Há poucos meses, haviam inaugurado a loja na Avenida Getúlio Vargas, principal via do município: “nós queríamos um pouco mais de visibilidade. Aqui o aluguel é bem mais caro, mas já chama muito mais pessoas”, explicou Paulinha.

Enquanto Paulinha me explicava sua trajetória até aquele momento, as clientes adentravam à loja. Era fácil identificar, entre elas, um grupo especial (e bastante numeroso): eram aquelas que, já na entrada, exclamavam “paz do senhor, irmã” e eram prontamente correspondidas por Paulinha com a mesma saudação. Em seguida notei que não se tratava de uma expressão ocasional, mas de uma saudação que anunciava a presença das “irmãs”, isto é, as integrantes da igreja a que Paulinha pertencia. Ela explicou que a maioria dos clientes eram frequentadores da mesma igreja e seu marido corroborou: “nós temos muitos amigos lá, e somos um povo muito unido”. Além de escolher algumas das roupas que Paulinha recomendava, as “irmãs” vinham à loja buscar

---

<sup>69</sup> “Irmã” é o termo para se referir às membras e membros da denominação religiosa a que pertence, isto é, a Assembleia de Deus. No geral, os evangélicos utilizam essa categoria para se cumprimentar e se comunicar entre si.

também algum conselho, uma conversa ou simplesmente cumprimentar a amiga. Junto com seu marido, Paulinha era responsável por um pequeno templo local da Assembleia de Deus, localizado no mesmo bairro em que moravam, a Vila Elza.

Na Assembleia de Deus, me explicou, as mulheres não podem ser pastoras, mas costumam acompanhar seus maridos pastores como conselheiras destacadas, lideranças e organizadoras de eventos e reuniões. Elas também podem pregar nos cultos, mas nunca fazem uso da alcunha oficial de “pastoras”. Segundo Michele, outra interlocutora que conheci em Alvorada e que também frequentava uma igreja evangélica<sup>70</sup>, é nas conversas pessoais com “irmãs” e “irmãos” mais iniciados que o evangélico(a) vai resolvendo suas questões e problemas e, dessa maneira, vai ajustando seus modos de pensar e de agir em direção a uma vida mais “santificada”: “para os aconselhamentos – disse Michele – , tu procuras alguém mais elevado espiritualmente, ou o pastor. Tu mesmo procuras, quando precisas, e é uma conversa particular entre os dois”. Paulinha, ao estar engajada há muitos anos na igreja, com compromissos importantes, era uma espécie de conselheira para suas “irmãs”. Ela atuava em várias frentes organizativas: era responsável pelos cultos locais na Vila Elza junto ao marido, participava do coro local e municipal, ajudava a organizar a escola bíblica e estava, naquele momento, envolvida na realização de um retiro espiritual, especialmente dirigido às mulheres da Assembleia de Deus de Alvorada. Sua posição de destaque na igreja a tornava alguém que poderia ouvir as “irmãs” (e também os “irmãos”), dando-lhes conselhos e conduzindo-os a melhores hábitos na relação consigo mesmos, com Deus e com os demais. Dessa maneira, a questão sobre as expectativas, os dramas, as necessidades e os sentimentos de mulheres evangélicas como ela, assim como o problema de como deveriam viver, se intersectavam com a moda que ela oferecia às clientes na sua loja.

A dinâmica de influência mútua entre as “irmãs” e entre elas e os “irmãos”, que narro neste tópico através do tema da vestimenta que Paulinha oferecia na sua loja, se assemelha, de alguma maneira, aos processos de subjetivação de mulheres islâmicas narrados por Saba Mahmood (2006) em “Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”. No artigo, ela propõe pensar as formas de vontade e política que não se adequam às formas seculares e liberais

---

<sup>70</sup> Michele não frequentava a Assembleia de Deus, mas outra igreja evangélica, conhecida pela sigla IPUB (Igreja Pentecostal Unida do Brasil). Segundo a própria Michele, em comparação com a IPUB, a Assembleia de Deus era “muito liberal”.

feministas, isto é, que envolvem processos religiosos e não baseados em noções estritamente individualistas. Saba (2006) aproxima a ideia de agência a de subjetivação, enquanto um processo que não só assegura a subordinação do sujeito às relações de poder, mas também produz os meios através dos quais ele se transforma numa entidade autoconsciente e num agente. Dessa maneira, é possível indagar mais sobre o que as próprias mulheres pretendem ao evocar os códigos religiosos, na medida em que elas os incorporam e modificam não como se fossem uma “cultura”, uma “tradição” ou mesmo uma “religião” a cujas regras só poderiam se submeter ou resistir, mas sim como “princípios universais” de ação e reflexão, aplicáveis a diversas situações. Assim, os princípios que uma religião oferece podem ser encarados tanto pelas mulheres quanto pelos homens enquanto critérios éticos para sua autoconstituição. A partir dos enunciados e axiomas neopentecostais, Paulinha buscava, com suas clientes, forjar uma inflexão “modernizante”, no marco da qual as mulheres não teriam mais um estilo de vida “à moda antiga”, isto é, submisso, conservador e indiferente às tendências mais contemporâneas – fossem elas estéticas ou em relação aos costumes e ao lugar que a mulher deveria ocupar na família e no espaço público. Paulinha começou explicando o seguinte:

Tem duas lojas em Alvorada que vendem roupas para o público gospel. Uma que se chama Talita Modas e outra na parada 45 [no centro da cidade]. Esta última é de roupas para mulheres mais velhas, à moda antiga. A da Talita é legal, mas tem essa questão da roupa repetida. Eu trabalho com peças únicas, para não acontecer de tu ires num evento e ter dois, três vestidos iguais, como já aconteceu. Uma vez teve um evento em que cinco irmãs compareceram com o mesmo vestido! Isso não pode acontecer.

O que Paulinha oferecia às suas clientes era um estilo, nas suas palavras, “mais moderno” e, além disso, certa exclusividade nas peças para que cada individualidade não se diluísse num único perfil homogêneo de “mulher crente”, uma vez que cada uma tinha sua própria personalidade. A vestimenta, entre as mulheres evangélicas que entrevistei em Alvorada, era um tema muito importante pois expressava o nível de adesão pessoal aos princípios espirituais que as guiavam, assim como formalizava as condutas que elas procuravam alcançar, as quais estavam associadas à “modéstia” e à “graciosidade”. O modo de se vestir, de se maquiar e de se portar publicamente era parte do exercício constante da “modéstia” e da “graciosidade”. Por isso, os modelos das roupas, ainda sendo modernos, deveriam transparecer certo recato. Michele, por exemplo, me explicou o seguinte:

Ninguém é obrigado, na igreja, a usar determinado tipo de roupa ou a se comportar de determinada maneira. Só que não convêm... então a igreja recomenda usar poucas joias, ser discreta, ter recato. Mas a santidade não é só

isso... não é só usar saião ou saia, não é só questão de roupa, de cabelo. Claro que a mulher tem que ter a modéstia, evitar decotes, por exemplo... mas a santidade também são outras coisas: a mansidão – não ficar irada por qualquer coisa –, a paz, saber acolher e ajudar quem precisa...



*Figura 37- Detalhe das roupas vendidas na loja "Koisas de Paulinha". Imagem da autora.*

Havia, entre as mulheres, um esforço, sempre renovado, cujo objetivo era atingir certos comportamentos e disposições adequadas que as aproximassem cada vez mais aos critérios almejados (a santidade, a modéstia, a graça). Tais condutas diziam respeito a hábitos intelectuais e mentais, de manejo das emoções e das formas de pensar, a habilidades sociais (acolher o outro, ser uma pessoa tranquila), a formas de se vestir e de se portar, e aos modos de se apresentar publicamente e/ou na intimidade. Diante de alguns objetivos comuns, compartilhados de maneira mais ou menos geral entre as mulheres evangélicas, o circuito de disposições estéticas e subjetivas em que Paulinha e sua loja se inseriam sustentava uma inflexão que escindia esse conjunto mais amplo. Tal inflexão podia ser visualizada na diferença entre o “saião” – uma saia mais comprida, geralmente usada por mulheres mais velhas – e a “saia meia-perna”: “na loja da [parada] 45 – contou Paulinha – é mais saião mesmo. Aqui nós temos outros estilos para as mulheres cristãs que são mais cabeça aberta. Não é tudo retrógrado na igreja”. A saia mais comprida denotaria tradicionalidade e uma adesão conservadora aos princípios do “recato” e da “modéstia”. No marco dessa postura, além do mais, a vaidade feminina não deveria ser muito pronunciada nem exposta publicamente. A transformação subjetiva entre as “mulheres cristãs” que queriam se afastar de modos “retrógrados” e “abrir suas mentes” era formalizada no estilo das roupas. Ao provocar uma cliente, que se mostrava ainda

reticente em se entregar a certas vaidades, Paulinha sintetizou a relação entre os estados subjetivos interiores e a estética das roupas: “o externo reflete o que temos dentro de nós”.



*Figura 38 - Meia-saias que fazem sucesso entre as clientes. Imagem da autora.*

Essa frase foi dita por Paulinha durante uma das tardes em que passei conversando com ela em sua loja, enquanto observava a movimentação das clientes. Naquela ocasião, apareceram duas “irmãs” para fazer compras. Elas também aproveitaram a visita à loja, para conversar com a dona do estabelecimento. Como de costume, Paulinha valia-se desses momentos para perguntar como elas e suas famílias estavam, dar algum conselho e as animar nos seus “propósitos”, como dizia. Nas suas palavras, ela “dava uma de psicóloga” com as “irmãs”. As que recém chegavam à loja tinham cerca de cinquenta anos e eram, portanto, mais velhas que Paulinha. Em seguida, depois de se cumprimentar e atualizar as notícias, elas começaram a experimentar algumas roupas. Em razão do clima intimista entre as clientes e a vendedora e contando com minha presença inusitada, instalou-se uma situação de diálogo que esclareceu um pouco mais sobre os pontos de diferenciação entre as evangélicas “à moda antiga” e aquelas “de cabeça aberta”. Eu estava com a câmera fotográfica, registrando os detalhes da loja, quando fiz menção de fotografar uma das “irmãs” com o modelo de roupa que estava experimentando. Ela imediatamente pousou para a câmera, alegre. Em seguida, comentou conosco: “Sabem... eu não era assim, extrovertida. Eu era super tímida. Muito oprimida, né. Só depois de mais velha é que fiquei mais desinibida”. Em seguida, ela prosseguiu, detalhando as condições da sua “opressão”:

Eu era a filha mais velha de dez irmãos. Eu apanhava muito e tinha que cuidar dos outros. Minha mãe era muito dura comigo, mas olha o que foi a vida dela: ela foi dada com um aninho de idade pela mãe para uma prima que era próxima da família. E foi criada por essa mulher, mas não como uma filha, né. Depois minha mãe teve dez filhos... apanhou muito do meu pai...



*Figura 39 - Uma das "irmãs" posa para a foto com a roupa que acabara de experimentar. Imagem da autora.*

Paulinha, preocupada com as causas que precipitavam certos modos de ser, refletiu com ela que “às vezes nós julgamos uma pessoa, achamos que ela é muito dura. Mas isso vem de antes, vem da criação que a pessoa teve”. E prosseguiu, contando sua própria vivência: “minha mãe, por exemplo, nunca me disse ‘eu te amo’, nunca dava uma demonstração de carinho, nada. Ela era muito dura, porque teve que ser pai e mãe. Hoje ela até me diz ‘eu te amo’ pelo WhatsApp”. Então, a “irmã” mais “extrovertida” se dirigiu a mim, dizendo: “tu és muito nova, não precisou passar pelos perrengues que nós passamos. A vida antigamente era muito dura. Hoje em dia está muito melhor, nem se compara!” Ela se referia tanto à ausência de determinados recursos e tecnologias – uma máquina lava-roupas, por exemplo –, o que acabava tornando o trabalho doméstico para as mulheres muito mais intenso, quanto aos modos e ideias “retrógradados” das pessoas “de antigamente”: “Havia muitos tabus em casa... coisas que não podiam ser conversadas. Os pais eram muito rígidos e conservadores”, completou Paulinha.



*Figura 40 - As "irmãs" conversam com Paulinha enquanto provam as roupas. Imagem da autora.*

A diferença em relação à geração anterior se expressava, sobretudo, no modo de criação dos filhos, hoje em dia, mais afetuosa e compreensiva, além de menos autoritária. “Hoje não é como antigamente – argumentou Paulinha – quando as crianças iam na igreja obrigadas. Explicamos que vamos à igreja porque somos evangélicos, se eles quiserem seguir este caminho. Mas não existe obrigação de ser [evangélico]”. A outra “irmã” exemplificou esse novo modo de se relacionar com os filhos, falando da sua própria filha: “ela tem vinte anos, está casada, estuda Administração e trabalha numa empresa junto com o marido. Ela ainda não quer ter filhos e eu incentivo. Tem que aproveitar a vida antes! Ter filho é muito bom, mas ela pode esperar”. Essas diferenças – em relação à geração anterior – evocavam também a relativa liberação da mulher de determinados papéis fixos, como o de mãe e o de dona de casa.



*Figura 41 - Clientes revisam as araras para ver as novidades. Imagem da autora.*

Tais inflexões subjetivas, no entanto, implicavam também uma performance pública: elas deveriam ser formalizadas, culminando seu processo numa estética própria. Quando a outra “irmã” revelou, diante da câmera e da desinibição das outras duas mulheres, que “não gostava de tirar fotos”, Paulinha a provocou: “irmã, a beleza é uma coisa boa que Deus nos deu. É uma benção”. Ou seja, ela não deveria ter receio de cultivar e de mostrar sua beleza. A “irmã”, porém, resistiu: “mas eu tenho coisas boas... por dentro”. Paulinha não se convenceu do argumento da sua cliente e retrucou, concluindo a discussão: “o externo reflete o que temos dentro de nós”. Era por isso que o estilo colorido (ainda que “modesto”) das blusas e casacos, o comprimento mais “moderno” das meias-saias e até as “legs” oferecidas por Paulinha na loja tornavam-se importantes para a constituição subjetiva daquelas mulheres: a “moda feminina gospel” acompanhava, afiançava e formalizava essas inflexões subjetivas e sensíveis nos seus modos de vida, isto é, as mudanças na relação delas com o trabalho, o estudo, o casamento, a criação dos filhos, as tarefas domésticas e a presença no espaço público e na igreja.



*Figura 42 - Paulinha alerta a "irmã", em meio à conversa, que "o externo reflete o que temos dentro de nós".  
Imagem da autora.*

“Hoje em dia, por exemplo” – explicou Paulinha – “as mulheres já usam legs por baixo da saia, principalmente em casa. As mais jovens até usam na igreja”. A “leg” é uma espécie de calça confeccionada com tecido elástico: muitas “irmãs” andavam em busca daquela peça numa das tardes em que visitei a loja. Elas estavam se preparando para um retiro espiritual que seria realizado no fim de semana seguinte. Paulinha, que fazia parte da organização do evento, me explicou:

É um retiro exclusivo para mulheres da Assembleia de Deus da parada 45 [a sede central da igreja em Alvorada], onde a responsável é a ‘pastora’ Marta Paixão. Vai ter dinâmicas, palestras e atividades variadas. O tema deste ano é ‘espelho, espelho meu, que mulher sou eu?’. Vamos abordar os diferentes perfis das mulheres: ‘mulher profissional’, ‘mulher mãe’, etc.

Paulinha admirava muito a “pastora” Marta Paixão e buscava nela inspiração, pois era uma “‘pastora’ jovem, que tem uma abordagem bem atual. Ela tem 42 anos e três formações: pedagogia, psicologia e teologia”, contou. A formação superior também era valorizada por Paulinha e por essas modernas mulheres evangélicas que ela vestia. Por isso, ela incentivava e festejava os esforços nesse sentido. Quando uma cliente chegou na loja, com seu filho pequeno, procurando uma “leg, só para usar em casa” e um pijama “para usar no retiro”, Paulinha perguntou a ela como andava seu curso de Pedagogia na Uniasselvi (faculdade em que ela mesma tinha se formado em Gestão Comercial). A “irmã” comentou que o curso ia “muito bem”, ao que Paulinha elogiou: “que bom, irmã. É muito bom ter um propósito assim”. Mas a cliente, por outro lado, se queixou do marido que estaria excessivamente engajado com as tarefas da igreja:

Ele está a mil! Eu falei para ir com calma. Também, para ele é fácil! Chega em casa e dorme. Não tem que botar as crianças para dormir, arrumar para o colégio, cozinhar. Eu agora chego em casa e tenho mais uma maquinada de roupas para lavar. Por isso, durante a semana não tenho como ajudar na igreja.

Paulinha não se espantou com os comentários da “irmã”. Pelo contrário, o ambiente da loja era compatível com este tipo de crítica cujo horizonte parecia apontar a um maior compartilhamento das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Enquanto os homens ainda estivessem liberados para as tarefas públicas por não assumirem tantos afazeres domésticos, as mulheres não teriam tempo para se dedicar a elas. A “irmã”, então, concluiu a conversa com um desafio: “no retiro deste fim de semana, vou desligar meu celular e quero só ver como eles vão se virar sem mim! ”. Paulinha incentivou a atitude demonstrada pela cliente: “isso aí! No máximo uma ligação para saber como estão e deu. Depois, não existimos mais...”

Para manter atualizados os “looks” e modelos oferecidos às clientes, Paulinha também buscava inspiração nas “blogueiras gospel” e “modelos evangélicas”, famosas nas redes sociais. Segundo uma nota divulgada no portal “Via Evangélica”, essas “influenciadoras” são “estilosas, bonitas, descoladas” e “possuem um visual recatado, mas cheio de elegância”. A autora da nota conclui, antes de apresentar cada uma das “blogueiras gospel” mais conhecidas, que essas mulheres são “contemporâneas” e inspiradoras “não apenas na moda evangélica, mas também na luz que elas emanam!”. Dentre elas, quem mais inspirava Paulinha era uma influencer<sup>71</sup> chamada Paola Santana. Sobre ela, o portal Via Evangélica dizia que tinha trinta anos de idade, era formada em Comércio Exterior e iniciara suas publicações na internet em 2013, “mostrando os looks que usava para ir ao culto”. No seu canal, Paola abordava também questões sobre estilo de vida, casamento, maternidade, viagens, dia-a-dia, família e sua relação com Deus. Nos seus “looks”, usava bastante jeans, brilhos e peças coloridas, conformando um visual alegre, moderno e jovem. Nada que se assemelhasse à imagem da crente “à moda antiga”, com seus saíões e seu cabelo preso num rabo de cavalo, imagem da qual Paulinha e suas clientes também buscavam se afastar.

A dona da loja “Koisas de Paulinha” não deixava de ser, ela própria, uma “influenciadora” entre suas “irmãs” e clientes. Para que eu me assegurasse das diferenças que ela buscava construir e definir para as práticas, sensibilidades e subjetividades das

---

<sup>71</sup> “Influenciador digital” ou “digital influencer” é um indivíduo que utiliza uma rede social para expressar análises e influenciar a opinião de outros indivíduos, através de publicações em texto ou vídeo online e que são acompanhados, via internet, por um determinado público.

mulheres evangélicas “mais modernas” e de “cabeça aberta”, sugeriu que eu comparecesse a um culto, que coincidentemente era dedicado ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher. “Assim – argumentou – tu podes conhecer como é... as pessoas acham que por sermos evangélicas somos retrógradas. Mas tem muita gente de cabeça aberta, com outros pensamentos”. Eu compareci ao culto, onde Paulinha me mostrou as “irmãs” vestidas com as roupas que ela fornecera. Por ora, basta ter em conta que as vestimentas oferecidas e as conversas que tinham lugar na loja “Koisas de Paulinha” eram parte de um circuito subjetivo específico, no marco do qual eram operadas, defendidas e formalizadas transformações nas sensibilidades de algumas mulheres evangélicas. Através do uso das “coisas” que Paulinha oferecia na loja, essas mulheres afiançavam para si mesmas posturas, formas de pensar e de intervir no seu próprio ser e novos modos de vida que as permitissem viver menos “oprimidas” que suas semelhantes de “antigamente”.



*Figura 43 - Blusa cor-de-rosa com babados num manequim. Ao fundo, as letras que identificam a loja num quadro. Imagem da autora.*

#### **5.4 A promoção de modos de vida e do cuidado de si nos comércios e as condições do mercado em Alvorada**

Os projetos comerciais desenvolvidos por Joel, Larissa e Paulinha permitem a cada um deles desenvolver para si, na medida em que também oferecem aos demais, certos princípios éticos e estéticos, os quais dizem respeito a como enfrentar determinadas situações da vida: torná-la mais “bela”, melhorando o convívio entre as pessoas (Pérolas

da Omio), performar uma presença masculina elegante (Oficina da Beleza) e, por fim, afirmar e transformar a si mesmas em direção à uma feminilidade evangélica “mais aberta” e “moderna” (Koisas de Paulinha). Cada um destes negócios era um espaço para desenvolver um estilo próprio: vestir-se bem, fazer algo de que se gosta, provocar nos outros certos desejos, isto é, desejos de beleza, de elegância e/ou de modernidade. Um dos afetos que animava a intenção de dedicar-se à atividade comercial era, portanto, a inclusão de si num processo de estilização, ou seja, o seguimento de um desejo por desenvolver certo “estilo”, o que implicava o desenvolvimento tanto de práticas intelectuais e mentais quanto de modos de se apresentar publicamente e de rotinas específicas. Os vendedores que entrevistei estavam, na verdade, propondo aos seus clientes, de uma maneira ativa, que eles desenvolvessem modos de vida particulares.

É possível ressaltar tal característica nos empreendimentos de Joel, Larissa e Paulinha se os compararmos com outros comércios nos quais os donos, mesmo tendo uma rotina constante em torno de seus negócios – e ainda que os tomassem como um eixo de identificação para si próprios —, não chegavam a reivindicá-los como instrumentos num processo de subjetivação compartilhado com os demais. Antes, falavam da sua ocupação como uma tarefa assemelhada a qualquer outro trabalho que implicasse esforço e dedicação, alguns sacrifícios e algumas conquistas pessoais. A venda de produtos, para eles, estaria associada a oferecer algo que as pessoas estão buscando, sem que necessariamente estivesse em jogo provocar nos clientes transformações estéticas e subjetivas mais profundas. Os exemplos de Dona Vilma (65 anos) e Michele (34 anos) podem ser ilustrativos dessa diferença. A primeira estava à frente de um bazar na Rua Oscár Schick, onde eu morava. Ela comentava nos seguintes termos seu engajamento e seus afazeres em torno do comércio:

Eu fico aqui esperando os clientes, atendendo. Eu me entretenho, porque já não tenho mais muita coisa para fazer em casa. Já tive bazar em outro bairro, já vendi de porta em porta levando junto meus filhos, já trabalhei com costura. Sou batalhadora mesmo, vou atrás do que mereço. Nada vem de mão beijada. E eu entendo de bazar, de comprar as coisas, de falar com o fornecedor. Eu que organizo tudo. Nunca paro, arrumo uma coisa aqui e ali, mas tenho que esperar as pessoas chegarem... parece muito parado às vezes.

Para Vilma, ter “ido atrás” do que merecia, entre outras coisas, colocando um bazar, fazia parte da sua constituição como “batalhadora”. No entanto, seu trabalho estava mais associado ao de uma vendedora comum que, nas suas palavras, “vende coisas que as pessoas precisam no dia-a-dia, um presente, um utensílio, uma roupa”. Ela não parecia

interessada em propor ao cliente um processo de transformação subjetiva através da compra de seus produtos e dos conselhos que ela poderia dar. Já Michele tentou vender artesanatos que ela mesma confeccionava, porém, argumentou, “dava muito trabalho e as pessoas não estavam dispostas a pagar pelo trabalho que eu tinha em fazer cada peça. Por isso, deixei de lado. Eu adorava fazer, mas não valia a pena continuar...” Ela passou, então, a vender “apenas” os presentes (bijuterias, roupas, acessórios femininos) que antes acompanhavam os artesanatos. Sua pequena loja se chamava “Das gurias” e ela mesma escolhia os produtos através da internet e as encomendava dos fornecedores. No entanto, também no seu caso não estava em jogo a construção explícita de transformações subjetivas formalizadas através dos produtos vendidos na loja, pelo menos até aquele momento. Nas suas palavras:

Eu fui melhorando aqui, arrumando, colocando as prateleiras. Comecei quando tive meu filho. Eu queria fazer alguma coisa, não queria ficar só em casa. Eu vejo na internet o que os fornecedores têm disponível e mando trazer, ou eles mesmos me procuram. Como é pouca mercadoria, eu compro pela internet mesmo. Eu vou escolhendo conforme acho bonito, mas não dá para ser nada de muita qualidade, assim, porque as pessoas não compram. Depois eu ofereço para as professoras do meu filho, para o pessoal da igreja... algumas pessoas vêm aqui. Infelizmente, nas datas comemorativas elas preferem comprar nas lojas maiores, porque pensam que é mais barato. Mas pior que não é.

Michele entendia sua tarefa como uma atividade comercial mais simples, abrindo mão, inclusive, de oferecer produtos de maior “qualidade”. Também não implicava, portanto, uma relação de construção subjetiva compartilhada entre cliente e vendedor. Mesmo que essa busca sempre exista em alguma medida, ela não era o foco dos seus esforços. A diferença que encontrei nos comércios de Joel, Larissa e Paulinha residia na associação entre, por um lado, venda de mercadorias ou prestação de serviços e, por outro, o desenvolvimento, por parte dos clientes e do dono, de determinadas práticas e cuidados que apontavam para construções subjetivas específicas, assim como para estéticas a elas associadas. No caso de Paulinha, por exemplo, tais subjetivações implicavam transformações nas sensibilidades e nas performances públicas de mulheres evangélicas, mais precisamente as da Assembleia de Deus. Para Joel, na sua “Oficina da Beleza”, o que guiava as trocas estabelecidas entre ele e sua clientela era a conquista de uma elegância masculina no seio da qual afirmava-se a possibilidade de ser bem tratado e de ter momentos de relaxamento, divertimento e cuidado. Já Larissa, através da loja “Pérolas da Omio”, queria estender a todos, ao menos potencialmente, o acesso à beleza, ao cuidado e ao bom convívio, princípios inspirados na “sua mãe Iemanjá”. Larissa e Paulinha, além de serem vendedoras, desempenhavam, nas suas respectivas comunidades

religiosas, os papéis de conselheiras e guias, tanto espirituais quanto de comportamento. O que elas propunham, adicionalmente, nos seus respectivos negócios, era que as pessoas embarcassem num processo de transformação do seu ser, em direção a determinados fins. Todos esses três negócios analisados davam lugar a processos de subjetivação, no sentido de que participavam de uma incitação do princípio de que “é preciso ocupar-se consigo mesmo” (prestar atenção às próprias atitudes, avaliá-las, desaprender certos hábitos incorporados, refletir sobre quem se é, etc.), o que incluía também a relação com os demais (o papel no interior da família, as atitudes públicas, com amigos ou familiares, os sentimentos nutridos nas relações com os outros, as maneiras de se apresentar). Seus donos propunham aos clientes uma atitude geral, “um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro” (Foucault, 2010, p. 11). Na medida em que os clientes pudessem aceitar essa relação de influência – comprando os produtos – eles compartilhariam o mesmo esforço de cuidado consigo mesmo. Trata-se, como argumentou Foucault (2010), de “ações que são exercidas de si para consigo”, “ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos” (p. 12). Foucault definiu essas características como as diferentes formas do cuidado de si. Nos efeitos dessas práticas de cuidado consigo mesmo, ele viu emergir a possibilidade de uma subjetivação não redutível à constituição do sujeito (sua sujeição) “por técnicas de dominação (Poder) ou técnicas discursivas (Saber)” (Gros, 2010, p. 462): “o indivíduo-sujeito é a dobra dos processos de subjetivação (técnicas de si) sobre os procedimentos de sujeição” (2010, p. 475), concluiu Frédéric Gros numa resenha dedicada ao pensamento do filósofo francês.

Portanto, torna-se interessante considerar não só a incidência dos processos de sujeição atrelados aos lugares sociais e às dinâmicas materiais nos quais estes donos de pequenos negócios e seus clientes se inserem, mas também prestar atenção aos processos de subjetivação em que eles embarcam, isto é, às técnicas de construção e transformação de si que circulam nos espaços de seus comércios e/ou estabelecimentos. Apesar da sua abertura às técnicas de si, da intenção de transformar sensibilidades e de oferecer horizontes de subjetivação através da venda de produtos e/ou serviços, estes pequenos empresários ainda precisavam lidar, de alguma maneira, com as condições do mercado em Alvorada. Tais condições diziam respeito a duas características marcantes: em primeiro lugar, o baixo poder aquisitivo dos alvoradenses. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a média salarial dos trabalhadores formais

no município era de 2,4 salários mínimos em 2018, o que o colocava em 15º lugar entre as cidades da sua Microrregião<sup>72</sup>. Além disso, ainda de acordo com o IBGE,

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, [Alvorada, em 2018] tinha 31.3% da população nessas condições, o que a colocava na posição 250 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4429 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em segundo lugar, outra característica determinante das condições do mercado em Alvorada era a grande quantidade de pequenos estabelecimentos comerciais em atividade no município. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em 2018, a grande maioria dos estabelecimentos alvoradenses se distribuíam entre microempresas e empreendedores individuais (4.754 e 10.977 estabelecimentos respectivamente, num universo total de 16.364), concentrados em larga medida nos setores do comércio e dos serviços (responsáveis, respectivamente, por 43% e 35% do total de empresas)<sup>73</sup>. Esta última dinâmica parecia aumentar a competição entre os negócios (somada à concorrência com as lojas de Porto Alegre), diminuindo conseqüentemente o rendimento médio de cada um deles. Quem indicou os limites impostos por tais condições foram os próprios donos de estabelecimentos que entrevistei. Joel, por exemplo, chamou atenção para os preços praticados em Alvorada:

Conheço muitos barbeiros que tiveram que ir embora de Alvorada para poder ganhar dinheiro. Aqui tem muita concorrência e com preços muito, muito baixos. Outro dia eu estava caminhando aqui perto e vi uma mulher que estava cobrando o corte de cabelo mais a escova e a manicure por trinta reais! Se ela paga uma funcionária, não sobra nada para ela. E os produtos que se usa não são os melhores. Tem bairros de Alvorada em que se tu cobrar uma escova progressiva por mais de quarenta reais, ninguém paga. As pessoas aceitam pagar pelo mesmo serviço em Porto Alegre um valor bem maior. Mas aqui, se tu colocas um preço mais alto, as pessoas não vêm. Os meus clientes masculinos, por enquanto, tem um poder aquisitivo um pouco maior, então acho que vai dar certo.

Uma vez que os produtos e/ou serviços oferecidos por Joel, Paulinha e Larissa envolviam certa “qualidade”, eles concluíam que não poderiam diminuir excessivamente o preço das mercadorias ou serviços comercializados sob pena de não serem compensados o trabalho ali depositado. A “qualidade” aqui é sinônimo de uma determinada quantidade de trabalho cristalizado, seja na elaboração do perfil comercial ou na fabricação dos produtos, seja na seleção das peças ou na atenção dedicada aos clientes. Além disso, no

---

<sup>72</sup> “IBGE Cidades – Alvorada”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>

<sup>73</sup> “Perfil das cidades gaúchas – Alvorada, 2019”. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-Alvorada.pdf](https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Alvorada.pdf)

caso de Paulinha e Joel, eles também dependiam de seu faturamento como se dependessem de um salário, uma vez que não possuíam outra fonte de renda: “temos que abrir sempre – dizia Paulinha –, não temos férias. Porque hoje tu vendes algo, mas não sabemos o dia de amanhã”. Assim, não poderiam praticar preços muito baixos, de modo a captar a clientela, enquanto diminuíssem seus próprios ganhos. Já bazares menores como os de Michele e Dona Vilma tinham um faturamento ainda mais baixo, cujo destino era complementar a renda familiar. Michele avaliou o seguinte, quando a entrevistei:

O que eu tiro daqui só dá para as minhas coisas. Comprar uma roupa, um sapato, pagar uma conta, complementar nas despesas da casa. Mas eu sempre digo: isso aqui não sustenta uma casa. Não dá para pagar luz, água, comprar comida. As pessoas não sabem, elas pensam ‘ah, ela tem uma loja!’ como se eu fosse rica com o dinheiro que dá aqui. Eu ganho, em média, dois mil reais, mas tiro deste valor a mercadoria que compro e os gastos.

Dona Vilma argumentava no mesmo sentido: “isso aqui não daria, assim, para sustentar uma família. Pagar aluguel, luz, água. É mais para me entreter mesmo...” Tanto Vilma quanto Michele não pagavam aluguel dos espaços, uma vez que eles faziam parte da própria residência ou de algum familiar. Tomando como parâmetro os dados estatísticos e os relatos dos interlocutores desta pesquisa, podemos concluir que o grande número de pequenos estabelecimentos em Alvorada instalava uma intensa competição entre eles. Este fator somado ao baixo poder aquisitivo dos moradores impunha faturamentos médios bastante baixos aos estabelecimentos.

Ainda que comerciantes como Joel, Paulinha e Larissa quisessem oferecer mercadorias e serviços “singulares” por um valor mais elevado do que aqueles que os alvoradenses estavam acostumados a pagar, os baixos salários destes últimos tendiam a determinar alguns limites em relação ao que poderão ou não comprar. Os produtos desses estabelecimentos (Pérolas de Omio, Koisas de Paulinha, Oficina da Beleza) são mais caros não apenas por serem mais ou menos exclusivos, mas sobretudo porque contém uma quantidade maior de trabalho cristalizado, seja trabalho próprio (na concepção do atendimento, na seleção dos produtos ou na confecção das peças), seja trabalho alheio (nas mercadorias de maior “qualidade” escolhidas). Uma vez que o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade relativa de trabalho social abstrato incorporada ou cristalizada nela, oferecer uma mercadoria que continha uma quantidade de trabalho

superior àquela dos produtos mais massificados<sup>74</sup> requeria uma clientela com maior poder aquisitivo, que pudesse e aceitasse pagar a esses comerciantes pela quantidade maior de trabalho que depositavam nos seus serviços e produtos. O processo artesanal, personalizado e detalhado de produção que estes comerciantes propunham aos clientes enfrentava um mercado em que o preço da mão-de-obra já era muito baixo e no qual as mesmas mercadorias eram produzidas e oferecidas a menor preço – isto é, com relativamente menos quantidade de trabalho. Trata-se da realização do raciocínio de Joel: ou ele oferecia cortes melhores e mais demorados (onde a quantidade de trabalho em cada corte é maior) ou ele oferecia cortes mais simples e rápidos (em que cada corte conteria uma menor quantidade de trabalho comparativamente com o primeiro). A “qualidade” do serviço, aqui, implicava maior quantidade de trabalho e mais tempo gasto em cada corte – fosse no corte em si, fosse na dedicação às horas de qualificação nos cursos.

A grande quantidade de pequenos comércios em Alvorada e seu baixo faturamento médio individual revelava uma condição comum do autoempresariamento em circuitos de baixo rendimento: os ganhos mensais de um estabelecimento não chegavam a diferir substancialmente, para uma família, do valor de um salário médio. Assim, a diferença entre essas duas formas de emprego da própria força de trabalho (o assalariamento e o autoempresariamento) residia em que, no pequeno negócio, em alguns casos, era possível dedicar-se à certa “constituição de si”, isto é, dedicar-se ao desenvolvimento de certos gostos, características e estilos pessoais que, nas condições do assalariamento, estaria bloqueado. Além disso, era possível, estando à frente de um pequeno comércio, estabelecer os próprios horários, rotinas e uma organização econômica própria. Alternativamente, a própria subjetividade e o estilo pessoal de cada comerciante, além das suas redes e contatos sociais – a atividade religiosa, por exemplo, tanto de Paulinha quanto de Larissa –, eram mobilizados para tornar vendáveis os produtos e serviços comercializados nesses locais. Os limites desses projetos comerciais eram dados, contudo, em outra parte, pelos baixos salários da população e pela alta competitividade entre os estabelecimentos em Alvorada.

Em que pese se possa traçar algumas diferenças, enquanto modos de obtenção de renda, tanto o assalariamento quanto o autoempresariamento estavam sujeitos às mesmas

---

<sup>74</sup> Marx falava sobre a quantidade de trabalho mínima necessária, dadas certas condições de produção, para manufaturar um produto, como a “quantidade de trabalho necessária para produzi-la num estado social dado, em certas condições sociais médias de produção e admitindo uma intensidade e capacidade sociais médias no trabalho empregado” (Marx, 1980, p. 32).

variáveis econômicas. Alvorada oferecia escassas possibilidades de assalariamento no interior do município, uma vez que os empregos de maiores salários estão, em geral, ligados às indústrias, em particular às mais especializadas, praticamente ausentes na cidade. Alternativamente, o município tinha um setor comercial e de serviços pujante, que atendia a população local e estava, portanto, modulado pelo seu baixo poder aquisitivo. Como mostrei no capítulo anterior, no polo marginal da economia, o autoempresariamento é uma alternativa laboral disponível e é comum que os produtos e serviços ofertados sejam baratos, uma vez que eles auxiliam na própria reprodução material dos trabalhadores mais pobres. Tendo em vista essas determinações a que a atividade comercial estava submetida, dedicar-se a ela era um objetivo almejado por alguns trabalhadores enquanto uma oportunidade de realizar algumas experimentações subjetivas – em relação à estética, ao estilo de vida, ao modo de se relacionar com os outros, etc. – e de constituir a si mesmo, “fazendo o que se gosta” e oferecendo o compartilhamento dos seus interesses aos demais. Sendo o autoempresariamento uma alternativa laboral disponível para grande parte dos trabalhadores mais pobres, esse tipo de atividade não era encarado por todos eles como um espaço de experimentação de novas possibilidades. Alguns enfatizavam, como Alexandre, os limites e inconsistências desse regime de mobilização laboral, isto é, sua proximidade com a precariedade, a instabilidade e a exploração. No entanto, outros viam-no – sob a condição de alcançar certo êxito econômico ou, pelo menos, antes de ver frustradas suas expectativas – como uma atividade que proporcionava uma margem maior de experimentação com os próprios interesses e com novos devires subjetivos, se comparado com o assalariamento. A aposta por “fazer o que se gosta” e tornar o autoempresariamento um espaço de constituição e cuidado de si era o que abria o campo de experimentação de novas possibilidades de existência que não se conjugavam automaticamente com os objetivos estratégicos de uma disposição empresarial adequada ao “êxito econômico”. Enquanto comerciantes, eles investiam sua atividade de expectativas de autotransformação que colocavam em questão a ordenação dos lugares sociais – o papel da mulher na família e no espaço público, o direito dos homens trabalhadores a cultivarem o bem-estar e a elegância e a democratização do acesso à “beleza”. Ao fazerem isso, revelavam uma potência da atividade comercial, tornando-a espaço de experimentação autêntica de novos horizontes imaginativos, longe do assalariamento e de alguns atributos esperados de trabalhadores como eles.

No próximo capítulo, voltarei à questão do disciplinamento laboral, através da análise de outra problemática: o impacto da violência na vida dos jovens. Depois de explorar as possibilidades e as limitações que as aventuras comerciais e empresariais permitiam experimentar, buscarei tratar o tema do desejo e da subjetivação diante de outras determinantes, que recaíam principalmente sobre o setor mais jovem da população de Alvorada. Veremos que a dinâmica associada ao tráfico de drogas que atingia os jovens – entre outras maneiras, através da violência – também incidia no tema da sua mobilização salarial.

## Capítulo 6

### **As vidas “questionavelmente vivas” dos jovens em Alvorada: mortes violentas, modulação pública do luto e mobilização salarial**

Neste capítulo, desenvolvo algumas reflexões sobre a recepção pública das mortes violentas de jovens em Alvorada e os efeitos que a violência adquiria no dia-a-dia dos moradores, sobretudo na rotina do conjunto mais atingido por ela, ou seja, a juventude. Para iniciar, proponho uma análise de como esse tipo de morte reverberava no círculo social não imediato de cada jovem falecido violentamente, isto é, entre aquelas relações que excediam os contatos familiares ou seus amigos íntimos – grupo geralmente abarcado pelos colegas de escola, os conhecidos, os vizinhos, etc. Relatarei três histórias diferentes que presenciei e/ou que me foram contadas por interlocutores durante o trabalho de campo. São histórias que envolvem a morte violenta de jovens e expõem os comentários e reações de terceiros suscitados pelos acontecimentos. Ao longo dos relatos, proponho algumas chaves de análise e, ao final do capítulo, reflito sobre as homenagens que os familiares e amigos prestavam aos falecidos nas redes sociais. Veremos que a dinâmica associada ao tráfico de drogas e ao assassinato de jovens, com seus “enquadramentos” respectivos (Butler, 2015), acabava reforçando o imperativo da mobilização salarial. A violência associada ao tráfico de drogas presente em algumas regiões da cidade era processada publicamente a partir de uma norma que determinava que as mortes violentas relacionadas de alguma forma com as atividades desse circuito eram mortes que não mereciam um luto coletivo ostensivo e visível. As vias para ser incluído na norma – enquanto uma vida que merecesse cuidados coletivos – abrangiam o trabalho e o disciplinamento laboral, mediados, em alguns casos, pelo engajamento com os estudos. Aos jovens lhes era prometido que, na medida em que se disciplinassem nos circuitos de mobilização de mão-de-obra barata, teriam vidas que seriam valorizadas como tais (e lamentadas, em caso de serem perdidas). Apesar dos sacrifícios que tais cuidados exigiam, eles não chegavam a afastar totalmente a condição mortífera que rondava os ambientes de sociabilidade juvenil em alguns bairros de Alvorada. Por isso, os jovens moradores dos bairros mais perigosos de Alvorada tinham a sensação de que qualquer lugar poderia ser um lugar potencialmente arriscado ou mortífero – salvo, em alguns casos, sua própria casa. Tal dinâmica reforçava uma preocupação pelo encerro relativo desses jovens em circuitos que iam do espaço doméstico à escola e ao trabalho.

O próprio tráfico de drogas se configurava enquanto um circuito econômico que agenciava a mão-de-obra juvenil, oferecendo alguns benefícios, mas também riscos. O *Coletivo Juguetes Perdidos* (2011) utilizou a categoria de “extrativismo” para abordar o recrutamento de mão-de-obra juvenil para esse tipo de atividade na região metropolitana de Buenos Aires (Argentina). Para os membros do coletivo, há uma série de “economias” (economias ilegais, policiais, redes de tráfico, máfias, etc.) que extraem mais-valia da vitalidade, dos conhecimentos, dos corpos e das habilidades dos jovens. Seus conhecimentos territoriais, por exemplo, ou mesmo, comunicacionais e seu *savoir-faire* sobre como se desempenhar em determinadas situações são mobilizados no marco de tais economias. Como argumentou Reguillo (2011), muitos jovens nessas condições “são impelidos a utilizar seu único ‘valor de troca’: correr riscos, vender riscos, um capital muito cobiçado pelo crime organizado” (2011, s/n): “os jovens ingressam como empregados e como vitimários na órbita do tráfico, mas também como vítimas de um complexo sistema que os exclui e os nega” (2011, s/n). Como forma de evitar o engajamento nessas redes, a receita era a disciplina e o emprego em outros circuitos laborais, os quais, se bem eram tão precários e instáveis quanto os do tráfico, não expunham diretamente ao risco de morte. Assim, o emprego em postos laborais de baixos salários era prescrito aos jovens como um escape da condição matável, sem nunca resolver completamente a sensação de que suas vidas eram muito pouco valorizadas – fosse no bairro, fosse no âmbito da sua mobilização laboral.

Para entender como funcionava o impacto da violência na vida dos jovens e a circulação da norma que regulava o que seria reconhecido como uma vida, proponho analisar, neste capítulo, três histórias que acompanham a maneira como as mortes violentas eram processadas publicamente. O primeiro caso, narrado no próximo tópico, é o de Rafael. Quem me relatou a história foi uma interlocutora que conheci durante o período exploratório do trabalho de campo e que era vizinha do jovem, portanto, presenciou a disseminação da notícia do seu assassinato entre os moradores da rua em que ele vivia<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Conheci esta interlocutora durante o período de exploração inicial do campo, no ano de 2017. Ela era uma mulher de 45 anos, engenheira civil formada na universidade pública, moradora de Alvorada, e estava ministrando aulas de Construção civil para mulheres, num programa de formação organizado pela Prefeitura de Alvorada com recursos repassados pelo governo federal. Eu entrevistei e conversei muitas vezes com ela ao longo do período exploratório e, numa dessas ocasiões, ela me contou essa história.

## 6.1 Rafael: as vidas não passíveis de luto

Rafael vivia em um bairro de Alvorada conhecido pelo maior poder aquisitivo de seus moradores em comparação com a população das demais regiões do município. Na vizinhança, além de casas espaçosas, havia um vigia que, de bicicleta, observava a movimentação dos transeuntes em busca de alguma atitude estranha ao dia-a-dia do bairro. Sua presença oferecia aos moradores certa sensação de segurança. Rafael era o mais novo de três irmãos. Seu pai, a certa altura, depois de perder o emprego que lhe rendia um bom salário, passou a entregar galões de água mineral para obter renda. A mãe de Rafael, antes dona de casa, começou a trabalhar em salões de beleza e, por fim, alcançou certo êxito ao colocar uma pequena estofaria no centro comercial de Alvorada. Junto com seus dois irmãos, Rafael completara sua formação numa escola pública próxima de onde residia. Ali, fez amigos de várias partes da cidade e da zona norte de Porto Alegre, região da capital que limita com o município de Alvorada. Conforme foi crescendo, ele e seus irmãos depararam-se com a necessidade de contribuir com o orçamento doméstico. Além disso, Rafael precisava ganhar algum dinheiro para si. Com dezoito anos, depois de terminar o Ensino Médio, arranjou um “bico” como entregador de lanches num estabelecimento da zona norte de Porto Alegre. O irmão mais velho emprestava a ele uma motocicleta de sua propriedade, para que pudesse realizar as entregas e fazer, eventualmente, alguns passeios. Em uma noite, no meio da semana, Rafael pediu emprestada a moto do irmão, que, acostumado a cedê-la, liberou o veículo sem exigir muitas explicações. Depois de pegar a moto, dirigiu-se a um bairro da zona norte de Porto Alegre. Estacionado perto de uma parada de ônibus, ele foi assassinado a tiros por alguém que fugiu imediatamente do local. O ano era 2015. A família, desesperada, começou a tentar entender o porquê de uma tragédia dessa dimensão: Rafael teria sido confundido com outra pessoa? Teria se envolvido com a esposa ou a namorada de algum homem violento, um “bandido” ou um traficante? Um portal de notícias publicou uma nota breve sobre o ocorrido, infelizmente com poucas informações. Nas redes sociais, seus amigos prestaram homenagens com fotos e mensagens lembrando seu “jeito” alegre, inocente e, nas suas palavras, “sem maldade”. As fotos mostravam-no sorrindo e os amigos tentavam expressar a falta que ele faria nas suas vidas.

Como mencionei anteriormente, a pessoa que me relatou essa história era sua vizinha e pôde presenciar a disseminação da notícia do seu assassinato entre os moradores

da rua em que ele vivia. Todos conheciam o menino desde que ele era bebê e andava em fraldas pelas calçadas. Minha interlocutora tinha acompanhado seu crescimento, mas já havia muitos anos que não se falavam pessoalmente. O fato de os vizinhos conhecerem Rafael e sua família não foi suficiente, no entanto, para aplacar as suspeitas e os rumores que, logo após sua morte, começaram a crescer como uma onda imparável. Depois de processarem as primeiras notícias, os vizinhos passaram a sustentar uma hipótese propriamente “sinistra” sobre o assassinato do jovem. Para Reguillo (2011) a experiência do sinistro é “uma das linguagens da violência e do terror”:

Para Freud, “o sinistro” (Das Unheimlich) significa a transformação do familiar no oposto, em algo estranho e ameaçante, com potencial destrutivo (...) A angústia diante do sinistro se produz porque existe um pacto tácito de reconhecimento de que “sabíamos” que o que era familiar e conhecido poderia se transformar no seu contrário, no estranho ou no desconhecido. (Reguillo, 2011, s/n)

De uma figura cândida, infantil e familiar, Rafael transformou-se, numa reviravolta, em um adulto suspeito de atos violentos e ignominiosos. Os vizinhos especulavam vorazmente: “será que eram, mesmo, lanches o que ele entregava de moto? E se fosse outra coisa? E se fossem drogas?”. Mais adiante, bateram o martelo: “se foi morto assim, *algo* deve ter feito”. A morte violenta o tornava *retroativamente* suspeito de algum ato criminoso. O vigia da rua, notório observador das dinâmicas da vizinhança, mas conhecido igualmente por exagerar as histórias que ouvia, resolveu contribuir com o rumor dizendo que Rafael costumava andar com uma arma no interior da mochila que sempre levava consigo. A suspeita de algum envolvimento com atos criminosos associados ao tráfico se instalou entre a vizinhança, promovendo um distanciamento dos moradores em relação àquela tragédia.

O rumor sobre o envolvimento de Rafael com atividades criminais caiu como um fardo sobre os ombros da sua família, que ainda tentava entender o acontecido em meio à dor pela perda do filho. Envergonhados por não encontrarem outra explicação plausível e demonstrável para sua morte, os pais foram esmorecendo diante das suspeitas dos moradores da rua. Acabaram, por fim, recolhendo-se numa espécie de luto privado e restrito. Quando cruzavam por algum vizinho, evitavam o contato ou, então, se interpelados, procuravam não falar da situação dolorosa em que se encontravam. “Pareciam envergonhados mesmo”, conta a vizinha que havia conhecido Rafael quando ele ainda era uma criança. No fim, apenas se escutava a notícia de que um dos irmãos prometera “descobrir” quem era o assassino e, feito isso, “vingaria” a morte do caçula.

A associação, *a posteriori*, de Rafael com atos ignominiosos ou vistos como indignos pelos seus vizinhos, como o tráfico de drogas e o porte de armas, foram suficientes para deslocar o sentimento anterior, de empatia decorrente da suposição de um assassinato injusto de alguém tão jovem. Não quero com isso dizer que os vizinhos não se entristeceram pelo seu precoce e violento falecimento. Publicamente, no entanto, este último foi processado como uma morte, de certa forma, plausível e esperada, em razão da sua associação (objetiva ou especulativa) com atividades criminais. Judith Butler (2015) refletiu sobre os “enquadramentos” que separam as vidas que são passíveis de luto daquelas que, ao contrário, não serão lamentadas quando forem perdidas. Segundo a autora, “a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (2015, p. 33). O argumento de Butler se refere à forma como são tratados o assassinato e a tortura de pessoas associadas, sobretudo pela mídia, mas também pela “cidadania” em geral, ao “terrorismo” no Norte global. Esse mesmo argumento poderia ser aplicado às mortes que, no Brasil, acabam sendo relacionadas a algum “envolvimento”, seja ele objetivo ou especulativo, com o tráfico de drogas e/ou a prática criminal. Segundo Butler (2015), a distribuição desigual da lamentação das mortes aponta para uma estruturação política da exposição de determinados seres viventes à condição precária, a qual designa “a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (p. 46). Assim, a comoção diante de determinadas mortes é “regulada” (p. 67) conforme

os enquadramentos já em operação de acordo com os quais certas vidas são dignas de proteção, enquanto outras não, precisamente porque não são completamente ‘vidas’ de acordo com as normas predominantes da condição de ser reconhecido” (p. 81).

A autora conclui que “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (p. 32). A condição diferencial disso que está vivo, mas não chega ao estatuto de “uma vida” a ser cuidada coletivamente é sustentada por “enquadramentos” que moldam nossas emoções em relação a determinadas populações. Estas últimas, geralmente, são “populações” apresentadas como “questionavelmente vivas, talvez até socialmente mortas” ou, então, como “representações vivas” do que é tomado como uma “ameaça à vida” (p. 70). A moldagem das emoções das pessoas em relação às violências que acometem essas populações – neste caso, pessoas incluídas em determinado conjunto de “criminosos” – não é nenhum mistério, como vimos no caso da reação dos vizinhos à morte de Rafael.

Diante de um rumor irresistível e da falta de uma explicação alternativa convincente, a comoção pela morte atenuou-se assim que o jovem foi incluído no conjunto dos “criminosos” e/ou “traficantes” que andam armados. Ao associá-lo com “algo” errado, ilegítimo, malvado ou indigno como o tráfico de drogas e os crimes comuns, a vizinhança se desresponsabilizou de pensar e/ou de assumir como própria qualquer circunstância direta ou indireta que tenha levado a seu assassinato. Como indivíduos potencialmente solidários à família, os vizinhos abdicaram de exigir explicações sobre a morte de Rafael e de demonstrar publicamente seu desagravo e sua dor pela perda. Ainda que sentissem a tristeza da sua partida, uma distância se instalou entre eles, por um lado, e a família, por outro. Assim, as mortes violentas dos jovens, permaneciam insondáveis, justamente em decorrência da disseminação dessa suspeita que se tornava sentença de culpabilidade, eliminando, assim, qualquer margem de questionamento. Além disso, para quem se encontrava “enquadrado” (fosse em vida ou depois de morto) como criminoso, traficante ou “envolvido” de alguma maneira com o tráfico, a morte já não surgia como um acontecimento estranho, trágico e intempestivo, mas como uma continuidade, um desdobramento esperado, justificado e previsível.

Segundo Butler, os enquadramentos produzem um contexto interpretativo para as cenas capturadas e "enquadradas", organizando o cenário em que o olhar pousará. Por outro lado, a "apreensão" é anterior ao enquadramento, mas produz as condições para que algo possa ser "enquadrado". De vez em quando, a “apreensão” trai o “enquadramento”, evidenciando a fragilidade deste último. "Ser enquadrado" (*to be framed*) se relaciona com o vocabulário jurídico da incriminação, da construção de uma acusação. Logo, sugere o direcionamento do olhar e a produção de visibilidades. No caso da guerra, um dos exemplos utilizados por Butler, o processo material da ação militar é, atualmente, inseparável da difusão de imagens e "representações midiáticas" que a autorizam e a tornam plausível. Nessas condições, não há como fazer uma separação entre “a realidade material da guerra” e os “regimes representacionais por meio dos quais ela opera e que racionalizam sua própria operação” (Butler, 2015: 51). São os regimes representacionais que estão em questão, mas eles são indissociáveis da “realidade material” que os acompanha. O esforço de Butler é, portanto, o de definir, por um lado, a natureza da circulação e reprodução desses "enquadramentos" e, por outro, sua capacidade de induzir e reforçar os processos materiais dos quais também dependem. Os jovens, portanto, estão

objetivamente expostos à violência do tráfico, enquanto os “enquadramentos” reforçam seu lugar de vidas que já estão, de antemão, perdidas.

A associação com o tráfico de drogas e o crime era o que tornava essas vidas questionáveis, permitindo que sua supressão fosse encarada como não problemática, na medida em que representava “a destruição daquilo que ameaça[ria] o humano, e não do humano enquanto tal”. Butler argumenta o seguinte:

Essas populações são "perdíveis", ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção (...). Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação [coletiva], uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos "vivos" (Butler, 2015, p. 53)

A condenação social dos sujeitos envolvidos em – ou associados com – atividades ilícitas e violentas é condição para que essas mortes não sejam explicitamente lamentadas por um grupo mais amplo de pessoas que conheciam os jovens assassinados. As próximas histórias corroboram essas conclusões, mas também apresentam elementos novos que tornam o panorama mais complexo. A seguir, teremos a oportunidade de analisá-los através dos relatos sobre o irmão das “Sandras”. No terceiro tópico, abordarei a morte de uma colega dos jovens que frequentavam o Centro da Juventude.

## **6.2 O irmão das “Sandras”**

As “Sandras” eram três irmãs de aspecto físico muito similar, cujos traços lembravam imediatamente os de sua mãe. Esta última chamava-se, justamente, Sandra. Por isso, no bairro Umbu, em Alvorada, as três mulheres eram identificadas pelo apelido que as associava com a progenitora. Cada uma podia ser individualmente chamada de “Sandra” ou, então, em conjunto, as denominavam, jocosamente, como “as Sandras”. Conhecidas no bairro por serem muito “trabalhadoras” e “honestas”, assim como a mãe, elas tinham idades entre trinta e quarenta anos. Tais qualidades, contudo, estavam nas antípodas das características atribuídas aos filhos homens de Sandra: infelizmente, eles eram todos “bandidos” ou “envolvidos com vagabundagem”. Quem me contou essa história foi Alexandre (meu interlocutor, mencionado nos capítulos 1, 2 e 3), que morou

por muitos anos no bairro Umbu e conhecia a família de Sandra. A única exceção entre os filhos homens, segundo Alexandre, era o caçula, considerado o “xodó” da mãe e das irmãs. Todas elas tinham muito orgulho do jovem que era guardador de carros na zona central de Porto Alegre e tinha o sonho de ser cantor de *funk*. Suas irmãs, com frequência, compartilhavam nas redes sociais as músicas gravadas por ele, a fim de divulgar o trabalho artístico do irmão menor<sup>76</sup>.

Em 2018, antes que eu me mudasse para Alvorada<sup>77</sup>, os filhos mais velhos de Sandra, a mãe, estavam – de acordo com o relato de Alexandre – assaltando mercados e estabelecimentos comerciais no próprio bairro onde a família vivia. “Eles estavam demais, fazendo muita patifaria...”, observou. Os comerciantes teriam, então, se irritado com a ousadia dos assaltos: “aí – nas palavras do meu interlocutor – os caras disseram: ‘nós vamos acabar com essa vagabundagem’. E foram atrás deles”. No entanto, ao procurar pelos irmãos “das Sandras”, ou seja, os que eram “bandidos”, os matadores acabaram encontrando o caçula da família, que, afinal, também era um dos “irmãos das Sandras”. O jovem de dezoito anos foi assassinado, enquanto andava de moto com um amigo, confundido com os irmãos ou até, quem sabe, morto no lugar deles. Eu comentei com Alexandre que essa era uma das histórias mais tristes que eu já tinha escutado. Ele concordou, mas também ponderou que “os irmãos mais velhos eram muito mijões”. “Mijão” é um termo usado para se referir a pessoas sem escrúpulos, neste caso, aos “bandidos” que assaltavam os vizinhos sem demonstrar nenhum tipo de honradez ou preocupação. Em outro momento, quando questionei Alexandre sobre o motivo de as “Sandras” não falarem muito sobre a morte do irmão, ele argumentou: “é porque elas sabem que os irmãos são mijões, né Ju, são metidos com vagabundagem... o que elas podem fazer?”.

Neste caso, não era a associação direta com “algo” ruim ou pernicioso o que tornava a vida do caçula de Sandra uma vida não passível de luto. Pelo contrário, todo o esforço do menino, junto das irmãs e da mãe, para ser um sujeito honesto e trabalhador tinha como alvo a conquista desta dignidade que parece ser o fundamento das vidas que

---

<sup>76</sup> Eu conheci duas das filhas de Sandra em 2017, durante o período de exploração inicial do campo de pesquisa, no mesmo curso de “construção civil para mulheres” mencionado na segunda nota deste capítulo. Ambas frequentavam as aulas do curso e eu pude conversar com elas em algumas ocasiões.

<sup>77</sup> Conforme mencionado na Introdução, me mudei para Alvorada para realizar o trabalho de campo no início de novembro de 2018 e permaneci até final de março de 2019.

merecem ser objeto de cuidado por parte do Estado e da “cidadania” em geral<sup>78</sup>. Para o filho mais novo de Sandra, no entanto, o esforço de ser e demonstrar ser um sujeito honesto e trabalhador – testemunhado por todos os vizinhos e amigos da família – não foi suficiente para que, da sua morte, decorressem lamentos públicos – isto é, mais além do seu círculo familiar imediato. A mácula de pertencer a uma família na qual havia, entre os irmãos, alguns “bandidos”, “mijões” e “vagabundos” precarizava a vida do caçula de Sandra. Sua morte foi certamente injusta, mas “o que se poderia fazer”, a não ser se resignar ao fato, uma vez que seus irmãos eram conhecidos criminosos? Butler (2015) lembra que é no umbral entre uma classificação e outra onde reside o poder dos enquadramentos: “ser totalmente excluído ou incluído não é a única opção” (p. 115). É no ato de avaliar os critérios de representabilidade de uma vida – os critérios que definem o que é “uma vida”, isto é, um ser vivente que será objeto de cuidado dos demais – que esses enquadramentos calibram sua força. A vida do caçula de Sandra se encontrava incluída na norma que fundamenta as vidas que valem a pena cuidar, isto é, aqueles seres viventes que demonstram pelo seu próprio esforço que são “trabalhadores honestos” e não bandidos. No entanto, estava igualmente excluído da norma porque pertencia a uma família que possuía, entre seus membros, alguns “vagabundos”. Tratava-se de uma vida que importava apenas parcialmente e, como tal, configuraria, para Butler, um desafio à norma: “como interior, deve ser expulsa para purificar a norma; como exterior, ameaça desfazer as fronteiras que [a] delineiam” (Butler, 2015, p. 29).

Para Butler, o processo de circulação da norma impõe que os enquadramentos “rompam consigo mesmos” para poderem se estabelecer. Neste caso, diante de uma figura de difícil classificação no marco dos enquadramentos – “bandidos” que não merecem cuidados ou “trabalhadores” que merecem ser cuidados – a reprodução da norma titubeia. Nesses lapsos, torna-se possível “apreender algo a respeito do *que* ou *quem* está vivendo embora não tenha sido geralmente ‘reconhecido’ como uma vida” (Butler, 2015, p. 28-29). *Quem* ou *o que*, neste caso, vive “embora não tenha sido ‘reconhecido’ como uma vida”? Nas histórias analisadas neste capítulo, encontramos jovens cujas vidas dificilmente poderiam transcorrer a uma distância segura de situações que os

---

<sup>78</sup>A defesa das vítimas enquanto “trabalhadores” e pessoas honestas está presente na luta das mães de vítimas de violência policial em várias cidades brasileiras. Provar que os sujeitos mortos pela polícia se enquadram na categoria de “vítimas” depende da demonstração, por parte da família, da sua idoneidade e do seu esforço pessoal para se tornarem e serem efetivamente “trabalhadores”. Ver, por exemplo, Vianna e Farias (2011).

classificavam como vidas “questionavelmente vivas”. Um familiar, um amigo, um espaço de sociabilidade ou um “bico” poderiam levá-los facilmente a estarem associados ao universo condenável do crime e do tráfico de drogas. O esforço de se afastar dessas situações criando para si as condições de sua própria inclusão na norma – aquela que referenda a vida na medida em que o sujeito prova ser “trabalhador” e “honesto” – nem sempre é reconhecido. Assim, presenciamos uma espécie de armadilha intrínseca ao *modus operandi* desses enquadramentos: aqueles seres vivos apresentados em proximidade com o tráfico e o crime – sejam eles um indivíduo, uma família ou a população inteira de um bairro ou de um município – são vidas “questionavelmente vivas”, apesar de todo esforço que demonstrem para serem incluídos nos critérios que fundamentam o reconhecimento de uma “vida”. À revelia do seu esforço, o menino ficou do lado de fora do perímetro que delimitava o que seria reconhecido como “uma vida”. Antes de passar para a terceira história, vejamos mais alguns aspectos da repercussão de sua morte.

No Facebook, a mesma dinâmica que ocorrera nos casos de Rafael se repetiu: as irmãs do jovem assassinado usaram as redes sociais para homenagear o menino, dessa vez, na véspera de um ano de seu falecimento. Uma delas postou fotos do irmão e disse estar se sentindo “despedaçada”. Outras pessoas reagiram com frases de consolo: “força”, “não fica triste”, “só Deus para confortar”. Uma comadre digitou a seguinte mensagem: “calma. Não é fácil, mas Deus sabe o que faz. Estou muito triste”. Sandra, a mãe, desconsolada, respondeu ao comentário, numa densa amargura: “Deus não sabe o que faz, senão... não tinha matado meu filho... um guri trabalhador [que] não prejudicava ninguém”.

Em todas as histórias aqui expostas, não havia ausência de luto, mas uma defasagem entre a impressão da família e aquela manifestada pelo entorno menos imediato dos jovens assassinados. De alguma forma, estavam bloqueadas a comoção e a indignação públicas, isto é, a reivindicação dessas mortes através de um luto por parte de vizinhos, colegas, etc., somados em solidariedade com a dor da família. Para Butler (2015):

A distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância. (...) O luto público está estreitamente relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável que possui um enorme potencial político. (...) Se estamos falando de luto público ou de indignação pública, estamos falando de respostas afetivas que são

fortemente reguladas por regimes de força e, algumas vezes, sujeitas à censura explícita. (Butler, 2015, p. 65-66)

No próximo caso, analisarei como operava a regulação da comoção pública em torno das mortes violentas associadas mais diretamente ao tráfico de drogas. Veremos que, para a modulação da apresentação dos sentimentos, concorria também o medo de se “envolver” com grupos armados que apresentavam uma capacidade objetiva de violentar e agredir e que estavam presentes de maneira intensa nos territórios em que os jovens circulavam.

### **6.3 A amiga querida**

Certa madrugada, acordei ouvindo várias rajadas de tiros que soaram a poucos metros da casa onde eu morava em Alvorada, na Rua Oscár Schick. Permaneci acordada por alguns instantes, atenta aos ruídos. Quando o tiroteio cessou, voltei a dormir. No dia seguinte, soube pelos vizinhos que oito pessoas foram assassinadas naquela noite. “Acerto de contas do tráfico”, era a explicação que corria de boca em boca. Julio, um dos vizinhos, acrescentou: “eu ouvi mais uns setenta tiros de manhã, juro por Deus! Estava tentando fazer o carro pegar quando ouvi. Mataram um atrás do cemitério e depois seguiram por ali”, disse, apontando para as ruas adjacentes. Os relatos sobre a fuga dos assassinos eram descontraídos. O certo, contudo, é que a madrugada tinha sido violenta no bairro Formosa. Já perto do meio-dia, Seu Severino, nosso vizinho, brincava com as moças que passavam em frente à sua casa, gritando: “olha o tiro!”. Algumas riam de volta.

À tarde, como costumava fazer em certos dias da semana, me dirigi ao Centro da Juventude<sup>79</sup>. Lá, depois de conversar com uma das jovens, Paula, num intervalo entre as atividades, notei que havia um grupo de jovens reunidos em um dos cantos do pátio central do prédio. Seus rostos esboçavam consternação. Quando Paula aproximou-se dos

---

<sup>79</sup> No próximo capítulo, caracterizarei em maior detalhe a rotina do Centro da Juventude. Por ora, basta saber que os jovens passavam ali as tardes realizando cursos e interagindo entre si. A intenção do espaço era ser um caminho para a redução dos riscos de violência a que eles estavam expostos. Alguns jovens atendidos tinham certo grau de envolvimento com o tráfico de drogas, embora esse não fosse o caso da maioria deles, como mostrarei no capítulo 7.

jovens para conversar, aproveitei para acompanhá-la. Éverton era o centro das atenções. Sob os olhares atentos, ele relatava seu dilema:

eu não posso ir lá. A mãe dela me chamou, mas eu tenho medo de me *envolver*. E se quiserem pegar a família toda? Eu não posso ir, por mais que eu esteja arrasado por dentro... porque quem conhecia essa guria tinha um amor por ela! Ela tinha os problemas dela, sim, mas era uma guria muito cabeça.

Uma das pessoas assassinadas na noite anterior era uma menina que frequentava o Centro da Juventude. Não cheguei a conhecê-la pessoalmente, mas os jovens que participavam do CJ, sim. Alguns compartilhavam com ela os bancos escolares. Éverton estava temeroso de prestar apoio pessoalmente aos familiares da menina, mesmo que cultivasse vínculos afetivos com essas pessoas. Esse era o dilema que ocupava os jovens presentes na pequena roda de conversa. Em relação às palavras de Éverton, uma menina ponderou: “eu tinha até brigado com ela, mas eu gostava dela, sabe? Muita gente não gostava dela aqui e agora está dizendo ‘ai, coitadinha’”. Éverton prosseguiu sua linha de pensamento, num tom resolutivo: “eu me preocupo é pela mãe dela, que vai ter que enterrar uma filha”. Apesar da comoção com o fato e da vontade de expressar a dor diante da perda da amiga, prestando condolências aos familiares, os amigos da jovem assassinada tinham receio de se verem “envolvidos” nas circunstâncias que levaram à sua morte. Objetivamente, eles tinham medo de serem associados com grupos que têm como “linguagem” própria a violência e que se constituem como grupos de poder armados num território delimitado (Reguillo, 2012)<sup>80</sup>. Essa constatação é fundamental para observarmos que os “enquadramentos” que definem quais mortes serão ou não lamentadas publicamente se desenvolvem em solidariedade com poderes bastante concretos, os quais são efetivamente capazes de ameaçar a integridade daqueles que se aproximam ou caem sob seu domínio. As vidas que não são consideradas potencialmente lamentáveis estão concretamente mais expostas à violência e à morte, o que faz da “distribuição diferencial da condição de precariedade, a um só tempo, uma questão material e perceptual” (Butler, 2015, p. 45-46).

---

<sup>80</sup> Para Reguillo (2011), que se dedica a pensar o fenômeno da violência no México, há um “aumento da violência expressiva em detrimento da violência utilitária. Ou seja, se trata de violências que não parecem perseguir um “fim instrumental”, mas sim se constituir como uma linguagem que busca afirmar, dominar, exibir os símbolos do seu poder total” (2012, p. 45). Assim, boa parte da violência infligida pelos grupos narcotraficantes teria como fim a demonstração de um poder, o disciplinamento daqueles que estão sob seu domínio e a manutenção da dominação territorial nas áreas em que estão presentes. Através da violência expressiva, se “acumula poder cultivando horror” (2012, p. 45).

Na roda de conversa, os jovens continuaram comentando sobre as circunstâncias da morte da menina, tentando reconstruir seus motivos pessoais para estar “envolvida” numa dinâmica que a expunha à violência. Éverton lamentou o destino da amiga, que transcorreu apesar das advertências de colegas e companheiros: “todo mundo dizia para ela largar do cara, mas ela queria aquilo. Tinha que entender o lado dela, né, mas *ela estava no lugar errado*”. “Estar no lugar errado” também poderia ser uma justificativa *a posteriori* para que uma morte não fosse lamentada. Essa categoria – “lugar errado” – envolvia um amplo leque de relações com o tráfico – amizades ou namoros –, assim como espaços, territórios e situações em que os traficantes pudessem estar presentes.

Kelly, a menina de quem os jovens falavam, estava num desses “lugares errados” quando foi assassinada. Ela passava a noite na casa do namorado, que era “envolvido” com atividades do tráfico de drogas. Ambos morreram na mesma noite. Supondo-se que Kelly estava consciente dos riscos associados à proximidade com o tráfico, por que ela não se afastou do rapaz? Essa era uma das questões que seus amigos tentavam responder no dia seguinte à morte. Eles buscavam entender o “lado dela”, isto é, olhar de maneira empática e compreensiva para a situação e tentar responder à pergunta: por que Kelly insistiu num relacionamento que, cedo ou tarde, a colocaria no “lugar errado”? Paula procurou explicar por que Kelly não atendia aos apelos dos amigos para que se afastasse do namorado: “a pessoa que é muito carente (e ela já não tinha o pai dela, que tinha morrido, tinha vários problemas), se tem alguém que dá atenção para ela, por mais que for uma pessoa ruim ou envolvida, ela vai se apegar...” Era uma certa fragilidade o que explicava a decisão da amiga de continuar com o namorado “envolvido” com o tráfico. Ao avaliar a situação de menina assassinada, Paula e Éverton também pensavam em si e nos jovens que conheciam. A precariedade dos laços afetivos, a falta de proteção, de apoio, de pertencimento e de carinho eram as principais causas levantadas pelos jovens do CJ para explicar o “envolvimento” de alguns deles com o tráfico. Eles atribuíam a aproximação às redes de venda de drogas à “falta de apoio (...) uma carência”. Carlos, funcionário do CJ, explicava que “ir para o tráfico”, para muitos deles, não era “uma escolha, mas uma aceitação... tu aceita que aquele é o teu lugar”. Na entrevista que me concedeu, argumentou o seguinte:

Ou tu já nasce ‘envolvido’, porque o envolvimento vem da família ou do território – tua casa é na boca de fumo ou muito próxima... quando tu vê, tu já tá embolado. Ou, então, é por que tu ficaste à nada, à mercê, não tem apoio familiar... e o tráfico te acolhe. Tu encontras ali um pertencimento, um lugar para se identificar e que vai te dar apoio e afeto. Um jovem, por exemplo, que

frequentava o CJ. Ele perdeu toda a família, até a mãe dele foi morta. Ele acabou encontrando ali no tráfico um lugar, vínculos afetivos, acolhimento. Depois, quem tá envolvido, tem um estilo de vida diferente, tá sempre na correria, dorme na rua, trabalha na biqueira, faz festa de noite, descansa de dia. Não dá para dizer ‘bah, é isso que ele quer’. É algo que vai envolvendo o jovem... e quando se está na precariedade, ali ele se sente protegido.

No final das contas, o tráfico ofereceria algo de que muitos dos jovens precisam e procuram, alguns mais, outros menos. A análise de Reguillo (2011) pode ser um complemento à reflexão dos jovens do CJ e de Carlos. Ela argumenta que a adesão às dinâmicas econômicas e sociais do tráfico tem a ver, também, com

A busca e a necessidade dos jovens de construir suas biografias em contextos de maior estabilidade, com (mínimas) certezas de lugar, lealdades, solidariedades, garantias (instáveis) e, especialmente, reconhecimento. É difícil entender e, ainda mais, aceitar, mas o narcotráfico é capaz de ofertar tudo isso. (Reguillo, 2011, s/n)

Não só a “carência” era uma condição comum entre os jovens, identificada e reconhecida por eles próprios. Também havia a percepção de certa fragilidade e exposição diante da morte que era compartilhada por todos. Como argumentou Reguillo, um dos efeitos da presença intensa da violência é a erosão da distinção entre o “vulnerável” e o “matável”: “as violências caóticas, sincopadas, informes, que sacodem a paisagem e sua percepção subjetiva expandem a impressão de que ‘todos somos matáveis’ “ (Reguillo, 2012, p. 37).

Nesse sentido, Paula, depois de meditar em silêncio por alguns minutos, em meio às intervenções dos demais naquela mesma roda de conversa, concluiu: “antigamente, se morria de doença ou velhice. Hoje, tu podes *estar no lugar errado* e morrer. Por isso eu digo: tem que aproveitar a vida sempre, porque tu não sabes se amanhã tu vais estar aqui”. Certamente, a conclusão a que Paula chegou não é muito singular. Trata-se de um conselho ao qual muitos de nós recorremos quando queremos oferecer a nós mesmos ou aos demais um motivo para desfrutar da própria vida. Para isso, convocamos a iminência da morte e o que ela nos lembra: nossa fragilidade intrínseca e o fato de que nosso tempo para aproveitar a vida é, na verdade, curto. No entanto, a maneira de se defrontar com a iminência do fim da vida é o que constitui a especificidade de sua reflexão: “estar no lugar errado” é algo difícil de controlar e, em condições normais, trata-se de uma situação tão arbitrária que torna difícil prever quando estaremos “equivocados”. O alerta de Paula, na verdade, chama atenção sobre o constante risco de vida dos jovens moradores de territórios onde verificam-se o tráfico de drogas e outras atividades assemelhadas. Seu enunciado – “hoje, tu podes estar no lugar errado e morrer” – parece superlativo ou

dramático. No entanto, não se trata apenas de exagerar os elementos de uma situação por si só complicada. Mais adiante, veremos que Paula tem razão ao ressaltar o extremo cuidado que permeia a escolha dos lugares “certos” e “errados” para estar. Em suma, é difícil “não estar no lugar errado” para os jovens moradores de territórios que contam com a presença do tráfico. A penetração das atividades deste último nos territórios atinge os espaços de socialização juvenis e, concretamente, coloca esses espaços e os corpos jovens à serviço dos seus próprios fins. O alastramento dessas atividades nos lugares em que os jovens circulavam prejudicava uma distinção clara entre os lugares “corretos” (seguros) e os “errados” (inseguros).

Para dar um exemplo breve das dificuldades envolvidas em discernir relações, interações ou lugares que estivessem suficientemente afastados do “tráfico”, contarei uma anedota compartilhada por Alexandre. Certa vez, ele se encontrava em casa, sozinho, quando um jovem, que estava visitando Seu Severino, nosso vizinho, veio interpela-lo em busca de um diálogo amigável. O jovem se ofereceu para ajudá-lo a instalar uma antena de TV e Alexandre assentiu. Finalizado o trabalho, eles tomaram um café e seguiram conversando. “O guri era muito gente fina”, reparou Alexandre. Em certo momento, ambos resolveram dar uma volta pela quadra, em busca de um cigarro de maconha para consumo pessoal. Retornaram à casa sem encontrar o que buscavam. Nesse instante, o proprietário da moradia que alugávamos, Joel, estacionou o carro em frente à residência. Desceu do veículo, nervoso, e se dirigiu ao “guri” dizendo: “o que tu estás fazendo aqui? Os caras me ligaram e disseram que não querem te ver dando banda por aqui. Se eles te verem circulando de novo, vão te eliminar, meu”. O jovem era enteado de Joel e tinha alguma pendência, dívida ou desavença com os traficantes da zona, que não gostaram de vê-lo passeando pelo bairro. Depois do susto, Alexandre refletiu o seguinte:

Imagina, cara, eu com o guri aqui dentro de casa... imagina se eles resolvem vir aqui. Ainda fiquei caminhando com ele por tudo. Depois eu perguntei para o Seu Severino: ‘por que tu não me disse nada, que o cara era envolvido?’. E ele disse: ‘mas como eu ia dizer isso na frente do guri?’

A penetração das redes do tráfico nos territórios atravessa famílias, grupos de amigos, vizinhos e também algumas oportunidades de lazer e socialização juvenil. Essa penetração é um efeito da presença de tais atividades, uma vez que quem é recrutado para o trabalho de venda de substâncias ilícitas efetivamente vive e mantém relações que se desenvolvem em determinadas zonas da cidade. As pessoas “envolvidas” nessas atividades vão a festas, encontros, “sociais” e, inclusive, promovem celebrações e

momentos de lazer para os demais. Além disso, namoram, têm amigos e família nesses territórios. Por outro lado, a presença em momentos corriqueiros e cotidianos também é deliberadamente buscada por aqueles que comandam as estratégias comerciais ligadas ao tráfico de drogas, estratégias que, como se sabe, supõem o uso da força, da proteção armada e da dissuasão da fiscalização policial. É para driblar esta última que a atividade do tráfico precisa se camuflar num ambiente onde vivem muitas pessoas. A respeito, Carlos comentava que

Eles [os responsáveis pela organização das atividades de venda de drogas] recrutam jovens bem novinhos e os guris têm que ficar na esquina, ou na frente de casa, como se estivessem conversando ou passando o tempo. Eles têm que passar batido, como se fossem só um grupo de jovens do bairro. Então, quem ficar na esquina com os guris já tá *embolado*. Já vai ficar marcado [como pertencente a uma facção].

O funcionário do Centro da Juventude também explicava que,

Geralmente, os que são assassinados, nos conflitos, são esses que ficam na ponta, vendendo nas ruas e nas esquinas. São os mais desavisados, novatos ou que estão ali só pela resenha [pela conversa]. Ou, então, morrem aqueles que saíram [do tráfico] e estavam levando uma vida diferente. Até para não deixar margem para que ele conte alguma coisa ou entregue alguém, eles vão lá e matam. E para punir também por ter abandonado, de certa forma. Os que mais morrem são os mais jovens, que é quem fica nesse tipo de função, na esquina.

As atividades do tráfico transcorriam quase em uma indistinção em relação ao cotidiano dos jovens. Sua presença era bastante pervasiva, uma vez que comprometia não só a totalidade da vida dos adolescentes e adultos “envolvidos”, mas também potencialmente sua família, suas amizades, seus relacionamentos amorosos: era nesse ambiente que o medo de se ver “envolvido” ou de “estar no lugar errado” tornava-se uma pauta comportamental para os jovens e, sobretudo, um motivo de preocupação para os seus pais ou responsáveis. Estes últimos se esforçavam para controlar o dia-a-dia dos filhos, os lugares que frequentavam, os horários em que estavam em casa, com quem se relacionavam, etc. Este era um dos efeitos disciplinantes das ações violentas em lugares como Alvorada, que recaíam sobre aqueles jovens que não eram diretamente recrutados pelo tráfico, mas que ainda estavam na sua órbita, numa distância suficiente para não serem capturados, mas não longe o bastante para deixar de sofrer suas consequências. O fenômeno do encerro juvenil é comum e crescente nas periferias urbanas: ao controlar a circulação destes jovens busca-se não só evitar que corram riscos objetivos, mas também, e fundamentalmente, discipliná-los de maneira intensiva para que não se deixem excluir da norma que rege o reconhecimento de uma vida que será objeto de cuidado. Como mostrei anteriormente, tal norma determinava que era preciso ser um trabalhador

esforçado e honesto para que sua vida fosse amparada por algum tipo de cuidado social. Por exemplo, Néca, amiga de Alexandre, justificava a extrema rigidez com que criou seus filhos e o controle dos lugares que frequentavam em termos que corroboram esta constatação. Ela dizia:

Quem vê de longe pensa que sou muito rígida, grossa. Mas foi criando assim a minha filha que hoje ela está bem. Ela ia se perder. Eu me matei para criar ela sozinha, com quatro filhos. Só eu sei o que passei para criar meus filhos. Não vou entregar na mão de vagabundo filha minha. Se fica na esquina, depois acontece aquilo: ‘ah, mataram uns jovens que estavam na esquina’. Aí não vai adiantar dizer ‘ai, coitadinhos’. Tem que andar na linha.

Néca, uma mulher de mais de quarenta anos, com seus filhos em idades entre dezesseis e vinte e cinco, ofereceu esse relato como explicação das suas atitudes na noite anterior, quando, com sua filha e sua enteada, tinha vindo visitar a mim e a Alexandre. Logo que chegaram, Néca começou a discutir com a enteada, de catorze anos. A filha, de cerca de 25 anos, veio em defesa da menina, mas não teve jeito. Néca estava muito irritada com as duas. Depois de discutirem, ela colocou a menina, sob protestos e gritos, dentro de um veículo de aplicativo que as levou de volta para casa. A enteada queria encontrar outro jovem para “namorar”, ao que Néca se opôs. Alexandre ponderou o seguinte sobre a rigidez com que Néca tratou a menina:

Ela mora numa vila, né. É difícil mesmo. Tem que cuidar. A gurria está louca para sair com os caras. Já se envolveu com homem casado, traficante, parece. A esposa dele disse que ia matar a gurria. A Néca teve que trancá-la dentro de casa, para ela não sair. A Néca deveria conversar com ela, explicar, mas ela é ainda um pouco conservadora nessas coisas.

Aos jovens que se encontram a uma distância média em relação à economia criminal do tráfico, se lhes impõe o mesmo périplo percorrido pelo caçula de Sandra, isto é, que se esforcem ao máximo para serem sujeitos honestos e trabalhadores – no caso das meninas, que não andem namorando com qualquer homem –, afastando-se, assim, dos “lugares errados” e da pecha de “envolvidos” que os exporia ao risco de uma morte fácil – como disse Néca, “*depois* não adianta dizer ‘ai, coitadinhos’”, pois estavam expostos “na esquina”. Muitos lugares de socialização juvenil em cidades como Alvorada estavam atravessados pela presença de atores ligados ao tráfico e a outras atividades criminais. Isso, somado à dificuldade de delimitar claramente até onde essa presença se estendia, tornava-se uma justificativa para um rígido controle parental, como vimos nas explicações de Néca.

A presença da violência era, portanto, dispersa e, até certo ponto, indistinta. Como vimos nas explicações de Carlos, o tráfico se valia especialmente da indistinção entre suas

atividades e a vida “normal” dos jovens para desenvolver seus negócios. Assim, essa violência intensamente inscrita no cotidiano de certos bairros instalava uma atmosfera “sinistra” no dia-a-dia e nos espaços de lazer; “sinistra” porque “sabia-se” que o que era familiar (um lugar, uma situação ou um amigo) poderia se tornar rapidamente algo estranho, ameaçador e potencialmente destrutivo.

Na roda de conversa que transcorria no pátio do Centro da Juventude, Éverton, Paula e os demais permaneceram pensativos quanto ao desfecho da vida de sua amiga Kelly. Mais uma vez, a morte não seria acompanhada por qualquer tipo de manifestação pública de luto, em razão da sua associação com o tráfico de drogas. Dessa vez, como demonstrei, o motivo da falta de luto, pelo menos da parte dos jovens, não era tanto uma condenação moral das causas que provocaram os assassinatos. O que contribuiu para a ausência de condolências públicas à família foi o “medo” de se verem “envolvidos” com as circunstâncias que levaram à morte da menina. A regulação a que estavam sujeitas as respostas afetivas diante dessas mortes não necessariamente se dirigia aos sentimentos enquanto tais. A regulação, nesse caso, dizia respeito à circulação e à expressão pública dessas respostas – como alertou Butler, elas podem sofrer “uma censura explícita”. Assim, outra menina, na roda de conversa, trouxe a informação de que Kelly “chegara viva ao hospital, mas morre[ra] lá”. Além disso, comunicou aos colegas que “não [haveria] velório, nem dele, nem dela. [Eles seriam] enterrados direto”.

Apesar da consternação de cada um dos jovens com a notícia, a rotina do Centro prosseguiu. Mais tarde, durante um jogo de vôlei, o assunto retornou entre aqueles que assistiam a partida. Já se sabia que não haveria velório e que, de qualquer forma, seria difícil comparecer a qualquer cerimônia dessa natureza, pelo “medo” do “envolvimento”. Diante dessa impossibilidade, alguns colegas se perguntaram por outro tipo de homenagem final à amiga: “não teve homenagem na escola para a Kelly?”, indagou um rapaz. Uma menina, que andava por ali vendendo trufas, respondeu: “não sei... acho que não”. E, em seguida, fez um comentário curioso: “Essa noite, eu fiquei com medo de dormir e ela aparecer para mim...”.

A menina temia que a imagem de Kelly retornasse, numa aparição. Talvez, para lembrar-lhe de algo que não poderia ser esquecido. Avery Gordon (2008) se dedicou a pensar sociologicamente os fenômenos espectrais, argumentando que os fantasmas costumam indicar ou implicar uma espécie de “missão” para aqueles que, no presente, são por eles assombrados. Segundo a autora:

O que é singular na assombração (*haunting*) é que ela é um estado anímico no qual uma violência social não resolvida ou reprimida se dá a conhecer, às vezes de maneira bastante direta, às vezes obliquamente (...) A assombração é uma experiência assustadora. Ela sempre registra o dano infligido ou a perda provocada por uma violência social cometida no passado ou no presente. No entanto, diferente do trauma, a assombração é distintiva por produzir “algo a ser feito”. (Gordon, 2008, p. 16)

Caberia, neste caso, indagar mais a fundo que tipo específico de tarefa ou missão tais aparições poderiam estar inscrevendo no presente dos jovens em Alvorada. No entanto, também podemos imaginar que se há alguma tarefa, ela tem relação com o processo que vim demonstrando até aqui, isto é, a interdição da demonstração pública do luto dos companheiros de Kelly. Impedidos de lamentar publicamente a perda dos seus contemporâneos e conterrâneos, eles são por eles assombrados. No último tópico, analisarei a maneira como essas vidas perdidas eram reivindicadas pelos familiares e pelos amigos através de outros suportes, como a fotografia e as canções. Veremos que, proibidas de serem choradas ostensivamente em público, as vidas perdidas reapareciam nas homenagens veiculadas nas redes sociais. Nessas homenagens sentidas e tristes, as letras de *funks* codificavam um discurso sobre a perda e as fotografias testemunhavam a existência de uma vida passível de luto. As redes sociais, que se configuram como um espaço, ao mesmo tempo, público e íntimo, constituíam uma espécie de lugar liminar onde a reivindicação dessas vidas tornava-se possível.

#### 6.4 Contra as forças da melancolia, fotos e canções

Se eu fecho os olhos, minha mente desenha você  
Tapo os ouvidos, mas consigo escutar sua voz  
Só de pensar que nunca mais eu vou te ver  
Dói, dói, dói  
Que mundo é esse tão cruel que a gente vive?  
A covardia superando a pureza  
O inimigo usa forças que oprimem, oprimem  
É, vai na paz, irmão, fica com Deus  
Eu sei que um dia eu vou te encontrar  
Valeu menor, espera eu chegar  
Valeu menor, espera eu chegar

(MC Caja e MC Kevis O Chris – “Valeu, menor”)

Com esses versos, Luciana, de apenas dezesseis anos, ex-namorada e amiga de Gustavo, expressou, em um vídeo publicado no Facebook em 2019, sua homenagem ao menino que havia partido. A letra de um funk muito famoso entre os adolescentes narra

a despedida a um outro rapaz que também morrera precocemente. O vídeo em homenagem a Gustavo, embalado pela canção, mostrava fotos do casal, com amigos e em diferentes momentos. Eles eram muito jovens – tinham, respectivamente, dezesseis e dezessete anos – e aquele tinha sido, para ambos, o primeiro namoro. Lembro de vê-los de bicicleta, indo para casa, depois da jornada no Centro da Juventude: ele dirigia, ela ia sentada à sua frente. Alguns meses após o fim da minha estadia em Alvorada, Luciana e Gustavo terminaram seu relacionamento amoroso. Ela, ainda assim, lembrava que na última vez que conversaram “foi como se o tempo não tivesse passado”: “o carinho [entre eles] continuava o mesmo”, disse no texto publicado nas redes sociais. Na mesma postagem, Luciana contava que Gustavo havia prometido “melhorar” suas atitudes, entrar na linha, mas, de repente, tal possibilidade não existia mais. Gustavo era um dos frequentadores do Centro da Juventude – tinha “um jeito de ser, assim, divertido” e brincalhão, como ele mesmo se definiu. Era um guri simpático e aberto às conversas. Eu não tive mais informações sobre as circunstâncias do seu falecimento, uma vez que a morte dos jovens costumava estar cercada de silêncios quando decorria de situações violentas. Entre os frequentadores do CJ, Gustavo era um dos que estavam engajados em grupos nos quais morrer violentamente constituía um destino possível.

Era no espaço virtual das redes sociais que os amigos e familiares dos jovens mortos prestavam homenagens aos seus entes queridos. Neste último tópico, analisarei a canção que a namorada de Gustavo utilizou para embalar o vídeo que serviu de expressão para seu luto e refletirei sobre o caráter das imagens no processo de reivindicação de uma vida. A aparição dessas imagens e canções no espaço das redes sociais – em que se misturam exposição pública e desabafos íntimos – era comum quando se tratava de mortes violentas de jovens. Diante de seus amigos e conhecidos, e de um público potencialmente mais amplo, as mães, irmãs e amigos dos falecidos tinham a oportunidade de apresentar uma imagem desses jovens controlada por eles. Veiculavam, assim, uma caracterização daquelas vidas que desafiava a condenação social pela qual haviam passado no momento em que foram associados ao tráfico de drogas. Nesse espaço das redes sociais, as pessoas próximas e não tão próximas acabavam sensibilizadas por outra imagem dos jovens. Sem mencionar as circunstâncias da morte – o que impedia sua rápida classificação como “bandidos” ou “envolvidos” –, eles eram, nas redes sociais, apresentados e lamentados como simples “vidas”, sem adjetivos ou indícios que levassem a audiência a classificá-los segundo categorias condenatórias. Nesse contexto, os jovens eram irmãos, namorados,

amigos queridos que foram violentamente retirados da convivência de quem se importava com eles. O uso das fotos e das músicas davam materialidade à reivindicação do luto daqueles que não puderam ser chorados, literalmente, em praça pública.

Assim como as imagens que “apareciam” à noite, assombrando a colega de Kelly, as canções, os textos e as fotografias usadas nas redes sociais para homenagear os falecidos recuperavam “traços” da passagem desses jovens pelo mundo; “traços” do seu rosto, da sua voz, dos seus projetos e da sua personalidade que os amigos e familiares tentavam preservar, memorizar e apresentar aos demais. O *funk*, utilizado na homenagem à Gustavo, lembrava que esses rastros deixados pelos jovens estavam registrados intensamente na memória íntima dos seus amigos. Ao dispensarem os estímulos visuais e auditivos do presente, eles podiam acessar os vestígios dessa presença – seu contorno e sua voz.

Os rastros dessas vidas, evocados nas fotografias, nas memórias, nas músicas e nas aparições, podem ser chamadas assombrações, não num sentido negativo ou sinistro, mas indicando que “algo [ainda] deve ser feito”. Em seu ensaio *Luto e Melancolia* (1917), Freud se referiu aos fantasmas como aqueles mortos não esquecidos, precisa e paradoxalmente porque foram inicialmente desatendidos, ou seja, por não terem sido recordados o suficiente depois do seu falecimento, completando, assim, o processo de luto que teria evitado sua incorporação à psique de maneira involuntária. A impossibilidade de chorar em público e, sobretudo, de sustentar a condição de “vidas” merecedoras de cuidados, parece ser a origem do que preocupa ou assombra seus familiares e entes queridos. As fotografias dos jovens e os exercícios de memória de seus amigos e parentes, diante dessa interdição, desempenham o papel de trazer para o presente a demonstração irrevogável de que existiu uma vida. A fotografia, argumenta Barthes (1984, p. 124, 59), não é “uma reconstituição, um fragmento, como a arte prodigaliza, mas o real em estado passado: a um só tempo o passado e o real. (...) a fotografia é toda evidência”.

Na reflexão de Butler (2015), as fotografias são aquilo que, de alguma maneira, rompe a lógica de classificação de determinadas vidas como não passíveis de luto. Isto ocorre porque “a fotografia 'defende' a condição de uma vida ser passível de luto; seu *pathos* é, ao mesmo tempo, afetivo e interpretativo” (p. 145). Isso quer dizer que, na medida em que a fotografia nos afeta com os vestígios que apresenta, ela propõe também uma interpretação sobre o “real em estado passado” que retrata. Roland Barthes (1984),

em *A Câmara clara: notas sobre a fotografia*, argumentou que a imagem fotográfica tem uma capacidade particular de projetar um rosto, uma vida, no tempo do futuro do presente composto. Interpretando as proposições de Barthes, Butler (2015) sugere que:

A fotografia transmite menos o momento presente do que a perspectiva, o *pathos* [ou seja, o afeto] de um tempo em que "isso terá sido". A fotografia opera como uma crônica visual: ela "não afirma necessariamente *o que não é mais* [grifo], mas apenas e por certo *o que foi*". Todo retrato fotográfico, porém, se expressa em pelo menos dois modos temporais, sendo tanto uma crônica do que foi como a certeza antecipatória sobre o que terá sido (p. 144)

Da perspectiva de um passado absoluto, que já se encerrou, a vida “terá sido vivida”. É a sustentação dessa perspectiva por parte da fotografia que torna o retrato de uma pessoa algo tão comovedor. A foto testemunha o “terá sido” da vida. O futuro do presente composto é o tempo verbal que expressa a condição de uma “vida” que efetivamente existe/existiu e é reconhecida enquanto tal. As fotografias que testemunham a presença dos jovens em diferentes situações, oferecem aos olhos dos demais "a cena em que uma vida é apreendida sem que antes tenha sido ordenada pelas normas do reconhecimento" (Butler, 2015, p. 142). Isto é, ela testemunha a existência de uma vida por *fora de e contra* as normas de reconhecimento que tendem a excluir esses jovens do conjunto de “vidas” que estão/estavam legitimamente vivas. "Vemos a fotografia e não conseguimos nos desvencilhar da imagem que nos é transitivamente transmitida" (Butler, 2015, p. 143). Assim, o uso das fotografias nas redes sociais está em condições de, possivelmente, abrir ou pelo menos sustentar “uma forma mais explícita de lamentar” (Butler, 2015, p. 144), opondo-se às “forças da melancolia” suscitadas pelos bloqueios ao lamento presentes em outros lugares públicos.

Os versos do *funk* apresentavam uma interpretação sobre as mortes violentas que ia num sentido complementar. Os versos escritos pelos compositores, além de lamentar explícita e ostensivamente a perda do amigo (“Só de pensar que nunca mais eu vou te ver/Dói, dói, dói”) e sugerir aquela sensação geral de fragilidade diante da morte que acomete os jovens habitantes de periferias como Alvorada (“Eu sei que um dia eu vou te encontrar/Valeu menor, espera eu chegar”), aponta para um princípio de pensamento sobre a violência. Sem especular sobre as circunstâncias, sem tentar descrever a natureza das atividades dos jovens, sem mediar nenhuma explicação sociológica sobre as causas e sem demonstrar “horror”, num tom direto e dolorido, o compositor simplesmente pergunta: “Que mundo é esse tão cruel que a gente vive?”. Em seguida, encaminha sua reflexão: [é]“a covardia superando a pureza/O inimigo usa forças que oprimem,

oprimem”. Não há que perguntar, por enquanto, a quem se referem como “inimigo” ou o que significaria “pureza”, “crueldade”, “opressão” ou “covardia”, afinal, a canção é empregada em situações muito diferentes entre si. A forma direta de interpelar a dor causada pelas mortes violentas, sem rodeios especulativos, talvez seja o caminho para começar a *pensar* verdadeiramente em que elas consistem. Suspender a proliferação de interpretações talvez seja útil para barrar, por um instante, a circulação da norma que constantemente exclui esses jovens do reconhecimento de “uma vida”. Isso porque, como argumentei, é a especulação (sempre incerta) sobre as circunstâncias do seu “envolvimento” com o tráfico o que justifica o questionamento da legitimidade dessas vidas.

A circulação da norma que regula quem será ou não reconhecida como uma “vida” impede que esses jovens possam ser reivindicados enquanto “vítimas” ou que seus familiares e amigos formem “comunidades políticas” ou “comunidades morais” que coloquem em questão seu sofrimento (ver Das, 1995; Vecchioli, 2000; Vianna, 2014; Sarti, 2014). Vecchioli (2000) argumenta que a nomeação enquanto vítima depende de um campo de forças históricas e sociais. Gatti (2016) argumenta que aceder ao status de “vítima” faz com que o sujeito saia da invisibilidade social e coletiva, conquistando algum reconhecimento e visibilizando o sofrimento<sup>81</sup>. No mesmo sentido, Zenobi (2014, p. 1) alerta que “uma catástrofe só existe como tal através do trabalho coletivo de definição desse evento como uma catástrofe”. Nos casos aqui narrados, o espaço privado era o lugar ao qual o lamento era circunscrito por uma série de motivos, que iam desde o medo de se “envolver” com as circunstâncias da morte violenta até a condenação moral do sujeito falecido. Ao contrário dos casos analisados em boa parte da literatura sobre o assunto, quando os jovens morrem em circunstâncias associadas ao crime e ao tráfico em Alvorada não ocorria o deslocamento do mundo privado e a criação de “comunidades políticas” (Vecchioli, 2000, p. 177) em torno dessas mortes. De certa forma, eles não eram reconhecidos como vítimas por ocuparem também, presunta e/ou indiretamente, o papel do vitimário (aquele que coloca em risco a vida dos outros indivíduos da comunidade).

---

<sup>81</sup> Arosi (2017) indicou, para o caso das vítimas do incêndio da boate Kiss em Santa Maria, que o movimento social que se articulou em torno dos familiares das vítimas buscava romper a delimitação de que seu luto ficasse restrito ao espaço dos consultórios psiquiátricos, do atendimento psicossocial que recebiam do Estado e das suas próprias casas. Enfrentando essa tentativa de circunscrição do lamento, eles ocupavam o espaço público e algumas instituições para exigir “justiça” num processo de tensão com as instâncias judiciais, legislativas e administrativas do Estado.

Vimos ao longo do capítulo que a reiteração dessa norma – que distribuía as vidas entre aquelas que seriam lamentadas e aquelas que não – impunha aos jovens um disciplinamento através da restrição dos espaços de circulação, de certo controle dos seus comportamentos da exortação a que se tornassem sujeitos “trabalhadores”. A violência funcionava assim como uma espécie de “agulhão” complementar que os impelia a aderir ao assalariamento como uma via de reconhecimento: seriam, assim, incluídos na norma enquanto uma “vida” ou uma existência que mereceria cuidados. Aos jovens lhes era prometido que, na medida em que se disciplinassem nos circuitos de mobilização de mão-de-obra barata, teriam vidas que seriam valorizadas como tais. Mesmo aderindo a esse mandato, eles sentiam que suas vidas seguiam extremamente vulneráveis à violência e à morte. Eles operavam uma crítica dessa condição ao perceberem que todos (ou muitos) lugares poderiam ser "errados" e que as alternativas disponíveis – ser um sujeito “honesto” e “trabalhador” – não asseguravam uma mudança real de vida que os mantivesse longe dos riscos. Essas medidas, no fim das contas, apenas exorcizavam temporariamente a ameaça de aniquilação que insistia em irromper no assassinato de amigos e conhecidos. No próximo capítulo, mostrarei como o Centro da Juventude organizava a partir dessa norma todo um dispositivo de intervenção na vida dos jovens, inaugurando um novo conjunto de possibilidades para eles.

## Capítulo 7

### **“Um lugar de sonhos”: do cultivo da empregabilidade ao advento de um inexistente no Centro da Juventude de Alvorada**

*A novidade de uma verdade é decorrência de uma suplementação aarosa que interrompe a  
repetição.*

Alain Badiou, *Condiciones*

*O porvir é inevitável, preciso, mas pode não acontecer.*

Jorge Luis Borges, *Otras Inquisiciones*

Neste capítulo, analisarei a dinâmica que se desenvolveu num espaço formativo em Alvorada onde eram oferecidos cursos e oficinas direcionados a jovens moradores de alguns bairros do município. Assim como no capítulo 4, onde abordei o CMEP Florestan Fernandes, a intenção, aqui, é explorar a relação entre formação profissional, perspectivas de inserção laboral e produção de desejo. Proponho, ao longo do capítulo, uma análise dos axiomas que organizavam a “apresentação” dos fenômenos que tinham lugar no Centro da Juventude (CJ), isto é, busco responder a seguinte pergunta: a partir de quais regras e/ou princípios os desejos, as expectativas e os dilemas dos jovens “apareciam” no dia-a-dia da instituição? Para Badiou (2008), o transcendental de um mundo, isto é, seu axioma ou seu princípio constitutivo *regra* o aparecimento das multiplicidades<sup>82</sup>, conformando fenômenos ou objetos, definidos como “o par de um ente-múltiplo e sua indexação transcendental (...) em um mundo determinado” (p. 345). Para demonstrar quais eram as regras que organizavam o “aparecer” dos fenômenos em meio à rotina do CJ, situarei o contexto em que a iniciativa foi pensada e executada.

Diferente do CMEP Florestan Fernandes, que oferecia aos alvoradenses um espaço educativo justificado em termos mais laxos, relacionados à “qualificação”, o Centro da Juventude (CJ) encarava a formação profissional de jovens e adolescentes como uma “meta” firmemente articulada a alguns objetivos político-administrativos

---

<sup>82</sup> “Multiplicidades” tem um sentido, aqui, diferente de diversidade. Enquanto a diversidade poderia referir a uma variedade de entes ou de sujeitos já conformados, discretos e diferentes entre si, a multiplicidade se aproxima da ideia dos infinitos elementos, supra elementos e sub elementos que existem numa situação específica e que são convocados pelos axiomas de um “mundo” para conformar os objetos, as relações, os processos e os fenômenos que terão lugar nele.

concernentes ao combate à violência urbana em determinados territórios da cidade. No quadro de tais objetivos, os jovens e os adolescentes têm sido alvos preferenciais, uma vez que, como argumenta Motta (2017), a categoria “juventude” vem sendo utilizada na literatura especializada, na formulação de políticas públicas e na elaboração de leis como um recorte populacional que permitiria atualizar uma relação determinada entre pobreza e violência. Nas palavras da autora, “quando se trata do tema da violência, a ‘juventude’, ao ser mobilizada como categoria, tem funcionado como um elemento de reconfiguração e reprodução da lógica, já antiga, que relaciona, linearmente, pobreza e violência” (Motta, 2017, p. 174). Isto ocorre “exatamente por ser constituída [a juventude pobre] como público-alvo privilegiado tanto das políticas de combate quanto de prevenção à violência” (Motta, 2017, p. 157). Assim, através de um recorte populacional – um conjunto de indivíduos que se encontra numa determinada faixa etária e reside num território demarcado– é possível justificar algumas intervenções, sobretudo educativas, culturais e policiais, em zonas pobres urbanas, erigindo como insígnia a imagem de uma violência potencial que teria como alvo recorrente e como agentes os próprios jovens<sup>83</sup>.

Inseridos no campo deste tipo de preocupação governamental, os Centros da Juventude oferecem uma série de serviços e atividades a jovens de quinze a vinte e quatro anos de idade, moradores de seis territórios identificados como aqueles que apresentaram os maiores índices de mortalidade juvenil no estado do Rio Grande Sul. Quatro dessas regiões ficam em Porto Alegre (nos bairros Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Restinga) e duas em cidades da Região Metropolitana (Viamão e Alvorada). Em Alvorada, o CJ abarcava os seguintes bairros: Umbu, Onze de Abril, Maria Regina, Salomé, Tijuca, Tupã, Cedro e Sítio dos Açudes. Uma das principais razões que justificavam o atendimento destes jovens, segundo Sheila, uma das coordenadoras do CJ Alvorada, decorria da seguinte observação:

Uma pesquisa da promotoria do Estado do RS concluiu que o jovem que cometia um crime (...) dentro de, no máximo, quatro anos ele vai ser assassinado. Então, esse jovem em conflito com a lei não tinha tempo sequer de concluir o processo e cumprir a medida socioeducativa. Em 2012, por isso, eles mudaram o projeto: ao invés de atender apenas aqueles jovens em

---

<sup>83</sup> A dimensão racial da vitimização de jovens no Brasil vem sendo bastante problematizada e analisada em alguns estudos recentes. São os jovens negros e pardos os mais atingidos pela violência, seja de parte do estado, seja na mão de grupos armados não estatais. Alguns levantamentos estatísticos apontam que “o jovem negro apresenta uma tendência a ser vítima de homicídio três vezes maior que o jovem branco” (Flores, 2016). Ver também Vergne, Vilhena, Zamora e Rosa (2015). Essa era uma dimensão brevemente mencionada nos documentos que organizavam a intervenção do Centro da Juventude, como mostrarei mais adiante.

cumprimento de medida socioeducativa, deveria ter um programa para atender todos os jovens do território.<sup>84</sup>

A urgente constatação de que o atendimento socioeducativo não chegava aos sujeitos para os quais havia sido pensado deu mais força à iniciativa de implementação dos Centros da Juventude. Sua razão de ser respondia ao interesse de atender aqueles jovens e adolescentes identificados como vulneráveis aos contextos de violência, antes que eles pudessem cometer algum crime ou se envolver em situações potencialmente perigosas. Como veremos no próximo tópico, os Centros da Juventude compõem uma intervenção político-administrativa mais ampla, cujo objetivo é a redução dos índices de violência nos territórios escolhidos para receber a iniciativa.

Neste capítulo, proponho abordar o CJ Alvorada como “um mundo” com regras próprias. Estas últimas regulavam a apresentação das multiplicidades ali presentes e das suas variações no tempo. Para Badiou (2008), pode-se dizer que há mundo “na medida em que é possível identificar uma configuração dos entes múltiplos que aparecem ‘aí’ e das relações transcendentalmente regradas entre esses entes” (Badiou, 2008, p. 339). Tratarei de apresentar os princípios que regulavam o “aparecer” dos fenômenos no CJ Alvorada, buscando mostrar como era possível formar uma regularidade e uma consistência nos atos, sentimentos e desejos dos jovens atendidos *a partir* da multiplicidade que caracterizava a situação onde a intervenção do Centro se desdobrava. Antes de apresentar com detalhe os elementos constituintes do “mundo” CJ Alvorada, recuperarei algumas informações sobre suas origens, seus objetivos e seu contexto político-administrativo.

---

<sup>84</sup>De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda pessoa com idade entre doze e dezoito anos que comete ato infracional análogo a crime ou contravenção penal está sujeito ao cumprimento de medidas socioeducativas. O ECA estabelece seis medidas socioeducativas: Advertência, Reparação de dano, Prestação de serviço à comunidade, Liberdade assistida (neste caso, durante um período mínimo de seis meses, o adolescente é acompanhado por agentes sociais do Estado, que verificam se podem atendê-lo em alguma necessidade), Semiliberdade e Internação em estabelecimento educacional. Além de ter um caráter de responsabilização, as medidas socioeducativas têm, também, uma dimensão educativa, de restituição de direitos e de promoção da inserção social, educacional, cultural e profissional do adolescente. O atendimento socioeducativo é feito pela rede de instituições estatais e não-estatais que garantem a execução das medidas. Informações disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-medidas-socioeducativas/> [tem vários trabalhos no PPGAS sobre o tema; acho que deveriam ser citados!]

## 7.1 Os “Centros da Juventude” e o “Programa Direitos e Oportunidades”

Os Centros da Juventude fazem parte de uma política pública levada a cabo pela Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 2015. A estrutura básica de atendimento aos jovens está inspirada em iniciativas anteriores, tais como a “Casa das Juventudes” implementada em Canoas, o Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável, cuja sigla é “PROTEJO”, os “Territórios da Paz”, o projeto “Mulheres da Paz” e o Programa Nacional de Segurança Cidadã (PRONASCI) (Trindade, 2018)<sup>85</sup>. Diante da suspensão do repasse de recursos do governo federal para esses programas, o governo estadual, em 2014, durante a gestão de Tarso Genro (PT), foi em busca de financiamento do BID para continuar a execução de políticas direcionadas à “prevenção social e situacional das violências” (Trindade, 2018; Rio Grande do Sul, 2016). Os programas anteriores já eram voltados para a promoção da cidadania, da inserção na educação básica, da inclusão cultural e do incentivo ao bem-estar entre jovens e adolescentes moradores de bairros que apresentavam altas taxas de mortalidade juvenil. Durante as negociações para a execução da parceria firmada com o BID, foram realizados alguns ajustes e complementos no modelo de atendimento vigente. Assim, a grade de intervenções dos futuros Centros da Juventude incorporou uma ênfase maior nos cursos e oficinas profissionalizantes e/ou preparatórias para o chamado “mundo do trabalho” (Trindade, 2018). De acordo com os documentos oficiais, os CJ’s consistem em

---

<sup>85</sup>O PROTEJO tinha como objetivo principal "a promoção da proteção dos jovens mediante ações pedagógicas" (Souza, 2013). Seu público-alvo eram jovens em situação de risco social, na faixa etária de 15 a 24 anos. A política dos Territórios de Paz tinha o intuito de "promover ações sociais de prevenção à violência, por meio de um projeto de inclusão social, proteção aos vulneráveis e aplicação de uma polícia comunitária que atu[asse] em parceria com as lideranças locais, entre outras medidas, para a redução da violência e da criminalidade urbana" (Teixeira, 2016). Já o projeto "Mulheres da paz" tinha como foco as mulheres que faziam parte das redes dos jovens que eram vítimas de violência e que já eram atendidos pelos demais programas do PRONASCI. As "agentes da paz" recebiam capacitação para mediação de conflitos, técnicas de abordagem, cidadania, prevenção ao uso de drogas, adolescência e inclusão digital e ganhavam também uma ajuda de custo. Partia-se do princípio de que as mulheres já ocupavam um papel de liderança social nesses territórios e que poderiam atuar como mediadoras comunitárias para a resolução de conflitos. Os três projetos estavam inseridos no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o qual cuidava da "articulação entre políticas sociais e políticas de segurança", priorizando "a prevenção, incluindo ações de ordenamento social e segurança pública, tendo como público-alvo a mesma população atendida pelo Protejo, além de profissionais da segurança pública, presos ou egressos do sistema prisional, e reservistas" (Souza, 2013). Para uma análise do Pronasci, ver Ruediger (2013). Para uma análise sobre gênero no programa "Mulheres da paz", ver Sorj e Gomes (2011).

“espaços públicos e comunitários que contribuirão com a ampliação e a qualificação da oferta de serviços de prevenção social das violências para jovens de 15 a 24 anos em condições de vitimização e/ou vulnerabilidade social, com o fim de prevenir a atividade delitiva e melhorar suas oportunidades de integração social. (BRASIL, RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 6)

A execução dos Centros da Juventude está vinculada ao Programa de Oportunidades e Direitos (P.O.D.). Este último inclui, além dos CJ's, programas de diagnóstico e controle da ação policial nas regiões atendidas, regulando abusos dos agentes da ordem e buscando aproximar policiais e comunidade local<sup>86</sup>. Já os Centros da Juventude são responsáveis por atender os jovens moradores dessas regiões, tendo como objetivos principais “prestar serviços que promovam o acesso à inclusão social e produtiva de jovens de 15 a 24 anos residentes nos territórios prioritários do projeto”, “atuar como núcleos de referência e de encaminhamento para os demais serviços públicos e privados de atenção às juventudes” e “criar, coordenar e sediar Fóruns Comunitários Interativos de Segurança para identificar as demandas e preocupações de segurança da comunidade local em conjunto com as polícias” (Rio Grande do Sul, 2016, p. 6)

Para implementar os Centros da Juventude, o Estado do Rio Grande do Sul abriu edital de seleção de projetos elaborados por associações civis locais, relacionadas, de alguma maneira, aos espaços de intervenção, uma vez que os Centros devem ser “pautados pelo trabalho em rede, pela lógica da cogestão entre Estado e sociedade civil” (Rio Grande do Sul, 2016, p. 6). Depois de selecionadas as associações locais, de acordo com o projeto de execução apresentado, as três partes – BID, Estado do Rio Grande do Sul e associação local – assinam um Termo de Referência que regula os compromissos e tarefas atribuídas a cada um dos assinantes. A associação local torna-se, assim, instituição executora, responsável, portanto, pela implementação do Centro, pela contratação da equipe de profissionais e de funcionários e pela aplicação dos recursos repassados pelo BID ao Estado do Rio Grande do Sul.

A inspiração para o desenvolvimento de intervenções como os Centros da Juventude se encontra na intersecção de diferentes frentes discursivas<sup>87</sup>. A primeira delas

---

<sup>86</sup>Sobre as medidas de diagnóstico e controle da ação policial, no marco do P.O.D., ver o artigo “Índice de Compliance da atividade policial (ICAP) no contexto de monitoramento do uso da força nos territórios do Programa Oportunidades e Direitos no estado do Rio Grande do Sul” (SANTOS ET AL, 2011), elaborado por consultores e especialistas ligados ao BID responsáveis pela implementação dos mecanismos de diagnóstico da ação policial nas regiões atendidas.

<sup>87</sup> Utilizo aqui a ideia de "frente discursiva" desenvolvida por Damo (2016). No marco da sua análise sobre os discursos que buscavam legitimar o uso de dinheiro público em megaeventos esportivos, o autor

instala a figura do jovem como “sujeito de direitos” e garante as condições para a promoção de políticas públicas setoriais voltadas a esse “público-alvo”, sobretudo após a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013 (Koerich e Vidal, 2020). Neste sentido, iniciativas como o POD dedicam-se a incentivar o desenvolvimento dos jovens e a garantir seus direitos. A segunda frente discursiva que inspira a intervenção político-administrativa dos Centros da Juventude diz respeito à preocupação com o tema da “segurança pública”. Neste âmbito, apesar de o problema não se reduzir aos jovens, as estatísticas que expressam a mortalidade juvenil associada à violência urbana e concentrada em determinadas regiões continuaram chamando a atenção dos formuladores de políticas públicas e dos especialistas no tema. Assim, construiu-se um consenso governamental em torno da necessidade de uma intervenção pública que afastasse os jovens dos contextos violentos, mitigando sua “vulnerabilidade”, atribuída a fatores como a dificuldade de acesso a serviços públicos, a falta de espaços para socialização, o afastamento da escola, a presença de familiares e/ou amigos encarcerados ou assassinados, a dificuldade de inserção laboral e os altos índices de vitimização, inclusive e, sobretudo, a letal (Trindade, 2018). O intuito de intervenções como o Centro da Juventude seria o de combater a “vulnerabilidade” a que os jovens desses territórios estariam expostos através da sua inserção em programas que os aproximem das escolas, que os introduzam no mercado de trabalho e os atendam na promoção de seus direitos (à saúde, à cultura, à educação, à participação política, etc.). Como argumentou Motta (2017), o fato de pertencerem a contextos empobrecidos justifica, de modo geral, que a atenção à juventude se apresente como uma medida de combate à violência urbana. A linha que associa violência e pobreza mantêm-se, hoje, através da categoria da “juventude pobre”, ou mais precisamente, “juventude vulnerável”, que facilmente desliza para “juventude violenta” e “violentada”. O Termo de Referência de execução dos Centros da

---

analisou algumas "frentes discursivas", as quais, enunciadas publicamente – e sujeitas, portanto, à contestação –, tinham a intenção de "criar mecanismos de sedução, imaginação e justificação" para determinadas práticas de consumo e decisões políticas. Assim, Damo definiu as "frentes discursivas" como uma série de "dispositivos que antecipam a ação, (...) criam um cenário do possível, do legítimo e até mesmo do desejável (ou [ao mesmo tempo] do interdito, abominável etc)". Assim as frentes discursivas ao "tornar[em] crível um ponto de vista" através de dispositivos sociotécnicos como relatórios, dossiês, pesquisas, pronunciamentos, etc e ao buscarem "constituir uma verdade sobre algo", contribuem a conformar um espaço de intervenção, intercâmbio e circulação em torno de determinados objetos. No caso das “frentes discursivas” que sustentam a necessidade de implementação do CJ, trata-se de construir e apresentar um problema referente a determinado setor da população: a violência que vitima a juventude pobre.

Juventude enuncia claramente tal correlação ao elencar a “problemática a ser resolvida” através da intervenção governamental:

“A exemplo do que se verifica no Brasil, no Rio Grande do Sul os territórios que concentram os maiores níveis de vitimização letal coincidem com aqueles de maior exclusão socioeconômica e cultural, reforçando a relação perversa existente entre violência, pobreza e, fundamentalmente, desigualdade. Isso porque as áreas com piores indicadores sociais geralmente são aquelas que apresentam maior risco de morte por homicídios e maior número de vítimas fatais em face da violência policial (Rio Grande do Sul, 2016, p. 3)

Os índices de “vitimização” (inclusive decorrente da violência policial) de jovens -- e, dentro desse conjunto, de jovens negros nos territórios escolhidos para receber os Centros -- desempenham o papel de demonstrar a urgência e a necessidade de implantação de uma estrutura de atenção direcionada à essa população. Aqui, como argumentam Genesini, Lazzarotto e Tittoni (2020), “a morte é o ponto de partida da criação de políticas” no marco das quais uma série de especialistas – entre eles, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, economistas, administradores, etc. – serão convocados a intervir. A morte, prosseguem as autoras, “é componente cotidiano das relações territoriais, é ameaça que assombra e cria certezas de que não será possível chegar aos dezesseis anos de idade” (Genesini, Lazzarotto e Tittoni, 2020, p. 4).

Neste ponto, a proteção da vida anda de mãos dadas com sua vulnerabilização, uma vez que continuamos tratando de uma política de “segurança pública”. Intervenções político-administrativas como o Centro da Juventude podem ser encaradas como parte dos “dispositivos securitários” contemporâneos (Augusto; Wilke, 2019, p. 228), na medida em que propõem intervir no nível das condutas individuais – através da construção de uma “cultura de paz e de não violência no território” (Rio Grande do Sul, 2016, p. 10) – sem dispensar o uso da força policial, que será, por sua vez, modulada e regulada<sup>88</sup>. Esse tipo de intervenção também responde à necessidade de evitar ao máximo a explosão de determinados conflitos nos “territórios”, sendo o “risco” iminente da violência uma justificativa suficiente para acionar a presença policial e pedagógica, de maneira a prevenir a ocorrência de novos delitos e, portanto, a reprodução das dinâmicas de “vitimização” que as estatísticas vêm registrando. Assim, as intervenções como o CJ

---

<sup>88</sup> A construção da “cultura de paz e de não violência” se dá através da formação dos próprios jovens, que se tornariam posteriormente “multiplicadores” dessas posturas no território. Conforme o Termo de Referência: “os Centros deverão promover uma cultura de paz, referenciada na mediação de conflitos e em práticas restaurativas, em face do estímulo a atitudes, posturas e comportamentos não violentos voltados à superação das desigualdades (e de assimetrias estruturais) e em prol da segurança e dos direitos humanos da juventude e dos demais segmentos da comunidade local beneficiados” (Rio Grande do Sul, 2016, p. 7)

manifestam o interesse de “reduzir a exposição dos jovens a circunstâncias e comportamentos de risco” (Rio Grande do Sul, 2016, p. 6). Segundo Augusto e Wilke (2019, p. 230), “a forma de intervir e gerir os chamados ‘conflitos’ em territórios considerados ao mesmo tempo vulneráveis à e produtores *de* ameaças para a paz (...) remete a um deslocamento do objetivo e do objeto da segurança” (grifo dos autores). Isto é, outros objetos passam a ser alvos de “processos de securitização” (ibid.) e um dos primeiros entre eles é a própria conduta individual dos jovens, a qual deve ser afastada o máximo possível dos chamados “comportamentos de risco” (envolvimento com grupos de tráfico, consumo de drogas, evasão escolar, etc.).

No marco dessa segunda frente discursiva, circulam certos métodos de resolução de conflitos associados à Justiça Restaurativa, conjunto de técnicas e conhecimentos mobilizados há alguns anos na Vara de Execuções de Medidas Sócio-Educativas, na área de Infância e Juventude (Schuch, 2008). Justiça Restaurativa (JR) é uma “técnica de solução de conflito (...) que se orienta pela criatividade e sensibilidade a partir da escuta dos ofensores e das vítimas” (Bittencourt, 2017, s/n). Ela se desdobra em uma série de mecanismos e dispositivos diferentes que buscam estabelecer um processo colaborativo de resolução de conflitos, no qual as partes, agressor e vítima, afetadas mais diretamente por um crime, determinam a melhor forma de reparar o dano causado pela agressão. A técnica busca a conciliação, a reinserção social e a educação dos sujeitos envolvidos e conta com um mediador ou juiz que intercede no diálogo entre o “transgressor da lei” e a vítima que foi atingida pelo ato ilícito (Bittencourt, 2017). É uma medida alternativa à judicialização de agressões e à imposição da pena pelo poder judicial. Muitos dos valores associados à JR faziam parte do dia-a-dia do Centro da Juventude, por exemplo: a participação, o “respeito”, a igualdade, a honestidade, a humildade (aceitar a falibilidade e a vulnerabilidade, "comuns a todos os seres humanos"), a interconexão, a responsabilidade, o empoderamento e a esperança ("de cura para as vítimas, de mudança para os infratores e de maior civilidade para a sociedade") (Bittencourt, 2017). Da mesma maneira, as técnicas de mediação utilizadas na prática da Justiça Restaurativa, tais como os “círculos de paz”, também eram realizadas nos espaços do Centro. De acordo com Schuch (2008), as técnicas da Justiça Restaurativa reforçam, entre aqueles a que se destinam, processos de individuação, responsabilização e auto-gestão das condutas e dos sentimentos, conformando um investimento “na formação de novos sujeitos éticos”,

“como indivíduos ativos aptos a maximizar a qualidade de suas vidas através de atos de escolha e de liberdade” (Schuch, 2008, p. 499).

Uma terceira frente discursiva que sustentava e inspirava a organização do Centro da Juventude era aquela estruturada em torno da “empregabilidade” dos jovens atendidos, ou seja, da formulação que apresentava sua inserção laboral como medida de inclusão social. A “vulnerabilidade” (familiar, pessoal, econômica e referente à instrução formal) desses jovens, segundo os documentos e análises produzidos em torno da política em questão (Rio Grande do Sul, 2016; Santos et al., 2011), termina sendo uma das causas para o afastamento do mercado de trabalho e para as dificuldades de inserção num emprego. Esta situação, por sua vez, aprofundaria a sua exposição ao risco de serem violentados, ao se envolverem nas redes criminais e de tráfico de drogas. Aqui, a aprendizagem de técnicas profissionais e a mediação do Centro para que os meninos e meninas pudessem se empregar – em suma, o aumento da sua “empregabilidade” através da aquisição de habilidades e de uma rede de contatos – eram formas de diminuir sua vulnerabilidade e sua exposição à violência. Do mesmo modo, se supunha que a conquista de um posto laboral ampliaria sua cobertura de direitos. O aumento da “empregabilidade” dos jovens atendidos nos CJ’s foi incluído como “meta” da intervenção nos territórios. Tal exigência, como mencionado anteriormente, resultou das negociações da SJCDH com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa última frente discursiva parecia atualizar a norma – apresentados no capítulo 6 – que determinava o disciplinamento laboral dos jovens como uma das vias para serem reconhecidos como uma “vida”. Essa norma era rearticulada, portanto, no nível de uma intervenção levada adiante por diferentes atores, como o Estado, o BID e uma associação local e adquiria nessa escala desdobramentos mais potentes, sem deixar de reproduzir as mesmas tensões e exclusões que essa forma de reconhecimento acarretava.

Em comum, as três frentes discursivas sustentavam a necessidade da intervenção governamental no nível das condutas individuais dos jovens como via para resolver algumas tendências em nível de população, isto é, mitigar a incidência da mortalidade juvenil, diminuir os índices de evasão escolar e de baixa empregabilidade, etc. Através do seu reconhecimento como “sujeito de direitos”, se estabeleciam as necessidades gerais desse setor da população (direito à educação, à cultura, à saúde, etc.) e, dentro delas, as carências específicas da “juventude pobre”. No marco da preocupação com a “segurança pública”, o jovem pobre era quem desenvolvia um comportamento social de risco sobre

o qual os dispositivos securitários deveriam agir. Estes últimos – através de intervenções como o Centro da Juventude – tinham a missão de conduzir cada um desses jovens individualmente na direção de uma postura que os levasse a se expor menos ao risco do uso de drogas, da proximidade com grupos armados ou redes de tráfico, etc. Para tal, eles deveriam se responsabilizar por si mesmos, assim como saber mediar e superar os conflitos e dificuldades que emergissem na sua trajetória. A melhor via para se afastar do risco imposto pelos grupos armados era o disciplinamento laboral, isto é, o desenvolvimento de posturas e habilidades que aumentassem a “empregabilidade” do jovem. Assim, o cultivo dessa “empregabilidade”, o qual, como argumentei, era o prolongamento de uma norma que já circulava socialmente, terminava sendo o elemento que assegurava o êxito de todo o processo de responsabilização individual e de reforma das condutas “de risco” dos jovens. Na intersecção dessas três frentes, sustentava-se a crença de que, uma vez empregado, o jovem estaria, com bastante segurança, afastado dos contextos vulneráveis e violentos e teria conquistado uma base fundamental para acessar outros direitos. Mais adiante veremos que o disciplinamento laboral era justamente um dos pontos que tensionavam o “mundo” conformado a partir das regras do CJ. Esclarecidos os termos gerais e as lógicas que inspiraram a intervenção político-administrativa em questão, poderemos nos dedicar, nos próximos tópicos, especificamente ao dia-a-dia no Centro da Juventude de Alvorada.

## **7.2 Jovens em disputa: o que conta aqui, não conta lá**

As atividades do Centro da Juventude de Alvorada se desenvolviam numa construção baixa localizada no bairro Umbu. O prédio, de paredes laranjas ilustradas com *grafittis* coloridos, contava com um amplo pátio interno, rodeado de salas de aula, salões, banheiros, escritórios, um refeitório e uma cozinha<sup>89</sup>. Naquelas instalações, o Centro

---

<sup>89</sup> O prédio que recebeu as atividades do Centro da Juventude foi reaproveitado e já tinha abrigado uma instituição que promovia cursos profissionalizantes em Alvorada. Tratava-se da Centro de Capacitação Profissionalizante Milton Santos, que foi inaugurado em 1993, junto com o CMEP Florestan Fernandes, na primeira gestão do Prefeito José Appolo do Amaral (PMDB), entre 1993 e 1996. Não obtive informações sobre quando o Centro Milton Santos encerrou as atividades, mas quando o CJ passou a ocupar as instalações em 2018 elas já estavam há algum tempo desativadas. A escola Milton Santos era bastante lembrada pelos alvoradenses e era uma referência, para eles, no que diz respeito à capacitação profissional – lá ofereciam-se cursos de estofador, mecânico, artesanato, no início dos anos 1990. Enquanto eu frequentava as atividades do Centro da Juventude nesse prédio, um espaço novo estava

oferecia “oficinas”, “cursos profissionalizantes” e espaços de convivência para jovens de quinze a vinte e quatro anos, moradores dos bairros abarcados pela circunscrição estabelecida pela SJCDH.

Quando comparei pela primeira vez ao Centro, comentei a Sheila, uma das coordenadoras, sobre meu interesse em conhecer mais de perto as trajetórias laborais daqueles jovens, prioritariamente das mulheres. Manifestei minha intenção de pesquisar não só suas dinâmicas de inserção no mercado de trabalho, mas também as dificuldades e empecilhos que eventualmente encontravam pelo caminho. O primeiro diálogo com Sheila ocorreu numa sala onde trabalhavam várias “técnicas sociais” do projeto. As profissionais formadas em pedagogia, psicologia ou assistência social eram responsáveis pela recepção e atendimento dos jovens. Uma delas, atenta à conversa, respondeu às minhas questões de maneira provocativa: “ah, tu quer saber de problemas? Então, veio no lugar certo! Aqui às vezes temos que engolir mais de três sapos por dia”. Juntas, as mulheres deram risada. Marilene, funcionária que representava a Associação São Jerônimo<sup>90</sup>, organização responsável pela implementação do Centro da Juventude em Alvorada, observou com cuidado a situação. Depois de ouvir os lamentos das colegas de trabalho, ela sentenciou: “no CJ não tem isso que tu estás buscando, porque aqui é um *lugar de sonhos*”.

Depois do primeiro contato com Marilene, conversei com uma das coordenadoras e com Carlos, responsável pelo eixo “socioafirmativo”. Ambos me deram as primeiras informações sobre o funcionamento do projeto. Enquanto ia conhecendo as pessoas que faziam parte do Centro, também fui, aos poucos, aproximando-me dos jovens e adolescentes que participavam das atividades ali oferecidas. Em paralelo a isso, assisti às aulas e oficinas realizadas no CJ e conduzi entrevistas com jovens, coordenadores e funcionários<sup>91</sup>.

---

sendo construído, com o financiamento do BID. Ficava a poucas quadras dali, era um espaço mais amplo, com dois andares e uma arquitetura mais moderna.

<sup>90</sup> A Associação Cultural Religiosa e Beneficente São Jerônimo é uma organização beneficente afroreligiosa que presta assistência a famílias pobres em Alvorada há sessenta e quatro anos. Através da associação, seus membros oferecem cursos e oficinas (de tamboreiro, de costura, etc) e cuidam da Cachoeira de Xangô, uma queda d’água preservada em meio à mata nativa, muito importante para os rituais afroreligiosos na cidade de Alvorada. É uma organização civil formada a partir de um terreiro liderado por Pai Lelo (Manoel Ireno Cardoso), que é também o presidente da associação. Link: <http://associacaosaojeronimo.blogspot.com/>

<sup>91</sup>Pelo menos uma vez por semana, entre os meses de novembro de 2018 e abril de 2019, eu comparei ao Centro da Juventude. Pude assistir as oficinas de maquiagem, cinema, orientação profissional,

Conforme explicou-me Carlos, o CJ se organizava em torno de três eixos: “socioafirmativo”, “profissionalizante” e “Jovem Multiplicador”. Em suas palavras, o eixo socioafirmativo seria

responsável por fazer encaminhamentos à rede pública de assistência social e de atenção médica e por abordar ‘temas transversais’ ligados à promoção da cidadania (direitos, direitos humanos, sexualidade, gênero, consumo de drogas, igualdade racial, esporte e cultura). Também conduz a equipe técnica – as “técnicas sociais” – que realiza o atendimento dos jovens.

Já com relação ao “eixo profissionalizante”, Pedro, que à época era responsável pela sua coordenação, explicou que estava inspirado no

modelo [de formação] do SENAC<sup>92</sup>. Nós temos a base da formação, que é igual para todos, e depois os complementos, que variam. É como um *cupcake*: a base é sempre igual, só muda a cobertura. É para que sirva como um *jeans* para o jovem, que ele possa aproveitar a formação profissionalizante para qualquer coisa que ele for fazer, para qualquer emprego (...) os conhecimentos de base são: comunicação pessoal, liderança e relacionamento interpessoal, mundo do trabalho e orientação profissional. Os complementos são, por exemplo, informática, recepção e vendas, auxiliar administrativo, estética, gastronomia.

Por fim, o terceiro eixo desenvolvia a formação do “Jovem Multiplicador”, isto é, buscava “constituir [entre os jovens atendidos no Centro] lideranças(...) que atu[assem] como multiplicadores da cultura de paz e de não violência no território onde residem” (Rio Grande do Sul, 2016). Era através desse eixo que alguns jovens eram mobilizados para contribuir com os esforços do Centro. Eles eram selecionados entre os participantes e recebiam uma bolsa-auxílio para ajudar nas tarefas concernentes à dinamização do CJ e a busca ativa de jovens que seriam atendidos pelo projeto. Também deveriam receber uma formação especial com conteúdos como Direitos Humanos, prevenção ao uso de drogas, liderança social, elaboração de projetos. Esse mecanismo era uma maneira de vincular os jovens ao projeto, ao mesmo tempo que mobilizava suas capacidades e energias em prol da execução dos objetivos da política pública – cumprindo as metas estipuladas pelo BID. Mais adiante, veremos que justamente nesse ponto da sua participação do CJ, houve um conflito em que os jovens expuseram sua crítica em relação ao modo como eram mobilizados nos marcos do projeto. Além destes três eixos, o CJ

---

comércio e vendas, MuaiThai e dança. Quando não conseguia participar das aulas, buscava conversar com os jovens, coordenadores e funcionários, fosse na cozinha, nos escritórios ou no pátio central.

<sup>92</sup>O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma instituição brasileira de educação profissional, criada em 1946. É uma entidade privada de fim público, mantida pela Confederação Nacional do Comércio. Oferece cursos técnicos e de nível superior relacionados à formação profissional dirigida aos setores de comércio de bens, serviços e turismo. Site: <https://www.senacrs.com.br/>

tencionava ser um espaço de convivência para os jovens, onde eles pudessem se encontrar, conversar, formar amizades, propor e participar de atividades.

Apesar de atenderem alguns jovens que mantinham com o tráfico de drogas algum grau de relação, Pedro e Carlos reconheciam que estes ainda eram minoria no Centro, sendo um dos grupos mais difíceis de atrair por uma série de razões. Pedro dizia o seguinte:

Mesmo que a intenção seja acolher aqueles com menos chance de inserção no mercado de trabalho, aqueles que chegam ‘naturalmente’ ao CJ são os mais certinhos. Não estamos conseguindo chegar ainda naqueles que tem uma condição de vida mais precária.

Carlos, por sua vez, ponderava o seguinte: “os ‘vida loca’ mesmo não estão aqui, porque quem está muito envolvido [com o tráfico] não vai querer ficar circulando fora do seu território”. Mesmo com dificuldade em atraí-los, a missão geral do CJ ainda se centrava em torno desses sujeitos: ela era encarada e enunciada como uma “disputa” sobre os jovens submetidos às violências mais graves e recrutados pelos grupos de traficantes. Pedro, por exemplo, raciocinava da seguinte maneira:

as estatísticas mostram que, ao terminar o Ensino Fundamental, a maioria dos jovens deste território já tem 16 ou 17 anos. Poucos trabalham ao sair da escola, não têm as habilidades necessárias para conseguir um emprego e já são muito velhos para seguir estudando. E é aí que o ‘RH’ do tráfico agencia seus funcionários. O tráfico tem um RH muito bom... ‘não sabe ler? Não tem problema, está contratado’. Mas para ser contratado no mercado de trabalho precisa ter certas habilidades, que nós pretendemos ensinar aqui. Por isso, a intenção é diminuir esta distância, este abismo que existe entre a saída da escola e o acesso ao trabalho.

A figura da “disputa” também era referida como ilustrativa da relação do Centro com os destinos sociais dos jovens em geral, isto é, mesmo daqueles que não estavam “envolvidos” com o tráfico. Sheila encarava a “disputa” sobre este conjunto mais amplo de jovens da seguinte maneira:

nós temos que mostrar que eles também podem entrar nesse universo [de fazer um curso, de se qualificar, estudar], que eles podem ser o que eles querem, que eles podem se abrir para o mundo. Que não é assim: ah, tu nasceste no Umbu, mora na Alvorada, então vai ser carroceiro<sup>93</sup> ou traficante. Se é menina, vai engravidar cedo e cuidar da casa, ou ser mulher de traficante, ou se prostituir. Os pais costumam dizer para eles que eles não ‘servem’ para estudar. Nós

---

<sup>93</sup> “Carroceiro” é um termo utilizado no Rio Grande do Sul para designar a pessoa que conduz uma carroça, geralmente de tração animal. O carroceiro costuma trabalhar recolhendo lixo reciclável, papelão ou objetos descartados e fazendo fretes a um custo baixo. O ofício é visto de maneira depreciativa pois está associado a setores da população empobrecidos e precarizados, que precisam recolher materiais descartados para sobreviver, mas também porque a atividade remete, de alguma maneira, a trabalhos rurais que parecem não se adequar bem ao ambiente urbano.

temos que mostrar para os pais que o CJ é uma oportunidade para os filhos deles.

Muitos dos jovens que chegavam ao CJ eram atraídos pelos cursos “realmente gratuitos”, nas palavras de alguns deles, mas acabavam permanecendo ali por conta de outro motivo: o espaço “acolhedor” e “sem preconceitos” que encontravam. Os jovens com os quais conversei concordavam que o Centro era um espaço que se diferenciava tanto da escola quanto do ambiente doméstico e do espaço laboral. Para eles, o CJ tornara-se importante na medida em que apresentava duas características principais. A primeira delas dizia respeito ao incentivo para buscar realizar os seus “sonhos”, como já me alertara Marilene no nosso primeiro encontro. A segunda, destacava o acolhimento afetuoso e “sem preconceito”, tanto por parte dos colegas como por parte dos funcionários do Centro. Paula, uma menina de dezoito anos, que usava cabelo *black power* e roupas que denotavam alguma preocupação com a moda contemporânea e com a construção de um estilo pessoal, dizia o seguinte sobre o primeiro ponto: “o CJ faz a gente acreditar, não só em nós mesmos, mas em fazer algo melhor para as pessoas... tu voltas a acreditar no teu sonho de criança. Eu acredito mais no meu potencial agora do que antes”. Gabriel dizia, sobre o segundo ponto:

no CJ eu me senti muito bem. Antes eu também tinha preconceito [contra homossexuais ou pessoas ‘diferentes’]. Mas no CJ eles te aceitam tão bem como tu és. Agora, eu até gosto mais desse pessoal daqui do que das pessoas com quem eu andava antes.

O incentivo à realização dos “sonhos” e o tratamento igualitário “sem preconceitos” eram os dois pontos que permitiam aos jovens comparar o Centro com o trabalho, com a escola e com o espaço familiar. “Na escola”, dizia Éverton, “tem coisas que as pessoas não toleram: o casal LGBT, o casal de lésbicas, o casal de bi com hétero... no CJ, a gente não faz essa divisão. A gente não divide as pessoas nem por sexo, nem por gênero, nem por cor”. “Em casa”, conta Gabriel, “tem muitas brigas e conflitos, muita pressão. No trabalho, eu sofri *bullying* por causa da minha aparência. Mas, aqui, eu venho e esqueço dessas coisas. Posso expandir minhas ideias”. Fernanda opinava o mesmo que Éverton: “Na escola, se tu tens alguma opinião, eles não aceitam. Aqui tu podes te expressar. Aqui tu podes ser diferente. Na escola tem muito preconceito, principalmente por cor”.

Para Éverton, além disso, o Centro da Juventude “complementa[va] um vazio na vida do jovem”. Ele se referia tanto ao incentivo aos sonhos e à convivência afetuosa e “sem preconceitos” que os jovens não encontravam nem na escola nem na família, quanto

àquelas situações bastante comuns em que eles se encontravam “sem nada para fazer”: já terminaram a escola, mas ainda não arrumaram um emprego, sem, por outro lado, conseguir ingressar num curso técnico ou superior. Estar “sem nada para fazer” era um drama para muitos deles, uma vez que a família começava a pressioná-los para que trabalhassem ou estudassem, enquanto eles mesmos sentiam a necessidade de ter um emprego, “sua casa” e “suas coisas”. Por não conseguirem cumprir com as expectativas próprias e dos parentes, eles se sentiam incapazes, deprimidos e ansiosos. Na formulação de Éverton, os jovens passavam por uma série de “sofrimentos” na escola, na família e no trabalho. Em primeira pessoa, eles relatavam que tipo de sofrimentos eram esses: *bullying* por conta da aparência na escola, rechaço e repressão no seio da família devido à identidade de gênero ou às práticas sexuais dissidentes, pressão para assumir compromissos econômicos e laborais, solidão, “não ter com quem conversar”, agressões físicas e/ou verbais dentro de casa. No Centro da Juventude, ao contrário, eles tinham a oportunidade de fazer novas amizades, eram acolhidos, protegidos e escutados. Nas palavras de Éverton: “aqui, nós nos sentimos uma família unida, coisa que em casa a pessoa não sente. (...) [em casa] tu não tens uma conversa com teu pai ou não tens um amigo para conversar todos os dias. Então, *o CJ abrange o que a pessoa sente mais falta em casa e na escola*”.

A combinação de acolhimento afetuoso, incentivo aos “sonhos” e repressão dos preconceitos existentes em outros lugares tinha a capacidade de instaurar uma transformação na vida dos jovens. Éverton comentava o seguinte: “a gente vê as pessoas chegarem aqui, pessoas que não conversavam. Mas, aqui, tu podes esquecer o que aconteceu no passado, fazer amizades novas e pensar no teu futuro”. A história de Eric é uma das mais expressivas quanto à possibilidade que o CJ oferecia aos jovens de existirem, ali, diferentemente. Ele me contou o seguinte:

Como eu cresci num lar evangélico, sempre tive uma imagem muito errada do que eu era. O CJ me fez enxergar uma verdade em mim mesmo, me fez enxergar quem era o Eduardo de verdade. Sem o CJ eu não seria o que sou hoje: essa poc<sup>94</sup> assumida em todos os sentidos, que acredita no que faz, no que gosta (...) Antes eu tinha vergonha de sair com as roupas que eu gostava, de usar maquiagem. Como eu cresci ouvindo que era errado eu acabei pegando

---

<sup>94</sup>O termo “poc” é utilizado, entre os gays, como uma forma bem-humorada de se referir a si mesmo. Antigamente, o termo era usado de forma pejorativa e levemente diferente: a expressão “pocpoc” fazia alusão ao barulho do salto alto utilizado por jovens gays afeminados. Atualmente o termo “poc” mudou de significado, sendo adotado pela própria comunidade LGBT+ e usado de forma amigável e jocosa. Informações disponíveis em “Dicionário Popular”: <https://www.dicionariopopular.com/> e “UOL Universa”: <https://www.uol.com.br/universa>

para mim aquilo: que tudo que eu fizesse seria destinado à minha ruína. Porque na igreja era assim: 'Eduardo, se tu fores por esse caminho, tu não vais te dar bem'. Quando eu comecei no CJ, eu pensava isso: eu não tenho um futuro grande, não vou conseguir um namorado, vou acabar sozinho. Até profissionalmente eu não acreditava que ia conseguir um emprego bom, a faculdade dos meus sonhos, que um dia seria alguém. O CJ me ajudou a enxergar além, acreditar e lutar por aquilo que eu sou e que eu quero. É o que eu faço hoje. Desde então, já fiz tanta coisa que eu achava que não poderia fazer!

Se, num determinado “mundo”, aquele conformado pelos elementos comuns encontrados no *continuum* família-escola-trabalho-amigos, certas inclinações, interesses, desejos e escolhas teriam valor de existência mínimo, ou mesmo negativo, fosse por pressões materiais ou por interdições de cunho ideológico, então, no CJ, estas mesmas inclinações, adquiriam um valor de existência máximo e seriam, inclusive, positivadas. Ou seja, seriam incentivadas e teriam, ali, um terreno propício para seu desenvolvimento. No CJ, os jovens poderiam descobrir “quem eram de verdade”, realizando, na medida do possível, as potencialidades que passavam a explorar nesse lugar. Para que os jovens pudessem existir no CJ segundo essas novas possibilidades, era necessário realizar uma série de ajustes, nada simples, na conduta de funcionários, professores, oficineiros, membros da associação e dos próprios jovens. Era preciso aplicar a quaisquer gestos ou fenômenos que ali irrompiam as regras que tornavam consistente o mundo “CJ Alvorada”. Isso quer dizer que era preciso regular o “aparecer” das palavras, das atitudes e dos afetos de modo que aquele mundo pudesse seguir desenvolvendo-se em conformidade com suas próprias leis. Tomando as coisas nesse sentido, podemos encarar a multiplicidade subjacente aos processos que tinham lugar no CJ sem perder de vista a consistência dos gestos, dos desejos e dos sentimentos que esse mundo instituíra. As leis que tornavam o “CJ Alvorada” consistente giravam em torno do seguinte axioma: tudo que incentivasse os “sonhos” de cada um dos jovens teria valor de existência máximo e seria, além disso, positivado; em consequência, qualquer abordagem que determinasse *a priori* restrições às suas capacidades individuais, baseando-se na sua trajetória pretérita, na sua condição social, material, de gênero ou na sua cor da pele, seria, em primeira instância, desestimada e, no limite, seria reprimida. No próximo tópico, mostrarei como essa dinâmica funcionava durante as atividades do CJ.

### 7.3 As regras do “aparecer” e a inclusão na “postura CJ”

Para Badiou, o “ser enquanto ser” é uma multiplicidade pura ou inconsistente, indiferente, ou resistente, à apresentação (De Vries, 2016). Em decorrência disso, qualquer situação é uma apresentação do ser que está constantemente assombrada pela multiplicidade ou inconsistência deste último. No entanto, os mundos constituem-se a partir de uma organização das multiplicidades em objetos, cujo conceito designa a conjunção “onto-lógica” própria à formação dos fenômenos: o “suporte de ser (-onto) [do objeto] é uma multiplicidade; seu aparecer, sua lógica mundana (-lógica) é um valor de intensidade de aparição ou valor de existência” (Badiou, 2008, p.334). Um objeto é, então, “o par formado por um ente-múltiplo e sua indexação transcendental, ou função de aparecer, em um mundo determinado” (Badiou, 2008, p. 345). As regras de um mundo – o que Badiou chama de “indexação transcendental” – dispõem o aparecer de um múltiplo (ou dispõem o *ser-aí* do *ser*) na forma de objetos: a função própria do aparecer é “localizar múltiplos segundo um ser-aí transcendental, e não fazer advir o ser-múltiplo enquanto tal”. Isto quer dizer, de maneira mais simples, que as regras de composição de um mundo imprimem determinadas intensidades (ou valores de existência) ao ser, que é, por si só (“ser enquanto ser”), inconsistente. Os infinitos elementos que compõem qualquer situação ganham ou perdem intensidade conforme se aproximem ou se afastem das regras dispostas num mundo. Um pequeno exemplo pode ser útil para entender essa ideia: quando decidimos narrar a biografia de uma pessoa, quantas possibilidades temos à nossa disposição para fazê-lo? Há infinitas formas de biografar a vida de uma pessoa, dependendo do tipo de episódios que queremos ressaltar. Poderíamos contar sua história partindo dos momentos em que se emocionou, e colheríamos uma sequência praticamente infinita de episódios. Poderíamos também contar a história de uma pessoa de acordo com as regularidades dos seus hábitos matinais, e teríamos igualmente um conjunto quase infinito de trejeitos para narrar. A vida de uma pessoa, neste caso, é uma multiplicidade (inconsistente) que só pode “aparecer” no momento em que aplico a ela algumas regras ou ênfases, que ressaltarão certos elementos (múltiplos) em detrimento de outros (igualmente múltiplos): “o ser, transparência integral, só se põe de acordo com as inscrições que o encadeiam às decisões axiomáticas e suas consequências” (Badiou, 2008, p. 398). Mesmo sob essa organização, que encadeia o ser aos axiomas de um mundo, qualquer elemento que pertença ao conjunto projetado por essas regras é parte desse

mesmo mundo. Por exemplo, qualquer elemento que ocorra nos domínios do conjunto “hábitos matinais” pertence ao mundo que o projetou, chamemo-lo “manhãs na vida da pessoa  $x$ ”. E é por isso que, no fim das contas, o aparecer dos múltiplos em qualquer mundo está subordinado ao ser: “o objeto é, certamente, uma figura do Um no aparecer, mas seus últimos componentes, as unidades indecomponíveis de seu aparecimento em um mundo, estão sob a lei de sua composição elementar, e por isso, da ontologia do múltiplo” (Badiou, 2008, p. 355). Em suma, todos os elementos de um objeto pertencem ao mesmo mundo onde esse objeto aparece: não existe nada sobre, nem sob um mundo.

Para que exista um mundo, portanto, é necessário que alguns princípios organizem a multiplicidade inerente a qualquer situação, dando a ela ênfases e intensidades próprias: “a identidade lógica de um mundo” somente é possível a partir da “indexação transcendental de uma multiplicidade” e do “desenvolvimento de suas relações com outras multiplicidades que aparecem nesse mundo” (Badiou, 2008, p. 398). O desenvolvimento de qualquer mundo ocorre segundo o “movimento imanente do aparecer, tal como o transcendental prescreve suas intensidades e sua amplitude”. Assim, um mundo vai se modificando de acordo com suas próprias leis imanentes.

É possível dizer que o “CJ Alvorada” é um mundo na medida em que organiza uma realidade múltipla, potencialmente infinita, de acordo com alguns axiomas. O “transcendental” do mundo “CJ Alvorada”, portanto, regra “as intensidades ativas de tudo que ali se encontra”. Nos próximos subtópicos veremos como os axiomas do CJ – aqueles que versavam sobre o incentivo aos “sonhos” de cada um dos jovens e sobre a repressão de abordagens “preconceituosas” – incidiam no dia-a-dia do Centro, moldando as condutas e percepções de quem o habitava. A cada um dos elementos que ali irrompiam eram atribuídos valores máximos ou mínimos de existência (isto é, uma existência mais ou menos legítima de acordo com as regras constituintes daquele mundo) e, assim, o “CJ Alvorada” adquiria certa consistência.

### **7.3.1 A produção de trajetórias genéricas e o lugar dos problemas**

Uma das primeiras atividades das quais participei no CJ foi a aula do professor Jairo, de “Recepção e Vendas”, pertencente, como se vê, ao “eixo profissionalizante”. O

professor Jairo era muito admirado pelos estudantes, por conta da sua história pessoal. Segundo Paula “o professor Jairo é uma inspiração para nós. Ele tem uma história que mostra que mesmo sendo simples, podemos chegar longe. O pai dele catava papelão e, com isso, ajudou a pagar a faculdade do filho. Depois, o Jairo pagou a faculdade para o pai dele”. No entanto, Jairo também conquistara a simpatia dos estudantes por ser um mestre afetuoso que não deixava de lado a firmeza e a autoridade, conduzindo, assim, uma aula produtiva. Depois de compartilhar com os jovens algumas lições sobre os tipos de demissão praticadas no mercado de trabalho – demissão por justa causa ou sem justa causa, com indenização, etc –, Jairo criou uma dinâmica com os alunos em que cada um deveria tentar “vender” para os demais um objeto qualquer: uma caneta, uma borracha, um pente. Os estudantes deveriam destacar as características do objeto, inventá-las, se fosse o caso, respondendo às perguntas dos “clientes”, isto é, dos demais estudantes.

Depois deste exercício de treinamento para “vendas”, aproveitando minha presença na sala de aula, Jairo pediu que eu contasse um pouco sobre minha trajetória de estudos. Improvisei uma narrativa e expliquei aos presentes, cerca de vinte jovens sentados em um semicírculo em torno da mesa do professor, que eu havia tido “oportunidade” de estudar, isto é, que ao longo dos meus anos de estudos meus pais tinham sido um apoio material decisivo para o êxito da minha formação. Conteí que havia realizado a graduação graças a este apoio e, depois, o mestrado e o doutorado com bolsas pagas pelo Estado. Ponderei que “hoje em dia existem muito mais oportunidades de vagas e bolsas se comparado com épocas passadas”<sup>95</sup>. Comentei sobre as ações afirmativas e o quanto elas permitiam o ingresso de pessoas que antes teriam mais dificuldades para ingressar na universidade. No entanto, concluí, “ainda é difícil permanecer cursando o ensino superior se tu tens que trabalhar para te sustentar, por isso é necessário lutar por mais auxílios aos estudantes que ingressam e que não podem contar com a ajuda da família”. Eu estava sentada próxima ao professor, que se encontrava à minha direita. Pressenti no silêncio dele um mal-estar: minha intervenção não o entusiasmara. Para mim, era muito claro que certa desigualdade de “condições” materiais me separava daqueles jovens, mas eu ainda não havia percebido que, no CJ, esse tipo de abordagem da situação atrapalhava o esforço de incentivá-los; esforço este que valia absolutamente, por sobre todas as outras configurações possíveis. Logo, o professor passou a palavra aos estudantes, que fizeram algumas perguntas. Um deles indagou com que idade eu havia

---

<sup>95</sup>Estávamos no final de 2018.

começado a faculdade. “Dezoito”, eu respondi e ele exclamou, surpreso: “nossa, mas então vai demorar muito para eu chegar lá [no doutorado]!”. O professor Jairo, então, tentou reprimir o fatalismo daquelas palavras, animando o menino a tomar uma perspectiva mais esperançosa, no marco da qual a idade não seria um critério restritivo para a intenção de estudar. “O que é isso!”, disse Jairo, “cada um tem seu tempo! O importante é não desistir. Pode fazer o doutorado com quantos anos for, com cinquenta, sessenta. Nunca é tarde para estudar, basta querer, e *querer todo mundo pode*”.

Como eu havia realizado uma trajetória na universidade, minha presença, meu testemunho e meu “exemplo” eram de interesse para o Centro da Juventude, na medida em que pudessem inspirar os jovens. Minha trajetória e minhas palavras existiriam naquele mundo maximamente (isto é, teriam nele força e consequências) se eu fosse capaz de contá-las da maneira adequada. Já a minha crítica às condições de acesso e permanência na universidade tinham menos importância e, no limite, adquiriam um valor negativo para o esforço principal de animar os jovens a apostar no horizonte de entrada no Ensino Superior. Eu devia, antes de mais nada, compreender o alerta de Marilene: “o CJ é um lugar de sonhos”.

Mais cedo, naquela mesma aula do módulo “Mundos do Trabalho”, eu havia notado que algumas observações e intervenções feitas pelos alunos apontavam para a existência de problemas e conflitos no seio das relações entre patrões e empregados. Um deles, por exemplo, perguntou: “é verdade que os patrões dizem ‘frases secretas’ quando ligam para consultar sobre referências no emprego anterior?” Outra aluna observou, sobre o tema das demissões com aviso prévio: “num lugar onde eu trabalhava, não deram aviso prévio não. Fomos demitidos na hora, tínhamos recém posto os uniformes e mandaram a gente embora, assim, sem mais nem menos”. Tais questões, que poderiam organizar todo um programa de reflexão e ação não eram, certamente, o foco da aula e tampouco configuravam o tipo de encaminhamento dos problemas que o CJ priorizava. Naquele mundo, a sinalização de tensões, seja no que diz respeito aos estudos ou ao ambiente laboral, deveria ser feita localizando-as como dificuldades superáveis diante do esforço individual. Ou seja, esses problemas tinham valência máxima se aparecessem como “obstáculos” num percurso em que seriam ultrapassados. Era possível falar publicamente de condições materiais restritivas, de conflitos laborais, de sofrimentos e fragilidades, sempre que elas fossem apresentadas como algo a ser sobrepujado pelo indivíduo que eventualmente as padecia.

Numa segunda ocasião, tive oportunidade de entender melhor como operava a relação de influência e inspiração positivas que os professores, oficinairos e funcionários deveriam estabelecer com os jovens. O modelo dessa relação servia, também, para qualquer um que quisesse ser incluído na rotina do CJ, como era o meu caso. Na oficina de “orientação profissional”, apresentei minha trajetória universitária diante de uma nova turma de jovens. Dessa vez, no entanto, tratei de abstrair a determinante “condição material para manter-se estudando”, tópico que tinha me obcecado na primeira situação em que me manifestei. Busquei apresentar meu ingresso e permanência na universidade como uma trajetória genérica, que qualquer um poderia ter percorrido. Não fiz diferenciações entre estudantes com mais ou menos apoio material da família ou entre aqueles que precisariam trabalhar durante o curso e os que não estariam obrigados a fazê-lo. Enfatizei, em vez disso, outras atividades a que me dedicava na universidade: comentei a eles sobre as pesquisas que fizera até então e sobre a que ainda estava em curso; contei que, ao final do doutorado, escreveria uma espécie de livro sobre a investigação levada à cabo em Alvorada e que ele seria avaliado por uma banca examinadora que aprovaria ou não meu trabalho. Os jovens, que me ouviam numa sala de computadores com as cortinas fechadas, fizeram várias perguntas: “quanto tempo eu teria para falar na banca?”, “como era a aprovação?”. Eles pareciam interessados nas respostas, com os olhos atentos e em silêncio, ouvindo minhas explicações. Nenhum deles parecia excessivamente frustrado, como ocorrera da primeira vez. “E depois tem o pós-doutorado, né?”, perguntou um menino que mais tarde me diria o seguinte: “também vou ter que estudar uns dez anos, porque quero ser médico”. Eu confirmei sua observação: “isso mesmo, depois vem o pós-doutorado”. Ao ajustar minha narrativa, pude produzir um efeito completamente diferente sobre a audiência nesta segunda intervenção. A partir de então, consegui incidir com mais legitimidade nas aulas e nas conversas entre os jovens, pois havia estruturado minha própria postura de acordo com os princípios que animavam o desenvolvimento daquele espaço. Nesse sentido, minha performance agora ia ao encontro das “frentes discursivas” que apresentei no início do capítulo.

Na mesma atividade dedicada à “orientação profissional”, a tarefa dos estudantes havia sido pesquisar na internet, em duplas, como se dava o ingresso nas universidades brasileiras, isto é, quais eram os exames e as vias de entrada, como funcionavam e quando

havia sido criados o ENEM, o SISU, o ProUni e o Fies<sup>96</sup>. Enquanto os jovens pesquisavam, a professora explicou-me que “o horizonte de fazer uma faculdade não está colocado para a maioria deles. Para eles e para os pais, o destino profissional é o mercado de trabalho diretamente”. No entanto, ela tentava “conversar com eles, argumentando que não é porque os pais seguiram certo caminho que eles precisam fazer o mesmo”. Para a professora, tratava-se de um processo delicado de tornar o ingresso no Ensino Superior um horizonte plausível para aqueles jovens, sobretudo em termos subjetivos. Para inspirá-los, era necessário que eles se sentissem próximos daquelas pessoas que tiveram uma trajetória universitária:

Tento dar exemplos da minha vida para aproximá-los. Por isso, a maioria dos professores aqui é jovem, para que eles sintam essa proximidade. Eles me perguntam: ‘sora, mas tu tem carro, tu não anda de ônibus?’ E eu digo ‘hoje eu tenho carro, mas já andei muito de ônibus, já passei vários perrengues’. Para mostrar para eles que é possível!

Para que os professores adotassem essa perspectiva esperançosa quanto ao futuro dos jovens, era preciso formá-los naquilo que Pedro chamava de “postura CJ”. Ao propor um projeto de aulas para reforço escolar, ele incluiu no seu plano um treinamento para os professores contratados, os quais deveriam aprender a “transformar potência em ato”, como gostava de dizer. No final das contas, seu projeto não foi adiante, mas permanecia vigente a necessidade de incentivar nos professores e oficinairos que davam aulas para os jovens uma “postura” específica, de maneira que eles pudessem se relacionar com os estudantes, seu futuro e seu presente, a partir das possibilidades que apresentavam – ainda que elas fossem escassas –, antes que a partir da identificação dos empecilhos que teriam pela frente. Como dizia uma das coordenadoras do CJ: “as limitações materiais estão dadas, a questão é superá-las”. Para inspirar os jovens participantes do Centro, era preciso gerar certa proximidade entre eles e os professores e, até mesmo, certa indiscernibilidade entre as trajetórias de ambos, de forma que todas elas pudessem figurar como “exemplos”

---

<sup>96</sup>As siglas se referem aos meios disponíveis para ingressar em universidades públicas e privadas no Brasil. O ENEM é o Exame Nacional do Ensino Médio, teste que tem o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio e, adicionalmente, serve como exame de ingresso ao Ensino Superior. Através do SisU, Sistema de Seleção Unificada, o candidato pleiteia uma vaga em universidades públicas e institutos tecnológicos por meio da nota obtida no ENEM. O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudo em universidades privadas que vão de 50% (parciais) a 100% (integrais) do valor das mensalidades. Já o FIES, Fundo de Financiamento Estudantil, é um programa público destinado ao financiamento de mensalidades nos cursos de graduação das faculdades da rede de ensino privada. Trata-se de um empréstimo: ao concluir o curso, o estudante beneficiado pelo crédito deverá pagar a dívida que contraiu. Links: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem> (ENEM); <http://prouni.mec.gov.br/> (ProUni); <http://fies.mec.gov.br/> (FIES).

genéricos de esforço e superação. A mensagem, portanto, deveria ser a seguinte: “todos podemos realizar nossos sonhos e todos temos capacidade de superar as dificuldades que se apresentam diante de nós”.

### 7.3.2 “Aqui cada um é único porque é diferente”

A primeira característica do CJ destacada pelos jovens era o forte incentivo aos seus “sonhos”. A segunda, dizia respeito ao ambiente acolhedor e “sem preconceitos” que eles encontravam tanto entre os colegas como entre os professores. Esta última característica relacionava-se, também, com o que argumentei no subcapítulo anterior, uma vez que consistia em garantir que todos, independentemente do gênero, da sexualidade, da cor da pele, da aparência, da condição material ou da trajetória pretérita, pudessem existir e se desenvolver – i.e. “realizar seus sonhos” – plenamente naquele espaço. As diferenças entre cada pessoa, longe de serem motivos para hierarquizar suas existências, adquiriam valor positivo. Paula, uma das jovens que participavam do Centro, sintetizou brilhantemente esta regra, dizendo o seguinte: “o padrão no CJ é ser diferente. O CJ não tem *um rosto*, uma estrutura. Aqui, cada um é único por ser diferente”. Para adquirir uma existência legítima nos domínios do CJ não era preciso portar uma aparência única, “um rosto” em específico. Era preciso, antes, apresentar uma diferença: cada sujeito, *diferente* em relação aos demais, valia por si mesmo. O “padrão” de contagem era “ser diferente”: cada diferença seria contada, nos domínios do CJ, como uma existência legítima e preche de possibilidades. Para atingir este efeito era necessário, paralelamente, uma série de ajustes nas “posturas”, tanto de estudantes como de funcionários e professores. Tais ajustes pressupunham, em primeiro lugar, colocar em ação mecanismos de escuta e elaboração coletiva de episódios de violências e preconceitos vividos pelos indivíduos; violências e preconceitos que restringiam a legitimidade das suas existências em outros espaços, isto é, na família, no trabalho, na escola ou no bairro.

Além disso, julgamentos baseados em classificações racistas ou sexistas deveriam ficar em segundo plano e, no limite, adquiririam um valor negativo, isto é, seriam reprimidos no espaço do Centro. Para que o CJ “não tivesse um rosto”, isto é, para que nenhum “rosto” em especial simbolizasse a possibilidade de êxito no desenvolvimento

das capacidades individuais, era preciso combater atitudes racistas, sexistas e “preconceituosas” e era necessário incentivar a expressão de sujeitos que haviam sofrido algum tipo de tratamento restritivo anteriormente (e que provavelmente seguiriam sofrendo em outros lugares). Este tema era especialmente tratado pelo “eixo sócio afirmativo”, na época coordenado por Carlos. Ele esclareceu o seguinte: “nós trabalhamos essas questões com os educadores. Cada um vai pensando, sob nossa supervisão, como trata-las na sua oficina ou no seu curso”.

Além de abordar estas questões nas oficinas e nos cursos, os jovens tinham em mãos uma ferramenta chamada “círculo de paz” que consistia numa dinâmica de diálogo coletivo associada à Justiça Restaurativa (JR)<sup>97</sup>. Numa divulgação na página de Facebook do Centro, soube que seria realizado um “círculo de paz” com o tema “violência de gênero” e tendo como público-alvo os estudantes do eixo profissionalizante. Um dos coordenadores consultou os jovens sobre minha participação na atividade, que foi por eles aprovada. Assim, compareci ao Centro na hora marcada para a realização do “círculo”. Eduardo, que conduziria a dinâmica, intimou-me a participar também. Uma menina, Fernanda, explicou que “o círculo é para ser feito com qualquer pessoa, elas não precisam se conhecer previamente para participar”. Fiquei, então, mais à vontade para somar-me àquela conversa.

Depois de algumas interações pensadas para aproximar os participantes – cerca de vinte pessoas –, Eduardo iniciou a dinâmica do “círculo” dirigindo um convite aos presentes: “bom, agora todo mundo pode falar sobre as experiências que já sofreu por conta do seu gênero...”. Um menino, em seguida, interrompeu: “como assim, gênero? Eu já sofri preconceito por acharem que eu era maloqueiro”. Ele e seu amigo, Gustavo, riram juntos, lado a lado, talvez lembrando de alguma situação. Eduardo achou por bem oferecer mais explicações: “assim, por exemplo, se tu já sofreste *bullying* por ter unha comprida, por andar de um jeito diferente e já te chamaram de ‘viadinho’. Ou, então, algum preconceito por ser mulher ou por ser homem...”. O menino se deu por satisfeito –

---

<sup>97</sup>O “círculo de paz” compartilha características com os “círculos restaurativos” utilizados nas mediações de conflitos promovidos no marco da Justiça Restaurativa. Para entender a linguagem e a organização da dinâmica do “círculo de paz”, basta ter em conta algumas conclusões de Schuch (2008) sobre os “círculos restaurativos”. De acordo com a autora, estes últimos colocam em ação um código próprio, que enfatiza “valores d[e] harmonia e responsabilização individual na condução de respostas ao conflito”, promove “a busca da paz e da resolução do conflito” e reforça a “linguagem dos sentimentos no gerenciamento de conflitos sociais” (Schuch, 2009, p. 507, 510, 514). A intenção deste capítulo, no entanto, é menos discutir a origem exata destes valores do que observar como eles organizam o dia-a-dia do Centro da Juventude de Alvorada, com seus desdobramentos e articulações singulares.

“ah, entendi”. Com o “objeto da palavra” em mãos – um boné, escolhido aleatoriamente para que o tempo de fala de cada um fosse respeitado –, cada participante foi dando seu depoimento. Um menino disse: “um dia, quando fui ao futebol estava de bermuda térmica por baixo do calção e ficaram dizendo que era uma *legging* [calça justa] e que eu era gay. Aquele dia eu fiquei muito mal”. O jovem que tinha pedido explicações no início, completou sua história: “eu sofri preconceito porque acharam que eu era maloqueiro. Eu estava trabalhando. Também tem preconceito porque eu fumo maconha. Minha coroa não gosta”. Gustavo, seu amigo, declarou: “até agora não sofri preconceito, não me lembro”. Depois dele, Gabriel disse ter sofrido em razão de sua aparência: “no meu trabalho, sofri por causa do meu peso. Na escola, também sofri, mas depois aprendi a não dar bola para essas pessoas medianas. Eu sei que sou melhor do que o que elas falam de mim”. Um menino disse ter sofrido preconceito por ser bissexual. Outro, que sofreu *bullying* na escola por “se vestir de nerd” e usar roupas de cor roxa ou rosa. Os depoimentos mais impactantes, porém, foram os de Eduardo e Éverton, que narraram agressões físicas e psicológicas no seio da família:

“Eu sofri e sofro preconceito da minha própria família, por ser gay. Meu pai queria que eu fosse homem, que eu tivesse uma família como meu irmão mais velho. Ele mesmo disse para mim: “não criei filho para ser viado. Prefiro ver morto”. Então, no dia que eu contei para ele, que eu me assumi, ele me espancou. Tenho até hoje as marcas do espancamento. A melhor coisa que me aconteceu até hoje foi que minha mãe me apoiou e me defendeu dele. Eu disse para ele: ‘melhor ser viado que ser como tu, que bate na mulher e nos filhos, que bebe’” (Éverton)

“As pessoas como eu que são homossexuais sofrem muito. Tanto que uma hora cansa ouvir sempre as mesmas coisas: ‘anda como mulher’, ‘viadinho’, etc. Por isso todo dia é uma morte, alguém que se vai. Se perde muita gente legal por causa do preconceito. Mas o que mais me doeu foi na família, porque era minha família, sabe? [seus olhos marejavam] Muitas vezes me machucavam e humilhavam mais do que as pessoas na rua, pessoas que eu não conhecia e que me apoiavam, me ajudavam. Foram quatro anos apanhando para virar homem, quando criança. Depois que eu me assumi, foram quatro anos ouvindo piadinha, humilhações. Por isso, até hoje eu tenho o pé atrás com a minha família. Mas isso não vai mudar. Para as pessoas LGBT vai ser sempre assim. Eu até diria que não vale a pena julgar as pessoas que dizem essas coisas. Elas foram criadas dessa forma. Eu mesmo via uma travesti e achava que ela ia para o inferno. Achava que *eu* ia para o inferno! Então, simplesmente, não ouçam elas. Todo mundo é bonito e tem seu valor. Isso só fere nossa autoestima” (Eduardo)

Os dinamizadores do “círculo de paz” enfatizavam que deveríamos “falar em primeira pessoa”, evitando “falar dos outros”. Alguns jovens – principalmente meninas – se emocionaram no momento de tomar a palavra e não conseguiram se manifestar. Nas próximas rodadas, elas mesmas explicaram que se sentiam muito vigiadas quanto à aparência – ou estavam “muito gordas” ou “muito magras” aos olhos dos demais (pais,

namorados, amigos). Como era preciso “falar em primeira pessoa” e um dos acordos do círculo consistia em “não julgar” o que os outros colegas estavam dizendo, todos os sofrimentos resultavam dignos de atenção. Não existia, por parte dos condutores ou do público, uma intenção de hierarquizar as manifestações como mais ou menos graves – o que contribuía, também, para que se elencassem “preconceitos” associados a outras subordinações, para além do “gênero”. Apesar dessa abertura, subsistiam certos códigos implícitos, difíceis de definir. Gustavo, por exemplo, me comentou em outro momento que o círculo “era bom, mas era ruim, porque às vezes tu quer falar e não encontra as palavras para usar... é difícil falar do jeito deles”. Na rodada seguinte do “círculo” em que participei, quando chegou sua vez, Gustavo fez um discurso um pouco estranho à linguagem promovida na atividade. Ele disse: “eu sou assim mesmo, divertido. Meu jeito não vai mudar. Estou sempre fazendo brincadeiras com as pessoas, com os gordinhos, para entrar no clima... só que às vezes não entra no clima”. Ele parecia estar fazendo um *mea culpa* pelas brincadeiras, ao mesmo tempo em que tentava explicar seu “jeito de ser”, o qual, naquele mundo, era bastante desestimulado e vinha sendo alvo de algumas reformas às quais Gustavo parecia resistir.

Finalizando o círculo, Gabriel disse que estava “muito feliz por encontrar [ali] pessoas mais abertas, que não [tinham] preconceito”. Para marcar o término da atividade, Eduardo conduziu mais uma dinâmica coletiva: cada um cruzava os braços com o colega que tinha ao lado e tentava, nessa posição, fazer alguns movimentos. O “círculo de paz” consistiu, assim, num momento para narrar, respeitando certos códigos, experiências de preconceito e outros sofrimentos relacionados ao “gênero”, à “aparência” e aos “preconceitos” em geral. Os “círculos” podiam tratar de vários temas, como a violência, o racismo, etc., e serviam como mais um momento para promover, entre os jovens, posturas que evitassem julgamentos restritivos. Aquelas disposições, como as de Éverton, que gostava de fazer brincadeiras para descontrair o ambiente, com frequência baseando-se em comentários sobre a condição corporal, o gênero ou a sexualidade alheia, iam sendo secundadas e, no limite, reprimidas. Regulando o “aparecer” desses gestos e sentimentos, o CJ tencionava criar um ambiente potencialmente receptivo e acolhedor para todos.

Temos, até aqui, dois eixos importantes para a definição do “mundo” CJ Alvorada. O primeiro diz respeito aos estudos e ao trabalho. Sua regra – que regulava o aparecimento dos elementos múltiplos associados a esse campo – era “os problemas estão aí para serem superados em nome de nossos sonhos”. O segundo eixo se refere ao

acolhimento e à promoção das “diferenças” entre os jovens, cuja regra se enuncia da maneira que Paula formulou: “[no CJ] cada um é único porque é diferente”. As diferenças, então, seriam motivo não para a hierarquização das existências, mas para sua valorização. Essas duas regras organizavam a atuação de professores, funcionários, técnicas sociais e dos membros da Associação São Jerônimo. Estes últimos, assim como os jovens, tinham que se ajustar aos axiomas que davam consistência àquele mundo. Mostrarei, no próximo sub tópico, quais foram as mudanças mais importantes pelas quais os membros da associação São Jerônimo tiveram que passar para ajustar sua conduta aos desígnios do Centro.

### **7.3.3 Das organizações coletivas à gestão social**

Como vimos no primeiro tópico, os CJ’s eram financiados por um empréstimo feito ao Estado do Rio Grande do Sul pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Por conta disso, o uso do dinheiro estava regulado por alguns parâmetros. O principal deles dizia respeito ao cumprimento de determinadas “metas” referentes à quantidade de jovens atendidos por ano, à elevação geral dos índices de escolaridade, à diminuição das ocorrências de violência no território e ao aumento da “empregabilidade” dos meninos e meninas atendidos pelo Centro. O impacto da intervenção do CJ no território seria avaliado, ao cabo de cinco anos de funcionamento, através de dados recolhidos nas instituições correspondentes (escolas, delegacias, postos de saúde, etc) e através de indicadores sócio demográficos criados para tal fim, com assessoria dos técnicos do BID. Além das “metas” e da avaliação do impacto no território, o Banco também estabelecia uma aplicação do dinheiro que fosse cada vez mais “produtiva”. Nas palavras de Pedro:

a cada ano do projeto temos que ir otimizando os recursos e aumentando o número de jovens atendidos (...) Para quatro reais que eu invisto, por exemplo, o impacto é tanto (medido pelos indicadores sociais). E é aqui que dá para melhorar a produtividade do investimento.

A razão entre o que era gasto para colocar em funcionamento o Centro e a quantidade de jovens atendidos por ano era chamada “custo jovem”. Em primeiro lugar, a associação São Jerônimo deveria praticar, no atendimento aos adolescentes, um “custo jovem” cada vez mais “produtivo”, isto é, que alcançasse maior impacto social por cada “real investido”.

A implementação do Centro da Juventude de Alvorada colocava em relação uma série de atores, que compartilhavam entre si “responsabilidades” e “decisões”, distribuídas hierarquicamente. O Banco Interamericano (BID) disponibilizava recursos e estabelecia, junto à SJCDH, as “metas” a serem cumpridas pela associação local selecionada através do edital de projetos. Esta última limitava-se a escolher os caminhos a partir dos quais buscava alcançar os objetivos delimitados. Nas palavras de Pedro, a associação delimitava “como” organizar a intervenção, enquanto o BID estabelecia “o que” e “quanto” seria feito: “as metas e os objetivos já vêm definidos e cada centro executa o ‘como’ com a verba disponível e visando, sempre, otimizar a produtividade dos recursos”. Por fim, o Estado do Rio Grande do Sul fiscalizava a aplicação correta dos recursos públicos durante a execução do projeto.

De acordo com Sheila, a Associação São Jerônimo é uma organização beneficente afroreligiosa que presta assistência a famílias pobres “há sessenta e quatro anos”. Através da associação, seus membros oferecem cursos e oficinas (de tamboreiro, de costura, etc) e cuidam da “cachoeira de Xangô”, uma queda d’água preservada em meio à mata nativa, muito importante para os rituais afroreligiosos na cidade de Alvorada, mas que veio sofrendo com a contaminação ambiental e a erosão nos últimos anos. A organização, conta Sheila, “sempre trabalhou com doações, ajudou a quem precisava e fez projetos sociais, mas antes era um trabalho feito com as terreiras e direcionado a elas”:

Há cerca de trinta anos abrimos para um público mais amplo, que não era só da religião. Começamos a distribuir cestas básicas – umas 150 por mês – durante dois anos mais ou menos. Depois, vieram parcerias com a prefeitura e o governo do Estado. Hoje, ainda temos atividades lá na sede: curso de tamboreiro, etc., mas o CJ é o projeto de maior envergadura até hoje, com mais recursos. Nós somos responsáveis por tudo: contratação, prestação de contas, etc.

Os membros da associação, ao comporem o mundo “CJ Alvorada” no papel de responsáveis pela implementação do Centro, precisavam, igualmente, submeter-se às regras que vim analisando até aqui. No seu próprio processo de ajuste, contavam com o auxílio dos funcionários especializados, contratados para desempenhar os serviços de coordenação e atendimento. Aos poucos, contou Carlos, os membros da Associação foram se adaptando às diretrizes de atendimento aos jovens preconizadas pelo BID e pela SJCDH, sintonizadas com a abordagem contemporânea de acesso a direitos para esse público. Com a ajuda de funcionários como Carlos, os membros da São Jerônimo iam se esforçando por abandonar – pelo menos no que dizia respeito ao CJ – certa postura caritativa e moralizadora em relação aos jovens. Em vez disso, deveriam, cada vez mais,

acolhê-los respeitando suas idiossincrasias, seus modos de ser, gostos, opções sexuais, etc., sobretudo, sem julgar negativamente suas trajetórias anteriores à chegada ao Centro.

No entanto, também a associação São Jerônimo tinha uma trajetória pretérita que seria reinterpretada de acordo com os princípios praticados no CJ. Entre os membros da Associação corriam algumas histórias sobre seu passado ligado às lutas comunitárias que tiveram lugar em Alvorada. Dona Iara, por exemplo, cozinheira do projeto e esposa do presidente da São Jerônimo, havia militado no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)<sup>98</sup>. Ela conta que “coordenava umas vinte mulheres, nós arrecadávamos e distribuíamos cestas básicas para as famílias que se cadastravam no movimento”. Marilene, que me recebera no início, também era conhecida por seu envolvimento em agitações políticas. Logo que cheguei, ela me contou a seguinte história, animada, é claro, pelo meu interesse no seu relato:

Nós tínhamos ocupado as casas da antiga [construtora]Guerino no Umbu. Mas tinha um cara que cobrava uma mensalidade e ameaçava tocar fogo na casa de quem não pagasse. Um dia, numa reunião da associação de moradores, eu fiz uma fala dizendo que tínhamos que cobrar dele uma ‘prestação de contas’ para saber onde estava indo nosso dinheiro. Aí o povo me aplaudiu, gritou, se indignou. Começaram a pegar os facões... e queriam ir lá pegar o cara, linchá-lo. Tiveram que chamar a polícia para leva-lo embora. Daí eu disse: não, gente, temos que exigir isso numa assembleia, não ir lá bater nele. Me ouviram falar isso e me botaram lá num caminhão de som para eu falar. Então, a justiça fez o cara parar de cobrar, porque era ilegal, mas nós ainda precisávamos regularizar a posse. Fomos na Rádio Farroupilha. Nos disseram para ir na Assembleia Legislativa. Lá conseguimos advogados e tudo. E fizemos a luta. Até hoje tem uma mulher que me agradece por ter conseguido a casa. Mas eu digo que fomos todos nós que conseguimos. Não adianta ficar batendo cabeça sozinho, só quando nos juntamos é que dá certo. Ficamos mais fortes. É o movimento social, como dizem.

Por conta das suas atividades de organização coletiva e assistência a famílias necessitadas, a associação era valorizada enquanto uma potente mobilizadora comunitária que poderia contribuir na execução de políticas públicas como o CJ. No marco da implementação do Centro, ela *valia* pela sua capacidade de fomentar a adesão da população moradora do território aos objetivos da intervenção, ativando suas redes de

---

<sup>98</sup>O Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) surgiu no ano 2000 em Porto Alegre com o objetivo de mobilizar e organizar famílias de desempregados para garantir melhorias nas suas condições de vida, trabalho e moradia. O movimento foi construído a partir da iniciativa de militantes pela reforma urbana, ligados a uma organização política chamada Consulta Popular (Leal, 2011). O MTD funcionava através da multiplicação de “núcleos de desempregados” que se dedicariam a formar assentamentos urbanos autogeridos onde as famílias do movimento construiriam alternativas econômicas através do trabalho cooperativo (Goulart, 2003). Alguns desses “núcleos” chegaram a ocupar efetivamente terrenos urbanos afim de pleitear sua regularização. A ação mais intensa do movimento concentrou-se na primeira década dos anos 2000. Hoje em dia, reduzida, a organização mudou seu nome para Movimento dos Trabalhadores por Direitos, mantendo a sigla MTD.

contatos na cidade, sua legitimidade política e, também, seu *savoir-faire* organizativo. Feltran (2010) narra um processo muito parecido para a ação política de movimentos populares em São Paulo: à medida que a agenda da “violência urbana” se instalava, estas organizações coletivas de periferia foram sendo convocadas a auxiliar o Estado na “gestão estatal e civil de grupos sociais das periferias”. De agitadores políticos que eram, essas confluências coletivas foram se transformando em uma espécie de “burocracia de base”, responsável, através de convênios firmados com governos, pela implementação de "projetos sociais" que promoviam profissionalização, apoio familiar, atividades culturais, etc. (Feltran, 2010).

O horizonte de agitação coletiva subsistia, no CJ Alvorada, como memória de um passado encerrado, veiculada nos relatos nostálgicos dos membros da associação. No marco deste novo arranjo de cooperação com o Estado, onde as tarefas giravam em torno da gestão social e da execução de “medidas compensatórias” (Feltran, 2010), o horizonte de articulação coletiva estava indexado ao nível mínimo de existência. Ao contrário das predisposições caritativas e moralizantes dos membros da Associação, as quais, valoradas negativamente, eram evitadas e iam sendo, aos poucos, demovidas, os horizontes de agitação e de organização coletivas eram, na verdade, indiferentes para os fins que o CJ Alvorada se propunha. Os relatos das antigas peripécias coletivas podiam ser compartilhados à vontade com quem quisesse ouvir, sem que isso acarretasse qualquer consequência, positiva ou negativa, naquele mundo. No entanto, como lembra Badiou (2008, p. 336), um inexistente dá a medida do que pode acontecer a um mundo: “há um elemento do múltiplo subjacente a todo objeto cujo valor de existência no mundo é nulo (...) o ponto inexistente é medida do que pode ocorrer a um mundo”. Antes de analisar o evento que estremeceu a rotina do CJ Alvorada, forçando nele a apresentação de um elemento antes inexistente, abordemos um ponto importante que, ao contrário dos modos de organização coletiva que acabamos de ver, cujo valor de existência era mínimo, tinha fortes consequências no mundo em questão.

#### **7. 4. A “hora” PIR: o infinito da individuação**

Inspirado, segundo Carlos, no modelo de “acompanhamento individual” desenvolvido nas medidas socioeducativas, o Plano Individual de Realização (PIR) tinha

como objetivos traçar um perfil sobre as condições de vida de cada jovem e auxiliá-los, a partir dessas informações, na realização dos seus projetos individuais. Em atendimentos personalizados, as técnicas sociais realizavam uma prospecção sobre a relação dos jovens com seus familiares, sobre sua condição econômica, seu rendimento escolar e seus eventuais envolvimento com algum grupo de tráfico. Além disso, avaliavam, em conjunto com cada um deles, suas expectativas para o futuro (seus “sonhos”). Sheila, uma das técnicas sociais, explicava que

no PIR fazemos um ‘perfil’ individual do jovem: como está a situação na família, no território (em relação às facções), na escola. Vamos trabalhando com o que eles querem, que cursos querem fazer, acompanhando o desempenho escolar. Conversamos com os pais, fazemos visitas domiciliares.

Carlos resumia da seguinte maneira o procedimento desenvolvido na “hora PIR”:  
“o PIR é onde se define o projeto de vida do jovem; se avalia a condição de vida dele, as frustrações que ele tem; como é a relação com a família, se tem desavenças, brigas ou violências”.

Neste espaço de conversa, auxiliado pela técnica social, cada jovem traçava um “plano” concreto de “realização”, contendo os passos a serem seguidos diante do objetivo que eles mesmos haviam definido. Por exemplo, se sua preocupação era conseguir um emprego, ele se comprometia a participar dos cursos profissionalizantes e a tramitar um *currículo vitae*, entre outras medidas possíveis. Se o “sonho” era ingressar na universidade ou mesmo “terminar a escola”, resolvia-se pela assistência nas aulas de reforço escolar, de inglês, etc.

Para os jovens, a “hora PIR” servia, também, como um momento para desabafar sobre seus sentimentos de angústia e desconforto em relação a situações ocorridas dentro ou fora do Centro da Juventude. A “hora PIR” era tomada como uma oportunidade de escuta atenta dos seus problemas, frequentemente comparável a uma sessão de psicoterapia. Paula, por exemplo, comentou o seguinte sobre o mecanismo:

o PIR é um momento de confiança, que às vezes tu não encontras em casa. O mundo desaba, e tu vais lá para os braços delas [das técnicas sociais]. Elas conhecem mais a gente do que nós mesmos. Às vezes nós temos uma capa. Ali, com elas, nós tiramos essa capa e podemos nos conhecer melhor.

De acordo com o depoimento de Éverton,

a hora PIR é tipo uma psiquiatria, que tu vais ali e desabafa sobre o que aconteceu na semana contigo, no CJ, o que tu podes mudar aqui para a questão da convivência. Tu chegas de um jeito e saís de outro. Chega pesado,

desanimado, triste, quase chorando. Tu entras, desabafas com a tua técnica. Tu saís dali mais leve.

Eduardo, um dos participantes do CJ e que também era “jovem multiplicador”, enxergava no acompanhamento das técnicas sociais um trabalho de “abelhas rainhas” que ajudavam os jovens a “descobrirem o que são” e, assim, espalharem essa transformação que os afetou para todo o conjunto da “comunidade”. Para ele, a conversa com as técnicas era um momento de “focar em si mesmo” e “ir fundo nas feridas”. O processo de descobrir quem se é (e aceitar-se) formava um percurso de individuação que a conversa com as técnicas ia ajudando a definir:

hoje em dia um psicólogo não baixa de oitenta reais. Ninguém tem esse dinheiro. Então, esse atendimento é maravilhoso. Às vezes, o problema da pessoa não é nem nos que estão ao redor, mas em si mesmo. E ela não vai enxergar isso sozinha. Esse atendimento é bom porque a pessoa acaba enxergando a si mesma e vendo que o erro só está nela mesma. Ela não está feliz hoje porque não quer, ou porque não enxerga. Ou porque ouviu de pessoas que importavam para ela que aquilo era errado e acabou pegando para si, que nem eu fiz por muitos anos. Mas no momento em que tu realmente focas em ti mesmo, vais lá no fundo da ferida e trabalhas nela, tu vês que o que está ao redor nem importa muito. As técnicas conseguem fazer isso muito bem: ir no fundo da ferida de cada um e trabalhar nisso. Se as pessoas enxergarem que elas têm um valor, que elas não são erradas, que elas estão no caminho certo, isso é muito bom! A maioria já se descobriu, já sabe o que quer.

No curso da exploração sustentada nos domínios do Centro, os jovens eram apresentados a – e também descobriam por si mesmos – uma série de possibilidades novas. Eram convidados a imaginarem um leque cada vez mais amplo de estados e situações em que poderiam, individualmente, inscrever-se. A respeito, Gabriel comentava o seguinte:

nós encontramos aqui coisas que nem estávamos procurando. Por exemplo, a oficina de fotografia. Eu já gostava de tirar foto, mas não pensava nisso como uma coisa que podia ser uma profissão. Agora, além do sonho de ser advogado, também ser fotógrafo virou um grande sonho.

O CJ era, assim, um lugar que propiciava embarcar, às vezes vertiginosamente, em múltiplos desejos de realização. Era, também, um lugar onde o acesso a informações, conhecimentos e habilidades permitia imaginar um conjunto ainda maior de situações possíveis de serem vivenciadas.

Essas novas apostas e desejos ensejavam algumas angústias que deveriam, assim como os problemas com a família, com os amigos ou o trabalho, ser tratadas no momento apropriado da “hora PIR”. Evitava-se que tais problemas circulassem publicamente: seu lugar de formulação, expressão e eventual resolução era, prioritariamente, a hora de conversa com as técnicas sociais. Assim, tudo que eventualmente ocorresse no mundo

“CJ Alvorada”, inclusive os acontecimentos negativos, poderia ser tratado na “hora PIR”. Através desse dispositivo, o CJ Alvorada estaria em condições de, potencialmente, tratar qualquer fenômeno que viesse a ocorrer sob seus domínios. A capacidade de apresentar e, eventualmente, resolver problemas eram, até esse momento, atributo de cada um dos jovens em conjunto com as técnicas sociais, mas também do Estado em conjunto com o banco que financiava políticas públicas e com os especialistas de várias áreas dedicados ao tema “juventude”. De qualquer forma, como argumenta Badiou (2008, p. 358), todo “objeto dispõe, entre seus elementos, um inexistente”. No que se refere ao mundo “CJ Alvorada” e ao objeto referencial “capacidade de formular e resolver problemas” havia um único elemento cujo valor de existência era nulo, ou mínimo. No próximo tópico, veremos como a apresentação de um inexistente para o objeto em questão foi capaz de afetar, ainda que fugazmente, o desenvolvimento do CJ Alvorada.

#### **7.5. Advento de um inexistente no mundo “CJ Alvorada”. Os “jovens multiplicadores” e o encaminhamento coletivo dos problemas.**

Se, por um lado, o lugar apropriado para a tramitação dos problemas individuais era a “hora PIR”, por outro lado, os determinantes sociais e psicológicos que incidiam no dia-a-dia dos jovens atendidos no CJ eram abordados em termos de processos populacionais pelos especialistas em “políticas públicas para a juventude”. As estatísticas referentes à população jovem, pobre e periférica, os dados providos por órgãos públicos e analisados por especialistas em políticas públicas, como sociólogos, assistentes sociais, etc., e as interpretações providas por estes analistas ajudavam a delimitar as características dos “problemas” que afetavam os jovens desses territórios enquanto população circunscrita. Assim, estabelecia-se que tais “problemas” giravam em torno dos seguintes processos: altas taxas de “evasão escolar”, “dificuldades de inserção” no mercado de trabalho, “susceptibilidade” aos contextos de violência, vulnerabilidade social. Tais constatações organizavam o conjunto de intervenções do Programa Oportunidade e Direitos e também pautavam a organização do CJ.

Tomemos o objeto “capacidade de apresentar e resolver problemas”. Nele, a formulação e resolução de problemas era atributo dos especialistas em “juventude”, por um lado, e das individualidades “jovens”, por outro. Além disso, como vimos ao longo

do capítulo, a formulação de alguns problemas à maneira de queixa ou de crítica era desestimada nos domínios do CJ, uma vez que os “problemas” ligados ao eixo trabalho/estudos deveriam aparecer como obstáculos superáveis mediante o esforço individual. Também vimos que o passado dos membros da Associação São Jerônimo, associado às lutas coletivas, havia sido funcionalizado de acordo com os princípios e as tarefas requeridos no Centro. A capacidade de articulação coletiva dos membros da Associação estava atrelada, não mais a um curso de ação autônomo definido pelas próprias organizações populares, mas às “metas” do BID na figura da “mobilização comunitária”. Sua tarefa central consistia em comandar a implementação local da política pública e alimentar as adesões da população moradora do “território” aos objetivos do Centro. No entanto, o mundo “CJ Alvorada”, justamente, tratando de desenvolver a si mesmo, aplicando à multiplicidade que o constituía suas próprias regras, testemunhou o aparecer de algo que, nos seus domínios, até então, não existia: viu acontecer a formação de um corpo coletivo relativamente soberano que apresentou problemas e propôs a eles, ainda que de maneira precária, algumas soluções.

Procedo a relatar brevemente como isso aconteceu. Conforme relatei no início do capítulo, o terceiro eixo que estruturava o Centro era destinado aos “jovens multiplicadores”, os “JM’s”, levando esse mesmo nome. Além de receber uma formação específica para “lideranças comunitárias”, os “JM’s” auxiliariam os funcionários do CJ no trabalho de captação de novos inscritos, recebendo para desempenhar tais funções uma bolsa no valor de quinhentos e noventa reais (no ano de 2019). Com o dinheiro da bolsa, os jovens pagavam mensalidades de cursos tecnológicos (como no caso de Eduardo, que começou a cursar Gestão Social numa universidade à distância), ajudavam a família nas contas domésticas ou financiavam gastos pessoais (roupas, idas ao cinema, etc). Muitos deles, como Eduardo, estavam profundamente convencidos do impacto que o CJ tinha em suas vidas e gostariam que mais jovens pudessem participar das atividades oferecidas no Centro. Por isso, esforçavam-se bastante nas suas tarefas de “mobilização comunitária”. Assim, os “jovens multiplicadores” conceberam e ajudaram a realizar dois eventos comunitários com o objetivo de dar a conhecer os serviços oferecidos no Centro e atrair mais adolescentes moradores dos bairros atendidos para os cursos e oficinas

disponíveis<sup>99</sup>. Uma das “metas” estabelecidas pelo BID, às quais seu trabalho estava atrelado, era que o CJ passasse a atender cerca de seiscentos jovens a cada ano.

Tudo parecia correr tranquilamente, até que, em meio à transição de mando no governo estadual, na virada do ano de 2018 para 2019, o pagamento das bolsas-auxílio foi bruscamente interrompido. Quando cheguei ao CJ, numa tarde, vários jovens se encontravam em grupos conversando e, quando me viram, propuseram que eu participasse da oficina dos “jovens multiplicadores”, momento em que supostamente discutiriam alguns tópicos da sua formação. Obtendo a autorização dos coordenadores para participar da atividade, sentei-me numa das pontas do semicírculo em que os jovens estavam dispostos. Eram cerca de vinte e seis “jovens multiplicadores” na sala, diante de uma técnica social e de um professor. É possível que algumas queixas já tivessem chegado aos ouvidos destes últimos, porque Sheila, a técnica social, iniciou a atividade com uma pergunta, dirigindo-a ao conjunto de jovens presentes na sala: “Então, quem foi que reclamou e qual é a reclamação?”. Karen levantou a mão para pedir a palavra. A técnica reagiu prontamente: “ah, então foste tu que reclamaste? Qual é a tua reclamação?”. Karen interrompeu-a, tentando explicar-se: “não... minha reclamação é que os outros estão reclamando! E assim não podemos fazer nada do que temos para fazer, porque toda hora temos que falar sobre isso”. Sheila retomou sua indagação: “bom, e quais são, afinal, as reclamações?” Eduardo foi o primeiro porta-voz dos descontentes. Ele resumiu as inconformidades gerais em dois pontos: primeiro, “não estamos vendo os conteúdos [formativos] que diziam que teríamos, sobre drogas, direitos, sexualidade, cultura de paz, segurança pública, etc., porque gastamos muito tempo organizando eventos e campanhas”. Em segundo lugar, “têm pessoas que não estão querendo trabalhar porque não estão recebendo a bolsa. Para muitos, o contrato termina em um mês e nós não sabemos se será renovado”. Sem a certeza do seguimento do contrato e sem pagamento, muitos já tinham desistido de se mobilizar nas atividades atribuídas aos “JM’s”.

A técnica tentou argumentar, ameaçando com suspender os contratos de alguns deles: “tudo bem, ninguém é obrigado a ser Jovem Multiplicador se não quiser... mas vendo o desempenho de alguns, já estamos reavaliando mesmo [se o contrato será ou não renovado]”. Uma vez que a “mobilização comunitária” era um elemento central nos compromissos assumidos pelos “JM’s”, eles, assim como os funcionários do Centro e os

---

<sup>99</sup> O primeiro evento foi a festa de Páscoa, realizada no próprio CJ, e o segundo dedicou-se à comemoração da ocupação do bairro Onze de Abril e transcorreu numa praça central deste mesmo bairro.

membros da Associação São Jerônimo, estavam, a partir do momento em que assinavam o contrato de pagamento das bolsas, submetidos ao mesmo compromisso de cumprir as “metas” estabelecidas pelo BID. O conflito em relação ao pagamento das bolsas revelou a estrutura de recrutamento laboral existente não só entre o CJ e os “jovens multiplicadores”, mas também entre os membros da Associação São Jerônimo e o consórcio responsável pelo financiamento e elaboração da política pública (o BID em parceria com o governo do Estado do Rio Grande do Sul).

A técnica social, que era também parte da associação São Jerônimo, tentou convencê-los a retomar o trabalho: “às vezes, temos que trabalhar sem receber. Eu mesma trabalhei para o projeto desde o começo do ano e só comecei a receber em junho...” O professor Jorge reiterou esse raciocínio afirmando já ter tido que “ficar trabalhando um tempo sem receber. Às vezes acontece. Quando eu fui estagiário, ganhava só duzentos reais, mas me puxava mesmo assim”. Diante das expressões frustradas dos jovens, a coordenadora perguntou: “além do mais, como vocês faziam antes de receber a bolsa? Pediam dinheiro para os pais? Trabalhavam?” Um dos jovens aproveitou a deixa para reafirmar a proximidade estrutural entre uma relação salarial qualquer e o recrutamento dos “jovens multiplicadores” através do pagamento da bolsa-auxílio. Ele respondeu prontamente: “antes eu fazia bicos. Mas eles pagavam se eu trabalhasse. Se eles não pagassem, eu não trabalhava”.

Um dos focos do trabalho no CJ era, como dizia Pedro, “aproximar o jovem do mercado de trabalho”, isto é, ensiná-lo a se comunicar adequadamente nos espaços laborais e a dominar determinados conhecimentos valorizados em certas vagas de emprego (por exemplo, fazer planilhas, utilizar o computador, etc.). Os jovens deveriam adaptar as próprias posturas aos hábitos esperados nesses lugares, como afirmou Érica: “aqui aprendi, por exemplo, o que dizer nas entrevistas de emprego, como se comportar e não dar risada, mesmo se tiver vontade”. Mais do que isso, frequentemente, o CJ fazia a intermediação com algumas empresas (sobretudo, de Alvorada) para que elas contratassem os estudantes formados ali. Para muitos deles, a “conquista” de um emprego formal era motivo de orgulho e um emblema da concretização de um passo em direção à realização de seus “sonhos”. Essa era, também, como mostrei no início do capítulo, uma das “metas” estabelecidas pelo BID: o aumento dos índices de “empregabilidade” dos jovens formados no CJ.

Mantendo a coerência das suas próprias regras de desenvolvimento, segundo as quais as “dificuldades” existem para serem superadas, a interrupção no pagamento das bolsas foi enfrentada pelos coordenadores com este mesmo ânimo. Depois das intervenções do professor e da técnica social, um jovem, chamado Aron, elaborou com mais clareza o que estava em jogo na situação, do ponto de vista da lógica inerente àquele mundo: “isso aqui é como uma preparação para o trabalho, para quando tivermos um emprego. E quando tivermos um emprego e surgir um problema, tu não vais poder ficar reclamando do emprego. Senão, tu vais perdê-lo”. A técnica concordou com a ponderação de Aron e alguns jovens também, mas ao fundo alguém resmungou: “É... mas se o salário não está vindo...”. Em resposta ao lamento proferido entre dentes por algum participante anônimo, o burburinho se instalou na sala de aula. Os jovens protestavam, analisavam, lamentavam a situação, mas também se excitavam com sua capacidade de suspender inesperadamente a rotina do CJ. A técnica aproveitou o clima contestatório e desabafou: “gente, eu também estou sobrecarregada. Tem dias que eu não tenho vontade de vir. Tem gente que faz coisas erradas e eu tenho que consertar. Tem as metas, tem que ampliar o território. Mas – tentando equilibrar a fala – nem por isso eu fico reclamando! Claro que, às vezes, eu pareço uma doida descabelada, mas também estou me esforçando para enfrentar as dificuldades”. O arremate da técnica social não poderia ser mais coerente no que diz respeito à aplicação de uma das regras que mantinham a consistência do CJ e que se formulava assim: “as dificuldades existem para serem superadas”. Vê-se, aqui, que tal regra vale para todos, isto é, não se destina a moldar apenas a conduta dos jovens, mas sim a de todos que caem sob jurisdição daquele mundo.

Mais tarde, no mesmo dia, quando caminhava de volta para casa na companhia de Éverton, ele me explicou que “tem pessoas que estão com problemas pessoais [devido à suspensão dos pagamentos], que tem contas a pagar... Tem pessoas que não têm tanto problema, mas outras, sim. Por isso nós resolvemos falar”. Ele ainda ponderou sobre o espaço, a princípio ilegítimo, de tramitação da reivindicação que faziam: “nós sabemos que não era o lugar de falar, que o lugar correto é o PIR, mas tínhamos certa urgência”. O espaço individual de tramitação dos “problemas”, a “hora PIR”, foi relativizado no momento em que um coletivo em constituição tomou para si a responsabilidade de apresentar novos impasses e suas eventuais soluções.

Desde então, comecei a notar a paulatina emergência de ações articuladas coletivamente entre os jovens, por fora dos canais individualizados ou do seu papel de

“mobilizadores comunitários”. Disseminadas e insistentes, essas ações começavam a pautar algumas decisões sobre os rumos do Centro ou, pelo menos, tinham como motor tal intenção. Um exemplo: a organização de um abaixo-assinado para reivindicar a permanência de um professor que admiravam muito e que estava sob o risco de ser dispensado. Em outra ocasião, recorrendo à mesma ferramenta (um abaixo-assinado) os jovens tinham tentado retirar outro oficineiro, que uma maioria desaprovava. No último momento, resolveram “dar mais uma chance” para o tal instrutor. Assim, a emergência da organização coletiva dos jovens permitia-lhes considerar novas medidas a tomar. Eles passaram a participar, enquanto sujeito coletivo em formação, das decisões concernentes à gestão do Centro, sempre recorrendo a métodos irreverentes, característicos desse tipo de processo.

Os jovens eram o foco das atenções do Centro da Juventude e do Programa Oportunidades e Direitos (P.O.D.), ou seja, eram o objeto de toda a intervenção político-administrativa ali desenvolvida. Seus “sonhos” organizavam os esforços dos funcionários; seus “problemas” eram ouvidos e tratados com cuidado pelas técnicas sociais na “hora PIR”; os coordenadores se preocupavam em ativar suas “potências” organizando atividades que as fomentassem e as desbloqueassem. No entanto, ao articularem-se para anunciar e resolver, dessa vez coletivamente, o novo “problema” da falta de pagamentos, estes mesmos jovens sustentaram a apresentação de um elemento até então inexistente no mundo “CJ Alvorada” (e provavelmente em todo o universo das políticas públicas de segurança dirigidas à “juventude pobre”): sua ação reflexiva enquanto sujeito político, articulado coletivamente e capaz de estabelecer e resolver problemas por fora dos dispositivos de individuação e dos recortes populacionais que buscavam definir, no horizonte da administração estatal, seus movimentos, suas carências e suas perspectivas de futuro.

## Conclusão

### Das oscilações materiais do desejo às rupturas localizadas

*As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma, lhe escapam. O movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: "Não obedeco mais", e joga na cara de um poder que ele considera injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irreduzível. Porque nenhum poder é capaz de torna[r esse movimento] absolutamente impossível.*

Michel Foucault, *É inútil revoltar-se?*

Ao longo desta tese, apresentei uma série de espaços de socialização em Alvorada/RS a partir dos quais as pessoas se esforçavam por empreender experimentações mais ou menos autônomas, em meio a algumas condições particulares que incluíam desde as relações salariais, o consumo, o engajamento com os estudos e a aposta em projetos comerciais, até a incidência da violência na vida dos jovens. Meus interlocutores estavam diante do imperativo do disciplinamento laboral, isto é, diante de todas aquelas tentativas de moldá-los para que pudessem ser mobilizados no marco das relações salariais. Tal imperativo foi fortalecido, sobretudo, pela diminuição da oferta de empregos e pela perda de renda dos trabalhadores entre 2016 e 2019. Apresentei alguns espaços – como os projetos comerciais e os lugares de capacitação profissional – nos quais havia uma tensão entre as expectativas de transformação e a produção de uma disposição adequada à mobilização econômica. Nesses lugares, a imaginação de novas trajetórias vitais conflitava e se conjugava, alternativamente, com as condições do mercado. Por fim, analisei os momentos – por vezes breves, por vezes, duradouros – em que a ordenação dos lugares sociais foi suspensa em favor da experimentação autônoma de certas alternativas existenciais. Tais momentos se tornaram visíveis, sobretudo, no relato das consequências da irrupção de Alexandre no universo intelectual e político (capítulo 2) e na recuperação do incipiente processo de mobilização coletiva levado adiante pelos jovens no Centro da Juventude, quando exerceram, por um breve período, a capacidade de decidir sobre seu presente e seu futuro (capítulo 7). Nesta conclusão, pretendo apontar alguns caminhos de reflexão sobre a natureza dessas rupturas que se deixaram antever nos percursos de Alexandre e nos esforços organizativos empreendidos

pelos frequentadores do Centro da Juventude. Antes, contudo, convém revisar as perspectivas alcançadas até aqui.

O período de 2004 a 2014 foi marcado pelo aumento da oferta de postos laborais formais no Brasil, pelo incremento do poder de compra do salário mínimo e pelo ingresso massivo dos trabalhadores em um espaço de consumo até então inédito na trajetória individual de muitos deles (Carvalho, 2018; Lucio, 2015). Nesse período, Alexandre acessou pela primeira vez um emprego com carteira assinada, aumentou sua renda e começou a consumir produtos, serviços e bens aos quais, até aquele momento, não havia tido acesso. Diante da relativa abundância de postos de trabalho, ele foi criando um espaço para explorar os limites e tensões inerentes às relações salariais – o que implicou a adoção de uma atitude que denominei “irreverência proletária”. Por sua vez, a ampliação das possibilidades de consumo proporcionou uma situação material em que o lazer, a mobilidade espacial, o acesso à informação e ao conhecimento podiam fluir com relativa facilidade, graças aos novos objetos que passaram a fazer parte do seu dia-a-dia. Até mesmo as relações familiares e de amizade encontraram um contexto favorável para vicejarem, o que introduziu horizontes colaborativos pouco explorados em anos anteriores. À época, a melhoria das condições materiais permitiu um aumento das “potências de agir” (Lordon, 2018), em razão do uso de novos objetos, do afrouxamento do temor da penúria material e da possibilidade de experimentar, enquanto trabalhador, uma força oposicional no marco das condições de assalariamento. Além disso, para poder sustentar um horizonte aberto de experimentações, foi necessário atenuar a “ambição”, tendência esta que reforçava a subordinação salarial ao restringir a realização do desejo à aquisição mercadorias. Ao fazer isso, Alexandre imaginou para si uma vida em consonância com o aumento das próprias potências: ele *podia* “pensar além” do que já lhe estava atribuído na condição de trabalhador.

Em seguida, projetando uma situação condizente com uma maior “potência de agir”, Alexandre se engajou com o desafio de “terminar os estudos”. Em meio ao compromisso com a instrução escolar, conheceu universos novos, desenvolveu uma relação especial com a História, as “Humanas” em geral e a militância política. O ingresso nesses espaços significou uma inflexão radical em sua trajetória, uma vez que o introduziu num conjunto de referências muito diferentes daquelas às quais estava acostumado. O encontro singular com um universo político e intelectual até então desconhecido provocou, em palavras de Rancière (1988, p. 33), uma “interrupção [...] do curso normal

das coisas” e aprofundou uma brecha no andamento de seus trabalhos rotineiros. A partir do encontro singular com esses universos, Alexandre formou de si uma outra imagem que lhe permitiu enunciar de maneira nova os “sofrimentos” associados à sua vida proletária. Meu interlocutor tomou os conhecimentos que viera adquirindo para formar um discurso sobre sua própria condição e uma nova posição sobre o que os trabalhadores como ele ansiariam: sua verdadeira paixão seria a de “estudar”; sua missão, “transformar” o olhar dos outros; sua tarefa, entender e explicar aos demais “porque as coisas são como são”, isto é, porque sua existência proletária implica tanto sofrimento. A partir do seu engajamento com o campo do conhecimento e com a militância política, meu interlocutor se esforçou por fazer vacilar a imagem de um mundo: os “trabalhadores não querem trabalhar”, concluía Alexandre. Em vez disso, sua paixão seria estudar e tornar-se outra coisa substancialmente diferente do que se era ou do que se *deveria* ser. As formulações de Alexandre expressavam o sentido da tensão que as rupturas estabelecem: elas estão entre a reprodução de uma ordem – onde existem pessoas que são “trabalhadores” – e a experimentação de possibilidades novas – uma situação em que esses últimos “não querem trabalhar”. Uma das consequências do vislumbre de novas possibilidades – entre elas, estudar e militar – foi a ampliação do “campo do desejável”, o que desestabilizou, para Alexandre, a estrutura afetiva necessária à manutenção de sua mobilização salarial.

A análise detalhada do caso de Alexandre permitiu-me compreender a natureza das “transformações” subjetivas: elas ocorrem mediante saltos descontínuos que impelem indivíduos e/ou coletividades em direção a novos dilemas, impasses e contradições, isto é, instalam novos pontos a partir dos quais eles pensarão a si próprios e suas condições de existência. Os processos de subjetivação podem, portanto, apontar para além de uma resistência que seria a contraparte daquelas possibilidades dispostas pelos investimentos de poder. Esses processos instalam pontos de reflexão absolutamente originais e terminam, se os levarmos a sério, reestabelecendo o terreno a partir do qual se pensa e se analisa criticamente determinada ordem de coisas. Além disso, as “transformações” que Alexandre vivenciou tinham a estrutura das “subjetivações”: tratava-se de encontros, certamente violentos e impactantes, com universos estranhos e exteriores à sua complexão subjetiva imediatamente anterior. A irrupção em espaços até então pouco explorados – fossem eles o consumo ampliado, o universo intelectual ou a exploração de sua força relativa no marco da relação salarial – proporcionou as condições para a constituição de pontos de subjetivação.

Tomando como referência os relatos de Alexandre, acompanhei os afetos que sobrevieram ao contexto de experimentações e transformações subjetivas que marcou o período 2004-2014. A partir do ano de 2016 até o início de 2019, a volta do desemprego e da escassez relativa de recursos impôs, ao contrário do que fora predominante entre 2004 e 2014, a diminuição das “potências de agir”. A nova situação material suscitou posturas subjetivas e “ideias” completamente diferentes em relação à época precedente. Impuseram-se as sensações de imobilidade e de incapacidade, assim como alguns dilemas novos, formulados diante da disjuntiva entre “cuidar de si” e “cuidar do outro”, isto é, centrar-se no seu próprio projeto de subsistência ou deixar-se afetar por demandas, paixões e interpelações que acabariam prejudicando a mobilização pessoal em busca de emprego e dinheiro. No terceiro capítulo, apresentei as tentativas ideológicas de reinstaurar a “divisão social do desejo” (Lordon, 2018, p. 125) apropriada à mobilização salarial, isto é, aquelas tentativas de convencimento, dirigidas aos trabalhadores pobres, para que eles se contentassem com horizontes mais simples de vida, desejando de maneira mais condizente à sua real situação material. Mostrei que uma das linhas de restituição da “divisão social do desejo” era o obscurecimento das experimentações excessivas do período anterior. Tal obscurecimento ocorria através de uma sugestiva interpretação que as tomava como “ilusões” ou “falsificações”: os trabalhadores só poderiam se relacionar com os objetos do universo intelectual ou com certos prazeres a partir do engano, fosse ele proposital (“falsificação”) ou não (“ilusão”). Diante dos esforços de Alexandre por conseguir um emprego, concluí que o que caracterizava o período não era a falta de desejo ou de criações originais para lidar com um contexto de escassez; o problema se configurava de outra maneira: o desejo estava totalmente preenchido por uma única necessidade. A mobilização total do corpo e da mente expressava-se na “correria”: era preciso se manter em movimento para não se “deprimir”, o que significava, naquele contexto, abandonar o último objeto que ainda era capaz de mobilizar algum desejo, isto é, o objetivo de conseguir um emprego e uma renda suficiente para sobreviver.

O acompanhamento dos relatos de Alexandre, além de permitir uma definição mais detalhada das características de um processo de subjetivação, associadas à presença das irrupções, dos saltos e das descontinuidades, proporcionou, também, uma avaliação do efeito das oscilações materiais que afetaram, nos últimos anos, o conjunto dos trabalhadores mais pobres nas grandes cidades brasileiras. As transformações no âmbito do emprego e do consumo incidiram fortemente na definição do êxito e do fracasso das

apostas que essas pessoas arriscaram fazer em ambos os períodos. Depois de passar por um momento de relativa abundância e novas experimentações, o cenário econômico desfavorável frustrou os anseios de Alexandre e o colocou novamente diante da necessidade de encontrar um emprego qualquer (ainda que pagasse pouco) para poder sobreviver. Ao presenciar suas jornadas em busca de um posto de trabalho, as angústias e as pressões associadas ao desemprego e a consequente reorganização das posturas das pessoas diante dessas novas condições de vida, eu pude analisar e entender o peso das determinações materiais na definição das pautas comportamentais, dos “valores” e dos pontos de subjetivação que vigoraram entre os trabalhadores durante o período compreendido entre 2016 e 2019. Mais adiante [?], buscarei oferecer alguns caminhos para responder à seguinte questão: o que ocorre com aquelas perspectivas cultivadas no período mais favorável quando elas já não encontram um contexto adequado para se desenvolverem? Antes de abordar essa questão, recuperemos os resultados da análise que destinei àqueles espaços que articulavam, em um mesmo lugar, o convite à experimentações existenciais mais autônomas e o imperativo de fazê-las coincidir com a mobilização salarial e o empreendedorismo. A coexistência conflitiva entre autonomia criativa e funcionalização mercantil emergia, como vimos ao longo da tese, nos pequenos comércios que tive a oportunidade de conhecer e em instituições de capacitação profissional como o CMEP Florestan Fernandes e o Centro da Juventude.

Os espaços institucionais que ofereciam formação profissional tinham projetos educativos alinhados, de certa forma, à dinâmica desejante gestada entre 2004 e 2014, quando o aumento das “potências de agir” ensejara uma nova imaginação sobre o presente e o futuro. Ao mesmo tempo em que acolhiam as disposições experimentais de seu público alvo, os centros de capacitação buscavam canalizar tais anseios nos moldes de uma postura adequada às condições econômicas vigentes. No CMEP Florestan Fernandes, sustentava-se um “agenciamento coletivo” de desejo (Guattari, 2013) que amparava e dava vazão à disposição das pessoas ao engajamento com novos universos e possibilidades. Ali confluíam donas de casa em busca de uma sociabilidade extra doméstica, assalariados formais que projetavam escapar das determinações estritas associadas aos postos laborais que ocupavam e trabalhadores cronicamente subempregados em atividades econômicas de baixo rendimento. Estes últimos procuravam estar sempre diversificando as próprias habilidades para seguir disponíveis no mercado de trabalho e para traçar estratégias de provimento de renda. Essas pessoas

ocupavam posições típicas do chamado “polo marginal” da estrutura econômica. De acordo com o enfoque marginalista, nas condições das transformações estruturais do regime produtivo nos países da América Latina, “uma parte da força de trabalho desempregada ou subempregada pode deixar de cumprir a função de exército industrial de reserva, transformando-se em ‘massa marginal’, isto é, em uma população excedente e prescindível aos processos dominantes de acumulação capitalista” (Salvia, 2007, s/n). As pessoas que são mobilizadas como força de trabalho no polo marginal da estrutura econômica se encontram cronicamente inseridas nos circuitos de atividades informais de baixa produtividade, que incluem o subemprego, o trabalho precário e as chamadas “economias de reciprocidade” (Quijano, 2014) em cujo marco ocorrem trocas não monetizadas de cuidados e serviços domésticos. Ao mesmo tempo em que proporcionava às pessoas o desenvolvimento de novas habilidades que pudessem ser úteis para se empregar nos circuitos associados ao polo marginal da força de trabalho, o CMEP Florestan Fernandes reconhecia os projetos econômicos de seus frequentadores, estimulava a organização precária dessas atividades e se propunha a instrumentalizá-las através do incremento da escolarização e da qualificação profissional.

Apesar de estarem constringidas por imperativos de ordem econômica, as pessoas que frequentavam o CMEP Florestan Fernandes também projetavam nas aulas outro tipo de expectativas, as quais com frequência excediam os objetivos mais pragmáticos associados com obter um diploma, adquirir certa habilidade empresarial ou alguma qualificação profissional. Nesses lugares, mais do que apenas “formar” uma subjetividade adequada às necessidades do mercado, apresentavam-se algumas condições materiais, coletivas e imaginativas que permitiam às pessoas experimentarem situações novas, no marco das quais certos desejos e expectativas eram gestados, permitindo-lhes imaginar outros desdobramentos para as suas vidas. Esses espaços tinham, portanto, sua própria consistência: não se constituíam somente em lugares de passagem e preparação para algo posterior. A operação dos “agenciamentos coletivos” ali presentes incluíam a *desterritorialização* – movimento que decompõe as subjetividades a partir de mutações moleculares de desejo – e a *reterritorialização* do desejo em novos objetos. No agenciamento, não estava em jogo, portanto, o que as pessoas já eram num diagrama de poder dado – isto é, mulheres, homens, trabalhadores, donas de casa, trabalhadores informais ou empreendedores –, mas o que elas “podiam ser”, isto é, o que o agenciamento sustentava para elas como um conjunto de possibilidades – circular por

espaços não domésticos e “fazer o que se gosta”, por exemplo. A partir dessa mobilização do desejo, a construção de uma disposição empreendedora dependia da ação de um “equipamento de poder” que fixava novamente o desejo em objetos definidos – como o êxito econômico e a vontade de “ter um microssalão de beleza”, interesse predominante entre os participantes do curso de Colorimetria. A criação de um interesse empresarial não era fruto de uma imposição vertical da instituição, mas, antes, de uma sugestão horizontal entre os colegas; sugestão que consolidava certos gestos, ímpetos e desejos que faziam “sentido” tendo em vista o objetivo de tornar-se um sujeito apto profissional e economicamente. Argumentei que o “empreendedorismo” pode ser definido como uma máquina de captura dos desejos liberados pelos agenciamentos: desejos de circulação social entre as donas de casa, de “fazer o que se gosta” entre os assalariados, de melhorar a vida e as condições laborais entre a “massa marginal”. Assim, os investimentos de poder – que formam a disposição empreendedora – trabalham sobre um terreno mais movediço do que se poderia supor à princípio. Ao depender da liberação de certos desejos no tecido social, esses espaços de profissionalização acabam sendo lugares tensos, onde algumas apostas são realizadas e outras, eventualmente, são frustradas ou abandonadas.

A tensão entre a mobilização econômica e o engajamento em esforços de transformação de si também permeava os projetos dos donos de pequenos negócios. Assim como nas aulas de Colorimetria, encontrei nesses lugares algumas apostas e expectativas dos condutores dos comércios que, eventualmente, conflitavam com seus objetivos propriamente empresariais. Todos os três comércios que tive a oportunidade de analisar apresentavam uma característica em comum, a saber: eram iniciativas que acolhiam algumas práticas de “cuidado de si”, isto é, incentivavam o princípio de que “é preciso ocupar-se consigo mesmo” – prestar atenção às próprias atitudes, avaliá-las, desaprender certos hábitos incorporados, refletir sobre quem se é, etc., o que incluía, também, a relação com os demais (o papel no interior da família, as atitudes públicas, com amigos ou familiares, os sentimentos nutridos nas relações com os outros, as maneiras de se apresentar). Tais práticas de cuidado de si, atualizadas nos pequenos negócios, eram “ações que são exercidas de si para consigo”, “ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos” (Foucault, 2010, p. 12). Assim, no espaço comercial, as pessoas se dedicavam a trabalhar sobre si a partir dos lugares sociais que já ocupavam: as mulheres na família, os homens a partir de um ideal de masculinidade e ambos modificando algumas relações de trabalho e amizade tal e como elas se apresentavam no fluxo de suas rotinas. As mercadorias, neste

contexto, cumpriam o papel de formalizar e afiançar tais esforços de transformação de si mesmo.

Depois de analisar os espaços que acolhiam os esforços de autotransformação, retornei sobre o problema do disciplinamento laboral, dessa vez analisando a incidência de um processo não institucionalizado: a violência que atingia os jovens. A violência associada ao tráfico de drogas presente em algumas regiões da cidade era processada publicamente a partir de uma norma que determinava quais mortes mereceriam um luto coletivo ostensivo e quais não. A circulação de certos “enquadramentos” que separavam as vidas que eram passíveis de luto daquelas que não o eram incidia no esforço dos jovens por não se deixarem excluir da norma que reconhecia “uma vida”. Essa última ditava que, para serem protegidos e cuidados, eles deveriam, no mínimo, mostrarem-se “honestos” e “trabalhadores” e, além disso, deveriam evitar os “lugares errados”, ou seja, não participar de espaços e grupos de socialização onde o tráfico ou a criminalidade pudessem estar presentes. Apesar dos sacrifícios que tal disciplina exigia, ela não chegava a afastar totalmente a atmosfera mortífera que permeava os ambientes de sociabilidade juvenil em alguns bairros de Alvorada. Os jovens, por sua vez, operavam uma crítica dessa condição ao perceberem que todos – ou muitos – momentos poderiam ser ocasiões “erradas” e que as alternativas disponíveis – ser um sujeito “honesto” e “trabalhador” – não asseguravam uma mudança real de vida que os mantivesse longe dos riscos. No fim das contas, as alternativas apresentadas a eles apenas exorcizavam temporariamente a ameaça de aniquilação que insistia em irromper, aqui e ali, no assassinato de amigos e conhecidos. A exortação ao disciplinamento nos circuitos laborais precarizados – que configuravam, muitas vezes, a única saída laboral disponível para esses jovens – era uma parte constitutiva da norma que ditava que as vidas de pessoas “envolvidas” com o tráfico não eram merecedoras de cuidado coletivo. Mesmo diante de uma realidade opressiva e violenta, a *interrupção* do ciclo de exclusão da “norma” que regulava o que era uma “vida” legítima também se insinuava, ainda que de maneira sutil. Tal interrupção ocorria através da apresentação, nas redes sociais, de fotografias e canções que testemunhavam que “houve uma vida” que foi perdida. Os rastros da existência desses jovens – nas imagens, nos depoimentos e nas canções – podiam, então, reconstruir a visibilidade e o reconhecimento para aquelas trajetórias, independentemente da norma que tendia a classificá-las como vidas que não importavam.

O mesmo processo de difusão da violência era, também, o disparador de uma agenda de intervenções estatais que, entre outros objetivos, visavam auxiliar os jovens a se prepararem para acessar postos no mercado de trabalho. A promessa do disciplinamento individual nos circuitos laborais como uma possibilidade de afastamento das redes do tráfico era uma das ênfases que caracterizavam o “mundo” (Badiou, 2008) das intervenções de segurança pública para a “juventude pobre” que encontrei em ação no Centro da Juventude de Alvorada. Em outro cenário, portanto, o Centro da Juventude articulava a mesma norma que instituía o compromisso com o assalariamento (mediado pelos estudos) enquanto uma via pertinente para o reconhecimento dos indivíduos como uma “vida”. A partir dessa articulação, o Centro organizava todo um dispositivo de intervenção que traçava, para os jovens, novas possibilidades de existência.

De maneira semelhante ao CMEP Florestan Fernandes, o CJ tinha uma consistência própria, que excedia frequentemente seus objetivos político-administrativos mais pontuais, relacionados à preparação para o trabalho e à diminuição dos índices de violência. A intervenção do Centro colocava em circulação afetos, desejos e horizontes muito particulares, além de instalar dilemas e contradições que se desenvolviam de maneira imanente ao funcionamento daquele espaço. O CJ era um “mundo” com regras próprias que regulavam a apresentação das multiplicidades e das suas variações no tempo. As leis que tornavam o Centro um mundo com alguma consistência giravam em torno do seguinte axioma: tudo que incentivasse os “sonhos” de cada um dos jovens teria valor de existência máximo e seria, além disso, positivado; em consequência, qualquer abordagem que determinasse *a priori* restrições às suas capacidades individuais, baseando-se na sua trajetória pretérita, na sua condição social, material, de gênero ou na sua cor da pele, seria, em primeira instância, desestimada e, no limite, reprimida.

Apesar de que o CJ tivesse seu próprio desenvolvimento como um “mundo”, onde tudo que emergia tinha potencialmente seu lugar, o aparecimento de um elemento até então inexistente nos seus domínios “destotalizou” sua estrutura e abriu uma brecha na reprodução dos dilemas e dos problemas mais típicos daquele espaço. Por um momento, durante uma pequena mobilização, os jovens que frequentavam o CJ tomaram o poder sobre seus próprios destinos, avaliaram e questionaram as regras que os governavam a partir de lugares reflexivos novos e colocaram em xeque a lei que determinava sua não existência como sujeito de decisão no momento de definir seu presente e seu futuro. A

partir da abordagem que propus, podemos pensar como, mesmo no espaço de uma realidade já esquadrihada pela política pública de combate à violência, é possível que surja um lugar de enunciação totalmente novo a partir do qual todo um mundo passar a ser avaliável criticamente. Este lugar novo surge de uma ruptura imanente a determinado mundo cujo ordenamento depende de certas regras, princípios e investimentos de poder.

Ao longo da tese, o cruzamento entre os conceitos escolhidos e os contextos empíricos teve como objetivo visualizar os momentos de “descontinuidade” que dão sentido à ideia de subjetivação enquanto resultado de uma ruptura da ordem corrente, posta em jogo quando “o mundo real vacila aparentemente”. O sujeito não é, assim, apenas a “contraparte imanente do poder”, mas sobretudo o efeito de uma interrupção das disposições do poder. Através da análise da composição dos afetos, assim como dos “agenciamentos coletivos” que dinamizavam “mutações de desejo” (e da descrição imanente das regras de um “mundo” como o CJ Alvorada, busquei recompor o contexto em que rupturas desse tipo ocorrem. Essas últimas são sempre localizadas: irrompem em relação a coordenadas bem demarcadas que dizem respeito, por exemplo, à ordem salarial, ao discurso empreendedor, à necessidade de empregar-se em circuitos de trabalho precário, à força dos enquadramentos que regulam o que contará como uma “vida”, etc. Apesar de estarem, nesse sentido, definitivamente “localizadas”, essas rupturas ensaiam suas próprias regras, as quais não podem ser simplesmente derivadas de regras anteriores – aquelas dos contextos onde e a ruptura ocorre. As regras preexistentes constituem lugares sociais, funções, relações e atribuições diante das quais o esforço rupturista opera uma separação. Por exemplo, o princípio que outorga aos trabalhadores uma capacidade desejante orientada ao estudo e à criação de enunciados próprios sobre si mesmos fez com que Alexandre se separasse de todo um campo de disciplinamento onde os objetos por excelência da satisfação proletária seriam o trabalho e o descanso. Do forma análoga, a ideia de que os jovens podem ser o sujeito coletivo que irá organizar sua própria situação só pôde se desenvolver na medida em que os frequentadores do CJ decidiram se separar das regras que organizavam sua anterior existência institucional, assente no esforço de tramitar horizontes existenciais afins à subordinação salarial em meio à constante ameaça da violência. Tais dinâmicas de ruptura e separação constituem o foco privilegiado de um tipo de abordagem que verifica a emergência e a matéria do elemento subjetivo no espaço definido por uma cisão da ordem de coisas dada. Cabe observar, no entanto, que as cisões são sempre singulares, no sentido de que ocorrem em

localizações definidas sob a regra de um mundo específico – o trabalhador que empreende determinada trajetória de estudos, o jovem que é objeto de certas políticas públicas e assim por diante.

Passado o momento exato da “interrupção”, e uma vez que ela não siga desdobrando suas consequências no “mundo” do qual emergiu, isto é, na eventualidade de um retorno à “ordem” anterior ou diante da retração das possibilidades materiais que possibilitaram a ruptura, o momento de experimentação autônoma cessa. Demonstrei esse processo tanto na passagem do agenciamento de desejo para o equipamento de poder (capítulo 4), quanto na reconfiguração do regime afetivo a partir dos anos 2016-2019 (capítulo 3). Neste último caso, mesmo quando as possibilidades experimentadas por Alexandre não tenham sido esquecidas e, mais do que isso, o tenham “transformado” definitivamente, o fato é que, para que elas possam seguir operando e se desenvolvendo, será necessário um novo esforço de interrupção que retome o curso das experimentações anteriores. As coisas se dão desse modo porque as rupturas subjetivas não se dirimem no mesmo “mundo” que elas vieram a interromper. Em outras palavras, a única forma de tramitar as consequências de certa ruptura num mundo determinado é através da reconfiguração completa dos axiomas que o orientam.

Para imaginar como seria a interação entre um “mundo” e sua ruptura imanente basta pensar em como o dia-a-dia de Alexandre e dos jovens do CJ teria que se transformar se aqueles princípios outrora esgrimidos por eles seguissem se desdobrando e multiplicando suas consequências. Uma vez operada a ruptura, não há nada que possa reconciliar seus horizontes com o desenvolvimento normal do estado de coisas que ela destotalizou. Nas palavras de Foucault (1979, s/n), o movimento em que “um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: ‘não obedeço mais’ e arrisca a continuidade de sua vida diante de um poder considerado injusto é *irredutível*”. Grifo meu. O momento crucial da desobediência, isto é, da subtração à norma vigente, é irredutível à realidade diagramada pelos mecanismos de poder vigentes. Se essa realidade for reestabelecida, as experimentações se perdem, pelo menos até que uma nova interrupção as retome. A historicidade das interrupções assume, então, a forma de um curso intermitente que corre em paralelo às possibilidades atualmente dispostas pelas regras de jogo do “nosso” mundo.

Como dizia a canção que Alexandre apreciava: “no submundo repousa o repúdio/E deve despertar”. Em algum lugar, esperando o momento de serem convocadas,

repousam essas possibilidades construídas em momentos extra-ordinários, assim como o impulso para organizar o antagonismo com os poderes que as anulam. Alguns meses depois de terminar o trabalho de campo em Alvorada, encontrei-me com Alexandre no centro de Porto Alegre. Sentamos em frente à conveniência de um posto de gasolina, para tomar algumas cervejas enquanto conversávamos. Ele me dizia que, diante da premência de conseguir um emprego e uma renda, “não dá para pensar em mais nada” além de “sobreviver, ter um emprego, pagar o aluguel...”. Ele concluía, ao lembrar da época em que se demitia triunfantemente ante qualquer incômodo no ambiente laboral para ir em busca dos seus sonhos: “hoje eu estou mudando minhas ideias. Eu não faria mais isso. Eu aguentaria para ficar num emprego. *Sinto que estou mudando...*”. Eu o provoquei, ainda esperançosa: “bom, tomara que tu não mudes tanto!”. Ele riu da minha insistência e replicou: “mas não tem jeito, Ju... É isso ou eu morro de fome”. No período subsequente, Alexandre se empregou e se demitiu várias vezes. Todos os postos laborais eram bastante precários, o que era insuportável para ele. Depois de um tempo, estabilizou-se como auxiliar de limpeza num hipermercado. Trabalhou durante alguns meses, sempre sofrendo com a exploração a que se sentia submetido – o lugar era um “moedor de gente”, dizia. Pregou, entre seus colegas, o interesse pela “política” e buscou inspirar-lhes o gesto de indignação diante da exploração. Fez campanha para o partido comunista no local de trabalho, apesar das críticas à organização que iam crescendo. Recentemente, em 2021, ele se demitiu desse emprego e se inscreveu, com a ajuda de Jaque, sua professora, num curso de barbeiro e cabeleireiro. Sua intenção é ganhar dinheiro com o ofício e, assim que for possível, retomar seu projeto de estudos – ainda está decidindo se quer cursar História ou Ciências Sociais, para desenvolver sua capacidade de analisar a sociedade, habilidade destacada e elogiada pela sua professora. Se bem as condições atuais não favorecem, por ora, o desdobramento das suas expectativas mais elevadas – de que os trabalhadores possam, finalmente, “dar um passo à frente” no cultivo da sua instrução e da sua autonomia –, os horizontes anteriormente vislumbrados por Alexandre “repousam” numa espécie de “submundo” enquanto aguardam uma nova interrupção que os recupere e desenvolva. O “submundo” seria, então, esse lugar de aparecimento mínimo no nosso mundo, localizado um pouco abaixo das vontades e desejos que sustentam a mobilização nesse último. No “submundo”, mantêm-se a fidelidade subjetiva a essas possibilidades, assim como o “repúdio” ao mundo que as impossibilita, ambos à espera do momento de despertar.



Figura 44 - Alexandre na Biblioteca Popular Luis Carlos Solim, em Alvorada. Imagem da autora.



Figura 45 - Eu e Alexandre na casa da Rua Oscar Schick.



Figura 46 - Alexandre visitando seus ex-colegas do curso de Libras no Instituto Federal em Alvorada. Imagem da autora.

## Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2014.
- ALMEIDA, Guilherme. "'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?". *Revista Estudos Feministas*, n. 20, v. 2, Agosto de 2012.
- AROSI, Ana Paula. "Ativismo de vítimas do incêndio da Boate Kiss: evento traumático, causa pública e conflitos morais". *Revista Papeles del CEIC*, vol. 2017/1, papel 168.
- AUGUSTO, Acácio; WILKE, Helena. "Racionalidade neoliberal e segurança: embates entre democracia securitária e anarquia". In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (orgs.). *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas*. Ed. Intermeios: São Paulo, 2019. pp. 225-245.
- BADIOU, Alain. *Lógicas de los mundos. El ser y el acontecimiento*, 2. Manantial: Buenos Aires, 2008.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara. Notas sobre a fotografia*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1984.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2008, v. 51 nº 2, p. 413-449.
- BISSET ET AL. "Introducción". In: *Sujeto. Una categoría en disputa*. Ediciones La Cebra: Buenos Aires, 2014.
- BITTENCOURT, Ila Barbosa. "Justiça restaurativa". *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/138/edicao-1/justica-restaurativa>
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

- BOURDIEU, Pierre. "A dominação masculina". Revista Educação & Realidade, n. 20, v. 2, pp. 133-184, jul./dez. 1995.
- BROZ, Mariana. "Las paradojas de la (in)visibilidad. Trayectorias de vida de las personas transmasculinas en la Argentina contemporánea". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 227-258, jan./abr. 2017.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2015.
- CAMPBELL, C. *A ética romântica e espírito do consumismo moderno*. Rocco: Rio de Janeiro, 2001.
- CAMPBELL, Collin. "Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo Moderno". In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (orgs.) *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 47-64.
- CARDONI, Júlia Santos. "A natureza ensina": uma etnografia sobre modos de fazer mercado na Feira de Agricultores Ecologistas. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFRGS, 2017.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. Todavia: São Paulo, 2018.
- CASTANO ZAPATA, Daniel; RUIZ ROMERO, Gustavo. "Con el Jesús en la boca": miedo y vida cotidiana en sociedades en guerra. El caso de Tumaco (Nariño, Colombia). **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 23-50, Aug. 2019.
- CASTELO BRANCO, Iracema. "Avanços e recuos no mercado de trabalho na RMPA". Carta de conjuntura FEE, v.25, n.6, 2016. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/avancos-e-recuos-no-mercado-de-trabalho-na-rmpa/>
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. "A invenção do cotidiano: uma leitura, usos". Proj. História, São Paulo (17), novembro 1998.
- CINGOLANI, Patrick. "Marginalidad(es). Esbozo de diálogo Europa-América Latina acerca de una categoría sociológica". In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* (2.<sup>a</sup> época), n. 14, v. 22, pp. 157-166, 2009, Venezuela.

COLECTIVO JUGUETES PERDIDOS. *Quién lleva la gorra? Violencia, nuevosbarrios, pibes silvestres*. Tinta Limón Ediciones: Buenos Aires, 2014.

CONNEL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. "Masculinidade hegemônica: repensando o conceito". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

DAMO, Arlei Sander. Dinheiro público em megaeventos esportivos: a eficácia de uma justificativa inconsistente. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 27-31, Junho 2016.

DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. Oxford University Press: Delhi, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1998. 3ª ed.

DELEUZE, Gilles. "Deseo y Placer". *Archipiélago: cuadernos de crítica de la cultura*. Barcelona, nº 23, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia*. Cactus: Buenos Aires, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Editora 34: Rio de Janeiro, 1995.

DELFINO, Andrea. "La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad". In: *Universitas Humanística*, n.74, julio-diciembre de 2012, pp: 17-34, Bogotá.

DE VRIES, Pieter. The Inconsistent City, Participatory Planning, and the Part of No Part in Recife, Brazil. *Antipode*, 2016, n.3, v.48, p. 790-808.

ESPOSITO, Roberto. *Categorías de lo impolítico*. Katz: Buenos Aires, 2006.

FAUR, Eleonor. *Masculinidades y desarrollo social*. Bogotá: Unicef Colombia, 2004.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. (2011). "A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente". *Revista Inter Ação*, 36(2), p. 365–392.

FOUCAULT, Michel. "É inútil revoltar-se? (1979)" In: *Estratégia, poder, saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos; IV).

- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- FRANÇA, Fernando César T. *Resenha de "RANCIÈRE, Jacques. A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988"*. *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p. 165-193, jan/jul. 1990.
- FRIDMAN, Daniel. *El sueño de vivir sin trabajar. Una sociología del emprendedorismo, la autoayuda financiera y el nuevo individuo del siglo XXI*. Editorial Siglo XXI: Buenos Aires, 2019.
- FREUD, Sigmund. "Duelo y melancolia" (1917 [1915]). In: *Obras Completas, Tomo XIV*. Amorrortu Editores: Buenos Aires, 1993.
- FELTRAN, Gabriel. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010.
- GENESINI ET AL. Arquivos de experiência: entre encontros narrativos com juventudes e as aventuras do trabalhar nas políticas públicas. *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan.-jun. 2020.
- FLORES, Tarsila. "Genocídio da juventude negra no Brasil: as novas formas de guerra, raça e colonialidade do poder". In: FLORES, Tarsila; MACEDO, Aldenora; LAPA, Rafael Santos; LIRA, Luana Menezes. *Direitos Humanos - Diversas Abordagens*. Câmara Brasileira de Jovens Escritores: Rio de Janeiro, 2016.
- GATTI, Gabriel. "El misterioso encanto de las víctimas". *Revista Estudios Sociales*, 56, abril-junio 2016, 117-120.
- GOULART, Patrícia Martins. Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 137-160, Jan. 2003.
- GRUNER, Eduardo. "El ensayo, un género culpable". In: *Un género culpable, la práctica del ensayo: entredichos, preferencias e intromisiones*. Rosario: Homo Sapiens, 1996.
- GORDON, Avery. *Ghostly Matters: Haunting and the Sociological Imagination*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2008.
- GUATTARI, Félix. Agencements. Transistences. Persistences. Seminario de 8 de diciembre de 1981. Disponible en: <[http://www.revue-chimeres.fr/drupal\\_chimeres/files/811208.pdf](http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/811208.pdf)>. Acceso: 5 mar. 2015.

GUATTARI, Félix. Les schizoanalyses. Seminario de 21 de junio de 1984. Disponible en: <[http://www.revue-chimeres.fr/drupal\\_chimeres/files/01chi05.pdf](http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/01chi05.pdf)>. Acceso: 5 mar. 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografías del Deseo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

GUATTARI, Félix. Líneas de fuga: por otro mundo de posibles. Editorial Cactus: Buenos Aires, 2013.

HANSEN, Bue Rübner. “População excedente, reprodução social e o problema da formação de classe” (tradução de Daniel Alves Teixeira). 2015. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/06/14/populacao-excedente-reproducao-social-e-o-problema-da-formacao-de-classe/comment-page-1/?unapproved=3573&moderation-hash=0e2cf52a286f422536fc46b82e5f40fd#comment-3573>

INGOLD, Tim. “O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015.

KARPIK, Lucien. "Itinerary in economic sociology: Lucien Karpik interviewed by Sophie Dubuisson-Quellier". Economic sociology\_the european electronic newsletter, Cologne, Vol. 15, 2013, pp. 41-46.

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). Masculinidad/es: poder y crisis. Santiago de Chile: Isis Internacional: FLACSO, 1997. p. 49-62 (Ediciones de las Mujeres n° 24).

KOERICH, Bruna Rossi; VIDAL, Alex da Silva. Entre rupturas e continuidades: o percurso da legislação para adolescentes e jovens no Brasil. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan.-jun. 2020

KOPPER, Moisés. Arquiteturas da esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado. PPGAS/UFRGS, 2016.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei Sander. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 335-376, Abril 2018.

LAZZARATO, Maurizio. Signos, máquinas, subjetividades. Edições Sesc São Paulo/n-1 edições: São Paulo, 2014.

LEAL, Giuliana Franco. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Cad. CRH**, Salvador , v. 24, n. 63, p. 647-662, Dec. 2011.

LORDON, Frederic. Capitalismo, desejo y servidumbre: Marx y Spinoza. Tinta Limón: Buenos Aires, 2015.

LORDON, Frederic. "Totalitarismo, último estágio do capitalismo? Reflexões em diálogo com Marx e Spinoza" (2017). Disponível em: <https://maquinacrisica.org/2017/02/24/totalitarismo-ultimo-estagio-do-capitalismo-reflexoes-em-dialogo-com-marx-e-spinoza/>

LORDON, Frédéric. La sociedad de los afectos: por un estructuralismo de las pasiones. Adriana Hidalgo editora: Buenos Aires, 2018.

LOWY, Michael. *Marxismo e cristianismo na América Latina*. Lua Nova, São Paulo , n. 19, p. 05-22, Nov. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002&lng=en&nrm=iso)

LUCIO, CLEMENTE GANZ. Desafios para o crescimento e o emprego. **Estudos avançados**, São Paulo , v. 29, n. 85, p. 21-33, Dezembro 2015.

MAHMOOD, Saba. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito", *Etnográfica*, vol. 23 (1) | 2019, 135-175.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. Global Editora: São Paulo, 1980.

MIYAZAKI, Hirokazu. *The Method of Hope: Anthropology, Philosophy, and Fijian Knowledge*. Stanford University Press: Stanford, 2006.

MORAES, Alex. Esfuerzo de lo posible: política, desarrollo y deseo en el extremo norte del Uruguay. Tesis de Doctorado, UNSAM, IDAES, Antropología Social, 2019.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília , v. 11, n. 1, p. 118-158, June 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43412014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412014000100005&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Mar. 2021.

MOTTA, Luana Dias. "Juventude violenta" como categoria: sobre as construções da relação entre pobreza, juventude e violência. **Revista Argumentos**. Montes Claros, v. 14, n. 2, p. 157-176, jul/dez-2017.

NEGRI, Antonio. "Spinoza: una sociología de los afectos". In: Spinoza y nosotros. Nueva Visión: Buenos Aires, 2011. Pp. 95-109.

NUN, José. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". In: Revista Mexicana de Sociología, vol. 5, n° 2, 1969, México.

NUN, José. "El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal". In: Revista Desarrollo Económico, Vol. 38, N°152, febrero-marzo 1999, Buenos Aires.

ORTNER, Sherry. "Dark anthropology and its others. Theory since the eighties". Hau: Journal of Ethnographic Theory, 2016, 6 (1): 47-73.

PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (Org.). Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente. 2 vols. IPEA: Brasília, 2007.

PEDROSO, Ana Paula Ferreira. "Trajetória histórica, social e política da EJA". Revista Interdisciplinar SULEAR, ano 1, n. 3, novembro de 2018.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos avançados**, São Paulo , v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009 .

QUIJANO, Aníbal. "‘Polo marginal’ y ‘mano de obra marginal’". In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. CLACSO: Buenos Aires, 2014.

RAMOS, João Daniel Dorneles. "A religião é como uma medicina. Aprontamento, cosmopolítica e cura entre umbandistas em Mostardas, Rio Grande do Sul". Anais 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

READ, Jason. "Negative Solidarity: The Affective Economy of Austerity" (2019). Disponível em: <http://www.unemployednegativity.com/2019/10/negative-solidarity-affective-economy.html>

REBUGHINI, Paola. « Le sujet après le sujet. Transformations d'une notion incontournable. », EspacesTemps.net [En ligne], Works, 2013 | Mis en ligne le 9 September 2013, consulté le 09.09.2013. URL :

<https://www.espacetemps.net/en/articles/le-sujet-apres-le-sujet-transformations-dune-notion-incontournable-2/>

REGUILLO, Rossana. Juventudenexequias, violencias, precarización y desencanto. **Conspiratio, No. 12: Violencia de Estado: el fracaso de la transición**. Editorial Jus, México D. F., julio-agosto 2011.

REGUILLO, Rossana. De las violencias: caligrafía y gramática del horror. **Desacatos**, México, n. 40, p. 33-46, dic. 2012.

REGO, Francisco Cleiton V. S. Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015, 198f.

REGO, Francisco Cleiton V. S. "Presos na teoria errada": entre mulheres, "bofinhos" e homens trans. *Bagoas*, n. 16, 2017, p. 232-267.

RIO GRANDE DO SUL. Termo de Referência: Contratação de organização não governamental (ONG) para prestação de serviço técnico e especializado de consultoria destinada a implantar, manter e institucionalizar centros da juventude no Rio Grande do Sul. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201705/05112648-tdrmanifestacao-de-interesse-ong-centros-da-juventude-centro-de-juventude.pdf>>. Acesso em 06/11/2020.

RUEDIGER, Marco Aurélio. The rise and fall of Brazil's public security program: PRONASCI, *Police Practice and Research*, 14:4, 2013, 280-294.

SALVIA, Agustín. "Consideraciones sobre la transición a la modernidad, la exclusión social y la marginalidad económica. Un campo abierto a la investigación social y al debate político". In: *Sombras de una marginalidad fragmentada. Aproximaciones a la metamorfosis de los sectores populares de la Argentina*. Mino y Davila Editores: Buenos Aires, 2007.

SANTOS ET AL. "Índice de compliance da atividade policial (ICAP) no contexto do monitoramento do uso da força nos territórios do Programa Oportunidades e Direitos no estado do Rio Grande do Sul". *Anais do III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo De Públicas (ENEPCP)*, 2011. Disponível em <https://anepcp.org.br/acp/conteudo/artigo/expediente-anais-iii/2257?>

SARTI, Cynthia. "A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha". *Horizontes Antropológicos*, 42, 77-105, 2014.

SAVIANI, Demerval. "A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades". *Revista Poésis Pedagógica*, v. 8, n. 2, ago/dez. 2010, pp. 4-17.

SCHUCH, Patrice. Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil. O caso da justiça restaurativa. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 8, núm. 3, septiembere-diciembre, 2008, pp. 498-520. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

SILVA, Gleicy Maily da. «Cultura negra e empreendedorismo: Sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado», *Anuário Antropológico* [Online], I | 2018, posto online no dia 26 maio 2019, consultado o 12 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/aa/2744>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.2744>

SORJ, Bila; GOMES, Carla. "O gênero da "Nova Cidadania": o programa Mulheres da Paz". *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro , v. 1, n. 2, p. 147-164, Nov. 2011 .

SOUEN, Jacqueline Aslan; CAMPOS, Guilherme Caldas de Souza. "Da Euforia ao Retrocesso: O Comportamento do Emprego Formal no Brasil no Período Recente". *Revista Pesquisa & Debate*. São Paulo, Vol. 28,n. 1 (51), Julho 2017.

SOUZA, Tatiana Sampaio. "Análise do Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável: vínculos e reconhecimento". *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 341-349, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, Janaína Costa. "Territórios da paz, do crime e da violência no Bairro Santa Tereza do município de Porto Alegre-RS". Dissertação de Mestrado. PPG em Geografia/UFRGS, 2016.

TOSCANO, Alberto. ¿Un estructuralismo del sentimiento? *New LeftReview*, n. 97, pp. 73-96, marzo-abril, 2016.

TRINDADE, Kálita. A inserção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) enquanto ator na formulação de políticas públicas de segurança no Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso. IFCH/Políticas Públicas, 2018.

VECCHIOLI, Virgínia. Resenha de *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India* de Veena Das. *Revista Mana*, 6(2), 177-180, 2000.

VERGNE, C. M.; VILHENA, J., ZAMORA, M. H.; & ROSA, C. M. "A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil". *Psicologia & Sociedade*, n. 27, v. 3, 2015, pp 516-528.

VERLINDO, Jorge Augusto Silveira; BIASOLI, Patrícia Klaser. Trajetória do mercado de trabalho em Porto Alegre de 2000 a 2015. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 44, n.1, p. 121-140, 2016.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, Dec. 2011.

VIANNA, Adriana (2014). "Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpos entrecruzados". In: A. Carlos de Souza Lima & V. Garcia-Acosta (Orgs.), *Margens da violência. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros*. ABA: Brasília, 2014.

VIEIRA, Cleiton; PORTO, Rozeli Maria. "Fazer emergir o masculino: noções de 'terapia' e patologização na hormonização de homens trans". *Cadernos Pagu*, n. 55, 2019.

WACQUANT, Loïc. "Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes". *Revista Novos Estudos*, n. 96, julho de 2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.

ZENOBI, Daniel. "Família, política y emociones: las víctimas de Cromañón entre el movimiento y el Estado". *Antropofagia: Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, 2014.